

RELATÓRIO DO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO SÃO TOMÉ
E PRÍNCIPE 2002

**As Mudanças de
1990 a 2002 e o
Desenvolvimento
Humano**



RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 2002



**As Mudanças de
1990 a 2002 e o
Desenvolvimento
Humano**



**Equipa de preparação do Relatório Nacional sobre o
Desenvolvimento Humano em São Tomé e Príncipe**

Supervisão do Representante Residente do PNUD em S.T.P.:

Marta Ruedas (até Setembro de 2001)

Christian Lehembre (a partir de Julho de 2002)

**e sob a direcção técnica do Assistente do Representante Residente para o
Programa**

António Viegas

Consultor Internacional:

José Maria Caller Celestino - Coordenador da investigação, elaboração do estudo de caso sobre "Migrantes são-tomenses em Portugal" e Redacção do Relatório.

Colaboração do PNUD Bolívia:

Juan Fernando Calderón Calderón - Supervisão geral do Relatório; Armando Ortuño - Elaboração do Perfil do Desenvolvimento Humano e Pobreza em São Tomé e Príncipe

Consultores Nacionais:

Norberto Costa Alegre - Elaboração das Mudanças Políticas e Económicas e Coordenação da Publicação do Relatório; Paulo Fernando C. Silva Ramalho - Elaboração do Capítulo "Identidade Cultural e Desenvolvimento Humano" e do estudo de caso "Estratégias suburbanas de luta contra a pobreza"; Albertino Bragança - Participação na elaboração do capítulo Identidade Cultural e Desenvolvimento Humano; Frederico Gustavo dos Anjos

Transcrição/Assistente de campo:

Ana Sofia Coelho; Adilson Bil da Trindade; Nelma Lopes da Silva; Castrino Alcântara; Cecília C. David Viegas

Tradução:

Margaita Etxegarai

Layout:

Doria Design

Capa:

Nilton Dória

Fotos: Maite Mendizabal, Nora Rizzo e Juvenal Rodrigues

Prefácio

O primeiro Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe já evidenciava a di-mensão cultural do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, evocando o seu "percurso no tempo, curiosamente mar-cado por constantes interrupções e por uma certa forma de estar permanente-mente em transição". Embora não se aventurando no campo da antropologia, o 1º relatório levava o leitor a procurar estabelecer relação entre a "fragilidade das instituições e dos centros de decisão política" e um feliz deixar-andar, qualifi-cado oportunamente por "indisciplina, anarquia, falta de autoridade e de orien-tação", enquanto que a sociedade era vista como sendo um "mosaico, simulta- neamente, policromo e polifónico"

Um outro trabalho (NLTPS), reali- zado no ano seguinte, sob a direcção de "Futuros Africanos", baseou-se na for-mulação de desejos e aspirações dos membros representa- tivos da população e propunha um factor de emenda na coesão nacional e no reassumir das rédeas do país por aqueles que se tor- naram donos dos seus próprios destinos.

Era naquela altura em que, depois de se ter atribuído ao contexto internacio- nal a res- ponsabilidade pelos fracassos dos programas de desenvolvimento exe- cutados com o apoio da cooperação in- ternacional, começava-se a procurar in- ternamente as causas do fracasso. Duvi- dava-se assim de tudo e até mesmo da existência da solidariedade nacio- nal. Não seria esta uma sociedade formada por peças dispersas, desprovida de ética e exposta, sem qualquer protecção, às astúcias dos mais perniciosos? Como en- frentar e contornar esta fatalidade?

É nesse momento que os escritórios do PNUD em São Tomé e Príncipe decidiram con- tribuir para incentivar a reflexão e o debate inscrevendo-se na perspectiva da cultura e da mudança para melhor sitiar todas as questões que surgem à volta do paradigma de desen- volvimento humano em São Tomé e Príncipe.

Foi para isso necessário recorrer a profissionais da antropologia que sabem deitar um olhar ao mesmo tempo dis- tante e penetrante sobre a sociedade. Um desses profissionais permaneceu no país e formou uma equipa em técnicas de inquérito no terreno. Os dados obti- dos serviram para elaborar, em seguida provar e finalmente validar a teoria do modelo cultural dominante no mundo das roças cuja história se confunde com a do País (Capítulo 2). É de tal forma dominante esse modelo que impregna os costumes, mesmo depois do declínio da ruralidade (Capítulo 3). Um outro método de inquérito permitiu restituir os comportamentos do mundo péri-urbano (Capítulo 5) e convidar o leitor a melhor entender o encadeamento sem fim da pobreza onde a sujeição à fatalidade é, em simultâneo, a causa e o efeito.

Todavia, a esperança de se ver mudar as coisas existe. Uma parte do trabalho é dedica- da às mudanças políticas e eco-nómicas que já se operaram no país desde a indepen- dência e sobretudo de- pois da mudança para o regime multi-partidário (Capítulo 4) e, uma outra junto da comunidade são-tomense emi-grante em Lisboa, no seio da qual amos- tra representativa de estudantes e pro- fissionais foi consultada no que toca à sua disposição para participar na intro- dução de mudanças na sociedade são-tomense (Capítulo 6).

O estudo detalhado do desenvolvi- mento humano está no centro desta obra (Capítulo 4). Foi, deste modo, confiado a especialistas que primeiramente calcularam o índice, em seguida compararam-no ao dos outros países da África subsariana assim como ao de

ÍPrefácio

outros pequenos países insulares, antes de o analisarem, segundo critérios de género e regiões.

Coube finalmente a um consultor nacional a revisão do conjunto para sublinhar a coesão formulando um conjunto de recomendações (Capítulo 7) as quais perfilavam ao longo de toda a obra e que passaram a concentrar-se na melhoria das performances do desenvolvimento humano.

O grosso deste trabalho foi realizado em 2001. Em seguida foi consolidado e depois foram actualizados alguns valores. Nesse lapso de tempo, as hipóteses sobre o potencial petrolífero do país transformaram-se em certezas e o processo que vai fazer de STP um país produtor de petróleo desencadeou-se de veras.

Mas, para quem e para quê? Os elementos de resposta a esta crucial pergunta encontram-se neste relatório. Nele pode-se ler esta declaração "O país deve decidir entre duas opções (cf Cap. 2, § que opções ?):

"Reproduzir uma vez mais o modelo de organização social, política e económica baseado na construção do sentido de acordo ao que fora elaborado a partir das roças;

"Criar condições que permitirão uma cultura aberta baseada no desenvolvimento humano".

Traduzido em termos de gestão de rendimentos do petróleo, isto significa que, quer

o grosso destes rendimentos seria monopolizado por alguns privilegiados, com uma crescente marginalização do comum dos cidadãos; quer estes rendimentos seriam considerados como uma oportunidade para fazer participar toda a população no desenvolvimento equitativo do país, em termos de géneros, regiões e franjas sociais, com o desaparecimento da pobreza como consequência lógica.

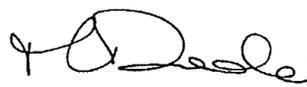
O PNUD, tal como muitos outros, advoga a transparência na gestão dos recursos e trata de orientar a reflexão das autoridades e da sociedade civil para a filosofia do desenvolvimento humano.

Mas o que fará a diferença é a facilidade do país em mudar. Com efeito, é necessário prosseguir pela via enveredada desde a instauração do multipartidarismo, com a reforma das instituições e interiorizar o espírito que anima toda a democracia. Tudo leva a crer que este espírito prevalece em algumas franjas da população local, mas também dentre os são-tomenses residentes em Portugal, inquiridos por necessidade deste estudo.

O nosso desejo é de que este trabalho possa contribuir para uma reflexão sobre as mudanças.



Christian Lehembre



Marta Ruedas

LISTA DAS ABREVIATURAS	5
CAPÍTULO I	
MUDANÇAS	7
CAPÍTULO II	
IDENTIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO (DH)	
INTRODUÇÃO	15
A SITUAÇÃO EM STP	15
QUE FUTURO?	18
QUE OPÇÕES?	20
CAPÍTULO III	
MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÓMICAS	
INTRODUÇÃO	27
EVOLUÇÃO DA I REPÚBLICA	28
Evolução Política	28
Política de Envolvimento do Cidadão	28
Evolução Económica	29
EVOLUÇÃO DA II REPÚBLICA	30
Mudanças Políticas na Década de 90	31
Caracterização da Situação em 1990/91	31
Mudanças Políticas durante a Década	32
Evolução da Situação Económica ao Longo da Década de 90	34
Caracterização da Situação em 1991	34
Evolução da Situação durante a Década	35
MUDANÇAS POLÍTICAS E DH	43
Participação Política dos Cidadãos	43
Participação Cívica dos Cidadãos	44
Desempenho Institucional	44
CAPÍTULO IV	
PERFIL DO DH E POBREZA EM STP	
INTRODUÇÃO	45
CARACTERÍSTICAS DO DH DE STP	46
4.3 - EVOLUÇÃO DO DH EM STP	48
4.4- INIQUIDADE E POBREZA EM STP	50

CAPÍTULO V

**ESTRATÉGIAS SUBURBANAS DE LUTA CONTRA A POBREZA
(ESTUDO DE CASO NO BAIRRO DO RIBOQUE)**

METODOLOGIA	59
OBJECTIVOS	59
CARACTERIZAÇÃO DO RIBOQUE	61
CONDIÇÕES DE VIDA	62
REPRESENTAÇÃO COLECTIVA DA POBREZA	65
GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS	67
IMPACTO DA POBREZA NA REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS	69
ESTRATÉGIAS ADAPTATIVAS E MODOS DE VIDA	75
ASPIRAÇÕES DOS RIBOQUINOS	77
CAPACIDADES VERSUS OPORTUNIDADES	78
CONCLUSÃO	81

CAPÍTULO VI

MIGRANTES SANTOMENSES EM PORTUGAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DH

INTRODUÇÃO	87
O DESCONHECIMENTO DOS SANTOMENSES EM PORTUGAL	89
PROFISSIONAIS SANTOMENSES QUALIFICADOS ACTUAIS E FUTUROS	91
A LÓGICA CULTURAL E A MUDANÇA RUMO AO DH	113

CAPÍTULO VII

PROPOSTAS DE MUDANÇAS RUMO AO DH 125

SINOPSE 131

BIBLIOGRAFIA 133

ANEXOS 135

Lista das abreviaturas

ADI - Acção Democrática Independente
AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento
APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BCE - Banco Comercial do Equador
BCSTP - Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BM - Banco Mundial
CEAC - Comunidade dos Estados da África Central
CFA - Comunidade Financeira Africana
CST - Companhia Sãotomense de Telecomunicações
DH - Desenvolvimento Humano
DTS - Doenças Sexualmente Transmissíveis
EB - Ensino Básico
EP - Ensino Primário
ES - Ensino Secundário
FENU - Fundo de Equipamento das Nações Unidas
FENUAP - Fundo das Nações Unidas para a População
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI - Fundo Monetário Internacional
HIPC - Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDS - Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos
INE - Instituto Nacional Estatística
IPC - Índice de Preço ao Consumidor
IPH - Índice de Pobreza Humana
ISP - Instituto Superior Politécnico
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MLSTP - Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe
MOPIRNA - Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente
MPF - Ministério do Planeamento e Finanças
MS - Ministério da Saúde
NLTPS - Estudos de Perspectiva a Longo Prazo
OGE - Orçamento Geral de Estado

■ Lista das Abreviaturas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONUDI - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

PAE - Programa de Ajustamento Estrutural

PAM - Programa Alimentar Mundial

PCD-GR - Partido da Convergência Democrática - Grupo de Reflexão

PIB - Produto Interno Bruto

PNAPAF - Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar

PNB - Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento

PPADPP - Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades

PPC - Paridade dos Poderes de Compra

PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social

RDSTP - República Democrática de S. Tomé e Príncipe

RGDH - Relatório Global do Desenvolvimento Humano

RNDH - Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano

SAF- Facilidade de Ajustamento Estrutural (Structural Adjustment Facility)

SNE - Sistema Nacional de Educação

SNS - Sistema Nacional de Saúde

STP - São Tomé e Príncipe

SWAP - Abordagem Sectorial Integrada

TBM - Taxa Bruta de Mortalidade

TBN - Taxa Bruta de Natalidade

TC - Taxa de Crescimento

TGF - Taxa Geral de Fecundidade

TMA5 - Taxa de Mortalidade para Menores de 5 anos

UNESCO - Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

CAPÍTULO I

Mudanças

A mudança, nas suas dimensões política, económica e muito especialmente a socio-cultural, assim como a suas diversas relações e efeitos sobre o Desenvolvimento Humano (DH) constituem o objectivo principal de reflexão do presente Relatório de S. Tomé e Príncipe (STP), referente ao ano de 2001.

Uma retrospectiva à história de STP, permite-nos verificar apreciar que desde o século XV em que os portugueses descobriram as Ilhas até a independência em 1975, STP caracterizou-se por uma assustadora continuidade na sua forma de vida e na sua cultura.

Mas, num curto período de tempo, apenas 25 anos, a sociedade santomense observa rasgos emergentes de um país que possui modelos económicos, sociais, políticos e culturais desconhecidos tanto para a população comum como para os especialistas, a um ritmo acelerado. A grande maioria da população enfrenta esta conjuntura sem capacidade para a sua assimilação plena.

Passaremos a expor de forma sumária as principais mudanças ocorridas neste período, com especial realce para as mudanças socioculturais, para compreender melhor os desafios que se impõem.

No plano político o poder instaurado adopta em primeiro lugar um regimen de partido único próximo do chamado bloco socialista.

Na base deste modelo, é aprovada a primeira Constituição Política do Estado, estabelecem-se os diferentes órgãos de soberania, nomeadamente o Presidente da Republica, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os Tribunais, mas sem separação de poderes. O Governo é nomeado pelo

Presidente da Republica e este por sua vez pela Assembleia sob a proposta do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP). Em 1987 cria-se a função do Primeiro Ministro, como Chefe do Governo.

Este primeiro esforço de organização política do novo Estado independente começa a esgotar-se em meados dos anos 80 e desaparece definitivamente com o desmembramento dos regimens socialistas da União Soviética e os países da Europa Oriental. STP opta então pela alternativa de iniciar uma democracia pluralista, o que provoca mudanças notáveis de ponto de vista institucional na esfera publica.

Com a adopção de uma nova Constituição Política em 1990, nasce o que se convencionou chamar a II República. Os órgãos de soberania ajustam-se a um Estado de Direito, partindo do principio que a soberania do Estado pertence ao povo santomense e que a mesma é exercida através do sufrágio universal.

São aprovadas leis em conformidade com a nova Constituição Política, entre as quais se destacam: *Lei do Direito ao Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral; dos Partidos Políticos; da Nacionalidade, do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos; das Comissões Eleitorais e a Lei Eleitoral.*

Legisla-se também para reformar o sistema judicial e ajustá-lo a um Estado de Direito: *Lei de Base do Sistema Judiciário; Lei Orgânica do Ministério Público e Estatuto dos Magistrados.* E para garantir o exercício dos direitos cívicos e laborais numa sociedade democrática são aprovadas as seguintes leis: *de Imprensa; do Direito à Reunião e de Manifestação e as Leis*

Sindicais, de greve e do Regime Jurídico das Condições Individuais de Trabalho.

A nova Constituição facilita a autonomia do poder local e a descentralização, o que também é traduzida nas legislações correspondentes: *Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais; das Finanças Locais; Quadro das Autarquias Locais e da Autarquia Especial designada Região do Príncipe.*

Estas reformas parecem ter consolidado os direitos cívicos e políticos ao longo dos anos 90. O principal incidente desde a instauração do processo democrático foi o fracassado golpe militar de 1995, que contudo não impediu que continuasse a verificar-se alternância do poder a partir das sucessivas eleições legislativas e presidenciais.

Não obstante as conquistas já alcançadas a governação necessita de desenvolver-se muito mais. O desenvolvimento da Administração descentralizada está bloqueado na medida em que o poder local carece de recursos económicos e de pessoal necessário e a Administração central está longe de se poder considerar eficiente. A independência real do poder judicial está em vias de consolidação e as instituições da sociedade civil necessitam de ser fortalecidas para desempenhar o papel social e político para o qual são chamados.

A economia também sofreu mudanças muito notáveis neste período da Independência. Após o caos inicial que esteve associado a saída em massa da mão-de-obra qualificada portuguesa, STP adapta a sua economia ao modelo político assumido. As subsequentes políticas de nacionalizações afectam a terra, as actividades bancárias, o comércio exterior, os transportes colectivos, a energia, os correios e as telecomunicações. A gestão centraliza-se e ajusta-se as exigências do Estado, convertendo-o no dinamizador da economia nacional.

A estratégia de desenvolvimento dirige-se para a diversificação da economia com o objectivo de superar a quase dependência da monocultura do cacau. Entretanto, não se consegue este propósito, pelo contrário a queda brusca do preço deste produto no mercado internacional contribui para um maior agravamento da situação. Os créditos e as ajudas ao desenvolvimento não conseguiram melhorar substancialmente a situação e aumenta consideravelmente a dívida externa. A partir de 1987 o país vê-

se obrigado a aplicar um *Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)* com apoio da cooperação internacional, iniciando assim um ciclo de negociações para sair da crise. Após os primeiros créditos do ajustamento - *Facilidade de Ajustamento Estrutural (SAF)* - o Programa fracassa pela incapacidade de pagamento de uma dívida já a descoberto em 1989.

As mudanças do modelo político começam a reflectir-se no modelo económico. O Estado deixa de desempenhar o papel de dinamizador da economia nacional e procede-se a privatização de terras. O modelo das grandes roças é substituído pelas pequenas parcelas numa tentativa de criar um novo campesinato, aumentar a produtividade e diversificar a economia agrária. O país abre-se ao investimento estrangeiro e reformam-se os sistemas financeiro e fiscal.

As reformas empreendidas não atingem os objectivos desejados. Continua-se dependendo do cacau, que constitui 96% das exportações, as actividades económicas não relacionadas com o sector primário depende basicamente de projectos com financiamento externo. A base industrial é muito débil, limitando-se a algumas empresas de energia e manufacturas que geram 5,5% do PIB, a construção com 13,8% do PIB. O comércio, transporte, o sector bancário e o turismo contribuem com 39,3% e a Administração Pública com 22%. O país tem uma das maiores dívidas per capita do mundo avaliada em mais de 700% do PIB. Associado ao frisado anteriormente adiciona-se uma progressiva depreciação da moeda e aumento considerável da taxa de desemprego que atinge os 35%.

As mudanças sociais e culturais nestes últimos 25 anos não são menos importantes. As políticas educacionais e sanitárias desenvolvidas fizeram melhorar consideravelmente os indicadores sociais associados, todavia existem períodos pontuais de estancamento ou retrocesso.

O analfabetismo passa de mais de 40% a 17%. A extensão da educação escolar é apreciável, duplicando-se o número de anos da média de escolaridade nos maiores de 25 anos.

Não obstante os resultados alcançados, nem todas as mudanças são positivas. O orçamento do Estado dedicado ao sector da educação, reduziu-se em 40% nos últimos 10 anos, como consequência da desvalori-

zação da Dobra, a redução dos rendimentos provocados pela diminuição do volume de produção e do preço do cacau, assim como dos efeitos do programa de ajustamento estrutural que não contempla um programa social paralelo que mantenha os resultados educacionais positivos.

Todavia o mais preocupante é a contínua deterioração da qualidade do ensino, que parece ter entrado num ciclo vicioso. As duras condições do ensino (falta de salas, materiais, salários, etc.) e as restrições orçamentais não estimula os professores mais qualificados que são substituídos por professores com pouca ou nenhuma qualificação que por sua vez formam mal os alunos que convertem em professores com má qualidade que formam alunos cada vez pior formados. A tudo isso soma-se a insuficiência do nível superior de ensino.

A esperança de vida continua muito alta em comparação com a grande maioria dos países subsaarianos, mas mantêm-se problemas muito importantes por resolver, em especial o paludismo. 72% dos doentes nos centros sanitários são motivadas por esta doença, que é a primeira causa da mortalidade. A tendência da redução da mortalidade infantil inverte-se desde 1966 passando em um ano de 50 por mil a 65 por mil. Também vai-se diminuindo a capacidade de combate contra a difteria e pólio nestes últimos anos e 17% dos menores de 5anos sofrem de mal nutrição, causa subjacente de 13% da mortalidade infantil. Também se torna pior a aquisição e distribuição de medicamentos.

Uma notável mudança social é experimentada pelos numerosos residentes das roças que estão no processo de se converterem em pequenos proprietários, camponeses ou em população urbana, sem que todavia esteja clara a sua posição final. O que parece evidente é que uma quantidade muito considerável dessa população outra encerrada nesses micro-mundos, engrossa hoje o principal colectivo que provocou um rápido crescimento da capital. A tentativa de controlar a emigração do campo para a cidade enfrenta-se com a situação económica mencionada no mundo rural. Os que continuam nas antigas roças vão organizando-se em associações, estimulados com frequência pela cooperação internacional e os projectos apoiados para viabilizar o desenvolvimento rural. No

Projecto de Luta contra a Pobreza que é tratado com detalhe neste Relatório, pode permitir apreciar as mudanças ocorridas neste sentido.

A família sofre um processo de recomposição marcante para se adaptar às novas realidades sociais e económicas. Se é verdade que o sistema de parentesco tradicional santomense - caracterizado pela poligamia masculina, alta incidência de uniões de facto e relações de visita, grande mobilidade nas uniões domésticas e na composição dos agregados familiares - se mantém, é também verdade que as relações de solidariedade e de entreaajuda dele decorrentes se fragilizam, como consequência da pressão provocada pela crise económica e pelo alastramento da pobreza. Os deveres e obrigações masculinas tornam-se mais ténues, aumentando ao mesmo tempo a importância económica e social das mulheres no interior das redes extensivas de parentesco. Constituída na sua essência por simples coabitação (em 1991 apenas 6% da população com mais de 15 anos estava legalmente casada) e sujeita aos efeitos de uma poligamia masculina que, em muitos casos, está na base do aumento do número de lares liderados por mulheres, as famílias santomenses são cada vez menos famílias alargadas (os tradicionais *quintés glangjis* estão a desaparecer) e cada vez mais famílias monoparentais, onde a importância dos papeis masculinos tende a esbater-se. Como resultado, são as mulheres quem, hoje em dia, asseguram uma parte significativa das responsabilidades ligadas à educação e subsistência dos filhos. Se pensarmos que o número de filhos por mulher continua a ser elevado (5,4 em 1991), compreendemos porque motivo estes lares monoparentais são um dos sectores mais vulneráveis à pobreza.

A miragem da cidade como centro propiciador do emprego e outras mais valias ausentes do mundo rural contribui também para alguma perda de importância da família tradicional, fortemente hierarquizada e assente num sistema de valores ligados à consanguinidade, à terra e à tradição. Indivíduos deslocados, desenraizados, afluem em grande número à capital e arredores (a população urbanizada passa de 6% em 1960 para 42% em 1992 e 45,9% em 1998). O sentimento de individualismo gerado por uma conjuntura de crise econó-

mica acaba por contribuir para esbater o papel de socialização e controlo que até então cabia à família. As pessoas viram-se obrigadas a multiplicar os seus esforços para poderem assegurar a subsistência. Preocupados com a busca de sustento, os pais são obrigados a abandonar o lar durante todo o dia. Como consequência, deixou de haver tanto tempo para a família, o que provocou o surgimento de fenómenos novos, como os meninos da rua, e o agravamento de outros, como o trabalho infantil ou a exclusão social dos idosos (em 1991 mais de 2000 idosos vivem sozinhos; a situação entretanto agrava-se substancialmente, com o consequente aumento dos casos de intolerância e acusação de feitiçaria).

O papel dos jovens no interior das estruturas de parentesco é também afectado pelas mudanças globais que se produzem na sociedade santomense. O "sentido de família", expresso por um conjunto de maneiras de agir, de pensar e de sentir, transmitidos ao longo das gerações enquanto herança cultural colectiva, é de alguma forma abalado, e eles sentem-no. A alteração do sistema de valores e das normas de conduta dá assim lugar ao aparecimento entre os adolescentes de comportamentos de um novo tipo - individualismo crescente, com quebra de alguns padrões de solidariedade e entreatajuda no interior das estruturas de parentesco; valorização do sucesso pessoal, em detrimento do sucesso familiar; desprendimento em relação às tradições.

A independência do país traz, no entanto, consigo uma mudança lenta mas significativa no *status* dos diversos grupos sociais em S. Tomé e Príncipe, devida sobretudo à massificação do ensino e à consagração da igualdade dos cidadãos perante a lei. Na última década, a privatização e distribuição de terras aos trabalhadores das antigas roças, independentemente da sua origem, contribuiu também decisivamente para esbater o sentimento de desprezo pelo trabalho agrícola por parte dos forros e fomentar o contacto entre os diferentes núcleos da população. O êxodo rural, as migrações internas e a crescente urbanização da população acentuam ainda mais esta tendência, provocando uma crescente interpenetração entre as diferentes comunidades que compõem o

mosaico cultural santomense. Hoje, se já não faz sentido falar numa "comunidade tonga", começa igualmente a fazer cada vez menos sentido falar numa "comunidade caboverdeana" de segunda ou terceira geração.

Se há de facto, na última década, uma mudança cultural de verdadeiro impacto e significado no tecido etno-cultural santomense, não restam dúvidas que é o esbatimento quase completo do fenómeno "gabon", enquanto barreira que separa os santomenses e remete para um estatuto social inferior os antigos serviçais e seus descendentes. A grande mobilidade social promovida pelos factores atrás assinalados traduz-se numa progressiva aproximação entre a comunidade forra e as outras comunidades, facto que pode, aliás, ser comprovado pelo trabalho comum realizado a nível agrícola e pela cada vez maior incidência de famílias mistas.

Cumprindo o seu destino de "nação crioula", onde se misturam sangues de diversas proveniências, S. Tomé e Príncipe prepara-se para integrar completamente na sua cultura a última grande vaga vinda de além-mar - a dos contratados e serviçais das grandes roças do cacau e do café.

Outro aspecto do contexto socio/cultural de S. Tomé e Príncipe, de certo modo relacionado com anterior, a merecer destaque nesta década consiste no surto migratório vindo da costa africana.

Como que a reeditar um passado de grandes contactos com o continente, a S. Tomé vêm ocorrendo, atraídos pelo relativo sucesso do comércio informal centrado na feira do ponto e arredores, pequenos comerciantes Nigerianos, Gaboneses, Camaroneses, Costa Marfinenses, Senegaleses e de outras nacionalidades, cuja presença, não obstante a sua reduzida expressão do ponto de vista numérico, está já na base de determinadas mudanças culturais no xadrez sociológico santomense - no vestuário (os panos e trajes africanos), na música (os ritmos do continente), no artesanato (as esculturas, os jogos tradicionais), etc. É um fenómeno de aculturação e "reinterpretação cultural" absolutamente inevitável quando um povo enceta um processo de abertura ao exterior.

O mesmo se passa em relação à emigração santomense em Portugal.

No plano cultural, S. Tomé e Príncipe

sempre esteve a meio caminho entre a Europa e o continente africano; consequência da tradição histórica, o Continente Europeu sempre serviu de ponte privilegiada para a transferência de valores culturais e padrões comportamentais. Ora, esta "aproximação psicológica" à Europa, continua a ser muito intensa hoje em dia - não só pelo facto de muitos dos membros da actual elite político-administrativa terem estudado em Portugal, como também devido ao crescente retorno sazonal dos emigrantes santomenses radicados em Lisboa e outras cidades portuguesas. Novas tecnologias, formas de construção, modas, músicas, danças e hábitos de consumo, chegam na bagagem desta gente que regressa de quando em quando, para matar saudades da terra e rever os familiares.

Uma outra mudança visível se verifica nos últimos anos: a liberdade e a tolerância decorrentes do processo democrático iniciado em 1990 tiveram assinalável repercussão na prática religiosa em S. Tomé e Príncipe, o que se traduz no irromper de novas confissões religiosas, quase todas de inspiração cristã.

De facto, a acrescer às confissões católica, adventista e evangelista, de longa tradição na sociedade santomense - as duas últimas introduzidas inicialmente nas roças por trabalhadores da Serra Leoa, contratados logo após a emancipação dos libertos (1875/1876) e prosseguidas nas primeiras décadas deste século por serviçais vindos de Angola - assiste-se ao incremento da prática religiosa pelo advento de novas igrejas (Maná, Nova Apostólica, Reino de Deus, Ba'ha, Aprofundamento Cristão, Testemunhas de Jeová, Assembleia de Deus, Deus é Amor, etc) que, usufruindo da liberdade de culto, se vêm implantando no país como resposta ao desânimo e às perplexidades provocadas pela crise económica e social.

O carácter recente do fenómeno e a escassez de dados disponíveis torna, porém, difícil discernir quais são - na óptica das mudanças de comportamento e das suas implicações no desenvolvimento humano - as consequências para o tecido sociocultural santomense dessa proliferação de cultos e mensagens religiosas.

Sociedade de raiz antropológica europeia e africana, a prática do catolicismo veiculada no passado pelos missionários europeus

confronta-se também, desde os seus inícios, com o vigor das práticas animistas de que eram portadores os escravos africanos. A religião católica é assim, desde os primeiros tempos, "forçada" a adaptar-se a essa realidade, o que acaba por se traduzir num sincretismo enriquecedor com outras práticas e cultos de raiz tipicamente africana. Vêm-se, porém, desvanecendo, sobretudo na última década, alguns aspectos importantes desse sincretismo mágico-religioso, como o *pagá-devê* e o *flecê*, rituais fortemente socializadores e com grande popularidade no passado recente.

Refira-se por último as práticas feiticistas e xamanistas cada vez mais populares no país, cuja difusão tem aumentado na razão directa da progressão da crise económica e social. De facto, se estes rituais sempre constituíram peça importante do universo cosmogónico santomense, a verdade é que o seu actual incremento é típico de um contexto sociocultural abalado pela crise económica e pela rápida erosão dos valores tradicionais. Se alguma coisa corre mal isso deve-se cada vez mais, no imaginário colectivo santomense, à feitiçaria. E se dantes o recurso às práticas ocultas ou à participação no *djambi* (ritual de xamanismo oriundo de Angola) era quase exclusivo dos substractos sociais de menor visibilidade, é hoje incontestável que se incrementa o número de indivíduos pertencentes aos escalões superiores da sociedade que demandam os *stlijons*, os *fiticêlos* ou os *terreiros de djambi*.

A comunicação social tem um papel determinante nas mudanças ocorridas a partir de 1990 em S. Tomé e Príncipe. Pode mesmo dizer-se que a rádio e a televisão - se nos ativermos à insipiência da empresa escrita santomense enquanto factor modelador da sociedade - estão na base da abertura ao mundo exterior, fazendo sentir a sua influência em todos os aspectos da vida social.

Pese embora as limitações de natureza humana e material com que vêm há muito convivendo e cujos reflexos condicionam a qualidade dos seus programas, os citados órgãos de comunicação social contribuem significativamente para a integração de S. Tomé e Príncipe no cenário mundial, para além de se terem vindo a assumir como veículos de mudança por excelência, concedendo espaço a novas ideias e motivando

a participação dos cidadãos no processo de mudanças políticas e económicas.

A multiplicidade e a diversidade dos órgãos de comunicação surgidos na sequência da democratização concorrem para fomentar a pluralidade de opiniões na sociedade santomense, para além de terem favorecido uma maior aproximação ao mundo, bem como uma melhor compreensão do processo de crescente interdependência dos povos e culturas, provocado pela expansão das tecnologias da informação e das redes de comunicação mundiais - a globalização.

Toda esta sucessão de mudanças provoca para além das relações concretas derivadas pela melhoria ou não nos diferentes campos, um apreciável grau de mal estar colectivo, perante a dificuldade de assimilar, controlar e dirigir a Mudança que no seu conjunto supõe todo o anterior.

Ligado a esse incómodo partilhado está a incerteza das expectativas sobre o futuro e a aceleração progressiva das mudanças em curso, pois STP vê-se imerso, de forma aparentemente inevitável, no mencionado processo de globalização.

A recente descoberta do petróleo e a sua exploração vai acentuar mais a conexão com o exterior. A chegada de companhias estrangeiras, do pessoal parte do processo, os movimentos de capitais necessários e a abertura de novos serviços associados parecem operar neste sentido.

Por sua parte a cooperação internacional continua disposta a ajudar o país nos novos desafios, ao mesmo tempo que tentará manter a sua influência em função da sua participação chave no processo de desenvolvimento económico do país.

As novas tecnologias, cada vez mais visíveis e disponíveis em STP, vão permitir aos seus usuários um mundo maior com mais possibilidades e opções desconhecidas. O avanço relativo destas comunicações em relação a África subsariana marcará uma diferença a favor dos santomenses, mas ao mesmo tempo irá ser mais consciente as limitações económicas e as dificuldades de participar em boas condições nesse mundo de novas ofertas que se apresentam, o que poderá gerar frustrações.

A previsível integração regional, tendo em conta a experiência das áreas económicas e se quiser aumentar as oportunidades para STP, exigirá também novas e melho-

res capacidades humanas, económicas e institucionais para competir adequadamente, de contrário, a integração será aproveitada mais pelos demais membros do bloco que pelos santomenses interessados.

A constituição de uma zona franca e um acentuado desenvolvimento do turismo também provocará o aumento das mudanças e a necessidade de enfrentar os efeitos previsíveis o mais cedo possível.

Estes feitos apresentam-se de forma desordenada e não tão controlada como se desejaria. A grande questão que se põe é saber se STP, a sua sociedade, as suas instituições, a sua gente poderão enfrentar os desafios derivados de todas estas mudanças ou será a dinâmica própria da mudança que transformará a sociedade, a economia, a política e a cultura de STP sem a necessidade de uma intervenção endógena.

O presente Relatório de Desenvolvimento Humano pretende contribuir para a reflexão sobre o grande fenómeno da Mudança num país como STP, partindo não só da sua conjuntura política, económica e social, como também da sua identidade cultural e as opções abertas de reconfiguração para ajustar-se a um mundo que se globaliza e facilitar melhor o desenvolvimento humano.

Sendo o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento o principal impulsionador desta reflexão, os grupos mais pobres e vulneráveis constituem a máxima prioridade, pelo que a análise e as oportunidades que se apresentam e os cenários no qual poderão vir a desenvolver-se tomam sempre em consideração a visão destes colectivos e os efeitos dos processos sobre os mesmos.

O Relatório está dividido em oito capítulos que mantêm entre si uma relação ordenada, mas, poderão ser lidos de forma independente. O capítulo 1 é a presente introdução que pretende-se expôr o problema central do Relatório.

Parte da posição de STP como um país emergente enfrentando um processo de Mudança geral, manifestado em múltiplas mudanças pontuais, que contrasta de forma muito visível com uma assombrosa continuidade da sua historia comum antes da Independência. Nesta primeira apresentação das mudanças concede-se principal relevância aos aspectos socioculturais pelo enfoque privilegiado que o mesmo tem

neste Relatório e que está associado à importância que pensamos ter a cultura no problema de mudanças em STP. Esta introdução sociocultural facilita também uma informação básica para se poder abordar o capítulo 2, dedicado a identidade cultural.

Uma vez apresentadas as mudanças mais significativas, perfilam-se as que surgirão a curto prazo, devido aos processos internos e externos em curso. Coloca-se à continuação a questão básica relativa aos actores ou actor que devera enfrentar estas mudanças e tratar de orientá-las na direcção desejada, no suposto de serem assim, pois existe a possibilidade real de que as mudanças possam suceder segundo uma dinâmica fora do controlo dos santomenses.

O capítulo 2 aborda duas questões essenciais:

- 1) A complexidade das tensões existentes entre uma sociedade cultural forjada durante séculos pelo domínio colonial e as circunstâncias muito restritivas para o santomense comum emergido no mundo das roças e possibilidade de uma nova identidade a partir das procuras surgidas na nova conjuntura;
- 2) o país possível que pode surgir das Mudanças e o perfil identitário associado, partindo da hipótese de que ainda existe a possibilidade real de construir-se uma nova identidade como a sociedade e como o país, no qual o desenvolvimento humano desempenha um papel fundamental, mas também é factível pensar num cenário que gera uma nova identidade apoiada numa profunda desigualdade de oportunidades e capacidades que sempre marcou a história de STP.

O capítulo 3 debruça-se sobre as mudanças políticas e económicas mais recentes para que se possa dispor de um marco objectivo desde uma aproximação diacrónica.

Depois de se fazer uma breve referência ao período de transição e a evolução da Primeira República, analisa-se com mais profundidade as principais reformas institucionais da Segunda República, a transformação de STP num Estado de Direito e o processo de ajustamento a uma economia livre de mercado. Faz uma revisão dos principais problemas económicos e os indicadores básicos nos últimos 10 anos e dedica uma especial atenção a reforma agrária e os seus primeiros efeitos sociais e econó-

micos sobre a população rural.

O capítulo 4 apresenta um perfil de desenvolvimento humano de STP o mais geral possível, tendo em conta a limitação dos dados disponíveis.

Em primeiro lugar expõem-se as características mais salientes deste desenvolvimento, em comparação com outros países, situando-o com as novas medições no nível de DH médio. Desagrega-se as componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para mostrar as particularidades de STP, que dispõe de uma privilegiada situação relativa a esperança de vida e a educação, mas marginal no seu nível de vida. Em segundo lugar reflecte-se com uma aproximação diacrónica, as mudanças no DH produzidas nos últimos vinte anos, facilitando assim as tendências mais claras. Uma terceira parte está dedicada à análise das iniquidades e os níveis de pobreza existente no país, partindo da importância dos grupos mais desfavorecidos para um estudo destas características. Utiliza-se um enfoque de pobreza de capacidade. Por último sugere-se algumas linhas que deveriam ser respeitadas com o objectivo de melhorar o DH e reduzir as iniquidades detectadas. Os dois capítulos seguintes são sobre os estudos de casos dirigidos a reflexão sobre a realidade da mudança desde distintas perspectivas e posições, dedicando-se um peso específico a subjectividade da mudança a partir da visão dos actores sociais envolvidos.

O capítulo 5 é um estudo realizado na capital de S. Tomé, como modelo das mudanças no mundo urbano.

A diferença do caso rural, aqui parte-se das estratégias populares de luta contra a pobreza, com pouca intervenção dos poderes públicos e ausência total da cooperação internacional, principal investidor e agente do desenvolvimento de STP. A análise permite aprofundar na percepção dos actores sociais sobre as mudanças que estão sucedendo, o futuro que se avizinha e a forma como se enfrenta a situação de incerteza tão marcada; tudo isso desde uma posição marginal dessas pessoas. Neste estudo o valor da cultura reflecte-se em situações reais e de mesmo modo que se ilustram problemas da luta diária associada ao processo de mudanças (por exemplo, a rápida e desordenada emigração do campo para a cidade) permitindo desta maneira penetrar nas formas de se enfrentar estas mudanças.

É um bom exemplo da importância da cultura na Mudança, observada a partir das pessoas afectadas.

O capítulo 6 incorpora no Relatório os que emigraram de STP para terras portuguesas.

Pressupõe um esforço adicional para situar os migrantes no centro do DH já que transcendendo pontualmente o caso santomense, o desenvolvimento humano é de e para as pessoas, independentemente do lugar onde residem. Num mundo em que o movimento das pessoas é cada vez maior não se pode continuar a apresentar o grau de desenvolvimento de cada país excluindo os seus emigrantes.

A distância relativa de STP permite-nos abordar as Mudanças sem a percepção imediata e visível dos que vivem no país. Por outra parte o peso do estudo recai sobre alguns profissionais qualificados que se encontram emersos num mundo europeu, pelo que poder-se-ia abrir novas vias para uma reflexão aproveitando a sua actual intenção. Três propósitos fundamentais pretende este trabalho: em primeiro lugar conhecer a visão dos emigrantes sobre o futuro de STP, tratando de apreciar

os actores e os factores mais relevantes para as mudanças e o DH; em segundo lugar, tentar entender a sua relação com outros santomenses e com STP e a possível participação no seu futuro; terceiro, compreender melhor STP e os santomenses, sobretudo a sua cultura a relação de estes com as mudanças.

O capítulo 7 recolhe uma série de propostas a partir das ideias geradas tanto pelos estudos mais gerais como pelo três estudos particulares.

Não se pretende emitir conclusões definitivas dada a complexidade dos problemas que se apresentam em relação às Mudanças, mas sim abrir um espaço e pistas de reflexão que facilitem o confronto de uma conjuntura real iniludível que possivelmente afectará de maneira profunda o futuro dos santomenses.

O Relatório termina com a bibliografia e os anexos, que reúnem os detalhes metodológicos de cada uma das investigações realizadas e os quadros sobre os diversos indicadores ligados ao desenvolvimento humano (actualizados na medida do possível, considerando as muitas limitações existentes em STP).

CAPÍTULO II

Identidade cultural e desenvolvimento humano

Introdução

A conjuntura das sucessivas e rápidas mudanças descritas de forma sucinta não pode ser enfrentada se não a partir da decisão dos próprios santomenses tendo em conta a sua identidade cultural.

É necessário precisar que não se entende identidade cultural como uma exacerbação de determinados rasgos culturais atribuídos a um colectivo que precisaria deles para a sua existência (o costume romântico relativo ao décimo nono), tão enraizado nos nacionalismos europeus). Pelo contrário, parte-se de uma concepção muito mais aberta na qual os povos constroem e negociam permanentemente a sua identidade cultural, podendo este variar em função de factores complexos. Neste sentido pode-se destacar que parecem desempenhar um papel muito significativo nas imagens mútuas (de grupos-povos implicados), as expectativas de interacção e, sobretudo as aspirações para o futuro. De acordo com o anterior, o facto de querer e chegar a ser um colectivo de uma determinada maneira ou de adaptar-se a modelos específicos, induz a redução da visibilidade de alguns rasgos - os que mais obstaculizam a aproximação ao objectivo - enquanto que os outros adquirem uma presença considerável - pela sua concordância com o desejado -.

Esta forma de conceber a identidade resulta operativa nos casos aplicados (no caso concreto deste estudo) por permitir a aproximação dela desde uma visão dinâmica e flexível das modificações que de facto ocorrem em toda a identidade, sem que implique necessariamente a sua perda.

O que é verdadeiramente importante ter em conta é que a identidade colectiva ligada a cultura pode constituir um apoio chave ou um profundo problema para abordar a mudança, dependendo da coincidência mas ou menos significativa entre ambos. Se a identidade cultural, entendida de forma dinâmica, aproxima-se do perfil que adquire a mudança, será muito mais plausível ajustar a identidade e os processos vinculados a mudança. Se a identidade cultural distancia-se do sentido da mudança é previsível a existência de maiores dificuldades e conflitos de índole diversa que podem reorientar tanto a mudança como a identidade.

Qual é a situação em STP?

Coincidência, aproximação, distanciamento, debate?

Sem poder fazer afirmações acabadas dada a complexidade dos fenómenos e processos em curso, pode-se afirmar que STP experimenta uma dura tensão entre uma identidade apoiada num padrão histórico de longa duração e outra nova identidade induzida a partir de padrões que questionam essa versão tradicional. Mas seria precipitado situar ambas numa posição de força similar ou aproximada, não sendo previsível um conflito aberto imediato e uma reorientação que seja consequência disso. Nesta perspectiva, poder expor o problema com antecedência pode ser um privilegio que deve-se aproveitar, pois que dentro de alguns anos, talvez o conflito seja virulento e com poucas opções para reflexões.

Passemos a expor em primeiro lugar ambos

Para efeito deste Relatório de Desenvolvimento Humano em STP pretende-se afirmar a relevância de partir da identidade cultural para melhorar o DH se a ter a determinadas pautas tradicionais, mas sim naquelas em que os santomenses se identificam como diacríticos para a identidade que desejam assumir. Esta poderá coincidir ou não com uma ou outra característica do passado seleccionado como o mais representativo "do próprio".

modelos para facilitar a compreensão das identidades em jogo.

O padrão histórico tradicional encontra-se profundamente ligado a um sistema de roças que é preciso explicitar.

A roça é, na sua origem, uma unidade de produção, mas ao mesmo tempo desenvolve-se como o espaço onde o sistema social é construído na base dos que chegaram a um local em princípio estranho.

O processo de decadência do sistema de monocultivo do açúcar ao longo do século XVII e a sua substituição por um outro baseado em vários cultivos de subsistência faz com que a roça deixe de ser a antiga unidade de produção, mas continue a ser o modelo de referência social, inclusive no processo de urbanização do século XVIII¹. O cultivo do cacau desde o século XIX volta a fazer recuperar todos os seus valores iniciais.

Esta vivência antecipada da roça como entidade de referência social, política e económica manifesta-se em última instância numa cultura forjada em relação a esta antiga tradição. Esta cultura não fica restringida a esse âmbito rural onde se desenvolve pois que se difunde no conjunto dos santomenses, incluindo os que vivem nas cidades. Isto não implica como é lógico, que as atitudes e visões em relação a essa cultura e o sistema de origem rural associado sejam similares entre os sectores sociais e grupos étnicos. Como em qualquer outro lugar convivem formas distintas de pensar e de reflectir sobre si próprio, mesmo compartilhando o sistema simbólico que dá sentido e faz possível a comunicação.

As características que mais se destacam neste padrão histórico que serve de referência comum são:

1. A criação e reprodução de relações de solidariedade constituídas através de um intercâmbio desigual de favores entre os patrões e os antigos escravos em primeiro lugar e os assalariados depois. Esta lógica de solidariedade encontra-se em STP estreitamente ligada ao estabeleci-

mento de um sistema económico baseado numa mão-de-obra completamente desenraizada. Levados a força para o novo território produz-se uma perda das referências físicas, sociais e simbólicas, traduzindo-se numa desintegração da sua anterior identidade pessoal e colectiva. Como explica Caldeira² os que chegaram a STP perderam até o seu nome próprio e a língua e tentam aculturar-se segundo modelos europeus, produzindo uma brutal reconstrução de uma identidade. As tentativas de reconciliação provocam constantes fugas e revoltas durante séculos, mas os que permanecem nas roças vêm-se obrigados a reconverterem-se, procurando apoio em quem possa garanti-lo. Por outro lado, os que ocupam posições privilegiadas neste sistema das roças, sejam portugueses ou mestiços, podem também beneficiar-se, contando desta maneira com uma mão de obra estável e controlada, aumentando a sua produtividade e o seu poder. Este padrão passa assim a exercer uma função de construtor e garante da ordem social, que se tem conservado ao longo dos tempos, e difundindo-se entre os sectores locais libertados que foram ocupando lugares no poder.

2. O exercício de mediação por parte dos que ocupam o poder simbólico entre a riqueza produzida e a gente comum imersa nos intercâmbios de favores. Vinculado ao estabelecimento de um sistema de apoio mutuo, mas desigual, é a lógica de admitir a acumulação por parte daquele que se encontra na situação de poder. Não estamos falando dos meios convencionais de acumular riqueza numa economia livre de mercado mas de aproveitar essa posição privilegiada, para utilizar os recursos colectivos e públicos para enriquecer, sem ter em conta critérios de propriedade pública ou privada, nem de produtividade, competitividade, mercado etc. O poder de acumulação é assegurado pela posição privilegiada que se ocupa e que está legitimada socialmente pela reprodução desse papel e pela função redistribuidora de quem o exerce. Quer dizer, acumula-se, mas distribui-se, de maneira a aumentar o estatus e ao mesmo tempo reproduz-se o modelo social, dotando-o de coesão, pela aceitação dessa lógica. Esta forma de conceber

1 Ver Caldeira, 1999:72

2 Ver Caldeira, 1999:72

a relação com a coisa pública e a sua manipulação choca frontalmente com o conceito de Estado e de serviço público que opera nos Estados modernos. Entretanto, não é uma peculiaridade de STP, na medida em que se encontra enraizada em outros lugares de África, pelo que o seu desenvolvimento local não deve necessariamente a resultados de valores diferentes dos levados para estas ilhas. Por outro lado, o conceito de Estado moderno não corresponde às formas políticas existentes em África antes da época colonial e, talvez se perceba de uma forma muito distinta aos europeus da denominada função pública.

3 O estratagema de constituir alianças entre os investidores estrangeiros e o patronato local com o objectivo de canalizar benefícios próprios para o exterior do país e gerar novos recursos a partir do exterior. É um facto, que uma grande parte dos recursos dos patrões locais dos países da África Subsariana, podem obter está muito condicionados pelo investimento estrangeiro. Se esta afirmação é válida para a maioria dos países desta parte do continente, muito mais ainda é para STP. Realmente nenhum sector poderia funcionar na actualidade sem esse investimento estrangeiro, mas também no passado não o podia fazer, pois que a própria formação do país realiza-se por e para expatriados, que não tinham interesse em dotar o actual país de uma estrutura económica sólida e uma administração eficiente. Parte-se de princípio que nem os escravos, nem os serviços pode acumular seja o que for para além de que os mais privilegiados utilizam o seu capital para diversificar a economia, desenvolver um sistema bancário local e criar uma mão de obra local qualificada. A saída da mão de obra qualificada portuguesa e o seu capital, a quase que anulam a a possibilidade que se apresenta dos santomenses viabilizarem o país sem apoio exterior. Esta evidência facilita as novas relações e confirma de forma inequívoca o peso do investimento estrangeiro no desenvolvimento económico do país, ao mesmo tempo que consolida o poder dos que formam as novas alianças. Um dos resultados é um país muito dependente do exterior, com a segunda dívida externa per capita mais

elevada do mundo, um PIB formado em mais de 90% por investimento estrangeiro e uns padrões muito fortalecidos em todo o processo.

4 Converter o forro no representante de STP, usufruindo dos seus direitos históricos, afastado do resto dos grupos étnicos que têm uma associação unívoca com o trabalho agrícola. STP é um país resultante de uma amálgama de povos gentes chegadas fundamentalmente de diversas partes de África, desde o seu descobrimento até a actualidade. Áreas correspondentes aos actuais Golfo de Benin, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Gabão - fazendo referência aos continentes mais significativos, mas sem a pretensão de generalizar - forneceram um número considerável de pessoas que passaram a formar parte do tecido etnocultural são-tomense. Mas a lógica da negociação das identidades é diferente da exposição fria dos feitos e a pertença ou não de um grupo a uma categoria não se define em si, mas sim por relações entre todas as partes implicadas, outros factores mencionados tais como as expectativas e as imagens mútuas e fundamentalmente a posição face ao símbolo do poder. No caso são-tomense os forros constituem por si próprios, povo autóctone, representante de STP, em função de uma origem mais antiga, que alguns chegam a situar antes da chegada dos portugueses, embora nada até hoje demonstre inequivocamente esse povoamento anterior existisse. Para efeitos de identidade pouca relevância tem a demonstração, mas sim o acto de excluir outros grupos da condição de representantes de STP. Esta deslocação até aos limites, especialmente dos denominados "tongas" - filhos dos trabalhadores contratados de Angola e Moçambique - parece surgir do desejo dos forros de desvincularem de qualquer associação com a escravatura. O trabalho agrícola executado nas roças está na imaginação do forro ligado a escravatura e, para além desta consideração, a mudança jurídica de escravo a contratado não anula a associação simbólica de origem. Esta digressão e reflexão pode permitir entender um pouco melhor a razão que leva os forros a se erigirem como representantes de STP e a razão histórica desse afastamento do resto dos grupos.

5 Representar a virilidade através da poligamia e de maior número possível de filhos. Uma das características mais representativas do modelo tradicional em STP é o relativo ao sistema de parentesco. Em primeiro lugar por ter sido capaz de manter sem alterações significativas até muito recentemente, o que facilitou a sua utilização como sinal distintivo. Em segundo lugar pela estreita conexão entre o clientelismo e o sistema de parentesco. Do ponto de vista descritivo e explicado de forma sucinta este sistema baseia-se numa rede extensa de apoio mútuo, construída a partir da poligamia e de uma família extensa que absorve uma grande quantidade de membros que se unem por vínculos simbólicos. Estes vínculos procedem das relações de solidariedade construídas em torno do clientelismo, que transcende o intercâmbio meramente material e estende-se à representação simbólica do próprio e do alheio. Isto é, aqueles que fazem parte deste sistema passam a ser membros, por afinidade, de uma família, a que devem lealdade e cooperação, mas de que recebem segurança e assistência específicas. A virilidade inscreve-se nesta lógica proporcionando numerosos membros a essas famílias e reproduzindo um determinado modelo de organização social em que os homens situam-se nas posições do símbolo do poder e as mulheres vão se situando em função da relação estabelecida com os homens, que fundamentalmente é de esposa, união de facto ou de relação de visita. Deve-se sublinhar que esta posição simbólica não corresponde necessariamente à posição económica, pois pode acontecer que as mulheres conservem a sua situação económica, enquanto os homens a percam em conjunturas como a actual. São numerosos os lares mantidos por mulheres, que deixaram de receber mesadas dos pais dos seus filhos. Estas características construídas ao longo dos séculos e ainda vigentes até ao presente parecem reproduzir uma cultura assente em lógicas muito rígidas de relações de poder. Cada característica pode ser entendida respectivamente também como a expressão de relações sociais, políticas, económicas, entre etnias e sexuais de poder. Todas, consideradas conjuntamente, constituem

o sistema simbólico referencial apoiado na tradição.

Que Futuro?

Perante o peso da história e a tradicional construção do sentido são apresentados outros rasgos que o questionam e que podem ter influência nas mudanças em curso e sobretudo, nas que estão por vir:

1. Os mesmos santomenses que ocupam uma posição privilegiada, na perspectiva simbólica, começam a estar conscientes dos problemas de enfrentar as mudanças de uma cultura que se poderia denominar de intercâmbio desigual do "senhor" ou de clientelismo. Este sistema parece-lhes incapaz de proporcionar uma solução razoável à médio prazo, pelo menos nas condições actuais. O sistema de roças que serviu durante tanto tempo de referência simbólica básica e de espaço privilegiado de organização social e económica está a passar por profundas mudanças nas suas dimensões social, económica e política. Como se sabe, STP tem vindo a ser um país de monocultura, embora se perceba que a viabilidade económica seja impossível a médio prazo. Nem a estrutura económica internacional, nem os preços do cacau abrem opções realistas de continuidade. O processo de privatização de terras e os rendimentos decrescentes das antigas empresas rurais confirmam este facto. Para além disso, já se produziu um forte êxodo para a cidade, que não parece vir a interromper-se, pelo que o antigo modelo de uma grande maioria vivendo nos seus micromundos das roças já não existe. Por outro lado, as comunicações possibilitam a abertura dos espaços mais fechados e a tendência é a ampliação dos mesmos, tanto através da rede de estradas, como dos telecomunicações. A repercussão dos meios audiovisuais em si mesmo pressupõe já uma mudança qualitativa fundamental. De igual modo, já não parece tão factível determinar as barreiras que evidenciem as características intrínsecas dos antigos forros e dos trabalhadores das roças chegados no século XIX. O processo de urbanização e o desmoronamento do sistema de roças esbatem os velhos contornos, sem que as categorias e actividades socio-económicas possam facilitar hoje a associação

com grupos étnicos determinados. Todos estes acontecimentos mais a crise económica que atravessa o país e as exigências dos doadores incidem na limitação das margens caducas de controlo social que dificultam a mediação na lógica acumulação-distribuição. Se o despertar da consciência dos santomenses mais privilegiados é crescente, ainda é prematuro concluir que actuarão de acordo com os novos critérios.

2. Existe um crescente capital social com um papel cada vez mais notório na vida pública. Na medida em que os políticos não respondem aos desafios de mudança, o testemunho vai sendo passado para a sociedade civil que anseia participar activamente nos processos nos quais STP se encontra implicado. Os últimos anos têm sido um período de experiências de participação social, da consciencialização das opções de intervenção real nos destinos individuais e colectivos. Surgem Organizações Não Governamentais (ONGs) locais, que se juntam às chegadas do exterior. O espírito do associativismo prolifera e traduz-se em novos actores sociais nas áreas mais diversas. Mulheres, comerciantes, pescadores ou intelectuais organizam-se para juntar esforços e defender os seus interesses. Os empresários e a classe operária começam também a ter alguma preponderância como colectivos, apesar de ainda persistirem bloqueios ao desenvolvimento de sector privado e o facto de uma grande quantidade de mão-de-obra informal ser instável o que não favorecer a sua consolidação institucional. A cooperação internacional fomenta-as e fornece-lhes suporte com a esperança de chegar aonde os políticos convencionais não conseguem e assumem os valores que a nova sociedade civil vai adquirir. Ao mesmo tempo introduzem-se através destas organizações novas ideias e crenças. Não garantem somente as formas sociais ligadas a prioridades materiais ou sectoriais. Mesmo a oferta religiosa multiplica-se, ultrapassando os limites e privilégios anteriores e fazem-no com uma diversidade de matizes próprias de sociedades abertas. As consequências são ainda difíceis de prever, mas a existência de todos estes actores indica o aparecimento de novas tendências que podem desempen-

har um papel de relevo na mudança.

3 A mulher santomense vai tomando consciência das suas possibilidades, da sua situação e do papel crescente na vida política e económica. Ao mesmo tempo uma quantidade significativa de novos profissionais são mulheres e parecem dispostas a participar activamente e conseguir obter maiores quotas de poder em esferas ainda fechadas. Além disso a cooperação internacional mostra-se muito sensível à situação da mulher e as vantagens comparativas de investir nelas como agentes da mudança. O modelo de parentesco baseado na poligamia, as uniões de facto, ter um grande número de filhos em lares diferentes faz com que a mulher jogue um papel chave como chefe de família (num terço dos lares na actualidade). Questões essenciais começam a ser colocadas. Se a situação económica geral, cada vez mais crítica, dificulta o sistema do clientelismo, o sistema de parentesco também vê-se afectado da mesma maneira. Para o homem santomense de hoje é muito complicado manter um certo nível económico e estabilidade de rendimentos, por isso vê ameaçada a sua capacidade de contribuição em vários lares. A mulher santomense suporta, em consequência, cargas crescentes, o que se repercute no modo de entender o velho modelo de masculinidade e na sua vontade de ter a quantidade de filhos quase ilimitada de outrora. A urbanização opera nesta direcção também, pois o valor da mão-de-obra no sistema de roças não é semelhante na cidade, onde os filhos têm muito mais dificuldades para incorporar-se ao mercado laboral. A educação recebida por uma percentagem significativa de mulheres desde a Independência e a crescente proporção, em relação aos homens nacionais, nas universidades estrangeiras pode desempenhar um papel crucial como factor de mudança. Em termos gerais a experiência internacional mostra que um nível mais alto de educação escolar nas mulheres traduz-se numa redução do número de filhos, em retardar tê-los e uma substancial melhoria económica. É certo também que a participação nos centros de poder é fundamental e que as mulheres, apesar da sua formação académica, ficam com frequência relegadas a

um segundo plano. Mas como é lógico há maiores possibilidades de mudança se as mulheres constituírem parte da mão-de-obra qualificada, como começa a acontecer em STP. O factor cooperação internacional pode ser muito importante nesta matéria, dada a forte dependência do país. Na medida em que, as sugestões da cooperação incluam a perspectiva de género, as opções de câmbio multiplicar-se-ão.

4. Apesar da crise económica e a alta mobilidade dos cargos públicos, sobretudo governamentais, a democracia santomense encontra-se fortalecida e apoiada pela população. Foram ultrapassados os riscos de instabilidade grave próprios de alguns países subsarianos. As pessoas valorizam a paz que usufruem e isto permite enfrentar mudanças profundas sem o temor de reacções muito violentas ou golpistas. Na análise da vida política em STP, são muito comentadas as mudanças ministeriais e o que se denomina de "crise de Governo" na Europa. Uma revisão da última década - correspondente a democracia, mas que poderia estender-se até a Independência - permite observar que se sucedem cada ano. Uma previsão tão alta numa democracia consolidada seria observada com grave preocupação, podendo-se catalogar de um Governo muito frágil e instável, quase incapaz de exercer as suas funções. Mas a leitura em STP deve ser um pouco mais cuidadosa. Um sistema social como o que se descreveu marca as instituições do país. As obrigações daí decorrentes não se extinguem pela surgimento de um novo modelo político. O que parece produzir-se é uma adaptação a esse Estado, seja apoiado no partido único ou num regime multipartidário. Na medida em que as relações sociais, de acordo com o sistema do clientelismo, são dinâmicas, as pessoas estão habituadas as mudanças pontuais de referência, sempre dentro dos limites impostos por essas famílias extensas. Isto é, podem mudar umas pessoas, mas não as estruturas sociais as quais pertencem. Esta estabilidade contribui para evitar confrontos radicais, por isso o clima de paz vê-se muito fortalecido. Uma aproximação positiva permite apreciar que, a comparação com muitos outros espaços africanos, STP desfruta

de uma tranquilidade invejável. E este privilégio abre opções claras para realizar reformas profundas, incluindo as democráticas.

5. Nota-se uma forte exigência de ética no exercício dos cargos públicos, ultrapassando a antiga lógica de utilizar este argumento somente para desqualificar os adversários políticos. A sociedade começa a estar farta de corrupção e manifesta essa tendência cada vez mais abertamente. No quadro do que se indicou anteriormente as exigências não se restringem à reforma legal das instituições, mas também ao funcionamento, de acordo com um código ético. Estas críticas são muito significativas num país onde o modelo tradicional pode ser visto como um sistema corrupto na perspectiva do Estado de Direito, pois apresentando dois exemplos claros, considera-se um delito o enriquecimento através de recursos públicos destinados a outros fins, ou o aproveitamento das relações pessoais ou familiares para ganhar um concurso público. A importância da cooperação internacional, tantas vezes mencionada, tem servido para que os santomenses utilizem os argumentos do Estado de Direito contra determinados governos ou pessoas, mas sem que isso obrigasse os denunciante a terem no fundo o mesmo ponto de vista. Serve como instrumento de acordo com critérios de oportunidade e se utilizava segundo os interesses em jogo. Mas hoje em dia as críticas generalizaram-se e não somente entre sectores da oposição política ou de posições sociais marginais. A exigência de ética é feita mesmo entre os familiares dos que ocupam o poder, sem disputá-lo, e isto já indica uma novidade significativa. Também a crise económica actua em certo sentido a favor da exigência de ética, pois à medida em que se estende a pobreza e há um maior descontentamento nos grupos sociais do poder, mais complicado será continuar a ignorar determinados princípios no exercício da função pública.

Que Opções?

Apesar de tudo, ainda é difícil prognosticar qual será o resultado das tensões existentes, mas tudo parece indicar que não se dispõe dum tempo muito longo para controlar as mudanças. O país deve decidir

fundamentalmente entre duas grandes opções, se está disposto a participar de forma activa e não como agente passivo:

1. Reproduzir uma vez mais o modelo de organização social, político e económico baseado numa construção de acordo com o elaborado a partir das roças.
2. Criar as condições para permitir uma cultura aberta na base do desenvolvimento humano. Neste sentido e tomando em conta as aspirações dos santomenses, desenvolver as comunicações e as infra-estruturas acompanhados de melhorias na saúde e na educação e fomentar um turismo sustentável. Igualmente deverá haver um reforço na qualidade das instituições e com uma nova ética da função pública.

O primeiro modelo parece conduzir a uma nova roça, talvez actualmente com um perfil mais turístico e apoiada pelos rendimentos do petróleo. O futuro previsível é a consolidação de uns poucos privilegiados e a crescente marginalização das pessoas comuns.

O segundo pode ser o começo da participação plena do sãntomense no seu desenvolvimento e a oportunidade de decidir o perfil do futuro STP sem que as mudanças se imponham pela sua própria dinâmica.

Ambas opções são ao mesmo tempo uma escolha da identidade colectiva que se deseja construir. Deve-se partir de alguns valores do passado e aos quais deve-se adicionar novos princípios e formas de articulá-los. Deve-se potencializar a unidade na diversidade ou deixar que cada grupo se relacione sem grandes preocupações, se a identidade cultural deve apoiar e apoiar-se no desenvolvimento humano ou deve-se deixar uma vez mais que sejam só critérios políticos ou económicos os que pressionem num ou noutro sentido.

O desafio parece claro e perante o mesmo a cooperação internacional deve contribuir para fomentar a reflexão, o debate e a responsabilidade histórica.

A cultura, como se poderá apreciar com muito maior profundidade ao longo do Relatório, é fundamental para o desenvolvimento humano e no entanto, foi o sector mais esquecido nos programas de desen-

volvimento e de mudança. Talvez por se associar cultura com as manifestações literárias ou artísticas ou com o folclore mais do que com esse sistema que constrói e ordena a realidade e sem o qual não é possível entender nem a singularidade santomense nem a de nenhum outro.

STP tem a oportunidade de abrir um caminho a partir desta constatação, e servir talvez de modelo para outros países africanos, e incluindo os de outros continentes.

1.º A Cultura e o Sistema Produtivo

Ao analisarmos a problemática da Identidade Cultural uma das questões que se nos levanta é saber, até que ponto os Valores Culturais facilitam ou dificultam a Inovação Científica e Tecnológica e a Modernização da Sociedade sãntomense. A Identidade Cultural, tal como a entendemos, significa um conjunto de Valores Culturais de referência que servem de suporte, por um lado, a uma lógica de coesão social progressivamente abrangente e por outro, a construção de espaços identitários resultantes da dinâmica dos diferentes grupos sociais.

Debrucemo-nos um pouco sobre a forma como cada grupo específico se foi posicionando em relação ao trabalho agrícola, que tem sido ao longo dos séculos a mais importante fonte de produção de riqueza e que apesar dos desejos várias vezes expressos do poder pós-independência em nada se conseguiu alterar esta realidade objectiva, até ao presente .

A produção de cacau esteve sempre associada à presença de trabalhadores recrutados no exterior, que atingiu o auge em 1921, com uma população de 38.696 contratados, representando então cerca de 65% da população. A partir da década de 20 começa a queda de produção de cacau que se agrava substancialmente nos anos 50 e 60, com uma produção média que oscila entre as 10.000 e as 11.000 ton por ano.

Como consequência disso, há um progressivo abandono das roças pelos então proprietários que ficam confinados apenas às áreas mais produtivas. Como resultado, inicia-se o êxodo rural que vai prosseguir até

ao presente. Nos recenseamentos de 1981 e 1991, 37% e 38% dos residentes em Água Grande são provenientes de outros distritos, para além disso, 36% da população total vive no referido distrito. Mais recentemente, o Estudo sobre o Perfil da Pobreza em STP, de Maio de 2001 indica que 64% da população habita nos distritos centrais de Água Grande e Mé Zochi, o que mostra a que ponto prossegue a fuga do campo para a cidade.

Face a progressiva degradação do sistema produtivo do cacau e do café, enquanto fontes principais de receita, e as potencialidades do país, quer em termos de beleza natural, quer em termos de localização geoestratégica, que inovações tecnológicas, que alternativas de gestão e que mudanças sociais serão necessárias para que se tenha, noutras actividades geradoras de rendimento, nomeadamente nos sectores de Serviços e do Turismo as actividades complementares ao cacau de que tanto se necessita?

2.º Os Grupos Sociais mais Importantes

Podemos considerar que actualmente a população está dividida em quatro grupos distintos: Os Trabalhadores Rurais; os Pescadores; os Forros e a Elite; a Nova População Urbana e os Marginalizados.

Os Trabalhadores Rurais

O sistema de plantação exige uma mão de obra importante, cujo recrutamento se faz no exterior no início proveniente essencialmente de Angola e Moçambique. A partir dos anos 1950, Cabo Verde torna-se a fonte principal de fornecimento dessa mão de obra, forçados a abandonar o seu país, como consequência da seca. Recrutados como trabalhadores sob contrato, eram designados serviçais, mais tarde contratados.

Nas roças a organização do trabalho era baseada em relações socioprofissionais

fortemente hierarquizadas e especializadas em complemento das distinções raciais. Cada grupo social, mesmo no seio da população nativa (forros, longuias (naturais da ilha do Príncipe) e angolares) é caracterizada por trajectórias profissionais diferentes no seio das plantações. Os forros e lon-

guias ocupavam funções inferiores na administração colonial, exercendo várias tarefas nos escritórios, oficinas e nas escolas e hospitais. Os angolares realizavam trabalhos ocasionais, como corte de árvores, transporte do cacau por via marítima até ao cais e pesca para assegurar peixe fresco à roça. Os descendentes dos trabalhadores contratados nascidos em STP são designados **tongas** e constituem hoje a larga maioria da população das roças, na medida em que mesmo antes da independência tinha cessado a vinda de novos trabalhadores, vindos do exterior.

A distribuição de terras introduziu uma profunda alteração no sistema produtivo do cacau e do café, na medida em que tornou detentores de posse de terras, antigos assalariados que no entanto, não foram treinados para tomar iniciativas, nem actuar como camponeses, devendo tudo isso passar por um grande processo de aprendizagem.

Os trabalhadores rurais constituem comunidades bastante fechadas nas quais, contudo, não há muito o espírito de comunidade. Como essas pessoas são oriundas de lugares e culturas diferentes, e são obrigadas a partilhar um espaço físico superlotado, elas esforçam-se por manter alguma privacidade, evitando relações demasiado estreitas com os vizinhos. São pessoas que vêm, na sua grande maioria do exterior, não podendo por isso contar com apoio familiar. Também não têm muitas ligações com outros indivíduos fora das suas comunidades.

Os Pescadores

Os **angolares** mostraram sempre uma grande vocação para o mar. Não surpreende portanto, que tenham desenvolvido a capacidade de explorar os recursos marinhos, como meio de subsistência. As aldeias piscatórias foram surgindo sempre ao longo da costa e a pouco e pouco foi-se verificando a integração de populações doutras origens. Além da pesca, estas populações também fazem canoas e utensílios ligados às artes de navegar. Utilizam barcos motorizados e integram como profissionais as tripulações das embarcações modernas. Nestas comunidades, as mulheres dedicam-se não só à venda e salga do peixe, como também a outros pequenos negócios.

No conjunto, representam cerca de 9% da população total. Eles formam um grupo que viveu sempre isolado e no período pós-independência recusaram-se a engrossar as fileiras do funcionalismo público, tendo sido sempre reconhecidos como trabalhadores independentes. Por esta razão estavam melhor preparados para se adaptarem às Reformas Estruturais introduzidas a partir de 1987, com vista a assegurar uma economia de mercado. Como resultado da peste suína africana e outras doenças que reduziram substancialmente a pecuária nacional, associado às limitações decorrentes das disponibilidades financeiras para importação, tornou-se cada vez mais relevante a importância económica deste grupo. Com efeito, a pesca contribui com 40,00Kg/hab/ano para o consumo da proteína animal, enquanto que a pecuária entra com apenas 4,00 Kg/hab/ano. Por outro lado, os rendimentos auferidos na pesca não baixaram tanto como nas outras actividades económicas, ao longo dos últimos anos.

Os Forros e a Elite

STP foi a partir do século XV um entreposto para o comércio marítimo destinado ao tráfico de escravos e os portugueses estabeleceram aí uma economia de plantação visando a produção de cana de açúcar. Devido à escassez de colonos brancos e à ameaça de doenças tropicais foram encorajadas as uniões inter-raciais entre europeus e africanos e foram sendo gradualmente concedidos direitos iguais aos negros livres e mulatos(forros), permitindo-lhes participar activamente na economia e nos assuntos políticos locais. Essa elite nativa não estava unida, mas sim profundamente dividida em facções rivais. Estas proeminentes famílias crioulas dominaram a câmara municipal e o clero católico local e competiam, por um lado entre si, por outro com os colonos e funcionários coloniais brancos pelo poder político e económico. O sistema de autoridade tripartida entre a igreja, o governador e a câmara municipal, provocou contínuas lutas políticas, cujos efeitos polarizadores numa sociedade pequena e insular contribuíram para uma constante instabilidade e consequente incerteza da administração local. Em consequência disso desenvolveu-se e estruturou-se uma importante rede de parentesco e irmandades religio-

sas, enquanto fontes de solidariedade e de acção colectiva entre os forros. Foi depois da recolonização das ilhas, em meados do século XIX, que a elite nativa perdeu o seu poder político e económico efectivo a favor dos portugueses, que estabeleceram largas plantações de cacau e café em terras adquiridas ou extorquidas aos forros e importaram milhares de trabalhadores contratados de Angola e Moçambique e mais tarde de Cabo Verde.

O grupo social mais numeroso e importante é o dos forros. A descendência familiar, a posse de uma pequena parcela de terra (gleba), a recusa de trabalhar nas plantações que era parte intrínseca da sua identidade e cultura, a filiação em instituições católicas e nas associações culturais tornaram-se atributos exclusivos da categoria forra. Concentrados em aglomerados dispersos, conhecidos como luchans, em bairros e associações culturais e religiosas, a sua vida social continuou estruturada em torno de redes pessoais baseadas no parentesco e nos vínculos entre patronos e cliente

As relações patrono-cliente e os laços familiares entranharam-se profundamente na sociedade são-tomense. O papel desempenhado pelas irmandades e famílias fundamentais as raízes históricas da lógica cultural específica que rege vastas redes de solidariedade, contribuindo para as pressões sociais actuais.

A distribuição geográfica dos forros faz-se por todo o país, com particular incidência nas zonas do centro e arredores da capital, onde estão concentradas as regiões das glebas(pequenas propriedades agrícolas familiares que raramente ultrapassam 1,00 a 2,00 ha e que normalmente se transmite por herança) e quintais (logradouro em torno da residência familiar). Um dos indícios de assimilação neste grupo dominante é a posse de qualquer tipo de propriedade rural: gleba ou quintal. Admite-se que o grupo forro possa representar cerca de 45,0% da população.

É também um grupo estratificado: há uma camada instruída e com ligações internacionais composta por umas centenas de famílias que constituem a elite. Estas pessoas têm familiares que vivem no estran-

geiro, já lá viveram ou estudaram no exterior e é possível que tenham meios investidos no estrangeiro. Neste aspecto não se pode ignorar o que tem significado, como melhoria do rendimento global de um certo número de reformados, as aposentações pagas em Portugal aos antigos funcionários que serviram no período colonial. Os restantes membros deste grupo são artífices, funcionários públicos, empregados de empresas públicas e privadas e pequenos proprietários.

Os integrantes deste grupo partilham no geral o mesmo sistema de valores e podem alargar as relações sociais através de laços familiares, amizades fiéis (feitas nos bancos da escola), clientilismo político, etc.

A Nova População Urbana e os Marginalizados

Como foi visto anteriormente os centros urbanos e muito particularmente, as zonas periféricas da capital vêm sendo invadidos por antigos trabalhadores agrícolas que fogem das difíceis condições de vida no meio rural, jovens em busca de emprego e mulheres de baixa condição social que desejam abandonar as relações domésticas. Este segmento da população que tem um nível de vida precário, não tem acesso aos recursos naturais, nem tem a possibilidade de recorrer ao apoio de uma estrutura familiar, que eventualmente nunca terá existido, ou que se desfez, quando os custos financeiros para a manter se tornaram demasiado elevados. Estes grupos, são os mais vulneráveis e constituem uma boa parte dos 54% da população que vive abaixo do limiar da pobreza ou os 15% que vivem na pobreza extrema. De salientar que estas pessoas não partilham os mesmos valores, nem contam de um modo geral com qualquer tipo de apoio.

A Dinâmica dos Grupos Sociais

Alguns acontecimentos determinaram que houvesse uma profunda Mudança na lógica do relacionamento social. Com efeito, após a independência desencadeou-se um processo que punha em causa os valores do sistema colonial e que se traduziu na generalização do ensino básico, na gratuidade dos serviços médicos e medicamentosos e na efectiva igualdade dos cida-

dãos perante a lei, proporcionando-se a possibilidade de participação política e afirmação social, independentemente da sua origem. O serviço militar obrigatório estendido a todos os cidadãos de sexo masculino, maiores de 18 anos e aptos para tal, foi outro importante factor de integração.

Estes factos fizeram atenuar as diferenças sociais, particularmente entre as massas de forros e os trabalhadores rurais. Mais recentemente, com o processo de distribuição de terras, os trabalhadores rurais transformaram-se em pequenos proprietários agrícolas habilitando-se, deste modo, não só a assegurarem uma fonte importante rendimento para si e para a sua família, iniciando assim um percurso de auto-suficiência e independência a que não estavam habituados, assim como permitindo a sua mais fácil integração na economia de mercado em construção.

Embora nos encontremos num país profundamente religioso, onde mais de 90% da população aceita ou pratica a religião cristã, a cultura religiosa não parece ter contribuído grandemente para Mudanças Sociais no sentido de uma maior justiça social. Não se pode, no entanto, negar a importância e o contributo da religião cristã e das várias religiões e seitas que mais recentemente têm proliferado pelo país, como forma de assegurar uma relativa paz social que se tornou já parte dos valores culturais são-tomenses.

Ficam, no entanto, algumas questões que carecem de discussão e debate de modo a podermos definir de forma mais precisa qual o contributo que cada Grupo Social pode aportar ao processo de Mudança visando o DH:

I) O que é que une os são-tomenses ?

II) Qual pode ser o papel da Religião, enquanto factor de unidade entre os são-tomenses ?

III) Será que a grave Crise de Autoridade por que passa actualmente o país tem que ver com uma orientação e cultura políticas inadequadas para assegurar o diálogo entre o Estado e a Sociedade ou decorre essencialmente da incapacidade do Estado em garantir os meios de sobrevivência dos cidadãos, mesmo

contando com um largo apoio da cooperação internacional?

- IV)** *Face ao imobilismo secular que caracteriza a sociedade e a economia são-tomenses será possível desenhar um quadro social que integre num mesmo projecto de sociedade segmentos da população que os circuitos económicos ainda mantêm separados?*
- V)** *Face às imensas carências com que a sociedade são-tomense se debate, porque*

não apoiarmo-nos nos métodos participativos de solução de problemas (habitação, saneamento do meio, mobilização de poupanças, etc), de modo que na base de uma divisão de trabalho menos especializada e sobretudo socorrendo-nos de acções de Solidariedade /Reciprocidade (Quitumbu, Xiquilá, etc) enraizadas nas tradições culturais, possamos encontrar solução para alguns dos graves problemas sociais que nos afectam?

CAPÍTULO III

Mudanças Políticas e Económicas

Introdução

As Mudanças verificadas durante a década de 90, correspondiam a duas reivindicações do povo, a saber, **Democracia Política e Liberalização Económica**. Porque quer uma, quer outra, são processos relativamente morosos, vamos no essencial, socorrer-mo-nos da legislação então publicada conformadora das novas opções, embora nos servamos também de indicadores específicos, com os quais contamos traduzir de forma objectiva a evolução observada. Não nos podemos, no entanto, esquecer que a maior ou menor capacidade de resposta da economia e da sociedade santomenses está intimamente associada à forma particular como se desenvolveu a história económica do país, nos séculos mais recentes.

A capacidade de resposta da sociedade às mudanças está largamente ligada à rigidez social herdada da história, que conduziu à justaposição de grupos sociais num modo de funcionamento social caracterizado por uma economia de renda (virada para a monocultura do cacau e do café); uma forte dependência em relação ao exterior; uma fraqueza da iniciativa individual e a ausência de um verdadeiro projecto social que seja aglutinador.

Com efeito durante mais de cem anos o sistema de produção e exportação do cacau permaneceu no essencial o mesmo, com recurso durante muito tempo à mão de obra vinda do exterior, primeiro escrava e depois recrutada de forma forçada nos outros países de expressão portuguesa. As grandes companhias proprietárias das terras que ocupavam cerca de 93% de todo o territó-

rio do país, para além de não se interessarem por outros produtos que não fossem os destinados à exportação, fizeram tudo para dissuadir a sua produção e desenvolvimento, concentrando nos seus territórios, não só as sedes sociais das companhias, como também as habitações dos trabalhadores e as instalações sociais, o que levou a que os estudiosos do caso santomense de produção de cacau falassem de ilhas transformadas em "fábricas rurais".

Por outro lado, as graves fraquezas institucionais do país decorrem em grande medida da limitada capacidade estrutural do Estado em gerir as Mutações Sociais necessárias à diversificação das fontes de riqueza e de oportunidade de emprego.

Em qualquer dos casos, o reforço das capacidades de gestão e de iniciativa constitui um elemento chave das Mudanças, quer se trate do sector privado, cuja dinamização condiciona o desenvolvimento das oportunidades de rendimento directos e indirectos, quer seja o sector público para o qual as capacidades necessárias devem ser criadas a fim de que o Estado possa assegurar correctamente a sua função reguladora e a sua missão de orientação e seguimento estratégico.

Também aqui se torna necessário esclarecer que de uma função totalitária inicial, em que o Estado se encarregava de tudo, produzir, controlar e regular, nos encontramos hoje, em fase de construção de uma outra realidade onde se estimula a iniciativa individual e a participação, não só sob ponto de vista político, esforçando-nos por consolidar o processo democrático, como

criando uma economia de mercado aberta à iniciativa e participação do cidadão, forçando deste modo a redefinição do papel do Estado.

Nesta perspectiva, o trabalho que a seguir se apresenta, traça nos dois primeiros capítulos, a evolução da situação política, económica e social na I e II Repúblicas e nos outros dois, a articulação entre essa evolução e o desenvolvimento humano.

Evolução da Primeira República

Evolução Política

Os **ideais** que conduziram à independência nacional em 1975 animaram e deram corpo a uma política social extremamente voluntarista que deu frutos até ao início da década de 80, suportados, no essencial, pelos preços do cacau relativamente elevados no mercado internacional, assim como uma razoável produção interna. O país atingiu uma esperança de vida de 67 anos e uma mortalidade infantil de 84 por cada mil nados vivos. No domínio da educação os indicadores melhoraram significativamente, tendo-se atingido um nível de alfabetização de 94%, para os jovens dos 10 aos 24 anos, o que colocava STP muito acima dos outros países africanos ao sul do Sahara.

A primeira Constituição Política da República estabelecia os órgãos clássicos de soberania - o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os Tribunais - mas não havia de facto separação de poderes. Com efeito, os membros do Bureau Político do MLSTP (Movimiento de Libertacao de Sao Tome) faziam parte da Assembleia Nacional e do Governo, assim como os dirigentes das organizações de massas, nomeadamente os da Juventude e das Mulheres.

Estava na lógica do poder de então, que a mesma pessoa ocupasse simultaneamente funções em diferentes órgãos de soberania. O Governo não resultava da vitória num processo eleitoral e os seus membros eram nomeados e demitidos segundo o livre arbítrio do Presidente da República, embora houvesse um Primeiro Ministro. O Presidente da República era eleito pela

Assembleia Nacional Popular, sob proposta do MLSTP e era ao mesmo tempo, presidente do partido no poder, Chefe do Governo. O Primeiro Ministro era um simples coordenador da acção governativa, sob as ordens do Presidente da República. Só em 1987, no quadro da liberalização política e económica em curso, se procedeu a uma emenda à Constituição Política, criando o cargo de Primeiro Ministro, que passava a ser Chefe do Governo.

Em Dezembro de 1989, na fase final da "guerra fria", o regime de partido único realizou uma conferência nacional para a qual foram convidados são-tomenses de várias tendências políticas. Os principais problemas do país foram identificados, tendo-se chegado à conclusão que o regime devia democratizar-se. Foi anunciada uma nova revisão da Constituição que acabou por ser aprovada pela Assembleia Nacional Popular, em Março de 1990 e ratificada, por Referendo Popular, em Agosto do mesmo ano.

Política de Envolvimento do Cidadão

A crise económica que se iniciou em 1981, foi-se acentuando com o tempo sendo particularmente agravada pela seca que se verificou em 1982 e 1983. Devido a acentuada baixa de receitas, o Governo via-se sem meios para importar, de forma regular e atempada, os géneros de primeira necessidade, enquanto que no plano interno, se constatava uma grande baixa de produção alimentar de origem local devido a seca. A profunda crise económica e social trouxe consigo a crise política, ao despertar as consciências dos cidadãos, particularmente da sociedade civil e do sector privado nacional.

Os maus resultados da política económica adoptada até aí, determinaram a necessidade do Governo dotar as instituições públicas de uma maior capacidade de organização e gestão, que se consubstanciaram num programa de Ajustamento Estrutural, adoptado em 1987.

Depois de um longo período de gestão estatal quase exclusiva da economia nacional, o Decreto-lei nº 32/87, de 31 de Dezembro, surge num contexto marcado pelo início do

PAE e pelas primeiras tentativas de liberalização económica e mais tarde, de abertura política. O referido decreto "preconiza o afastamento do Estado da esfera económica, de forma a garantir a reabilitação das estruturas de produção ou de serviço e o estabelecimento de mecanismos de enquadramento susceptíveis de envolver e responsabilizar o maior número possível de cidadãos na exploração dos recursos e dos resultados do seu trabalho".

Ele define igualmente as modalidades para o afastamento do Estado da gestão das unidades produtivas, destacando-se que as mesmas deviam ser feitas por cedência de Empresas ou parte de uma Empresa aos cidadãos para exploração e usufruto colectivo ou individual. Esta exploração deviam reger-se por contrato entre o(s) cidadão(s) e o Estado, através do organismo de tutela, com o visto do Ministério das Finanças.

Evolução Económica

O período pós independência foi marcado por um grande desafio que consistia em dar a devida atenção aos profundos problemas estruturais que dificultavam o esforço de desenvolvimento, nomeadamente a extrema fraqueza das instituições e os grandes desequilíbrios económicos, facto que não tendo acontecido originou a estagnação do sector produtivo. À data da independência o corpo técnico e os quadros da administração portuguesa abandonaram o país, deixando uma frágil capacidade administrativa, a inexistência de um sector privado estruturado, quer nacional, quer estrangeiro e um conjunto de unidades agrícolas em declínio há já várias décadas.

Pode-se dizer que a estratégia de desenvolvimento então adoptada compreendeu duas fases distintas. Uma primeira fase que se seguiu imediatamente à independência e em que a pretensão de diversificar a economia e a inexistência de dívida externa, conduziram a contracção de avultados créditos comerciais por parte do Estado, a um ritmo insustentável para a economia.

Os investimentos foram realizados em sectores onde o país não tinha vantagens comparativas, pelo que não produziram os resultados que se esperavam e os atrasados da dívida contraída foram-se acumulando.

A situação foi substancialmente agravada pela queda abrupta dos preços do cacau no mercado internacional no início da década de 80, a que se associou uma baixa generalizada de produção e produtividade. A produção do cacau que constituia o esteio fundamental da economia, caiu de 10.000 ton, em 1975, para 3.900ton, nos meados da década de 80. Face a escassez de receitas, o Governo adoptou uma política expansionista de crédito visando cobrir os défices das empresas públicas estatais.

A inflação disparou, com uma taxa de câmbio nominal fixa, a taxa de câmbio real apreciou-se, os preços reais no produtor também, diminuindo a competitividade e agravando a situação da balança de pagamentos. Estava criado o quadro para a grave crise económica que iria marcar toda essa década.

A segunda fase do esforço de desenvolvimento conta com o apoio financeiro da comunidade internacional, na forma de créditos concessionais e donativos, que se concretizaram, essencialmente, a partir de 1985. Neste ano, foi aprovada uma linha de crédito multi-sectorial do Banco Mundial, cobrindo sectores como agricultura, energia e infraestruturas, num esforço para atender aos problemas com que se confrontava o país.

Em 1987, tornou-se claro para o Governo que as políticas económicas seguidas após a independência não estavam a resultar. O PIB per capita caiu significativamente dos níveis da década de 70, havia uma enorme dívida externa e graves desequilíbrios das contas externas. O rácio da dívida externa passou de menos de 1% em 1975 para cerca de 100% em 1987. As receitas de exportação tinham aumentado apenas 43%, no mesmo período e, em 1987, cobriam apenas 35% dos custos da importação, sendo a diferença financiada com ajuda externa e acumulação de atrasados. É neste contexto que o Governo decidiu aplicar um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), tendo sido aprovado o primeiro Crédito de Ajustamento Estrutural do IDA, em Maio de 1987, sendo igualmente suportado pelos apoios à balança de pagamentos concedidos pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pela Suécia, para além da assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Durante o período que vai de meados de 1987 a meados de 1990, o Governo fez esforços para estabilizar a economia. Houve uma maior disciplina fiscal, complementada com uma prudente política monetária que conduziu à redução da inflação. Foi também levada a cabo uma política de câmbio mais realista que levou a depreciação da dobra em termos reais, em cerca de 75%.

Paralelamente a isso, o Governo começou a liberalizar o comércio e os preços, quebrando o monopólio das empresas estatais de comércio e desmantelando o sistema de controlo dos preços. Os subsídios aos bens alimentares importados foram eliminados. No entanto, as tarifas de água, electricidade e transporte não foram ajustadas com a frequência necessária para assegurar que fossem suficientes para cobrir os custos operacionais das respectivas empresas. Iniciou-se igualmente, a reforma das empresas públicas que se traduziu na liquidação, reestruturação e privatização de várias empresas estatais comerciais e industriais, assim como a reforma da administração pública, que arrancou em 1988, com apoio do PNUD. Os modestos resultados, até então, conseguidos se deveram, em parte, à má concepção do projecto e à fraqueza da respectiva assistência técnica.

Em consequência dos resultados positivos obtidos, foi acordado com o FMI o primeiro crédito de ajustamento, Facilidade de Ajustamento Estrutural (SAF), aprovado em Maio de 1989, cobrindo o período de 1989 a 1991. A queda dos preços do cacau no mercado internacional fez com que não fosse possível atingir as metas previstas para 1989. Com base nessa situação o FMI adiou as negociações com vista a obtenção do segundo SAF para 1990, optando pela execução de um Programa sombra com o país.

Face aos critérios de elegibilidade de então, duas condições eram indispensáveis para que o FMI retomasse o Programa com STP, ou seja, assegurar a viabilidade externa da economia a médio prazo, i. é., por três anos e, dar provas de uma boa e continuada execução das metas previstas.

Dois factores vieram inviabilizar completamente a possibilidade de se retomar o

Programa com o FMI em 1991, o primeiro, foi a contracção de um empréstimo, em termos comerciais, em 1988, para a aquisição de casas pré-fabricadas italianas, no valor de 13,8 Milhões de dólares americanos, para ser reembolsado a curto prazo, o que agravou substancialmente a situação da dívida externa do país. O segundo foram as despesas incontroladas e fora do orçamento realizadas aquando das eleições legislativas e multipartidárias em Janeiro de 1991.

Evolução da Segunda República

Com a aprovação da nova Constituição Política referendada em Agosto de 1990, é estabelecida uma ruptura com o sistema de governação em vigor de 1975 a 1990, como resultado da profunda revisão constitucional realizada. É assim que se convencionou chamar de II República ao novo quadro político-institucional, criado com a aplicação da nova Constituição.

Nos termos da nova Constituição, a soberania do Estado são-tomense pertence ao povo que o exerce através de sufrágio universal, igual, directo e secreto. O MLSTP, partido único no poder de 1975 até 1990, deixava assim de o ser, passando a existir o multipartidarismo.

Aos cidadãos passou a ser reconhecida a liberdade de consciência, de religião, de culto, de criação intelectual, artística e científica, a liberdade de expressão, informação, reunião, manifestação e associação bem como o direito à vida, à integridade pessoal, à identidade e à intimidade. A todos é reconhecida a igualdade de direitos e deveres perante a lei, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção filosófica. Do mesmo modo fica estabelecido que a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida política, económica, social e cultural.

Estão consagrados na nova Constituição os quatro órgãos de soberania, nomeadamente Presidente da República, Assembleia Nacional, Governo e Tribunais.

O Presidente da República é eleito, por sufrágio universal, directo e secreto para

um mandato de cinco anos. Ele é o Chefe de Estado e o comandante supremo das Forças Armadas, representando o Estado, garantindo a independência nacional e assegurando o regular funcionamento das instituições.

A Assembleia Nacional composta por 55 deputados é eleita por sufrágio universal, directo e secreto, para um mandato de quatro anos e é o mais alto órgão representativo e legislativo do Estado.

O Governo é politicamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia Nacional e é o órgão executivo e administrativo do Estado, a que cabe conduzir a política geral do país.

Os Tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo, sendo independentes e estando sujeitos apenas às leis. As decisões dos tribunais são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades.

A nova Constituição consagra o sistema de governo semi-presidencial, definido pela coexistência de um Governo parlamentar e de um Chefe de Estado de tipo presidencial.

Mudanças Políticas na Década de 90

Caracterização da Situação em 1990/91

Após a realização do Referendo popular que aprovou a nova Constituição em Agosto de 1990, seguiu-se uma grande movimentação política e o despertar da sociedade civil que se organizou para intervir de forma mais activa e participativa nas acções tendentes a definir o futuro da nação.

Ainda em 1990 foi aprovado e publicado um conjunto de legislação eleitoral e básica para a garantia dos direitos, e liberdades fundamentais, assim como para a implementação da democracia representativa. Estão neste quadro as Leis do Direito do Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral; da Nacionalidade; dos Partidos Políticos; do Estatutos dos Titulares de Cargos Políticos; das Comissões Eleitorais e a Lei Eleitoral.

A Lei do Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral fixa a obrigatoriedade do recenseamento para todos os cidadãos nacionais maiores de 18 anos que não estejam feridos de incapacidade eleitoral. Diz ainda que as entidades recenseadoras devem, independentemente da promoção dos interessados, inscrever nos cadernos eleitorais todos os titulares de direito de voto ainda não inscritos, de que tenham conhecimento.

A Lei da Nacionalidade define as condições de atribuição, aquisição, perda e reacquirição da nacionalidade santomense.

A Lei dos Partidos Políticos define como partidos políticos as associações que concorrem, em liberdade e igualdade, para a formação e expressão da vontade política do povo, nos termos da Constituição e das leis da República. Estabelece ainda a completa liberdade de criação de partidos políticos, ao indicar que não depende de autorização, a formação de qualquer partido político. Impõe, que todos os partidos tenham carácter ou âmbito nacional e proíbe partidos de carácter ou âmbito regional ou local. Estabelece por outro lado, que só podem ser associados ou militantes de partidos políticos, os cidadãos santomenses, com mais de 18 anos de idade, no pleno gozo de direitos políticos.

O Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos fixa o início, a posse, o termo do mandato e os poderes, para além dos direitos, deveres, regalias e imunidades dos titulares dos cargos políticos. Define, ainda, os titulares de cargos políticos como sendo nomeadamente, o Presidente da República, os Deputados e os Membros do Governo e, em casos devidamente tipificados, também os titulares de altos cargos públicos, sendo como tais considerados aqueles, cuja nomeação resulte da aplicação do princípio da livre designação, baseada em razões de especial confiança ou responsabilidade e, como tal, sejam considerados por lei.

A Lei Eleitoral e das Comissões Eleitorais, estabelecem que o Presidente da República e os Deputados à Assembleia Nacional são designados mediante eleição baseada no sufrágio universal, igual, directo, secreto, e periódico dos cidadãos, nos termos da lei. Indicam ainda que o

sufrágio é um direito pessoal, inalienável e irrenunciável e o seu exercício constitui um dever cívico. Determinam também que o processo eleitoral implica a liberdade de propaganda, a igualdade das candidaturas e a imparcialidade das entidades públicas e privadas. Para garantir a observância da liberdade, igualdade e imparcialidade são criadas Comissões Eleitorais, Nacional e Distritais para organizar o processo eleitoral. A Comissão Eleitoral Nacional exerce a sua competência relativamente a todos os actos de recenseamento e de eleições para órgãos de soberania e de poder local. Por outro lado, indicam que as Comissões Eleitorais Distritais, cada uma dentro da área da sua jurisdição, funcionarão sob as orientações da Comissão Eleitoral Nacional e cumprirão as funções determinadas por lei.

É neste quadro completamente novo e de profundas Mudanças políticas que surgiram vários partidos políticos entre os quais, o Partido da Convergência Democrática, Grupo de Reflexão (PCD-GR), que viria a ganhar as eleições legislativas em Janeiro de 1991, enquanto que a legalização do MLSTP teve relevância constitucional.

Verifica-se assim em 1991 uma verdadeira alternância política com a vitória de uma nova força política nas eleições legislativas e novo Presidente da República nas eleições presidenciais de Março do mesmo ano.

Mudanças Políticas durante a Década

Muito cedo, os efeitos sociais resultantes das primeiras medidas macro-económicas adoptadas pelo novo Governo despertaram o descontentamento da população que habituada ao ambiente gerado pelo Estado providência vivido na Primeira República, via assim defraudadas as expectativas criadas com o advento da abertura democrática.

Assistimos assim ao longo da década a queda sucessiva de Governos, um dos quais após uma moção de censura interposta pela sua própria base de sustentação parlamentar (o MLSTP/PSD em Setembro de 1996).

Como reflexo dessa instabilidade, o país conheceu sete Primeiros Ministros ao longo da década, a uma média de quase um

por ano, facto que naturalmente terá sido responsável pelos modestos resultados alcançados ao longo da década, quer sob o ponto de vista económico, quer em relação aos indicadores sociais.

O balanço da evolução da situação política na década de 90 é no entanto positivo se compararmos com os acontecimentos ocorridos um pouco por todo o continente, onde os conflitos armados marcam de forma trágica a situação de degradação económica e social.

Apesar da instabilidade verificada, a situação nunca chegou a um ponto de descontrolo total, mesmo quando nos referimos à tentativa de golpe militar ocorrido a 15 de Agosto de 1995, a que pelos seus contornos, analisistas houve que preferiram denominá-lo de "pronunciamento militar de 15 de Agosto".

As eleições legislativas (Janeiro de 1991 e de 1994 e Novembro de 1998) e presidenciais (Março de 1991, Junho de 1996 e Julho de 2001) decorreram sempre num clima de paz, onde cada cidadão pôde exprimir-se livremente e sem grandes agitações, tendo-se verificado alternâncias significativas quer em relação a mudanças de Governo, quer em relação às eleições Presidenciais que recentemente deram origem à eleição de um novo Presidente da República.

Porém, o quadro das Mudanças políticas é ainda incipiente, quer pela fragilidade das instituições, quer pela não realização cabal do processo regular de instalação e funcionamento do poder autárquico e regional.

Sistema Judiciário

O I Governo da II República fez publicar um Decreto, transferindo as competências da Polícia de Investigação Criminal do Ministério da Defesa e Ordem Interna para o Ministério da Justiça, sendo posteriormente publicada a Lei orgânica da referida polícia. Tratou-se de um passo importante com vista a garantir que os tribunais sejam capazes de cumprir cabalmente as suas competências e poderes constitucionais, nomeadamente administrar a justiça e assegurar a defesa dos direitos e interesses dos cidadãos.

No mesmo quadro foi aprovada e publicada a Lei de Base do Sistema Judiciário. O novo poder legislativo em cumprimento da norma constitucional, estabelece a separação de poderes entre os órgãos de soberania e a independência do poder judicial. Através dela se consagra a independência dos tribunais e a sua autonomia financeira. Por outro lado, definem-se as categorias dos tribunais, hierarquizando-os para fins de recurso e cria-se o Conselho Superior Judiciário que é o órgão de auto-governo da Magistratura, superintendendo na sua gestão e disciplina.

Foram igualmente aprovadas a Lei Orgânica do Ministério Público e os Estatutos dos Magistrados, assegurando-se, deste modo que o Ministério Público seja o titular da acção penal e o órgão do Estado encarregue de, nos tribunais, representar o Estado, defender a legalidade democrática e promover os interesses postos por lei ao seu cargo. Fica também consagrada, por lei, a autonomia do Ministério Público em relação aos demais órgãos do poder central e autárquicos, caracterizada pela sua vinculação a critérios de legalidade e objectividade e pela exclusiva sujeição dos magistrados e agentes do Ministério Público às directivas, ordens e instruções previstas na lei.

Através dessa legislação que moderniza o sistema judiciário, fica estabelecido que os Magistrados Judiciais não podem ser responsabilizados pelas suas decisões, excepto nos casos especialmente previstos na lei e os efectivos não podem ser transferidos, suspensos ou demitidos, senão nos casos previstos na lei. As Magistraturas Judicial e do Ministério Público são independentes uma da outra e os Magistrados do Ministério Público são responsáveis e hierarquicamente subordinados.

Liberdades e Direitos Fundamentais

A Constituição santomense considera que a liberdade de expressão e de informação, constitui um dos princípios essenciais de uma sociedade democrática e uma das condições basilares para o seu desenvolvimento, assim como para o de qualquer ser humano. Do mesmo modo, no quadro do direito de reunião e manifestação diz que

os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público. A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação, nos termos da lei.

As leis de Imprensa e do Direito de Reunião e de Manifestação, aprovadas e publicadas em 1993, vem regulamentar esses direitos. A lei de imprensa reafirma o apego aos princípios da livre circulação da informação e ideias, e da independência da comunicação social, atendendo à sua importância para o desenvolvimento da cultura e para a livre formação de opiniões, em condições que permitam salvaguardar o pluralismo e a igualdade de oportunidades entre todos os grupos e os partidos políticos democráticos. No que concerne ao direito de reunião e manifestação, a lei aclara os limites iminentes do exercício destes direitos fundamentais, assegurando a sua execução na vida real, disciplinando o modo e uso e prevenindo conflitos.

A consagração constitucional de mecanismos de economia de mercado, bem como da diversidade de sectores de propriedade de meios de produção exige que se regulamentem os direitos, liberdades e deveres dos trabalhadores por conta de outrem. É assim que foram aprovadas e publicadas em 1992, as Leis Sindical, da Greve e do Regime Jurídico das Condições Individuais de Trabalho.

Por elas se estabelece que todos os trabalhadores têm direito à greve. O direito à greve é exercido nos termos da lei, visando apenas a salvaguarda dos interesses sociais e profissionais legítimos dos trabalhadores, bem como da economia nacional. Define-se a greve como sendo a recusa colectiva e concertada da prestação de trabalho por parte dos trabalhadores por conta de outrem, tendo em vista a defesa e promoção de interesses profissionais comuns. Diz-se que nenhum trabalhador pode ser prejudicado por motivo de adesão ou não adesão a uma greve. Fixa-se também que os trabalhadores são obrigados a prestar durante a greve, os serviços necessários à segurança e manutenção dos equipamentos e instalações, de modo que, terminada a greve, a actividade possa ser retomada em condições normais.

Quanto aos sindicatos estabelece-se que os trabalhadores têm o direito de constituir associações sindicais para defesa dos seus direitos e protecção dos seus interesses socio-profissionais. A lei consagra também a independência dos sindicatos. As associações sindicais são independentes do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas, sendo proibida qualquer ingerência destes na sua organização e direcção, bem como o seu recíproco financiamento.

Está consagrado na Constituição que todos os trabalhadores têm direito a retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna. Relativamente ao trabalho das mulheres, a lei garante às mulheres a igualdade com os homens, em oportunidades e tratamento, no acesso ao emprego e no trabalho.

Poder Local e Regional

A consagração constitucional do princípio da autonomia do poder local e da descentralização da Administração Pública, no quadro global da organização democrática do Estado, impõe que seja dada a devida relevância aos aspectos inerentes à definição das atribuições das autarquias locais, à competência dos respectivos órgãos, ao estatuto dos eleitos locais e ao respectivo sistema de tutela administrativa.

Foi neste quadro que foram aprovadas e publicadas as Leis Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, das Finanças Locais, Quadro das Autarquias Locais, da Autarquia Especial designada Região do Príncipe e os Estatutos Remuneratórios dos Cargos Políticos Especiais e Regionais. Através delas se define que as autarquias são sufragadas pelos votos das populações locais e têm autonomia administrativa, financeira e patrimonial, dispendo de poder regulamentar próprio, dentro dos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autoridades com poder tutelar. A tutela sobre a gestão patrimonial e financeira das autarquias locais é meramente inspectiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia dos órgãos do poder

local. O mandato dos órgãos das autarquias locais e da Região do Príncipe é de três anos.

A organização das autarquias compreende a divisão de poderes entre um órgão deliberativo, a Assembleia Distrital, responsável pela aprovação das linhas essenciais da política autárquica, e um órgão executivo, que concebe e executa as políticas, a Câmara Distrital. No caso específico da Região do Príncipe são órgãos do poder, a Assembleia Regional e o Governo Regional.

As primeiras e únicas eleições locais do país, tanto autárquicas, como regionais tiveram lugar, respectivamente em Dezembro de 1992 e em Julho de 1995. Hoje, os mandatos tanto dos órgãos autárquicos, como dos regionais estão largamente ultrapassados.

Evolução da Situação Económica ao Longo da Década de 90

Caracterização da Situação durante o Ano de 1991

O novo Governo instalado, em Fevereiro de 1991, na sequência da vitória eleitoral do mês anterior tinha pela frente uma tarefa extremamente difícil. Por um lado, realizar acções, visando alterar a situação de extrema miséria e dificuldades com que se confrontava a população e ao mesmo tempo manter e sustentar a adesão popular para se assegurar a vitória nas eleições presidenciais dois meses mais tarde, e, por outro lado, dar resposta tão urgente quanto possível ao profundo descontentamento da comunidade doadora que se exprimia essencialmente, através dos representantes das instituições de Bretton Woods perante o incumprimento verificado particularmente, durante a segunda metade do ano de 1990.

Face ao incumprimento do ano 1991, a resposta era de que devia haver medidas inequívocas e urgentes indicando a vontade política de repôr o PAE sobre os carris. O dilema era como conciliar medidas duras e draconianas para com uma população que já vinha sofrendo os efeitos dessas medidas sem ver resultados palpáveis e sem acreditar nelas e por outro lado, solicitar a essa mesma população que votasse pela

Mudança nas eleições presidenciais dois meses mais tarde. A saída, foi prolongar as negociações e assumir os compromissos apenas para o fim do I trimestre, isto é, logo a seguir às eleições presidenciais.

Com efeito, a inflação acelerou e a taxa de câmbio que já se tinha apreciado em 22% durante o ano de 1990, voltou a apreciar-se em 15%, durante os primeiros seis meses de 1991. Em Maio de 1991 a dobra foi desvalorizada em 21% e os preços do combustível foram ajustados de modo que o efeito da desvalorização se transmitisse aos consumidores. Lamentavelmente porém, estas medidas foram consideradas muito fracas e de efeitos duvidosos, eram necessárias medidas mais duras e convincentes.

Em Agosto de 1991, o novo Governo tomou medidas mais fortes para a estabilização da economia e relançar as reformas estruturais mais importantes. A dobra foi mais uma vez desvalorizada, em 38% para se obter o nível de câmbio dos finais de 1989. Para além disso, o Governo adoptou o "crawling peg", a desvalorização deslizante para gestão do câmbio e a obtenção de uma resposta mais atempada ao incremento da inflação. Paralelamente a isso, foram adoptadas medidas restritivas na política fiscal e monetária. As tarifas de electricidade foram aumentadas em cerca de 50%, enquanto que as taxas de juros foram substancialmente incrementadas para se tornarem reais e positivas em função da inflação.

Relativamente às reformas estruturais, foi publicada a legislação sobre a distribuição das terras, iniciou-se uma profunda reforma fiscal transformando todas as taxas específicas em taxas "ad valorem" e estabeleceram-se as bases para levar a cabo a profunda reforma do sistema financeiro cuja legislação foi publicada no ano seguinte. No domínio comercial foram completamente abolidas as margens de lucro que ainda limitavam a comercialização de três produtos: feijão, arroz e óleo alimentar. Como não podia deixar de ser, o conjunto dessas medidas e a sua dureza tiveram um efeito político devastador sobre o Governo recentemente instalado, situação substancialmente agravada pelas divergências de pontos de vista entre o Governo e o

Presidente da República sobre a premência das medidas adoptadas pelo Governo.

Estava assim criado o ambiente de difícil relacionamento que iria marcar a coabitação entre o Presidente da República e o I Governo da II República.

As notórias diferenças de ponto de vista entre o Governo e o Presidente da República sobre a urgência, profundidade e extensão das reformas e das medidas de ajustamento provocaram a demissão dos governos do PCD-GR.

Evolução da Situação durante a Década

Evolução do PIB

Ao avaliarmos a performance da economia saotomense somos levados a concluir que os resultados são muito modestos. Já o tinham sido na década de 80 e continuavam a ser na década seguinte. Com efeito, nos dez primeiros anos que se seguiram à independência, o PIB real por habitante diminuiu em cerca de 30%. No período entre 1986 e 1995 em termos reais o PIB aumentou anualmente apenas +1,2%, ou seja um valor muito inferior à taxa de crescimento médio anual da população (+2,6%). Convém assinalar que só a partir de 1995 se tem verificado uma relativa melhoria, sendo respectivamente: em 1995 em 2,0%; em 1996, em 1,5%; em 1997, em 1,0%; em 1998, em 2,5% e em 1999, em 2,5%. Contudo, face ao controlo da inflação que em 2000 passou a escala de um dígito, o ritmo de crescimento do PIB real, a partir deste ano, ultrapassou o ritmo de crescimento da população para se situar entre 3,5% e 4% em 2001. Este aumento não se deve à agricultura porque devido sobretudo à fraca produtividade, sua participação no PIB tem estado a diminuir durante os últimos anos. Como principal fonte de emprego do país, a agricultura foi diminuindo a sua participação no PIB ao longo do período. Em 1994 a participação da agricultura no PIB dominada pelo cacau representava 25,5 %, cinco anos depois, caiu para 20,7%. Esta tendência manteve-se, sobretudo com a queda da produção do cacau que atingiu cerca de 2900 toneladas em 2000. Por conseguinte, o ritmo de crescimento da riqueza pode não ser proporcional ao processo de redução da pobre-

za porque ela concentra-se fundamentalmente nas zonas rurais.

No sector secundário em que a construção tem uma participação preponderante (68%), também tem tido um comportamento descendente. Em 1994 tinha uma participação de 20,1% e em 2000 baixou para 14,4%. Face a esta situação, o sector terciário tem adquirido protagonismo na formação do PIB do País. Já em 1994, a sua participação representava 55,4% para atingir 58% em 2000. Neste sector, o destaque vai para a Administração Pública que tem tido de 1996 a 2000 uma participação média anual no sector terciário na ordem de 38%.

Embora marginais, os outros sectores de serviço onde se destaca o turismo têm tido um ritmo de crescimento que importa salientar. Em 1994 representavam 5,9% do PIB, tendo conhecido uma retoma no crescimento que atingiu 7% do PIB em 2000.

Conclui-se que a agricultura na qualidade da principal fonte de rendimento do país, apesar de avultados investimentos feitos no cacau (USD 50 milhões), como foi dito anteriormente, tem estado a diminuir a sua participação no PIB. Isto significa que o país deve encontrar com urgência alternativas ao cacau. Tudo parece indicar que para além do petróleo que mudará por certo a fisionomia do país, as alternativas fundamentais estão na produção de bens alimentares com vista a alterar o quadro das importações do país e o turismo cujo potencial ainda não está sendo explorado.

Investimentos Públicos

Os investimentos públicos constituem, desde a independência um dos principais motores do crescimento. Ao longo do período de 1990-2001 as despesas de investimento público efectivamente realizadas oscilaram entre 17,00 e 24,00 Milhões de USD, com uma média de 20,50 Milhões de USD por ano. Em 2001 para uma previsão de despesas de 40,70 Milhões de USD, foram apenas efectuadas 20,22 Milhões de USD. É preciso salientar a extrema dependência do PIP em relação ao exterior. Ao longo da última década a situação agravou-se substancialmente passando de 84% em 1990, para 95% em 1999. Em 2000 a percentagem de finan-

ciamento externo foi de execução de 93,5%. Contudo em 2001 graças ao contributo dos Fundos HIPC a participação interna no financiamento do PIP foi de 2,4 Milhões de USD, o corresponde a 11,9% do total do investimento realizado, ficando assim claramente evidenciado a importância dos Fundos da Iniciativa HIPC.

Finanças Públicas

Em relação às Finanças Públicas o balanço da década não é muito melhor. Depois de uma pequena melhoria entre 1991 e 1993, com a manutenção de um saldo corrente positivo do OGE, verificou-se uma nova deterioração das finanças públicas em 1994, com um saldo deficitário de cerca de 29% do PIB. Após um significativo esforço de estabilização com resultados positivos em 1995, verificou-se uma nova degradação em 1996 e 1997, com saldos primários negativos, respectivamente de -4,7% e -0,7%. A situação alterou-se a partir de 1998, sendo de assinalar saldos primários excedentário de +0,7% do PIB, de +1,3% em 1999 e de 2,1 do PIB em 2000. Contudo, a partir do segundo trimestre de 2001, devido sobretudo a instabilidade institucional que se gerou com o desencadeamento do processo eleitoral, verificaram-se importantes derrapagens que originaram o incumprimento das metas orçamentais. Assim, de um saldo primário de 2,7% do PIB programado, passou-se a um déficit de -9,9% do PIB. Neste sentido, conclui-se que STP tem tido um comportamento oscilante em matéria do rigor na execução das despesas públicas.

Balança de Pagamentos

No que respeita a balança de pagamentos é conhecida a sua extrema e crónica dependência em relação às ajudas externas. A balança comercial que é estruturalmente deficitária e dependente de praticamente um só produto de exportação, teve a sua situação agravada com a queda dos preços no mercado internacional, sobretudo a partir do início da década de 80. A relativa melhoria dos preços a partir de 1993, não teve grande significado no aumento do valor das exportações, que se situaram entre os 4,00 e os 5,00 Milhões de USD. As exportações atingiram 6,4 Milhões de USD em 1998 e tiveram um

incremento de 10% em 1999. A partir de 2000 houve uma melhoria para se atingir um montante de 17,7 milhões de USD em 2001, onde se destaca o papel do sector de serviços com uma participação de cerca de 77%. Quanto às importações elas evoluíram de 28,00 Milhões de USD para 32,00 Milhões de USD entre 1991 e 1995.

Há que assinalar uma redução nos últimos anos, embora as estatísticas disponíveis não sejam muito fiáveis. Em 1998 as importações orçaram em 18,00 Milhões de USD e conheceram um incremento de 32% em 1999, invertendo a tendência decrescente para atingir o valor de 43.4 Milhões de USD em 2001, em que os serviços não factoriais representam 46%. De 1991 a 1996, os produtos alimentares representaram 20 a 25% do total das importações, enquanto que os produtos petrolíferos se situaram na ordem dos 7 a 15%. A fraca cobertura da balança comercial, o pouco peso das receitas provenientes do turismo e das transferências dos emigrantes são-tomenses no exterior, assim como os elevados custos dos transportes dos produtos destinados à STP, constituem factores de pressão sobre a balança de transacções correntes.

Assim, esta tem vindo a deteriorar-se (excepto as transferências sem contrapartida), ao longo dos anos, passando de (-) 23,00 Milhões de USD, ou seja 37,3% do PIB em 1986, para (-) 53,80% do PIB em 1997, agravando-se em 2001 para 64,1% do PIB. Constata-se pois, que os rácios ultrapassam em muito os valores normalmente admitidos.

Problemática da Dívida

Tal como se indicou anteriormente em consequência dos empréstimos contraídos para financiar os investimentos públicos - pesados e de rentabilidade duvidosa - a dívida externa do país cresceu fortemente ao longo dos anos 80. Ela elevou-se para mais do dobro entre 1984 e 1989, para atingir nessa altura cerca de 136,00 Milhões de USD.

Durante a década de 90 a dívida continuou a aumentar, particularmente devido a acumulação de atrasados, e empréstimos concessionais atingindo em finais de 1999, o valor total de 289,30 Milhões de USD. O

valor actual da dívida é cerca quatro vezes o PIB e mais de quarenta vezes o montante das exportações anuais do país. Entretanto, o serviço da dívida externa corresponde a mais de 60% das receitas anuais de exportação e tem um peso considerável no OGE, equivalendo a cerca de 31% das receitas correntes para o exercício de 2001.

A estrutura da dívida externa são-tomense é dominada pela parte multilateral (57%) cujos principais credores são: BAD (30%) e o Banco Mundial (23%), enquanto que a dívida bilateral se fica pelos 47%.

Em Maio de 2000 o país conseguiu com os credores bilaterais agrupados no CLUB de PARIS, um alívio do serviço da dívida até Abril de 2003 de 67%. Assim, foi atingido um alívio de cerca de 26 Milhões de USD, dos quais 20 Milhões de USD são atrasados. No quadro multilateral, o Governo concluiu as negociações com o FMI, graças a estabilidade política e o cumprimento do plano macro-económico, que conduziu a assinatura de um Programa de Redução da Pobreza e Crescimento Económico no 1º semestre do ano 2000. Este programa, previsto para 3 anos, deverá permitir à STP preencher as condições para a renegociação da sua dívida externa no quadro da iniciativa HIPC. Contudo, como foi dito anteriormente, face às derrapagens verificadas na gestão das Finanças Publicas, o programa em causa foi suspenso em 2001 e adoptado um programa de referência que visa repor o rigor no controlo das despesas publicas.

Reforma Fundiária

No final da década de 80, com os mais baixos preços desde 1975 a situação económica das empresas era bastante difícil. O Estado viu-se obrigado a reconsiderar o modelo resultante das nacionalizações,

Fonte: Avaliação do Impacto do Projecto de Privatização (AGRO.GES/CINFORMA)

Empresa	Montante (US\$)
Empresa Estatal Bela Vista	10.000,000,00
Empresa Estatal Uba Budo	8,000,000,00
Empresa Santa Margarida	18,000,000,00
Empresa Monte Café	14,000,000,00
Total	50,000,000,00

afastando-se progressivamente da gestão das então 15 propriedades.

Desta forma o Estado deixaria de ter o pesado encargo do pagamento dos salários e beneficiaria ainda, pelo menos indirectamente das receitas geradas pelas novas empresas que, de origem privada, iriam certamente aplicar sistemas mais eficientes de gestão.

Algumas das 15 empresas (as melhores) beneficiaram então de importantes financiamentos destinados à sua recuperação. Quatro delas através de contratos de gestão e duas com contratos de arrendamento. Estes contratos foram estabelecidos tendo como base planos de reabilitação das plantações que envolveram importantes volumes de crédito externo.

Mais uma vez a solução implementada não colheu os frutos desejados. A pesadíssima estrutura das empresas e a continuação da baixa do preço do cacau, provocou um desinteresse por parte das empresas gestoras que, na sua quase totalidade, desistiram dos contratos de gestão. Mais uma vez, o Estado "herdou" pelo menos parte das suas propriedades e, naturalmente, a sua gestão.

Assim, em 6 de Maio de 1992, a República Democrática de S. Tomé e Príncipe e a Associação Internacional de Desenvolvimento estabeleceram um Acordo de Crédito de Desenvolvimento, para financiar o Programa de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP). Este programa tinha por finalidade primeira aumentar e diversificar a produção agrícola através da privatização das plantações estatais e da promoção do desenvolvimento da pequena propriedade.

Fonte: Gabinete de Reforma Fundiária, Julho de 2000

Com a privatização, aumentaria a eficiência da produção, eliminar-se-iam as perdas financeiras das plantações e proporcionar-se-iam incentivos para a diversificação em produtos alimentares e outras colheitas pelo sector privado e pelos pequenos proprietários.

Como objectivos centrais do projecto encontravam-se:

- Aumentar e diversificar a produção agrícola no território;
- Aliviar a pobreza rural;
- Melhorar a gestão dos recursos naturais.

Os benefícios previstos na formulação do projecto eram:

- redução do défice do sector estatal mediante a redução do excesso de funcionários;
- aumento da produção alimentar nacional e redução das importações; (aumento de 65% na produção anual de alimentos)
- inversão do contínuo declínio das exportações (esperava-se um aumento de 60% nas exportações no final do projecto)
- protecção dos recursos florestais e o ambiente.

Os beneficiários seriam favorecidos com o acesso à terra, o ultrapassar da dependência de salários insustentáveis e o aumento do seu "status social".

Até Junho de 2000, o Gabinete de Reforma Fundiária (GRF) actuou numa área bruta de 41.682 ha (mais precisamente 41.681,87 ha) dos quais 14.617,57 ha atribuídas à pequena empresa familiar e 4.369,2 ha a médias empresas. Nestas áreas era incluída a reconfirmação das áreas atribuídas no âmbito do processo de envolvimento do cidadão.

	Áreas distribuídas (até 30/6/2000)		Distribuição prevista (até ao final do PPADPP)		Total do PPADPP	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Pequenos Agricultores	14.616	77%	1.206	23%	15.822	65%
Médios Agricultores	4.369	23%	3.972	77%	8.342	35%
Total	18.985	100%	5.179	100%	24.163	100%

Em termos globais, o PPADPP distribuiu até aquela data 18.984,77 ha, cifra muito próxima aos 20.000 ha previstos no Acordo de Crédito.

Segundo as informações da Unidade de Gestão do Projecto (UGP), até Julho de 2000, foram distribuídas terras a 6448 pequenos agricultores dos quais cerca de um terço não residiam nas comunidades. Em área, foram distribuídos aos pequenos agricultores 14616 ha. Até ao final do programa, serão ainda distribuídos, cerca de 1200 ha o que corresponderá a mais de 400 agregados familiares

O PPADPP abrangerá assim uma população de mais de 7000 famílias (cerca de 35 mil pessoas), ou seja cerca de um quarto da população de São Tomé e Príncipe e metade da população rural. Em termos de área, estas pequenas parcelas atribuídas representarão mais de 40% da área agrícola do país.

A evolução da condição social

A passagem de assalariado (trabalhador agrícola ou não) a agricultor trouxe importantes modificações no estatuto dos das pessoas envolvidas. Para os que eram trabalhadores agrícolas apesar de haver um conhecimento da tarefas a efectuar e de um acompanhamento das necessidades das culturas, as novas exigências eram significativas

- Responsabilização pela condução da exploração e tomada de decisões;
- Necessidade de melhor conhecimento do ciclo das culturas;
- Domínio das tecnologias de produção;
- Noções de Planeamento de actividades (trabalho, terra, culturas, ...)
- Fim de receitas monetárias regulares e "garantidas";
- Capacidade financeira para investimentos;
- Alteração dos hábitos de trabalho.

Mesmo ao nível da sociedade foi todo um sistema de ocupação e organização do território que foi posto em causa e que ainda hoje, passados 8 anos do início do processo, não foi normalizado.

De facto toda a estrutura da sociedade estava assente nas roças (coloniais primeiro,

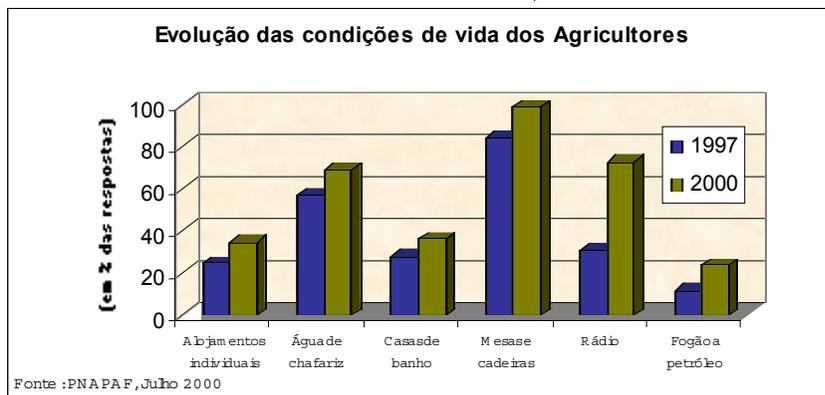


Gráfico 1

estatais após a independência e depois de 1985 algumas sob gestão privada). Com o desmembramento das roças, verifica-se um vazio de poder local, que apenas parcialmente tem vindo a ser ocupado pelas associações de pequenos agricultores.

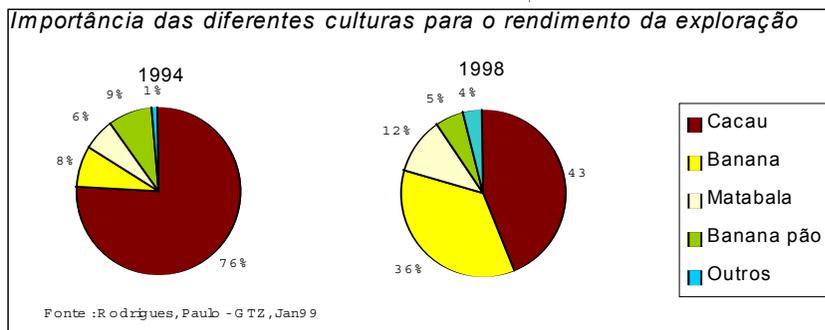
Condições de vida

A deterioração das infra-estruturas e dos serviços de apoio social foi-se acentuando ao longo dos anos. Com o processo de privatização esta situação agravou-se em bastantes aspectos. A causa principal está no abandono do estado, que deixou estas infra-estruturas, enquanto que as médias e grandes empresas constituídas nem sempre se interessaram pela sua manutenção (pois acarretava enormes custos) e ainda pela total ausência de capacidade financeira dos pequenos agricultores em assumirem este tipo de despesas.

Embora com alguma lentidão, foram sendo efectuadas algumas beneficiações, sempre a cargo de ONG's e de Doadores internacionais, a maioria externos ao PPADPP. Destaque-se neste caso o PNAPAFF e o programa de Luta Contra a Pobreza.

Assim as comparações efectuadas entre 1997 e 2000 permitem evidenciar algumas

Gráfico 2



■ **Mudanças Políticas E Económicas**

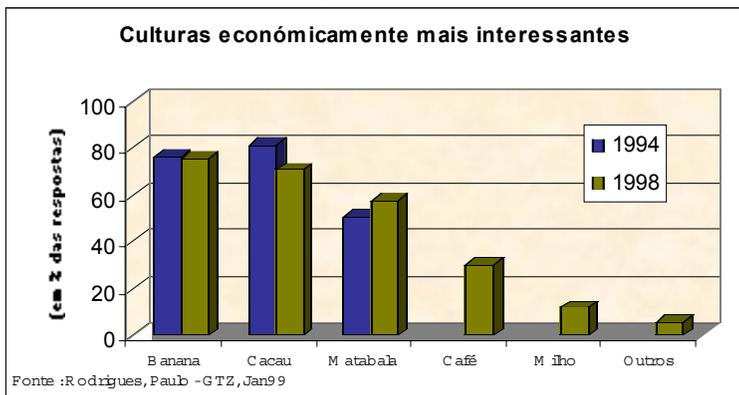


Gráfico 3

melhorias nas condições de vida das populações rurais inquiridas, embora parte destes indicadores esteja igualmente relacionados com a evolução dos rendimentos dos agricultores.

Refira-se ainda que no âmbito do PPADPP foram construídas, na componente realojamento 304 casas até Julho de 2000 (estavam inicialmente previstas 400) destinadas a famílias que moravam fora das plantações.

Actividades Praticadas

Uma importante parte dos agricultores receberam terras que já não eram cultivadas há muito tempo, encontrando-se "encapoeiradas". É uma situação que à partida se prende com a pressão sobre a terra e que leva a distribuição de área que, as condições económicas das roças esta-

Gráfico 4

tais tinham obrigado a abandonar por falta de rentabilidade.

O programa de apoio ao desbravamento de terras previa o desbravamento, "abertura" de 200 ha tendo sido efectuados 140 até ao final de Julho de 2000.

Na sua maioria estas parcelas possuíam cacau, tendo-se a actividade inicial dos agricultores centrado na introdução de culturas alimentares. Esta tendência intensificou-se com o decorrer do processo do privatização, agudizada pelo decréscimo do preço do cacau e pelas pragas de Rubrocintus.

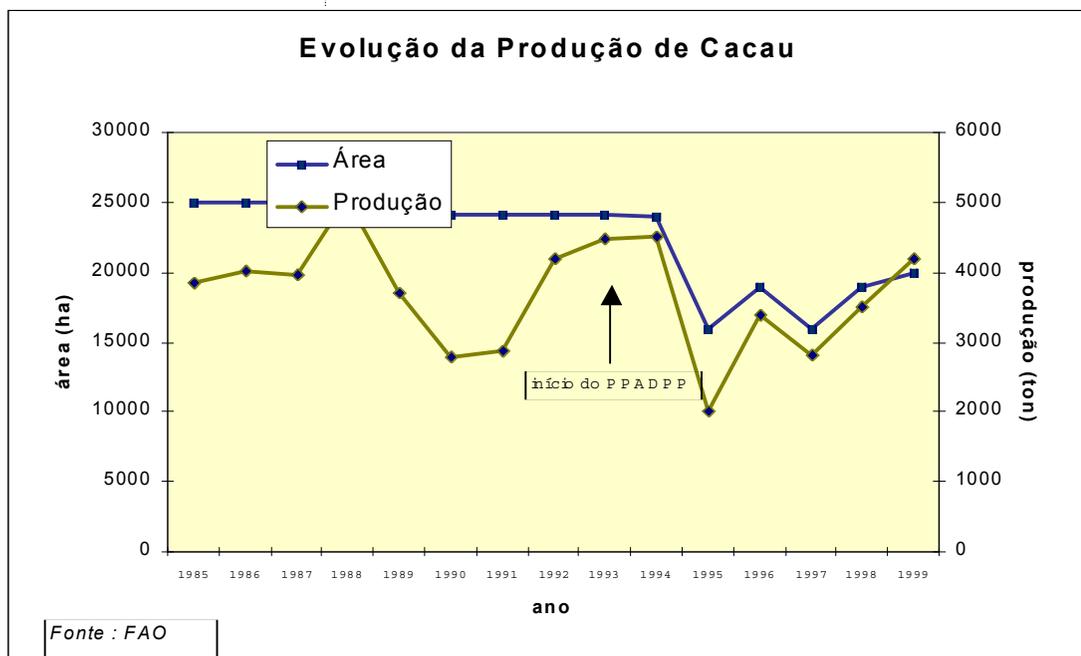
Assim, a importância do cacau no rendimento das famílias tem progressivamente vindo a decrescer.

O interesse pelas novas culturas está bem patente no gráfico seguinte :

O café tem mesmo sido a cultura industrial que mais tem interessado os pequenos agricultores, à qual recentemente se têm juntado as fruteiras e a pimenta.

Acesso aos mercados e comercialização

Como resultado do incremento da produção de culturas alimentares começaram-se a fazer sentir sintomas de saturação dos mercados, quer com matabala quer com



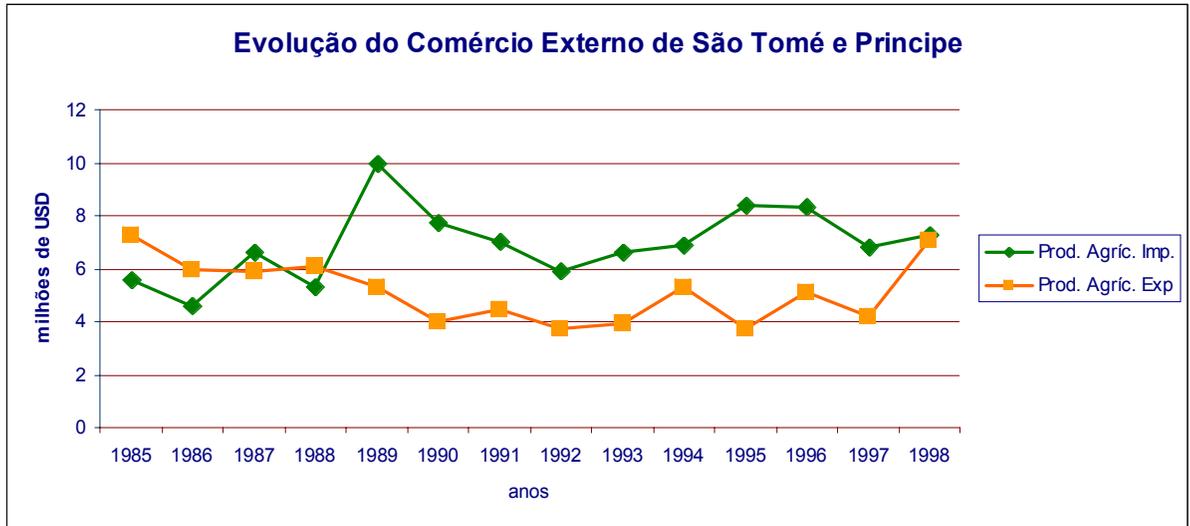


Gráfico 5

hortícolas e frutícolas (prejudicada igualmente pela sazonalidade da produção). As produções são vendidas directamente no mercado ou, a operadores "informais": palaiês que posteriormente revendem no mercado local.

A transformação dos excedentes e a busca de novos mercados (exportação) aparecem como únicas possibilidades de inverter esta tendência, uma vez que o crescimento do mercado interno dificilmente acompanhará o verificado na capacidade de produção.

Mesmo a produção de cacau, destinada às grandes e médias empresas de transformação aparece com problemas, ligada com o grande baixa de preços no mercado internacional e com o reduzido interesse dos operadores privados em ir comprar cacau aos sítios mais distantes e de acesso mais difícil.

Acréscimo de produtividade

Na sua formulação inicial eram previstos significativos aumentos da produção agrícola de STP. Teremos claramente de distinguir dois tipos de situações:

- A produção de cacau que ficou praticamente ao mesmo nível;
- A produção de culturas alimentares que cresceu significativamente.

A produção de cacau teve alguns aumentos iniciais, à medida que as parcelas eram distribuídas, devido a uma maior eficiência na colheita. Nos anos seguintes, a deficiente ou mesmo ausência de aplicação de fito-

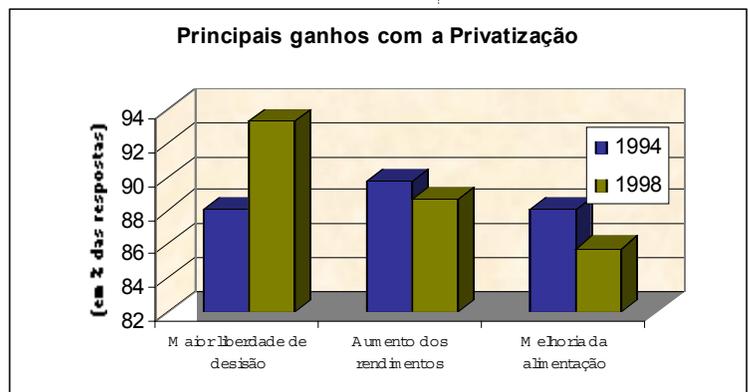
fármacos para combate de míldio e Rubrocintus, a diminuição do ensombramento, a proliferação de outras culturas na mesma parcela e o baixo nível de replantações motivaram quebras acentuadas na produção de cacau.

Assim, o aumento de produção (1993/94) deveu-se sobretudo a uma maior atenção na colheita (disponibilidade da mão-de-obra familiar) do que a quaisquer investimentos fundiários melhores aplicações de fitofármacos;

Com efeito, no período subsequente(1995 e seguintes), as produções decresceram devido à falta de investimentos e de cuidados culturais (também por falta de apoios dos projectos de acompanhamento - PNA-PAF e LCP/DR (anos 1995/96) em fase de arranque) associado a inexperiência em gestão e organização da actividade agrícola dos novos detentores de terras agrícolas.

Nos anos subsequentes (1997/98) com o aumento da taxa de cobertura da assistên-

Fonte:
AGRO.GES/CINFO
RMA, Fevereiro
2001



cia e apoios técnicos têm-se registado um ligeiro aumento ainda que sempre aquém dos volumes previstos.

Nas culturas alimentares, apenas no milho se não verificaram acréscimos, enquanto que na banana e na matabala foram enormes os aumentos da produção conseguidos, como se observa nos gráficos seguintes.

De facto, um dos problemas mais citados actualmente é o problema da comercialização das produções de culturas alimentares das pequenas e médias empresas. Assim, face a um aumento generalizado da produção, à sua sazonalidade (principalmente hortícolas), à baixa capacidade de conservação destas produções, e à muito limitada capacidade de compra e consumo a nível interno, verificam-se excedentes de produção que não são comercializados e, significativas quebras de preços.

Impacto sobre o Comércio Externo

Um dos efeitos mais esperados do PPADPP era um aumento das exportações, quer das culturas tradicionais quer de novas culturas alimentares, e uma consequente redução das importações de bens alimentares.

Como já vimos, nem a produção de cacau subiu nem as quantidades exportadas (praticamente toda a produção exportada)

Por outro lado, nas exportações de culturas oleaginosas e óleos não se verificaram significativas variações ao longo da vigência do PPADPP. Em termos de importações de culturas alimentares, continua a grande dependência dos cereais importados, arroz e trigo, muito ligados ao fornecimento da ajuda alimentar "via PAM". Desde 1990 a importação de óleos alimentares vegetais tem-se mantido a níveis relativamente mais baixos do que os verificados na década de oitenta, embora não se verifiquem sinais de decréscimo. Nos produtos animais destaque-se o enorme crescimento das importações de suíno depois dos surtos de peste, e o decréscimo de carne de bovino desde 1995:

Globalmente, o PPADPP não veio trazer, por enquanto, significativas alterações ao comércio externo de produtos agrícolas de

STP. Apenas no último ano de análise, 1998, parece existir uma clara subida das exportações, que pela primeira vez nesta década se aproximam do valor das importações.

É certo que as produções alimentares estão a crescer, mas não tem existido a dinâmica suficiente e as condições para permitir a exportação destes produtos. De facto, a exportação de hortícolas e matabala para o Gabão têm sido apontadas como muito promissora. Todavia as dificuldades de transporte e logística e as barreiras alfandegárias muito elevadas têm impedido significativos volumes de exportação. As quantidades exportadas têm-no sido principalmente de forma "informal" com operadores geralmente não licenciados.

Caso se aproveitem estas potencialidades (grandes diferenças entre preços no Gabão e em STP e falta de produtos no Gabão), é provável que se possa encontrar uma via que faça crescer de forma sustentada as exportações de culturas alimentares e assim faça ultrapassar as importações de alimentos em STP.

Balanço final

Apesar dos aspectos negativos que foram sendo referidos, entre 1994 e 1998 há um balanço claramente positivo feito pelos pequenos agricultores, quer em aumento dos rendimentos, quer em melhorias na alimentação.

S. Tomé tem hoje cerca de 6500 Famílias beneficiadas com a distribuição de terra. A sua actual situação económica, apesar de difícil, será melhor do que a anterior situação de empregados de empresas inviáveis, usufruindo de baixíssimos salários. Embora não seja possível generalizar ou mesmo quantificar, os contactos mantidos mostram claramente diferenças entre o grau de satisfação dos pequenos agricultores. Estas diferenças têm exactamente a ver com o sucesso da aplicação de algumas medidas complementares aplicadas, como sejam a assistência técnica, a manutenção de algumas medidas de carácter social, a sua inserção em associações de produtores, crédito, etc.

A componente de insucesso tem, a nosso ver, algumas causas que importa identificar:

- muitas parcelas foram distribuídas em ma estado e a situação de total descapitalização dos agricultores impede a sua recuperação; as terras são por vezes muito distantes e de difícil acesso; o título de usufruto não transmite a confiança suficiente ao agricultor e não constitui instrumento jurídico suficiente para efeitos de garantia bancária ou outras; o objectivo de muitos trabalhadores beneficiados era somente constituírem uma reserva de sobrevivência a prazo; em alguns casos os beneficiários demonstram falta de vocação ou mesmo interesse em trabalhar as terras distribuídas; alguns benefícios sociais desapareceram completamente; a não existência de empregos complementares, obriga em muitos casos a opção não agrícola originando o abandono das terras distribuídas;

Estas circunstâncias estão na origem de, pelo menos, parte do abandono de muita da terra distribuída. Constituindo, sem dúvida, um dos impactos negativos do Projecto não é possível quantificar a área abandonada nem tão pouco o número de beneficiários que não exploram as terras que lhes foram distribuídas. Estima-se, no entanto, que este número possa ascender a 15% do total dos beneficiários, constituindo sem dúvida uma preocupação para o futuro da agricultura S.Tomense.

Um segundo impacto negativo decorrente da forma como os pequenos agricultores receberam as terras, é o abate de árvores que se tem verificado após a distribuição das parcelas. Este impacto vai muito para além das consequências para a produção de cacau das parcelas afectadas.

Mudanças Políticas e Desenvolvimento Humano

O conjunto das Mudanças políticas realizadas durante a década de 90, mostraram a maturidade do povo santomense. A queda sucessiva dos Governos, a regularidade do exercício parlamentar apesar da instabilidade política subjacente à sucessão dos Governos e o descontentamento da população manifestado de forma viva, em nada perturbaram a realização das eleições que decorreram sempre num clima de paz, tendo-se verificado a alternância política, sem qualquer sobressalto.

Participação Política dos Cidadãos

Participando politicamente, usando as liberdades e direitos que a Constituição lhe confere, o cidadão faz valer, por um lado, os seus direitos individuais ou de grupo, e, por outro, legitima o poder democraticamente constituído. A lei diz que votar é um dever cívico do cidadão e cabe essencialmente aos partidos políticos, em liberdade e igualdade concorrerem para a formação e a expressão da vontade política das populações.

Envolvimento dos Eleitores nos Processos Eleitorais

Convém notar que a abstenção que traduz a vontade ou não do eleitor em participar nas eleições tem vindo a aumentar, embora com pequenas oscilações:

Quanto às eleições autárquicas e regionais, elas tiveram lugar respectivamente em 1992 e 1995 e as abstenções corresponderam a 40,6% (autárquicas) e 41,1% (regionais). Da apreciação global destes resultados se pode concluir que a abstenção tem vindo a aumentar, reflectindo o pouco entusiasmo dos eleitores pela forma como se desenvolve a actividade política no país. Pode-se ainda dizer que as eleições antecipadas, realizadas em 1994, não tiveram grande adesão. Também nas presidenciais, tem havido uma diminuição da participação popular se excluirmos, os 40% de abstenção das eleições presidenciais de 1991, devido ao facto de só ter havido um candidato.

Fonte: Cálculos do Consultor, com base nos resultados eleitorais

Nível de Abstenções nas Eleições (%)			
Ano	Legislativas	Ano	Presidenciais
1991	23,2	1991	40,0
1994	47,9	-	-
-	-	1996	1ª Volta - 25,2
-	35,3	-	2ª Volta - 21,3
1998	-	2001	-
-	-	-	29,3

Participação Cívica dos Cidadãos

Actividade Cívica e Profissional

Com a publicação das legislações relativas às leis da greve, da actividade sindical e do regime jurídico dos trabalhadores por conta de outrem criou-se o ambiente necessário para que os cidadãos de um modo geral e os trabalhadores em particular, se organizassem para melhor defenderem os seus interesses económicos, e profissionais. Vemos assim, ao longo de toda a década multiplicarem-se as discussões e reivindicações para a melhoria das condições de vida e de trabalho, em quase todos os sectores de actividade. Foi o despertar da sociedade para o exercício da actividade profissional e sindical, completamente diferente daquele que existia anteriormente. A pouco e pouco, primeiro as autoridades, depois as organizações patronais foram reconhecendo nos sindicatos, agrupados em duas grandes centrais sindicais, a Organização Nacional dos Trabalhadores de STP (ONSTP) e a União Geral dos Trabalhadores de STP (UGT), parceiros com quem era necessário discutir e estabelecer as bases para as acções futuras e a resolução das questões prementes e pontuais. De toda a actividade sindical desenvolvida, há que destacá-la em duas profissões, a enfermagem e o professorado, qualquer delas largamente, senão mesmo maioritariamente representada pela população feminina.

Organização Profissional e Comunitária

No domínio agrícola e no quadro da distribuição de terras também se multiplicou a criação de organizações profissionais, mas de índole comunitário associando pequenos agricultores e criadores residentes no mesmo espaço físico. Essas associações que se foram agrupando, tomando âmbito

regional e assumiram depois a forma de uma federação nacional, Federação Nacional dos Pequenos Agricultores de STP (FENAPA). Esta associação representativa dos pequenos agricultores de todas as regiões do país, acabou por ser uma estrutura nascida das bases e com uma direcção democraticamente eleita e mandata para falar e discutir em nome dos seus associados. Com um programa de acção extremamente ambicioso, a FENAPA tem contado no seu trabalho de desenvolvimento comunitário, essencialmente com o contributo da Zazona Adil, uma ONG nacional especializada no desenvolvimento comunitário e o apoio técnico e financeiro do Projecto Nacional de Apoio aos Pequenos Agricultores (PNAPAF).

Desempenho Institucional

Ao apreciarmos o efeito das mudanças introduzidas durante a década para o desenvolvimento humano, é preciso que analisemos um pouco, a administração pública que temos no país. No âmbito de acções destinadas a Avaliar o Ambiente Institucional levadas a cabo em 1995 e prosseguidas em 1998, constatou-se a existência de quatro causas principais, para o fraco desempenho institucional em STP. Seguem-se as quatro causas e o seu peso relativo:

- Falta de Decisão Política, com 32,8%
- Carências na Organização e Gestão, avaliadas em 26,2%
- Insuficiência de Recursos Humanos qualificados, com cerca de um sexto do peso total, ou seja cerca de 16,2%
- Falta de Recursos Materiais e Financeiros, com apenas 10,8%.

Isto é tanto mais importante, quanto é sabido que face a uma herança tão complexa e pesada, os esforços de mudança são distorcidos e atenuados por forças inerentes ao próprio sistema, nem sempre facilmente identificáveis e ultrapassáveis.

CAPÍTULO IV

Perfil de Desenvolvimento Humano e Pobreza de São Tomé e Príncipe

Introdução

O conceito de desenvolvimento humano tem vindo a ser promovido pelo PNUD desde finais da década de 80. Define o desenvolvimento como a faculdade das pessoas poderem adquirir capacidades que lhes proporcionem os tipos de vida que elas mais desejam. Este conceito tem a sua origem na tentativa de superar e discutir formas de perspectivar o bem estar associadas exclusivamente a dimensões materiais ou económicas. Este enfoque propõe uma óptica integral e multidimensional para entender os problemas de desenvolvimento, que sugere que o bem estar das pessoas depende das opções e oportunidades em diferentes âmbitos da vida humana. Para além disso, esses factores do desenvolvimento humano reforçar-se-iam e complementar-se-iam mutuamente.

O IDH tenta avaliar algumas dimensões essenciais possíveis de medir o desenvolvimento humano. Este indicador não pretende esgotar todas as dimensões do desenvolvimento. Como se sabe as necessidades das pessoas são diversas e variam com o andar do tempo. Apesar disso, existem algumas condições básicas que são comuns a todas as sociedades em todos os tempos: (1) ter uma vida longa e saudável, (2) possuir os conhecimentos necessários para compreender e relacionar-se com a sociedade à sua volta (3) possuir os recursos suficientes para atingir um nível de vida decente. Estas são as dimensões que constituem a base dos indicadores específicos que compõem o IDH.

Os indicadores que servem para medir as três dimensões que caracterizam o IDH são os seguintes:

1. Longevidade (Ter uma vida longa e saudável): Esperança de vida ao nascer

2. Nível educacional (Possuir conhecimentos necessários): Combinação da taxa de alfabetização de adultos (ponderação de dois terços) e a taxa bruta de matrícula combinada primária, secundária e superior (ponderação de um terço).

3. Nível de vida (Ter recursos suficientes): PIB real per capita (PPA em dólares)

Uma das primeiras preocupações metodológicas dos investigadores nesta área foi a de criar uma série de ferramentas que permitam medir e avaliar os avanços dos países em termos de desenvolvimento humano. Esta foi e continua a ser uma das questões principais no momento de levar o conceito a prática.

Tradicionalmente a medição e avaliação do desenvolvimento era realizada a partir de indicadores relacionados com o cresci-

Caixa 1
Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH tenta avaliar algumas dimensões essenciais possíveis de medir o desenvolvimento humano. Este indicador não pretende esgotar todas as dimensões do desenvolvimento. Como se sabe as necessidades das pessoas são diversas e variam com o andar do tempo. Apesar disso, existem algumas condições básicas que são comuns a todas as sociedades em todos os tempos: (1) ter uma vida longa e saudável, (2) possuir os conhecimentos necessários para compreender e relacionar-se com a sociedade à sua volta (3) possuir os recursos suficientes para atingir um nível de vida decente. Estas são as dimensões que constituem a base dos indicadores específicos que compõem o IDH.

Os indicadores que servem para medir as três dimensões que caracterizam o IDH são os seguintes:

1. Longevidade (Ter uma vida longa e saudável): Esperança de vida ao nascer
2. Nível educacional (Possuir conhecimentos necessários): Combinação da taxa de alfabetização de adultos (ponderação de dois terços) e a taxa bruta de matrícula combinada primária, secundária e superior (ponderação de um terço).
3. Nível de vida (Ter recursos suficientes): PIB real per capita (PPA em dólares).

miento económico e com o aumento dos recursos das pessoas. Apesar do conceito de desenvolvimento humano considerar que a dimensão económica é muito importante para avaliar o nível do bem estar, considera a existência de outras dimensões que deveriam ser tomadas em conta e que para além disso refletem de maneira mais directa o bem estar das pessoas. Neste sentido, pode-se mencionar aspectos como a longevidade, o acesso aos conhecimentos ou às liberdades políticas.

Portanto, um indicador de nível do bem estar, do ponto de vista do desenvolvimento humano, deveria procurar refletir o carácter múltiplo dos factores que o explicam. Ao mesmo tempo, este indicador ou indicadores deveriam ser suficientemente simples para poderem ser aplicados em diversos contextos e países. Em consequência disso, o PNUD criou em 1990 um indicador combinado chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que foi utilizado em diversos estudos na última década, e cuja lógica é descrita como se segue :

- Pretende ser um olhar que dê uma visão sintética do desenvolvimento humano. Por isso o índice resume dimensões vitais num só valor.
- É um olhar atento aos resultados alcançados por um país na acumulação de capacidades e oportunidades que as pessoas possuem. O IDH avalia capacidades que são essenciais e que só são capazes de gerar desenvolvimento humano se forem complementares e se se reforçarem
- Na sua estrutura, o índice orienta-se em direcção à metas definidas em relação a níveis ideais de desenvolvimento humano. O IDH dá a conhecer os avanços já conseguidos e o caminho que ainda resta a percorrer para se chegar a uma situação óptima de bem estar. O índice procura refletir características estruturais e de desenvolvimento a longo prazo e não é muito sensível a situações ou mudanças conjunturais.
- O Índice capta mudanças estruturais quando são criadas oportunidades e capacidades para as pessoas.

Um perfil de desenvolvimento humano de um país tem o índice de desenvolvimento humano (IDH) como uma das suas principais ferramentas. Não obstante, como dissemos anteriormente, o IDH não esgota o enfoque de desenvolvimento

humano e portanto, a compreensão das condições de desenvolvimento de um país requer uma análise combinada de diferentes indicadores, muitos deles não quantitativos. Esta é a opção escolhida para o presente trabalho.

As questões que se procuram dar resposta no presente capítulo, sobre os níveis de bem estar em São Tomé e Príncipe são as seguintes:

- Quais são os níveis de desenvolvimento humano do país? Como poderíamos caracterizar o desenvolvimento humano?
- Como evoluíram algumas variáveis chave do desenvolvimento humano nos últimos 20 anos?
- Do ponto de vista específico da pobreza, qual é o perfil da situação de São Tomé e Príncipe? Como evoluiu a pobreza nos últimos vinte anos?
- Há diferenças entre as diversas regiões do país? Elas manifestam-se a nível do desenvolvimento humano de homens e mulheres? Qual é a dimensão das mesmas?

Estes pontos são desenvolvidos da seguinte maneira: a parte 1 que analisa as características do desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe em comparação com diversos grupos de países; a parte 2 que analisa a evolução do desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe nalgumas variáveis chaves; a parte 3 que aprofunda o tema de desenvolvimento humano e pobreza nas diferentes regiões do país e entre homens e mulheres. Finalmente tiram-se algumas conclusões.

Caraterísticas do Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe

De uma maneira geral, São Tomé e Príncipe encontra-se entre os países de nível de Desenvolvimento Humano Médio. Com as novas estimativas através de variáveis que permitiram calcular o IDH para este relatório (Quadro 1) o país ocuparia a posição 109 na escala elaborada pelo PNUD em 2001 melhorando desta maneira significativamente a sua posição tradicional. Situar-se-ia entre países como Guatemala, Honduras, Gabão e Guiné Equatorial. Apesar disso, deve-se ressaltar que STP continuaria pertencendo aos países mais atrasados dentro do grupo de DH Médio.

No Quadro 1 pode-se notar que as

principais componentes do IDH são sensivelmente superiores aos que prevalecem em média nos países da África Subsariana; particularmente no que se refere à esperança de vida e a taxa de alfabetização. A diferença em termos de matrícula combinada é menos acentuada e em relação ao PIB per capita STP tem um atraso evidente. Apesar de tudo, o IDH é superior a média regional.

Pode-se observar que o IDH é maior do que a média da África Subsariana, ultrapassa a média da Ásia Meridional (Índia, Sri Lanka, etc), e aproxima-se da média de regiões como os países árabes, e inclusive América Latina (Quadro 2).

Fazendo uma análise mais aprofundada, foram seleccionados três grupos de países com os quais São Tomé e Príncipe poderia ser comparado: (i) alguns países vizinhos (Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, e República do Congo), (ii) um grupo de países insulares africanos (Cabo Verde, Comores, Maurícias, Seycheles), e (iii) um grupo de países insulares de população semelhante na Europa, Ásia e sobretudo as Caraíbas.

Fazendo uma comparação pode-se concluir que STP apresenta melhores níveis de desenvolvimento humano do que os países africanos vizinhos e a média da região subsariana de África, mas em relação as médias de outros países insulares da região e do resto do mundo o seu IDH é sensivelmente inferior; em particular é evidente o seu atraso face aos países insulares das Caraíbas muitos dos quais têm para além disso populações semelhantes o menores (Quadro 3).

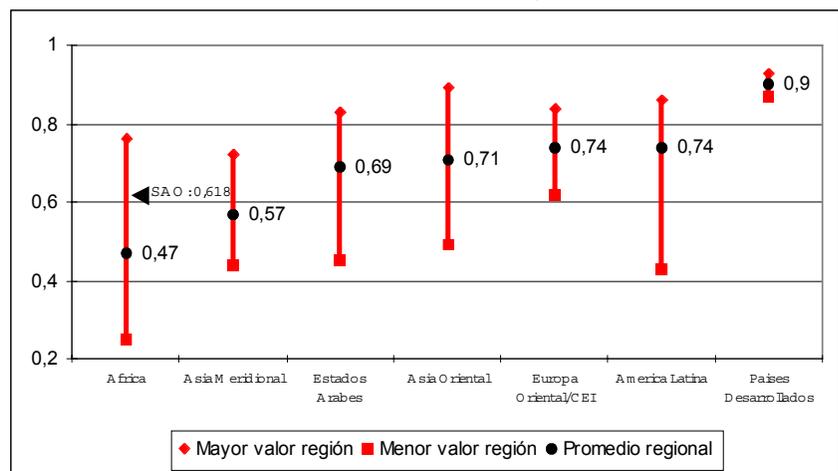
Se considerarmos as componentes do IDH (Quadros 4, 5 e 6) podemos afirmar o seguinte:

- Em relação ao grupo de países de desenvolvimento humano médio, o maior atraso do país é em termos do PIB per capita. Os seus níveis de resultado

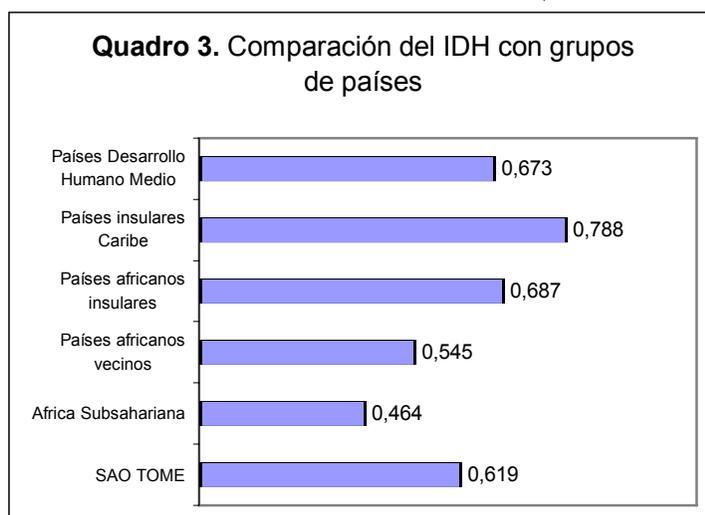
educacionais são semelhantes à esta média, e os avanços em esperança de vida são ligeiramente inferiores à média. Esta tendência torna-se clara na comparação com a África Subsariana, como dissemos anteriormente: em todos os casos e com marcada

Índice de Desenvolvimento Humano 98-2000		
	São Tomé	África Subs.
Esperança de vida	64,7	48,9
Alfabetização (%)	83,1	58,5
Taxa Matrícula Combinada (%)	57,7	42,0
PIB per capita (\$PPA)	1469	1607

Quadro 1
Índice de Desenvolvimento Humano 98-2000

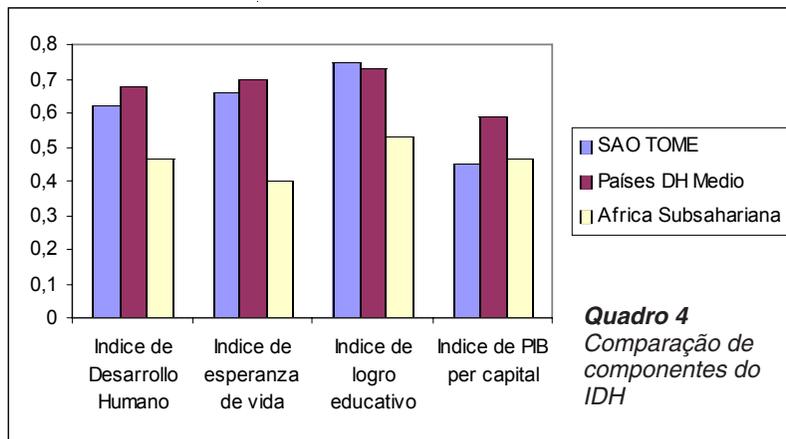


Quadro 2
Posição de São Tomé e Príncipe em termos de Índice de Desenvolvimento Humano

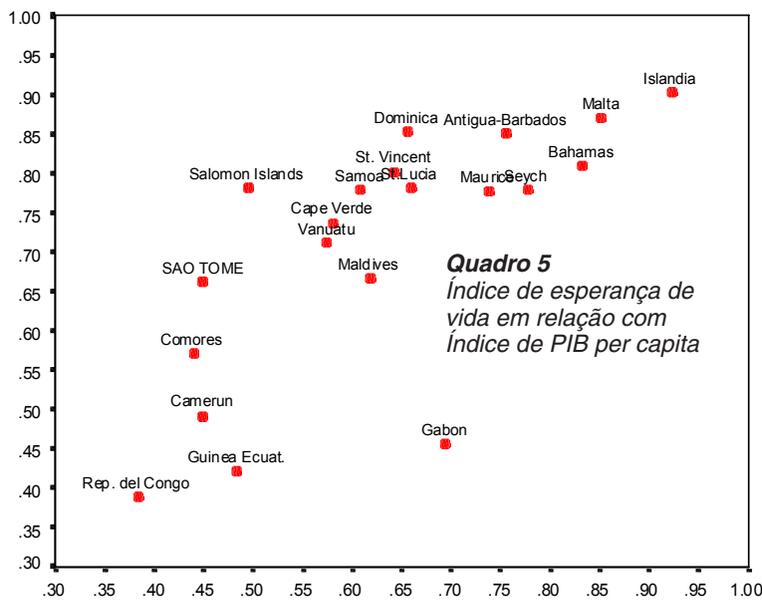


3 - Para uma revisão das origens do conceito de desenvolvimento humano e a sua relação com importantes debates na economia do desenvolvimento ver Streeten (2000). Para uma discussão sobre o bem estar na óptica de uma liberdade mais alargada: Sen (1999).

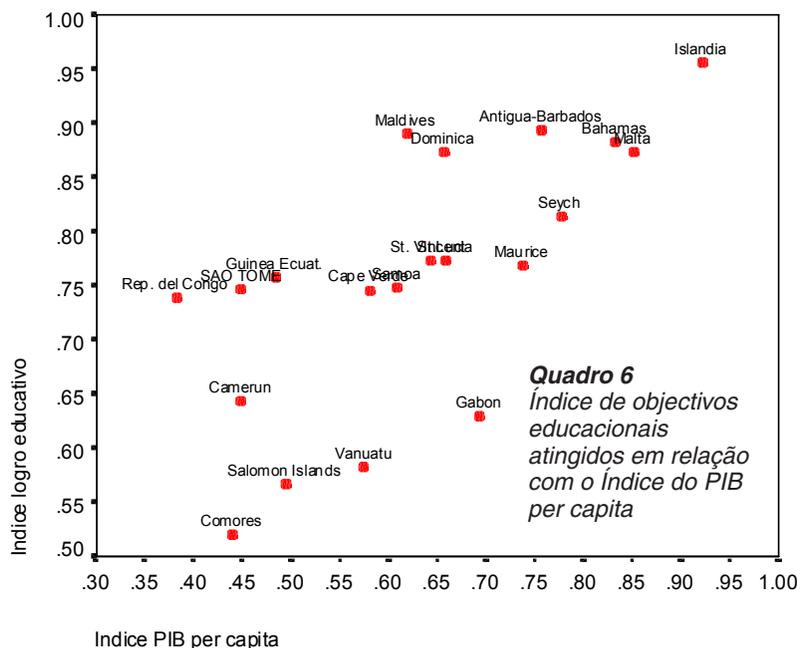
4 - Parte destes aspectos foram apresentados em PNUD-Chile (1998)



Quadro 4
Comparação de componentes do IDH



Quadro 5
Índice de esperança de vida em relação com Índice de PIB per capita



Quadro 6
Índice de objetivos educacionais atingidos em relação com o Índice do PIB per capita

exceção para a dimensão económica STP tem melhores indicadores de desenvolvimento humano que o continente.

- Se compararmos o índice de esperança de vida com o índice do PIB per capita do grupo de países analisados vemos que existe uma relação entre uma maior esperança de vida e melhores níveis de recursos per capita (Quadro 5). No entanto é visível que São Tomé e Príncipe tem maiores resultados a nível de esperança de vida do que países como Gabão, Camarões, Guiné Equatorial, República do Congo ou Comores apesar de ter níveis semelhantes ou até inferiores de recursos per capita.
- Na comparação entre o índice de objetivos educacionais atingidos e o nível de PIB per capita observa-se também claramente a relação positiva entre estas duas variáveis (Quadro 6). Uma vez mais, embora de forma menos acentuada que anteriormente, São Tomé e Príncipe apresenta maiores avanços nesta dimensão do que outros países com níveis de PIB per capita semelhantes ou maiores, Gabão é um exemplo eloquente desta tendência: é interessante notar que o elevado nível do PIB deste país deve-se em grande medida a sua riqueza petrolífera, a qual apesar de tudo não lhe permite melhorar o seu nível global de desenvolvimento humano. Este facto pode constituir uma referência interessante que se deveria tomar em consideração no futuro em STP.

Evolução do Desenvolvimento Humano Em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe aumentou significativamente os valores de alguns indicadores sociais que compõem o IDH nos últimos 20 anos (1981-2000). Particular-

5 - Para uma revisão das origens do conceito de desenvolvimento humano e a sua relação com importantes debates na economia do desenvolvimento ver Streeten (2000). Para uma discussão sobre o bem estar na óptica de uma liberdade mais alargada: Sen (1999).

6 - Parte destes aspectos foram apresentados em PNUD-Chile (1998).

mente, o analfabetismo diminuiu significativamente sofrendo uma redução de 43% em 1981 para menos de 17% em 2000 (Quadro 8). Estes avanços na dimensão educacional do desenvolvimento humano confirmam-se pelo aumento dos níveis de escolaridade média da população: em 1980 as pessoas com mais de 25 anos tinham em média 2,3 anos de escolaridade; em 2000 este valor atingiu 5,4, o que representa quase o dobro do que no início da década de 80. Igualmente, a cobertura dos serviços de educação primária melhorou sensivelmente (Quadro nº 7).

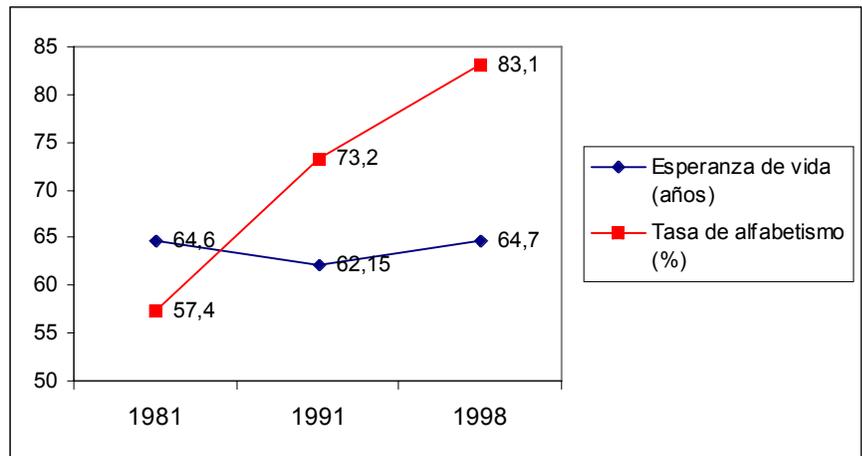
Apesar de existirem ganhos no sector educacional deve-se ressaltar que ainda persistem problemas de qualidade do ensino ministrado e sobretudo, há uma insuficiência notória na educação secundária e a quase inexistência de opções de formação superior e profissional. Estas deficiências refletem-se no nível da taxa de cobertura combinada (primária, secundária e superior) com níveis muito inferiores relativamente aos níveis que deveria ter um país com as taxas de alfabetização e as médias de escolaridade que se registam em STP. Isto representa uma grande barreira para as oportunidades de desenvolvimento do país e dos seus habitantes.

No sector da saúde, num prazo longo, nota-se uma pequena melhoria: a espe-



rança de vida aumentou ligeiramente, ou pelo menos não se deteriorou. Não obstante, é evidente o retrocesso que esta variável conheceu na década de 80, embora se viesse a registar o seu posterior incremento na década de 90 a ritmos muito lentos. Isto pode estar relacionado

Quadro 8
Evolução de indicadores de desenvolvimento humano 81-98



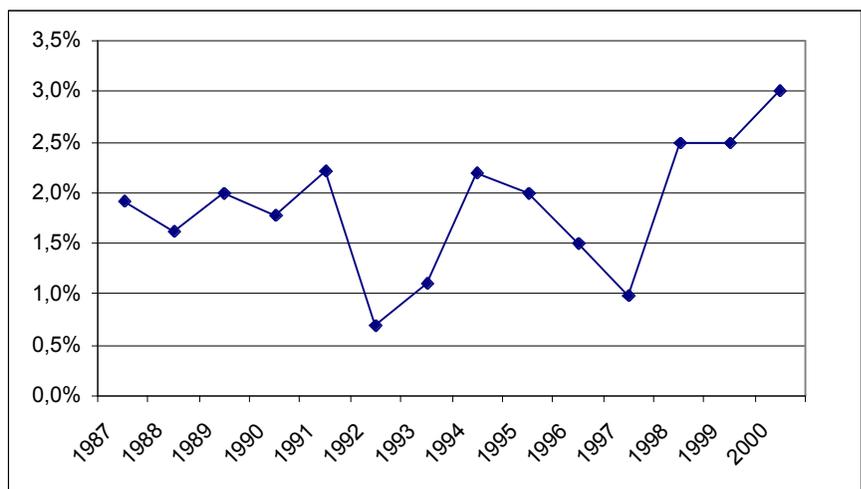
7 - De acordo com Lok-Desallien (2000) a relação entre uma estratégia de redução da pobreza e um plano de desenvolvimento, e portanto entre pobreza e subdesenvolvimento depende da incidência da pobreza e do grau de desigualdade num determinado país.

8 - Não se realizou uma comparação urbano-rural devido a falta de uma diferenciação precisa desta correlação no inquérito que serviu de principal fonte de informação para este capítulo.

9 - Os limiares de pobreza utilizados no estudo (Inquérito sobre as Condições de Vida das Casas 2000) foram calculadas a partir da estimativa dos gastos médios de uma casa: 3.957.926 dobras por ano a preços constantes da cidade de São Tomé. Sobre esta base, fixou-se um primeiro limiar de pobreza (2.638.618 dobras) que representa os 2/3 da média anterior e um segundo limiar de pobreza (1.319.309 dobras) identificado com a "pobreza extrema" que representa um terço da média.

com os avanços limitados do país na erradicação de doenças como a malária. Apesar de que a esperança de vida em São Tomé e Príncipe é superior a existente em outros países de África, é evidente que se

Quadro 9
Crescimento do PIB 1986-1998



poderia atingir no futuro maiores avanços neste sector.

Na dimensão económica do desenvolvimento humano, como se demonstrou com detalhe no Capítulo III, a economia de São Tomé e Príncipe experimentou diversas mudanças estruturais a partir da década de 80. Isto não permitiu acelerar as taxas de crescimento da economia do país; para além disso persistem condições desfavoráveis para o seu desempenho econó-

O nosso enfoque para avaliar a pobreza é definido por Amartya Sen, isto é, a chamada pobreza de capacidades que se define como a carência ou privação das capacidades e liberdades para que as pessoas possam desenvolver-se de acordo com os seus valores. Nesse sentido, a pobreza de capacidades refere-se essencialmente a ausência ou a dificuldade no acesso das pessoas à um conjunto de capacidades (activos, dotações ou habilidades), que costumam estar associados a certos direitos das pessoas (entitlements) (por exemplo, a capacidade das pessoas em ter acesso ao conhecimento está geralmente associada ao direito a educação gratuita para todos os cidadãos estabelecida mediante determinadas normas legais), as quais lhes permitem mobilizar recursos e habilidades para fazer face à situações de vulnerabilidade ou privação no presente e no futuro.

Caixa 2

Enfoque da pobreza do ponto de vista do desenvolvimento humano

mico (por exemplo, a diminuição do preço do cacau) e mantiveram-se os altos níveis de cooperação externa como componentes importantes do investimento público. Em resumo, a economia de São Tomé e Príncipe continua a ser muito vulnerável e portanto os seus níveis de crescimento são pouco satisfatórios perante as demandas sociais da sua população.

No Quadro 9 pode-se observar os baixos níveis de crescimento económico do país no período 86-98: são poucos os anos em que a taxa de crescimento da economia ultrapassou os 2%, valor insuficiente considerando que a taxa de crescimento da população situa-se cerca de 1,9%.

Deve-se notar que o desfasamento entre certas melhorias na educação da população, e a ausência de melhores oportunidades económicas pode eventualmente provocar níveis de frustração e de descontentamento que limite as oportunidades de desenvolvimento e de consolidação da democracia no país. O desafio é promover um maior crescimento económico que aproveite os melhores níveis de educação existentes e fazer uma vinculação mais estreita entre os esforços na área social e os avanços na economia.

Iniquidade e Pobreza em São Tomé e Príncipe

Enfoque da pobreza do ponto de vista do desenvolvimento humano

O nosso enfoque para avaliar a pobreza é definido por Amartya Sen, isto é, a chamada pobreza de capacidades que se define como a carência ou privação das capacidades e liberdades para que as pessoas possam desenvolver-se de acordo com os seus valores. Nesse sentido, a pobreza de capacidades refere-se essencialmente a ausência ou a dificuldade no acesso das pessoas à um conjunto de capacidades (activos, dotações ou habilidades), que costumam estar associados a certos direitos das pessoas (entitlements) (por exemplo, a capacidade das pessoas em ter acesso ao conhecimento está geralmente associada ao direito a educação gratuita para todos os cidadãos estabelecida mediante determinadas normas legais), as quais lhes permitem mobilizar recursos e habilidades para fazer face à situações de vulnerabilidade ou privação no presente e no futuro.

O panorama de desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe será completado com uma análise das iniquidades e os níveis de pobreza existentes no país, devido a três razões: Uma primeira justificação é de carácter conceptual pois as preocupações sobre os cidadãos mais desfavorecidos deveriam estar sempre no centro do desenvolvimento humano. Por outro lado, é evidente que existem importantes diferenças nos níveis de desenvolvimento entre as diferentes regiões e grupos sociais do país. De facto, as iniquidades sociais explicam em grande medida as condições de pobreza e exclusão social de importantes grupos da população. Por outro lado, no caso específico de São Tomé e Príncipe é muito difícil ultrapassar os problemas de exclusão e de pobreza numa sociedade onde mais do que 50% dos seus cidadãos não têm os rendimentos mínimos para satisfazer as suas necessidades básicas, para tomar somente um indicador de carência. Situação que nos indica que qualquer estratégia de luta contra a pobreza em São Tomé e Príncipe deveria necessariamente ser associada a um plano integrado de desenvolvimento humano e vice-versa.

No presente estudo assumiremos funda-

mentalmente a filosofia do enfoque da *pobreza de capacidades* (ver Caixa 2), isto é, a necessidade de uma análise integrada da pobreza e de um esforço para explorar as interações entre diferentes tipos de carências. Para efectuar essa análise recorreremos a vários indicadores de privações tanto de carácter monetário como não monetário.

Pelo facto de dispormos de informações suficientes, a análise de indicadores será feita para quatro regiões do país (Norte, Centro, Sul e Príncipe), para os 7 distritos que o compõem (Lembá, Lobata, Água Grande, Mé Zochi, Cantagalo, Caué e Príncipe), e por género .

A continuação descreveremos as características e tendências mais importantes da pobreza e a iniquidade em São Tomé nas suas diferentes dimensões:

Carências e iniquidades não monetárias
Neste item exploraremos as desigualdades existentes em São Tomé e Príncipe nas dimensões educação, de saúde e de acesso aos serviços básicos.

No quadro 10 observa-se que a Região Centro tem os melhores indicadores de resultado educacionais. Particularmente, o distrito de Água Grande, o mais urbanizado e povoado do país, tem relativamente os melhores indicadores educacionais do país. No outro extremo encontram-se a região Norte e Centro que mostram indicadores sistematicamente inferiores a média nacional, sobretudo o distrito de Lembá, Caué e Cantagalo. Estes últimos distritos caracterizam-se por se situarem em zonas rurais, com uma grande parte da sua população ocupada em actividades agrícolas, anteriormente especializadas na cultura do cacau, e com dificuldades acentuadas de vias de acesso. A ilha do

Príncipe aparece numa situação intermédia.

Em termos de desigualdades, a diferença entre o distrito mais avançado e o mais atrasado é importante: alfabetização da ordem dos 88% contra 69% (19% de diferença), ou 5,9 anos de escolaridade contra 4,3 anos no outro extremo (cerca de 2 anos de diferença).

Do ponto de vista das diferenças de

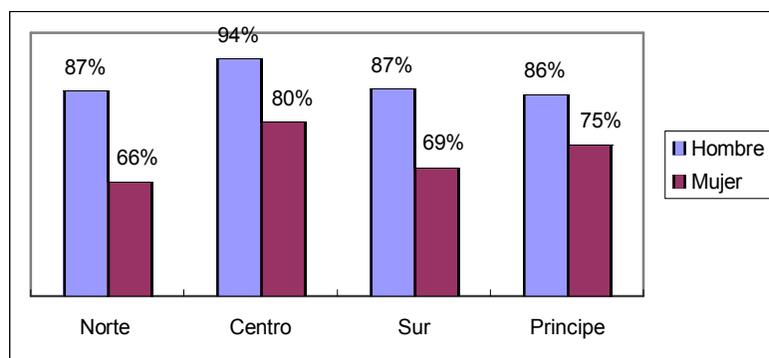
	Alfabetização (> 15 anos) (%)	Média de escolaridade (>25 anos)
TOTAL NACIONAL	83,1	5,36
DISTRITO/REGIÃO		
Região Norte	76,5	4,88
Lembá	69,9	4,93
Lobata	81,5	4,85
Região Centro	86,4	5,72
Água Grande	88,2	5,96
Mé-Zochi	83,7	5,36
Região Sul	78,2	4,53
Cantagalo	79,3	4,63
Caué	76,0	4,30
Região do Príncipe	80,7	5,02
GÉNERO		
Homem	91,1	5,71
Mulher	75,6	4,97

género, é evidente uma sistemática situação desfavorável das mulheres nos três indicadores educacionais analisados o que dá lugar a uma diferença do nível de alfabetização muito elevada (91% contra 75%) e de escolaridade (5,7 contra 4,9 anos em média). Estas diferenças são bastante semelhantes as existentes entre a região mais desfavorecida e a mais adiantada (Quadro 10).

Em termos regionais, a disparidade entre géneros é maior nas zonas com menor

Quadro 10
Inequidades educacionais em São Tomé e Príncipe (2000)

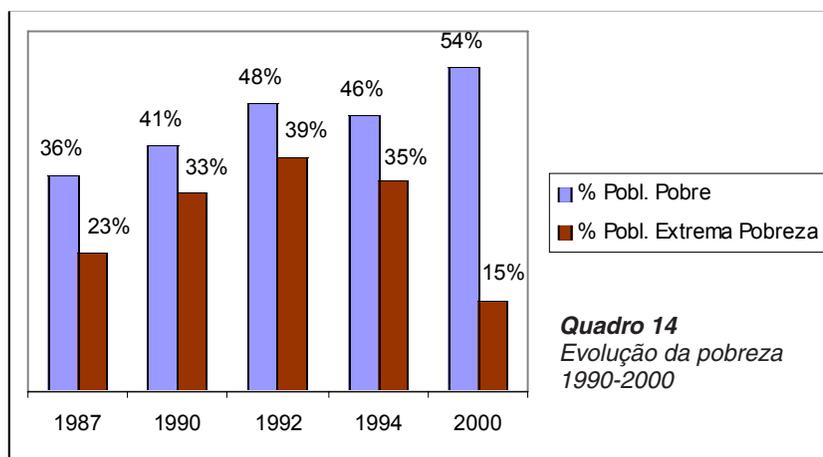
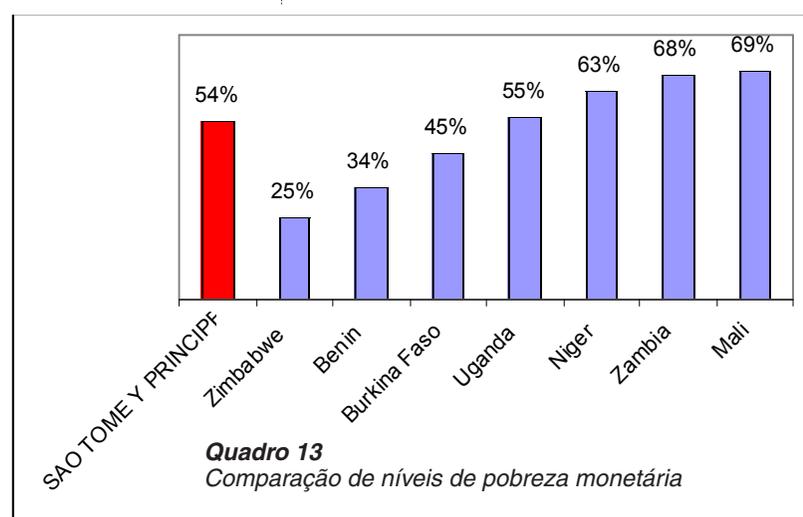
Quadro 11
Alfabetização (%) por região e por género



10 - Os dados para a comparação foram obtidos do UNDP(1998) Progress against poverty in Africa, UNDP-Africa. São dados para o período 1991-96.

11 - Dados obtidos de "O Limiar da Pobreza em S.Tomé e Príncipe (período 1991-1994)"; PNUD. Março de 1995. Estes dados têm problemas de comparação (limiares de pobreza diferentes e metodologias) com os obtidos no ICV 2000; deve-se então analisar as comparações realizadas como uma referência importante de tendências.

	Taxa de cobertura de serviços de saúde (%)	MCobertura de serviços de água (safe water) (%)	Cobertura de serviços saneamento (%)	Cobertura serviços eléctricos (%)
TOTAL NACIONAL	79,6	73,8	30,3	52,4
DISTRITO/REGIÃO				
Região Norte	70,3	83,1	23,3	41,8
Lembá	68,5	97,1	28,3	49,4
Lobata	72,1	72,2	19,6	36,1
Região Centro	79,8	73,3	35,6	62,0
Água Grande	74,7	90,2	44,9	68,6
Mé-Zochi	89,3	50,1	22,8	52,9
Região sul	76,1	77,3	21,1	34,0
Cantagalo	74,8	83,0	18,7	39,1
Caué	78,3	66,9	25,3	24,3
Região do Príncipe	94,8	44,4	23,0	35,9
GÉNERO		Quadro 12 <i>Iniquidades no acesso de serviços de saúde, saneamento básico e energia (2000)</i>		
Homem	81,8			
Mulher	77,8			



desenvolvimento educacional relativo, isto é no Norte e Sul aonde as diferenças entre homens e mulheres são mais acentuadas. Em grande medida, o atraso educacional destas regiões pode ser atribuído aos níveis muito elevados de analfabetismo feminino, e de atraso educacional das mulheres da zona (Quadro 11). Portanto, obter um desenvolvimento educacional mais homogéneo entre as regiões implica actuar de forma mais eficaz e de maneira incisiva para aumentar o nível educacional das raparigas e mulheres.

Em termos de acesso aos serviços de saúde, de saneamento básico e energia, as tendências identificadas na educação adaptam-se com algumas pequenas variações:

O Centro aparece com melhores taxas

12 - O índice de Gini é um indicador que mede a desigualdade de rendimentos (ou de gastos de consumo) entre indivíduos ou lares perante uma distribuição equitativa. O valor 0 no índice representa uma situação de perfeita igualdade, e o 100% representa uma situação de perfeita desigualdade. À medida que o índice se aproxima de 100%, a desigualdade de rendimentos no país é mais elevada.

13 - Os dados para a comparação foram obtidos de UNDP(1998) Progress against poverty in Africa, UNDP-Africa. São dados para o período 1990-95.

14 - World Bank (1998), World Development Indicators.

de cobertura com a única excepção que é o abastecimento regular de água, e as regiões Norte e sobretudo Sul com taxas de cobertura inferiores.

Apesar disso, existem dimensões nas quais algumas destas regiões apresentam as coberturas de acesso ao serviço mais elevadas do país (particularmente no que se refere a segurança em água potável).

Finalmente, a ilha do Príncipe é propensa a ter uma situação pior nesta óptica e a aproximar-se do grupo de regiões com menores resultados sociais (Cuadro 12).

Por distritos, são novamente Lembá, Lobata e Caué os que têm os indicadores mais baixos de cobertura de serviços básicos no país e Água Grande que apresenta os indicadores mais elevados em relação a média nacional.

Na variável que se pode avaliar por diferenças de género (acesso aos serviços de saúde) põe-se em evidência novamente a lacuna existente entre homens e mulheres. Nas restantes variáveis não é possível diferenciar desigualdades neste âmbito uma vez que os indicadores baseiam-se nas características das casas.

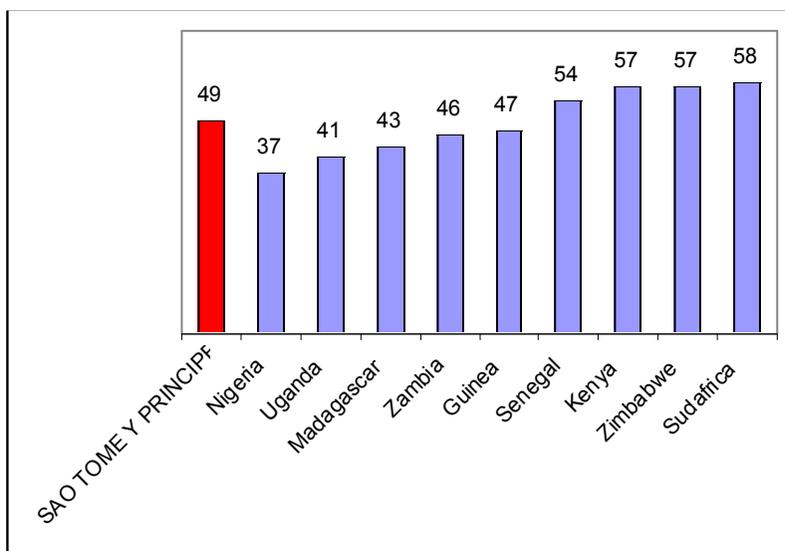
Carências e iniquidades monetárias

O Inquérito sobre as Condições de Vida 2000 (ICV-2000) mostra que 54% da população do país tem receitas abaixo do limiar da pobreza, isto é, não têm rendimentos suficientes para adquirir um cabaz mínimo de bens básicos (alimentos, vestuário, combustível para a cozinha, etc) (pobreza de rendimentos).

Numa situação ainda mais precária encontra-se 5%, que não teria recursos suficientes para satisfazer inclusive as suas necessidades básicas alimentares (extrema pobreza).

Estes são níveis elevados de pobreza se compararmos com outros países africanos (Quadro 13) e mais ainda com o nível existente em alguns países de desenvolvimento humano médio como Chile (20% de pobres).

De acordo com estudos realizados desde os finais da década de 80 e com resultados do ICV 2000, a pobreza de rendimentos teria aumentado durante a década de 90, embora a "extrema pobreza" tivesse diminuído significativamente (Quadro 14). Esta tendência pode explicar-se pela elevada sensibilidade da

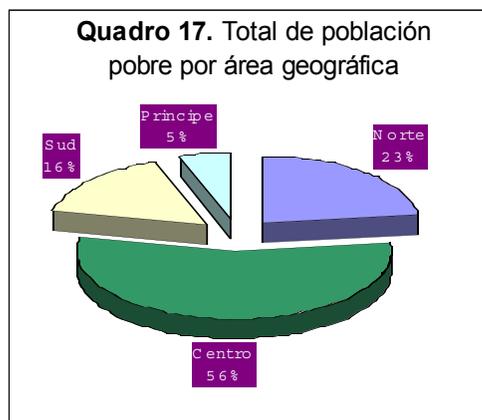


"extrema pobreza" relativamente a acções e políticas incisivas de luta contra a pobreza, por exemplo distribuição de alimentos, ou programas de assistência à grupos vulneráveis com o ajuda da cooperação internacional. Portanto, esta redução pode estar relacionada com o aumento do apoio externo em programas de assistência aos grupos mais pobres do país. Pelo contrário, para reduzir o nível de pobreza são necessárias não somente acções dirigidas de ajuda internacional aos grupos mais necessitados: É necessário um considerável crescimento económico devidamente sustentado e uma adequada distribuição dos resultados do mesmo entre a população, aspectos que como se demonstrou no

Quadro 15
Desigualdade de rendimentos

Quadro 16
Níveis de pobreza por região geográfica

	População em situação de pobreza (%)	População em situação de extrema pobreza (%)
TOTAL NACIONAL	53,8	15,1
DISTRITO/REGIÃO		
Região Norte	70,6	26,7
Lembá	76,6	29,6
Lobata	66,4	24,7
Região Centro	46,4	10,8
Água Grande	39,4	7,4
Mé-Zochi	59,8	16,7
Região Sul	65,1	19,3
Cantagalo	58,6	9,9
Caué	82,2	43,9
Região do Príncipe	60,1	18,8
GÉNERO		
Homem	52,9	14,9
Mulher	55,7	15,6



Capítulo 1 não foram resolvidos na década de 90.

Em termos de desigualdade de rendimentos, ICV 2000 estimou um índice de Gini de 49%. Este nível é elevado em relação a outros países africanos (Quadro 15). Apesar disso São Tomé e Príncipe ainda está longe dos níveis de desigualdade económica existentes nos países como Kênia, Zimbabue, África do Sul ou de Brasil (país com a maior desigualdade de rendimentos no mundo, que tinha um índice de Gini de 60% em 1995).

Do ponto de vista geográfico, as maiores percentagens de população em situação de pobreza situam-se na região Norte e Sul. É notória a difícil situação dos lares nos distritos de Caué (82,2% de pobres e 44% de pobres extremos), e de Lobata (77% de pobres e 30% de pobres extremos). A região do Príncipe situa-se na zona intermédia e a região Centro apresenta os melhores indicadores de pobreza do país, embora tenha-se que ressaltar as sensíveis diferenças entre o distrito de Água Grande e Mé-Zochi (Quadro 16).

Este panorama espacial da pobreza em São Tomé e Príncipe tem muita semelhança com o perfil de carências não monetárias (na educação, saúde e serviços básicos) desenvolvido anteriormente: De uma maneira geral pode-se afirmar que as mesmas regiões e distritos com maiores carências na saúde e educação, são também as que têm maiores níveis de pobreza de rendimentos. Portanto, principalmente nas regiões Norte e Sul pode-se falar de condições de pobreza estrutural (combinação de pobreza monetária e não monetária) bem acentuadas. Nestas zonas provavelmente os esforços serão maiores para garantir os serviços públicos. No resto do

país (Centro e Príncipe) existem melhores indicadores educacionais e de saúde mas mantêm-se percentagens elevadas de pobreza de recursos (entre 40% e 50%), portanto provavelmente são necessárias acções que dêem maior ênfase no melhoramento das oportunidades económicas nestas zonas

No entanto, embora as percentagens relativas de pobreza nos indiquem que as regiões Norte e Sul sejam as mais desfavorecidas, devido ao peso demográfico de cada região, encontramos que 56% dos pobres do país vivem na região Centro (Quadro 17). Portanto, as situações de pobreza nestas zonas devem ser enfrentadas pelo governo, tomando em conta as suas características próprias (melhores indicadores educacionais e coberturas de serviços).

Em resumo, a estratégia de redução da pobreza em STP deve tomar em conta estes perfis de pobreza diferenciados para otimizar os programas e canalizar os investimentos a serem realizados. Não é o mesmo lutar contra a pobreza em Lobata que em Caué ou em Água Grande.

Se analisarmos a pobreza do ponto de vista do género e do grupo socioeconómico (Quadro 16 e 18), vemos que o nível de pobreza é mais acentuado nas mulheres do que nos homens, 56% contra 53% respectivamente. Estes valores vão de encontro às tendências identificadas noutras variáveis sociais.

Finalmente, o Quadro 18 ilustra a importância dos problemas de desenvolvimento rural e agrícola para reduzir a pobreza (68% dos agricultores-pescadores é pobre e 29% está na extrema pobreza). De igual modo chamam a atenção dos elevados níveis de pobreza no grupo dos assalariados.

Análise de alguns factores determinantes da pobreza: salários e sector informal

A dificuldade de reduzir a pobreza em São Tomé e Príncipe está relacionada com a evolução dos salários e com o crescimento do sector informal no país.

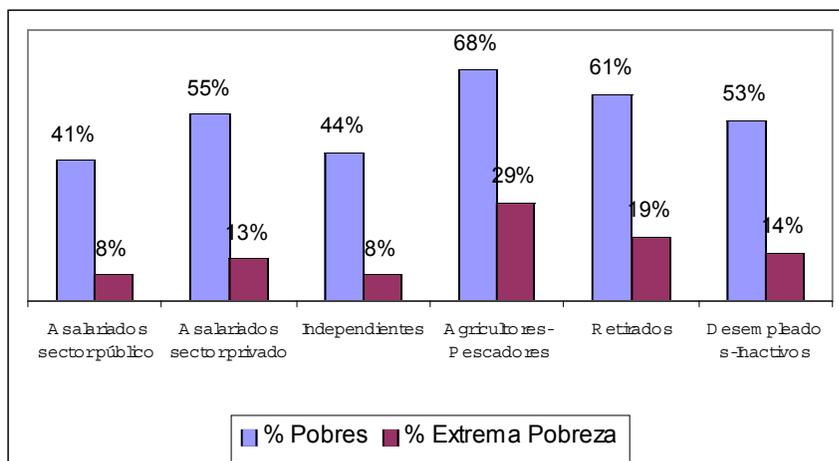
Uma análise da evolução dos salários permite-nos chegar a conclusão de que há um decréscimo do valor dos salários, com ligeira recuperação nos anos 1998 a 2000. No ano 1997, há uma grande recuperação do valor dos salários, que no entanto é anulado pelo valor da taxa de inflação

muito elevada. Relativamente à função pública, vemos que só nos anos de 1995 e 1996 é que os salários mínimos da função pública foram superiores aos salários médios verificados naqueles anos.

Por outro lado, durante o ano de 1991 foram feitos inquéritos à actividade informal, que mostraram que uma parte significativa da população que trabalha no sector formal da economia busca no informal, uma actividade adicional (52,7% da população activa), como se pode ver no quadro seguinte (Quadro 20)

Lamentavelmente, não se prosseguiu a recolha de informações sobre o sector informal nos anos seguintes. Há no entanto que destacar que já em 1991, o total de pessoas que trabalham no sector informal era de cerca de 63%, admitindo-se que este número tenha crescido significativamente ao longo da década de noventa, com o aumento dos licenciados tanto da Administração Pública, como das Empresas Públicas, o prosseguimento da liberalização da economia e a incapacidade das autoridades de assegurar a sua reconversão.

Actualmente o sector informal é prati-



país, e 78 ao nível da cidade capital.

Relação entre as carências não monetárias e pobreza de rendimentos

No Quadro 21 pode-se apreciar a relação entre a pobreza de recursos e alguns indicadores de carências não monetárias. De uma forma geral, pode-se concluir que existe uma relação entre as carências não monetárias e a pobreza de recursos. Mas, há certas diferenças de acordo com o tipo de carências sociais: (i) as diferenças são

Quadro 18
Pobreza por grupo sócio-económico

Quadro 18
Indicadores salariais

Designação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Salário médio (USD)	62,6	44,5	28,0	21,4	12,4	8,3	5,4	33,3	22,0	21,3	25,9
Salário mínimo F.Pública (USD)	36,3	30,8	19,4	14,7	8,5	8,9	5,8	8,8	5,8	5,6	28,0
Salário médio real (USD)	154,5	123,3	102,2	98,2	32,9	28,2	10,4	41,3	105,2	130,4	242,4
Salário mínimo real F.Pública(USD)	89,6	85,2	70,6	67,2	22,4	30,3	11,1	10,9	27,8	34,5	261,3
Taxa de cambio	143,3	201,6	320,4	429,9	732,6	1420,34	2203,16	4552,51	6884,02	7122,03	7978,2
Taxa de inflação	40,5	36,1	27,4	21,8	37,7	29,5	51,7	80,5	20,9	16,3	10,7

camente o único a oferecer emprego e rendimento nos centros urbanos, representando cerca de 60% do PIB. Ele compõe-se essencialmente de micro e pequenas empresas que têm um papel importante na criação de emprego e de rendimentos.

Segundo um estudo do CIDR, realizado no mês de Janeiro de 1997, as micro e pequenas empresas ocupam, 15% da população activa da capital (1725 Chefes de empresas e 1425 empregados). Eles fazem viver um pouco mais de 14.000 pessoas. As micro empresas e pequenas empresas repartem-se essencialmente pelo pequeno comércio, pelas actividades produtivas e os serviços. O rácio Número de Habitantes / MPE, é de 169 à escala do

Quadro 20 - Sector Informal da Economia		
Fonte: Cálculos com base no Censo de 1991		
Descrição	Número de Pessoas	(Participação Percentual)
Produção de bens não Agrícolas e Reparações	1.070	(86% masculina)
Serviços pessoais (domésticas)	930	(90% feminina)
Comércio	2.500	(75% feminina)
TOTAL	4.500	(64% feminina)
Pessoas com actividades informais temporais para rendimento adicional	23.500	(52,7%)
Total - no sector informal	28.000	(62,8%)
Outros somente activos no sector formal	6.068	(13,7%)
TOTAL GERAL	34.068	(76,5%)
Desempregados	10.500	(23,5%)
POPULAÇÃO ACTIVA (POTENCIAL)	44.568	(100%)

	<i>Não Pobre</i>	<i>Pobre</i>	<i>Muito Pobre</i>
% assistência escolar às crianças (6-14)	93,9	87,9	86,3
% Alfabetizados	83,4	77,4	71,1
% que não consultam médico por motivos económicos ou de dificuldade de acesso a serviços	18,4	24,8	34,8
% com acesso precário à segurança em água	22,5	27,9	27,6
% sem serviços sanitários adequados	65,3	78,4	84,1

Quadro 21
Carências sociais e pobreza de recursos

pequenas entre o grupo "pobre" e "muito pobre" na maioria das variáveis, (ii) as maiores diferenças existem nos indicadores educacionais e de acesso aos serviços de saúde e saneamento, (iii) no indicador de acesso à "segurança em água potável" as diferenças são relativamente pequenas (Quadro 19).

Conclusões

A partir do perfil de desenvolvimento humano e pobreza pode-se concluir o seguinte:

- São Tomé e Príncipe tem níveis de desenvolvimento humano superiores aos de países del Africa Subsariana, mas comparado com um grupo de países insulares com população semelhante o seu nível de desenvolvimento humano é sensivelmente inferior.
- Embora São Tomé e Príncipe possua indicadores de alfabetização e esperança de vida semelhantes aos existentes nos países de desenvolvimento humano médio, as variáveis cobertura escolar combinada e principalmente o PIB per capita são significativamente mais baixos do que as existentes neste grupo. Se São Tomé e Príncipe pudesse melhorar estas duas dimensões, o seu IDH situar-lo-ia numa posição muito superior ao seu lugar actual e muito distante da média da África Subsariana. Este panorama explica-se pelo escasso dinamismo e a alta volatilidade que a economia são-tomense experimentou nos anos 80 e 90, aspecto aprofundado no Capítulo 1, e pelo grande défice de serviços educacionais existentes à nível secundário e superior.
- A evolução dos indicadores de desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe nos anos 80 e 90 é heterogénea: põe-se em evidência importantes avanços na eliminação do analfabetis-

mo e no aumento da escolaridade, avanços muito modestos na esperança de vida e uma paragem na dimensão económica. Inclusive apesar dos resultados destas décadas existem défices muito importantes no sector da educação (qualidade do ensino e ensino secundário e superior) e de saúde (persistência de certas doenças como a malária).

- Em termos de desenvolvimento humano regional põs-se em evidência a presença de atrasos importantes e baixas taxas de coberturas de serviços nas regiões Norte e Sul. Estas são as zonas que têm indicadores sociais relativamente inferiores que a média nacional. Este panorama parece estar associado com as difíceis condições de acesso às referidas zonas, e pela presença de populações rurais e de trabalhos agrícolas de baixos rendimentos.
- Os hiatos de desenvolvimento humano relativas a condição de género são muito importantes, particularmente no que se refere a educação. Estas iniquidades suscitam um grande desafio para as políticas públicas de desenvolvimento humano no país pelo facto das diferenças regionais poderem ser atribuídas as diferenças sociais entre homens e mulheres. Assim, para resolver as iniquidades regionais deve-se actuar prioritariamente sobre as condições de vida das mulheres, pois quanto mais pobre é a região, maiores são as diferenças entre homens e mulheres .
- Do ponto de vista da pobreza de rendimentos, o capítulo mostrou que os níveis de pobreza e de desigualdade de rendimentos são elevados inclusive para as médias africanas. Isto justifica a debilidade da dimensão económica no desenvolvimento humano de STP. De igual modo, manifestou-se nos anos 90 uma tendência para o agravamento da pobreza atribuída a debilidade da economia, e a redução da extrema pobreza devido possivelmente a um maior esforço da cooperação internacional na atribuição de programas de assistência. Em resumo, não é plausível que a pobreza diminua somente com a aplicação de maiores recursos da cooperação e com programas dirigidos aos grupos vulneráveis, como sugerem os dados para o período 80-90. Torna-se necessá-

rio um maior crescimento económico e uma melhor distribuição dos rendimentos nos próximos anos.

- Do ponto de vista geográfico, as regiões Norte e Sul têm os maiores níveis relativos de pobreza, mas em percentagem da população total, o maior número de pobres situa-se na região Centro.
- De uma análise combinada dos défices

sociais e os níveis de pobreza de rendimentos nas regiões pode-se concluir na necessidade de definir estratégias diferenciadas de luta contra a pobreza, pois cada região tem um perfil de desenvolvimento humano e de pobreza particular. As políticas públicas devem ajustar-se a tais particularidades se se pretende ser eficaz.

CAPÍTULO V

Estratégias suburbanas de luta contra a pobreza estudo de caso no bairro do Riboque

Metodologia

Utilizou-se, para a realização deste trabalho, uma metodologia qualitativa, baseada em quarenta e cinco entrevistas em profundidade, semi estruturadas, construídas em torno de alguns tópicos escolhidos, mas que procuravam encorajar os inquiridos a relatarem as suas experiências de vida, dificuldades quotidianas e aspirações em relação ao futuro. Procurou-se também (através de um método de amostragem baseado em quatro critérios fundamentais - sexo, idade, profissão e zona de residência) que os indivíduos interrogados formassem um painel representativo da vida social e económica riboquina.

O tratamento e divulgação dos dados pessoais obtidos no decorrer das entrevistas gravadas obedeceu a critérios de confidencialidade, o que implicou a atribuição de nomes fictícios a cada um dos inquiridos.

As respostas dos entrevistados não são transcritas de forma integral e linear - há um trabalho de síntese que, respeitando o essencial dos testemunhos recolhidos, os reordena em função da economia interna do texto. As características do trabalho e a especificidade do português local tornaram também necessários alguns arranjos gramaticais e lexicais.

Embora os resultados da investigação realizada tivessem permitido identificar determinados modos de vida, padrões de comportamento e estratégias adaptativas comuns a uma parte significativa da população do Riboque - fornecendo assim indicadores fiáveis quanto aos diversos itens abordados - o tratamento, análise e apre-

sentação dos dados baseia-se exclusivamente nos métodos de análise qualitativa. Alguns aspectos poderiam ser facilmente quantificados com recurso aos dados recolhidos nas entrevistas; mas, não sendo todas as dimensões do problema mensuráveis, uma parte não desprezível da realidade continuaria a ser refractária a este tipo de análises. A pobreza é multidimensional e, como tal, tem uma importante vertente psicosociológica, difícil de abordar através da análise estatística; os valores culturais são também difíceis de medir quantitativamente, e quaisquer esforços nesse sentido arriscam-se a diluir o alcance do próprio conceito.

O carácter qualitativo desta pesquisa encontra-se assim ligado à exigência de compreender os significados: a partir da constatação da relativa frequência de um comportamento, trata-se de o interpretar e avaliar com base na intencionalidade dos actores sociais e das influências a que estão submetidos, individualizando os valores culturais, modelos simbólicos e regras sociais que contribuem, na situação específica, para a construção da realidade riboquina.

Objectivos

Este trabalho partiu de uma constatação inicial - a existência, nas zonas periféricas da cidade de S. Tomé, de uma situação quase generalizada de pobreza, caracterizada por condições de vida precárias, graves carências económicas e elevado desemprego (ou subemprego). Apesar de, por uma questão de fiabilidade e rigor nas metodologias utilizadas, se ter optado por

delimitar uma área de investigação concreta - o bairro do Riboque - o estudo aborda uma realidade suburbana típica, focando problemas que (apesar de algumas singularidades não negligenciáveis) são em grande parte comuns a todos os bairros que rodeiam a capital santomense. A pobreza é um fenómeno complexo, de carácter multidimensional, que resulta da interacção entre factores económicos, sociais, ambientais e culturais; as suas principais causas - a falta de recursos e a ausência de capacidades individuais e colectivas para a mudança - interagem com muitas outras variáveis, que contribuem por sua vez para a exacerbar. Considerou-se assim que uma aproximação multifacetada, capaz de abordar as várias dimensões do problema, seria a melhor forma de reflectir sobre esta realidade. Mas a noção de pobreza não é consensual - a sua definição depende do contexto da investigação e varia com as condições sociais e económicas das comunidades e dos indivíduos. Importa por isso circunscrever o âmbito do conceito. A pobreza é entendida, neste estudo, como a negação das condições necessárias ao desenvolvimento humano. As três condições essenciais a esse desenvolvimento são - ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e capacidades, ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente, digno e participativo. Se o desenvolvimento humano consiste em ampliar estas opções, a pobreza consiste em estar privado delas; manifesta-se na negação da vida que as pessoas poderiam ou gostariam de viver. A pobreza implica, não só a falta do que é necessário para o bem estar material, mas também a privação de oportunidades e opções básicas.

Utilizaremos assim, em articulação com o conceito de desenvolvimento humano, o conceito complementar de *pobreza humana* - entendida como empobrecimento em múltiplas dimensões, e não apenas no que aos rendimentos e às necessidades básicas diz respeito. A falta de rendimento suficiente e a ausência de meios para satisfazer as necessidades humanas (alimentos, saúde, educação) são importantes factores de privação, mas a ausência de oportunidades e de capacidades não o são menos. A prova disso é que a ligação entre cresci-

mento económico e progresso humano não é automática - níveis consideráveis de desenvolvimento humano são possíveis, mesmo com níveis modestos de rendimento.

Os conceitos de desenvolvimento humano e pobreza humana reflectem duas formas complementares de pensar a mesma questão. Ambas as abordagens se interessam pelo processo de desenvolvimento, mas a perspectiva conglomerativa, concentra-se nos progressos de todos os grupos de cada comunidade, desde os ricos aos pobres, enquanto a perspectiva da privação julga o desenvolvimento pela forma como vivem em cada comunidade os pobres e as pessoas privadas de recursos 1. A vida e os sucessos individuais devem contar, mas uma parte do interesse geral no progresso de uma comunidade concentra-se especificamente na situação das pessoas em desvantagem.

Determinar a importância real da rede de relações sociais e de parentesco no combate à pobreza; saber quais as principais estratégias adaptativas dos riboquinos; conhecer as suas expectativas quanto ao futuro; perceber em que medida as pessoas conseguem por si próprias, com pouco ou nenhum apoio do Estado ou das ONGs, criar as suas oportunidades e desenvolver as capacidades necessárias à realização das suas aspirações; descobrir quais os principais obstáculos à concretização desses projectos; compreender, através de algumas histórias de vida, que tipo de factores podem determinar o êxito ou o fracasso de um pequeno negócio ou outra qualquer iniciativa individual; analisar em que medida as mudanças produzidas correspondem ou não às aspirações iniciais; reflectir, por último, sobre a sua importância do ponto de vista do Desenvolvimento Humano - estes são alguns dos propósitos deste trabalho.

Saliente-se, porém, que o objecto central da investigação, consiste não tanto em analisar exhaustivamente as causas e consequências do fenómeno da pobreza no Riboque (esse é apenas o ponto de partida), mas em compreender a importância dos factores culturais - entendidos como sistemas de símbolos que elaboram signi-

ficações - nas estratégias populares de combate a essa mesma pobreza.

Existem determinadas continuidades culturais fundamentais nesta área suburbana da cidade de S. Tomé. As páginas seguintes procurarão determinar quais são e em que medida favorecem ou impedem o desenvolvimento humano. Será dada particular atenção à relação entre os sistemas social e económico e o sistema cultural/simbólico.

A hipótese central que orienta a investigação é a de que, no Riboque, algumas lógicas simbólicas dificultam as mudanças sociais e outras, pelo contrário, as facilitam. Alterar ou manter determinados aspectos culturais - tal como se faz no campo da economia ou da política - pode tornar possível o desenvolvimento humano.

Caracterização do Riboque

O Riboque é um bairro popular nos arredores da cidade de S. Tomé, habitado por gente de proveniência diversa (das roças do interior às localidades do litoral) e diferentes origens étnicas (Forros², Caboverdeanos, Tongas³, Angolares⁴). Uma boa parte desta população migrante, vinda de todos os cantos da ilha em busca de uma vida melhor, estabeleceu-se às portas da capital nos últimos dez/quinze anos, na sequência do processo de profundas transformações económicas que acompanhou a transição para a democracia. Trata-se portanto, em grande parte, de indivíduos desenraizados, sem fonte de rendimentos certa ou trabalho regular (pelo menos no sector formal da economia), que trocaram no espaço de uma geração o modo de vida rural por um modo de vida suburbano. É verdade que aqui vivem também algumas famílias da pequena burguesia santomense (existem meia dúzia de vivendas com sinais exteriores de alguma prosperidade e, até, um bloco de apartamentos habitado sobretudo por funcionários públicos), mas os riboquinos são, na sua esmagadora maioria, gente pobre ou mesmo muito pobre.

O bairro tem uma forte densidade populacional e uma grande concentração de casas num espaço relativamente reduzido, organizado em torno da rua principal; é

além disso, tal como todas as outras zonas pobres dos subúrbios, uma área com enormes carências de diversa ordem: habitação e infra-estruturas básicas, emprego, saúde e educação, assistência social, etc. Estes problemas, embora comuns a todas as localidades periféricas, são, neste caso concreto, agravados pelo facto de o bairro ser o aglomerado suburbano mais antigo da cidade de S. Tomé: com efeito, se anteriormente as relações familiares e as relações de entreajuda entre vizinhos constituíam a rede fundamental de suporte de toda a vida social, cultural, económica e, até política (ao Riboque está associada toda uma história de luta e resistência durante a época colonial), a pressão demográfica das últimas décadas introduziu um factor de maior conflitualidade nas relações entre as pessoas, fez desaparecer os últimos sinais de ruralidade (os pequenos quintais, a criação de animais) e tornou mais complexa a gestão das formas tradicionais de sociabilidade.

Apesar disso, o Riboque continua a ser algo mais do que um mero dormitório às portas da cidade: a sua movimentada rua principal é, por tradição, um centro bastante activo de pequenos negócios, nela proliferando os postos improvisados de venda, as *quitandas*⁵, as petisqueiras, os terreiros de dança.

Tudo isto confere a este bairro uma vida muito própria, um certo "ambiente" que o diferencia das outras áreas suburbanas da capital. É sobretudo ao anoitecer, quando as pessoas regressam dos seus trabalhos (ou das suas deambulações em busca de trabalho), que esta atmosfera peculiar se torna mais evidente - o movimento na rua aumenta, torna-se febril, as lojas e bares enchem-se de gente, a multidão aglomera-se em frente dos candeeiros das vendedoras, que expõem, em pequenas bancas ou no chão, os seus produtos - comida confeccionada, vinho de palma, *cacharamba*⁶, *banana*, *matabala*⁷, lenha, carvão, óleo de palma...

Ao longo de duas ou três horas (algumas mais aos sábados) não cessa este vai e vem frenético, esta ruidosa maré humana - indivíduos que sobem e descem a estrada, que entram e saem das casas, que se jun-

Viver sem luz

Velcy, de 41 anos, está separada do companheiro e vive com a enteada ("o pai dela abandonou-nos"). Há alturas em que não têm dinheiro sequer para comprar petróleo. "Quando isso acontece dormimos na escuridão; jantamos cedo e vamos logo para a cama".

Vicência, de 36 anos, enviuvou há oito meses. Com seis filhos para criar, não tendo trabalho certo nem fonte de rendimentos regular, a sua situação económica é desde então muito difícil. Os sinais de degradação do seu nível de vida são evidentes. "A energia foi cortada a semana passada, porque eu já não tenho condições de pagar", lamenta-se.

tam nas esquinas, a conversar ou a jogar cartas; carros que rompem com dificuldade por entre bêbados, pares de namorados e grupos de amigos. Depois, de repente, tudo cessa, tudo se acalma, e a noite cai sobre o Riboque adormecido.

Os Riboquinos partilham esta vida social intensa (e muitas vezes conflituosa) num espaço reduzido, densamente povoado, de casas degradadas, sobrelotadas, paredes meias umas com as outras, viradas quase sempre para o grande palco que é a rua principal. Nestas circunstâncias, não só o equilíbrio entre o domínio público e o domínio privado se torna difícil de gerir, como as próprias relações entre os habitantes da mesma casa, da mesma rua, do mesmo bairro, se tornam muitas vezes precárias, frágeis, voláteis: as vidas cruzam-se e descruzam-se; perdem-se e ganham-se amigos e vizinhos; tecem-se e destecem-se relações passionais; vive-se no seio de famílias em constante recomposição.

Condições de vida

Habitação e infra-estruturas básicas

A habitação no Riboque tem um carácter muito precário: a construção em alvenaria é rara, e as casas - quase todas de madeira e telhado de zinco, erguidas sobre estacas - são quase sempre demasiado pequenas

Partilhar espaços reduzidos

Jerónimo vive na casa de uma senhora idosa, "que está sempre doente". Não paga renda com regularidade, mas quando tem dinheiro "dá algum à velhota". Ao todo são treze pessoas a partilharem um espaço exíguo e bastante degradado: Jerónimo, seis irmãos, a mãe, a mulher de Jerónimo, a mulher de um irmão, dois filhos da irmã mais velha e, bem entendido, a dona da casa.

para o número de pessoas que nelas habitam. Estão, além disso, muitas vezes em avançado estado de deterioração ou a necessitarem de obras urgentes de manutenção.

Os antigos quintais que, rodeando as casas, delimitavam o espaço privado de cada família, vão também cedendo lugar a novas edificações, à medida que a população aumenta no bairro. A malha urbana aperta-se, a construção torna-se caótica, aparentemente anárquica.

O número de pessoas com casa própria é, nestas circunstâncias, relativamente reduzido. A maioria das famílias vive em habitações arrendadas ou então construiu a sua moradia em terreno alugado. Outros, sobretudo os casais mais jovens, vivem em casa de parentes ou de amigos. Algumas famílias alugam partes de casa. E há ainda o caso daqueles que, a troco de uma renda simbólica, vivem na casa de alguma "mulher de idade" e lhe prestam apoio na velhice.

Felícia, se pudesse, consertava a sua casa e aumentava-a um pouco, dava-lhe uma demão de pintura, punha latrina. Mas não há dinheiro. Por isso tem de continuar a viver com seis filhos, alguns primos e alguns sobrinhos (quinze pessoas ao todo) na mesma velha casa com quatro divisões minúsculas.

A grande maioria das casas do Riboque não tem ligação à rede de água canalizada; em alguns casos não há sequer por perto qualquer ponto de abastecimento público de água. A esmagadora maioria não tem também casa de banho ou mesmo latrina (quando interrogadas sobre o assunto, as pessoas declaram que vão fazer as suas necessidades "ao mato" ou "à grotta"⁸). A electricidade está ausente em quase metade dos lares riboquinos. Não existe no bairro iluminação pública, rede de esgotos, sistema de escoamento das águas pluviais, recolha de lixo.

Se muitos dos entrevistados têm alguma dificuldade em pagar as rendas das suas habitações, a situação agrava-se quando se trata de cumprir com o pagamento dos serviços básicos. A disparidade entre os ren-

dimentos dos indivíduos e os custos da água e electricidade, por exemplo, constitui um problema para uma boa parte das famílias que utilizam estes serviços, sendo muitas vezes uma causa importante de endividamento. Muitos lares no Riboque optam assim por prescindir destas infraestruturas. Para os que não prescindem, as despesas mensais (sobretudo com a electricidade) consomem uma fatia significativa dos seus orçamentos familiares. Algumas destas pessoas tiveram que aprender a usar a electricidade apenas durante uma hora ou duas em cada noite. Outras permitiram que a electricidade lhes fosse cortada para depois restabelecerem ilegalmente a sua ligação à rede. Viver sem luz

Saúde e Nutrição

A maioria dos inquiridos afirma que a sua saúde e a dos seus se deteriorou em consequência do agravamento das condições de vida. A alimentação tornou-se mais deficiente e as doenças provocadas, tanto por alguma má nutrição como pelas más condições higiénico-sanitárias (com especial relevo para o paludismo), tornaram-se mais frequentes. Há também a percepção de que adoecer se transformou num problema de carácter económico e que, se não se tiver um conhecido no hospital ou numa clínica, os altos custos dos medicamentos e dos cuidados médicos são um factor impeditivo do direito à saúde.

É, no entanto, importante distinguir entre aquilo que os actores sociais afirmam e a realidade observável. Com efeito, os dados recolhidos sugerem que os riboquinos são agentes activos no acesso aos cuidados de saúde, muito mais do que beneficiários passivos no termo de um processo organizado por outros. Os inquiridos formulam estratégias alternativas para tornarem as dificuldades e terem acesso aos cuidados terapêuticos, utilizando meios tão diversos, como:

- o recurso às redes de relações sociais (é de grande utilidade ter um familiar ou um amigo no hospital, numa clínica ou numa farmácia);
- o apoio dos vizinhos (há sempre alguém "entendido" por perto, para ajudar em caso de necessidade);
- a automedicação, quer através da medicina tradicional (quase todos os riboqui-

Depender dos amigos para ter acesso à saúde

Isilda esteve internada no hospital com o filho e ninguém a ajudou. "Eu estava doente e o meu homem não dava dinheiro para comprar medicamento, por isso eu fiquei a dever ao enfermeiro trinta mil dobras, mas como o enfermeiro é amigo do meu pai ele me disse que quando eu tiver pago".

Firmina, quando tem alguém doente na família vai ter com uma enteada que trabalha no hospital e consegue desviar alguns medicamentos. Mas nem sempre: "esses dias ela diz que está difícil".

Às vezes ir ao médico não resolve nada. Veja-se o caso de Filó: "A gente vai fazer consulta, médico passa receita e nós não compramos porque não temos possibilidade; ficamos assim mesmo". A solução é recorrer a uma vizinha que é enfermeira e "faz tratamento mesmo sem pagar, depois quando temos dinheiro a gente paga".

nos possuem um conhecimento prático razoável dos mindjja'n mato - os remédios do mato, compostos, em larga medida, por folhas, cascas e raízes colhidas na natureza), quer através da medicina convencional (é possível comprar na rua um grande número de medicamentos que nas farmácias só são vendidos mediante receita médica);

- O recurso aos curandeiros ("ir ver mato" significa visitar um curandeiro; tal como em muitos outros contextos etnográficos, em S. Tomé estes curandeiros são convocados para agirem sobre um conjunto extenso de infortúnios, tanto sociais como individuais, tanto metafísicos como físicos⁹).

O problema da alimentação é talvez a questão diária mais importante com que a maioria dos riboquinos se debate: ao contrário do que se passa nos outros bairros periféricos da capital, no Riboque, por motivos que adiante se explicarão, quase ninguém possui quintais ou faz criação de gado; isso significa que a comida deve ser obtida através do trabalho quotidiano ou, na impossibilidade, através de qualquer outra estratégia informal (compra-se "fiado", "toma-se" emprestado, pede-se

Remédios tradicionais

Idalécio, quando tem paludismo, resolve o caso sozinho: "Se doença começa, vou para o mato e como folha; levo lata, fervo remédio, bebo, tomo banho e durmo lá mesmo". Mas ele também conhece outros remédios eficazes. Por exemplo: "Um cálice de cacharamba. Ponho sal, limão, e mexo bem, quando o sal derreter tomo e pronto; depois de cinco, dez minutos passa".

Comer do que há, quando há

"Não conseguimos fazer uma refeição adequada, nem um arroz de substância, sempre falta qualquer coisa" (Firmina, viúva de 56 anos, quatro filhos e cinco netos a seu cargo).

"Há dias em que eu saio de casa só com um pão na barriga até à hora de jantar" (Velcy, 41 anos, sem filhos, separada do companheiro).

"Isto varia: se tomar pequeno almoço, tomo jantar; se não tomar pequeno almoço, tomo almoço e jantar. Mas hoje, pessoas de camada baixa, como eu, não fazem três refeições; ou então é refeição de jaca, safú11, para enganar a barriga até ao jantar" (Alberto, reformado, de 60 anos).

"Nós fazemos duas refeições, mata-bicho e jantar. Ao mata-bicho, em vez de comer pão, a gente come arroz ou banana, para aguentar até à hora de jantar. Houve tempo em que a gente falava de almoço e lanche, mas agora não dá para falar dessas coisas" (Felicía, costureira de 46 anos, seis filhos menores).

Estudar? Para quê?!

Eduardo é alfaiate, mas podia dar aulas. Só não o faz porque o salário é muito baixo. "Gasta-se sapatos para nada", afirma. Estudou porque andava iludido, achava que a escola era importante para o seu futuro. Hoje acha que errou: "uma arte está acima de tudo".

Escola? E quem paga?!

Anastácia tem cinco filhos em idade escolar, mas só três deles estudam: "Um está por conta da avó e dois estão por minha conta, para os outros eu não tenho dinheiro". Ao contrário de muitos pais, ela acha que a escola continua a ser importante, mas tem sérias dificuldades em assegurar a educação dos filhos: "Eu nunca fui à escola porque o meu pai dizia que mulher só tem que saber lavar roupa e cozinhar, mas eu gostaria muito de poder ter estudado, tanto é que faço os possíveis por pôr os meus filhos na escola; mas agora tem problema da bata, que eu não tenho dinheiro para fazer, e então eu disse aos meus filhos para irem assim mesmo, se correrem com eles paciência".

aos parentes, aos vizinhos, aos amigos).

Para as famílias numerosas e para os indivíduos sem recursos, a viverem sozinhos, o agravamento da situação socioeconómica significou assim um efectivo agravamento da situação nutricional: passou-se das tradicionais três refeições por dia para apenas duas, o que aponta para um estado de relativa carência alimentar. Embora os dados sejam bem diferentes dos registados em outros países africanos, a verdade é que a malnutrição, sobretudo entre as crianças, tende a agravar-se, sendo já considerada uma das mais importantes causas

de mortalidade¹⁰. A situação só não é mais grave porque a dieta alimentar santomense - à base de banana, matabala, fruta pão, peixe seco e óleo de palma - tem um elevado valor nutritivo e algum poder calórico

Educação e Protecção à infância

A maioria das famílias riboquinas gasta uma parte não negligenciável dos seus orçamentos na educação dos filhos, realizando assim um investimento produtivo na sua formação (quando se enviam as crianças à escola está-se muitas vezes a renunciar a um rendimento presente - quer devido ao custo da educação, quer devido à perda do trabalho dos filhos - para financiar um rendimento futuro).

No entanto, um número apreciável de entrevistados pensa que, nas condições actuais, a educação não é particularmente importante ou útil para os seus filhos, porque não os ajuda a encontrar um bom emprego. Há o sentimento de que a Escola, em virtude da sua deficiente articulação com o mundo laboral, não significa hoje em dia uma particular mais valia para um jovem à procura de trabalho. Acresce a isso que os empregos onde as habilitações são ainda um critério prioritário se situam quase todos na pouco apetecível - porque muito mal paga - área do funcionalismo público. Os pais queixam-se também que os custos relacionados com a educação (material escolar e, muito em especial, o uniforme), são muito elevados e incomportáveis para o orçamento familiar.

Como consequência disso, um número crescente de crianças tem vindo a abandonar a escola com a complacência ou mesmo o apoio explícito dos pais. Começam desde cedo a trabalhar, a troco de alimentação, como aprendizes em oficinas de automóveis, marcenarias, etc.

A maioria das crianças, embora continuando a frequentar a escola, falta muitas vezes às aulas para ajudar os pais, tendo além disso, extra horário escolar, que contribuir para a economia familiar (vendendo sacos de plástico, bolos e doces caseiros, etc)

Mas se, na opinião de muitos riboquinos, a Escola falha, os mecanismos de transmissão familiar de conhecimentos e valores estão também mais fragilizados. A falta de tempo é a principal causa desta vulnerabilidade dos laços familiares. As mulheres, em especial - cuja contribuição para a reprodução social é fundamental - sofrem de escassez de tempo, como consequência da sua tripla carga: ter filhos e criá-los, gerir a vida doméstica e dedicar-se a actividades produtivas¹²

Representação Colectiva da Pobreza

Quando interrogadas sobre o sentido das mudanças materiais ocorridas na sua vida durante a última década, a grande maioria das pessoas responde que a situação é actualmente bastante mais difícil do que era há dez anos atrás. As dificuldades económicas alastraram, o desemprego aumentou, a inflação disparou. Torna-se cada vez mais problemático sobreviver sem acumular diversos trabalhos. Profissões que anteriormente garantiam um certo status económico e social, deslizaram para patamares de pobreza. Grupos inteiros de pessoas mais vulneráveis e desprotegidas ficaram completamente à margem do processo produtivo ou de qualquer tipo de assistência social.

Para a maior parte dos inquiridos este aumento da pobreza e das dificuldades de sobrevivência das famílias é uma consequência directa das mudanças políticas e económicas registadas em S. Tomé e Príncipe nos últimos doze anos. Embora quase ninguém pareça pôr em causa as transformações políticas ocorridas a partir de 1989, a verdade é que praticamente toda a gente se interroga sobre o rumo tomado pela economia santomense a partir de então. Existe entre os riboquinos o sentimento de que o processo de reestruturação económica é o principal responsável pelo agravamento das injustiças sociais, pelo contínuo alargar do fosso entre os mais ricos e os mais pobres. De uma forma ou de outra, todos se tentam adaptar aos novos tempos, mas a desconfiança e o desânimo em relação ao futuro são evidentes, sobretudo entre os entrevistados com mais de 30/35 anos.

Verifica-se uma tendência generalizada para atribuir a culpa da situação à incompetência, indiferença e corrupção dos sucessivos governos e demais entidades públicas; mas há

também, entre os que passaram pela experiência traumática da mudança, a tentação de continuar a cultivar uma relação de dependência em relação a esse mesmo

O alastrar da pobreza

Damiana tem mais habilitações literárias do que a maioria das mulheres da sua idade: frequência da 9ª classe. "Cheguei a ser professora primária, mas há quatro anos que não apanho lugar e estou em casa", afirma. Como recurso vende na rua azeite de palma, lenha e doces de coco. Habita, com os seus três filhos, a sua mãe, a irmã e os dois filhos da irmã, numa pequena casa - ao todo oito pessoas para três quartos muito degradados, sem água canalizada, electricidade ou casa de banho. A família de Damiana em nada se distingue de muitas outras famílias pobres do Riboque. Os dias em que foi professora pertencem ao passado.

O artesanato em tartaruga já foi um bom negócio, mas agora é cada vez menos rentável - o comércio foi proibido e a procura diminuiu drasticamente. Sandrino, que nasceu numa família de tartarugueiros, passa actualmente por grandes dificuldades. Ele sabe que "a partir do momento que a obra ficou proibida deixou de valer a pena", mas custa-lhe abandonar a arte, de modo que "força só para não estar parado". Era uma actividade que dava lucro, Sandrino tinha ajudantes, muitos clientes. Agora "a vida está difícil".

Vicência é uma mulher viúva com seis filhos para criar. A morte do companheiro deixou-a numa situação muito difícil: "Era artista canalizador. Pessoas vinham chamá-lo, ele ia, fazia o seu trabalho, pegava dinheiro, fazia compras e vinha para casa. Agora, se eu não desenrascar ninguém come". E Vicência desenrasca a vida vendendo no mercado. "Há momentos que eu desanimo", confessa, "mas como não tenho outro meio, aguento assim mesmo. Às vezes, se eu não for mulher concentrada, cabeça vai querer abrir - matabicho, almoço, jantar, doença, escola..., tudo é comigo". Ajudas? "Eu não conto com ninguém porque ninguém me dá nada; tenho que ser eu própria". Planos para o futuro? "Com dinheiro é que se faz dinheiro; sem dinheiro não tem passo à frente a dar". As obras na casa de Vicência ficaram por concluir: "Quarto de banho ainda não está acabado e faltam quatro chapas para alargar outro quarto". E tem mais: "Energia foi cortada a semana passada porque eu não tive condições para pagar".

Capiano, desempregado e doente "de um abcesso num pé", tem vendido a sua vida aos bocados para fazer face às dificuldades económicas: "Panela, prato..., quando sinto falta de dinheiro eu tiro de casa e mando vender. Praticamente, nesses dez anos, eu vendi tudo o que tinha de valor; agora estou desgraçado".

Trabalhar para o Estado ?! Chê!

-*"Trabalhar para o Estado?! Chê! Se quem lá está há 30 anos reclama, eu se fosse agora seria muito pior".*

-*"Agora não vale a pena trabalhar para o Estado porque já não há Estado. Estado é só para cada um tratar da vida dele".*

-*"Se me dissessem para escolher entre trabalhar para o Estado e continuar com os meus negócios, eu escolhia as duas coisas, porque o Estado não paga bem".*

-*"Negócio é uma coisa já diferente do que trabalhar para o Estado, porque negócio eu sei que ganho dia a dia, enquanto no Estado sei que tenho de esperar pelo fim do mês, e nem sempre tenho capacidade de aguentar um mês".*

-*"Estado!... Estado é para estragar teu sapato".*

Estado, responsabilizando-o pelos insucessos individuais e ocultando a falta de iniciativa própria atrás da lamentada falta de apoio governamental. Muitas pessoas (sobretudo as mais velhas) continuam a ver-se como beneficiárias passivas de um processo organizado por outros, em vez de se considerarem agentes activos do seu próprio desenvolvimento humano.

Em que medida devem os cidadãos assumir-se como os principais responsáveis pela melhoria das suas condições de vida e em que medida devem as Instituições (governamentais ou não) constituir-se como parte importante nessa tarefa? Qual o papel do Estado na vida económica e social dos indivíduos? - são questões que, como este estudo sobre o Riboque indicia, estão ainda por resolver no seio da sociedade santomense, sendo hoje em dia objecto de um conflito latente de gerações.

Durante o período anterior os santomenses adquiriram a convicção de que, de uma forma ou de outra, embora com salários baixos, os seus empregos estavam garantidos. Estes empregos estatais, diminuindo a capacidade de iniciativa individual, davam, apesar de tudo, uma garantia mínima de segurança e estabilidade. O colapso da economia centralizada conduziu a uma situação social tensa, com uma grande quantidade de pessoas de alguma idade, sem recursos ou confiança para tentarem os seus negócios próprios, a competir por trabalho cada vez mais escasso, precário e mal pago. A verdade, no entanto, é que os empregos públicos são cada vez menos atractivos e a nova geração não encara a hipótese de um regresso à situa-

ção inicial. Das instituições esperam apenas "um apoio" no momento certo

São dois os sentimentos que irmanam hoje em dia a maioria dos riboquinos entre os vinte e os trinta anos: a consciência das suas limitações económicas e a ambição de ultrapassar essas limitações. Isto representa, sem dúvida, uma clivagem em relação à geração anterior: muitos jovens já não se vêem apenas como pobres à espera de uma ajuda mas como pobres à espreita de uma oportunidade.

Mas há que dizer-lo - o fenómeno da pobreza é comum a quase toda a população do Riboque; o que varia é apenas o modo de a encarar. A verdade é que, seja qual for a sua idade, a maioria dos riboquinos adultos só consegue hoje em dia sobreviver através de um conjunto heterogéneo de duplos e triplos empregos, actividades informais, negócios de esquina, ajudas ocasionais e pequenos biscates mal pagos. A estratégia é encontrar tantos trabalhos ocasionais quanto possível, ser um "habilidoso", um "conhecedor" no máximo número de áreas (a capacidade para reparar qualquer coisa ou executar qualquer tipo de tarefa constitui hoje em dia uma significativa mais valia)¹⁴.

Nesta circunstância de crise económica e degradação acentuada do nível de vida, os inquiridos, ao considerarem a pobreza relacionam-na com os seguintes factores de insucesso pessoal e familiar:

- insuficiência de recursos para satisfazer as necessidades básicas (alimentação, saúde, escolaridade dos filhos);
 - incapacidade para adquirir algo mais que o estritamente necessário à sobrevivência quotidiana;
 - incapacidade económica para constituir família ou para sobreviver sem depender de outros;
 - deficientes condições de habitabilidade (casas degradadas, falta de espaço, inexistência de água ou electricidade).
- As principais causas da pobreza - que conduzem às situações atrás descritas - são, na opinião dos inquiridos, as seguintes:
- desemprego ou ausência de rendimentos certos;
 - salários baixos;
 - alto custo dos géneros de primeira neces-

cidade;

- inflação;
- falta de apoio às iniciativas empresariais;
- incompetência e corrupção dos governos;
- ausência de apoio familiar;
- comportamentos destrutivos ou associativos (alcoolismo, deficiências mentais).

Um número minoritário mas significativo de mulheres associa também, explícita ou implicitamente, o número excessivo de filhos ao fenómeno da pobreza.

Grupos mais vulneráveis

Embora a grande maioria da população do Riboque viva em situação de pobreza, existem alguns grupos mais vulneráveis aos seus efeitos. O género, a idade, o número de filhos, as deficiências físicas e mentais, constituem obstáculos importantes, que agravam as condições de vida e dificultam a sobrevivência económica dos indivíduos e das famílias. De facto, ao considerarmos as pessoas mais afectadas pela pobreza extrema e suas consequências verificamos que, de um modo geral, se incluem nos seguintes grupos:

- mulheres que lideram lares monoparentais (a situação é tanto mais grave quanto maior for o número de filhos);
- mulheres idosas, com pouco ou nenhum apoio familiar;
- homens idosos, com pouco ou nenhum apoio familiar;
- indivíduos doentes; alcoólicos; deficientes físicos e mentais.

Se os *handicaps* físicos e mentais, as doenças de longa duração ou o alcoolismo são situações limite que se traduzem em fenómenos de ruptura social, a verdade é que estes casos de autentica exclusão potenciam, na maior parte das vezes, fragilidades que assentam no género ou na idade. Analisemos por isso, com um pouco mais de detalhe, a vulnerabilidade à pobreza de dois grupos chave: as mulheres e os idosos.

As Mulheres

Há certamente diferenças importantes quanto ao impacto da pobreza nos dois sexos. No Riboque os problemas económicos e sociais têm um efeito multiplicador quando recaem sobre as mulheres, uma vez que continuam a existir na sociedade santomense poderosos mecanismos

discriminatórios em relação ao género:

- no trabalho, as mulheres defrontam constrangimentos nas oportunidades que os homens não defrontam: a maior parte das suas actividades continuam a ser não remuneradas, não reconhecidas e subvalorizadas; as suas oportunidades de emprego no sector formal são muito reduzidas;
- as famílias monoparentais dirigidas por mulheres estão entre as mais fortemente atingidas pelas políticas de reajustamento estrutural¹⁵; em muitos aspectos, o fardo da transição económica carregado por estas mulheres é mais pesado que o dos homens: elas são afectadas como mães, chefes de família, e produtoras de bens e serviços.

Muitas das inquiridas do sexo feminino sentem também que enquanto os homens se podem dar ao luxo de falhar nos seus deveres para com a família, elas são sempre "obrigadas", devido às suas responsabilidades para com os filhos, a ter uma maior capacidade de adaptação às situações. Um grande número destas mulheres (as que vivem sozinhas e também as que não são apoiadas pelos seus companheiros) passa diariamente por situações difíceis para conseguir alimentar a família. As estratégias de recurso adoptadas para conseguir esse objectivo são diversas e, frequentemente, múltiplas:

- pedir ajuda aos parentes mais chegados;
- realizar todo o tipo de pequenos trabalhos remunerados (limpar casas, lavar roupa para fora, tomar conta de idosos, capinar...);
- colocar alguns filhos em casa de outras pessoas ou arranjar-lhes bons padrinhos;
- vender na rua (comida confeccionada, lenha, carvão, vegetais, etc) .

Quando uma mulher tem um filho, passa a dedicar mais horas por dia às tarefas familiares, mas o tempo dedicado às actividades remuneradas ou ao comércio de rua não diminui significativamente. Há assim um acréscimo significativo de trabalho. Sendo o tempo um recurso escasso relativamente às tarefas que têm de ser realizadas, a alternativa das mulheres riboquinas é quase sempre aumentar a intensidade do seu trabalho. Numa situação de crise elas

O fardo de ser mulher

Camila (39 anos) já viveu com vários homens e dessas relações teve nove filhos, dos quais quatro ainda estão a seu cargo. Há um mês que Camila não trabalha porque tem estado doente, por isso lá em casa não há refeições certas - quando aparece alguma coisa come-se. Habitam em duas pequenas divisões de uma casa cedida por uma amiga que está em Angola. Essa amiga envia-lhe de vez em quando, "à sociedade", alguma mercadoria ("bacias, caldo, sal chouriço...") que ela vende na Feira do Ponto. "Também já vendi peixe", afirma, "e também dava a outra pessoa dinheiro para comprar vinho tinto e depois dividíamos o lucro, mas ela começou a me enganar e então deixei esse negócio". Por vezes, quando não tem nada para cozinhar, vale-lhe a ajuda do pai ou de uma irmã: "Às vezes me dão comida, eu dou aos meus filhos e vou para a cama com fome, só alimento com vinho de palma e vou para a cama". Quanto ao seu actual companheiro, e pai de alguns dos seus filhos, "não ajuda nem um pouco: se uma família minha morrer ele não ajuda, se tiver festa na minha família ele nunca aparece, eu estava doente e ele não dava dinheiro para comprar medicamento". Camila conclui: "Eu vou deixar esse homem porque parece que a outra mulher dele está fazendo feitiço para mim - de cada vez que eu tenho dinheiro, não sei como, esse dinheiro acaba sem que eu consiga fazer alguma coisa de importante".

compram menos, produzem mais bens em casa e conciliam as actividades no exterior com os deveres familiares. Como consequência, diminuem as horas de lazer ou mesmo o tempo de sono.

O trabalho feminino é também altamente subvalorizado em termos económicos por ser em grande parte não remunerado e não mercantil. Parte do problema reside na própria noção de valor: "(...) para objectivos de avaliação económica valor é sinónimo de valor de mercado. Contudo, muitos bens e serviços com valor económico não são colocados no mercado. Muito do trabalho familiar e comunitário mantém-

O fardo da idade

Idalécio, aos 76 anos, vive sozinho numa casa com uma única divisão. Filhos, são dois, mas "é como se não os tivesse", uma vez que um foi para Angola e o outro está no Gabão "desde o tempo dos colonos".. O seu pai era moçambicano e a mãe angolana. Conheceram-se na roça onde trabalhavam como contratados - a mesma distante roça onde Idalécio nasceu e passou a infância. Em 1947, "no tempo do senhor Governador Gorgu-lho", chamaram-no para a tropa. Em 1950, após a desmobilização, foi viver para o Riboque. Uma vida de canseiras e trabalhos passou a correr por ele. Agora está velho e não tem quem o apoie. "O meu trabalho é levantar de manhã e ir carregar carvão no mercado", declara. Também ca-pina quintais e, quando a necessidade aperta, "tomo esmolas nas lojas". Ida-lécio ontem não co-meu, deitou-se com fome; esta manhã ainda não

se assim sem valor, e as contribuições económicas de muita gente, especialmente as mulheres, não são reconhecidas nem compensadas"16.

O trabalho familiar das mulheres transcende, de facto, o valor de mercado para assumir:

- um valor humano (uma hora de trabalho mercantil e uma hora de trabalho não mercantil têm o mesmo valor quando se trata de medir o bem-estar; para o desenvolvimento humano o tempo gasto a criar, alimentar e a manter a vida humana tem tanto valor quanto o tempo gasto a produzir bens e serviços para o mercado);
- um valor cultural (o trabalho familiar reproduz e interpreta a sociedade; graças a estas actividades, a família, as relações comunitárias e as tradições culturais são mantidas e, ao mesmo tempo, continuamente reformuladas à luz das necessidades sociais).

Saliente-se, no entanto, que esta discriminação com base no género acaba (paradoxalmente ou talvez não) por ser a principal responsável pelo papel cada vez mais activo das mulheres na busca de soluções económicas criativas. Com efeito, à semelhança do que se passa um pouco por toda a cidade de S. Tomé, onde grande parte do comércio informal está em mãos femininas, também no Riboque é bastante elevada a contribuição económica das mulheres através da sua participação nas diversas actividades informais, sobretudo no serviço doméstico e no pequeno comércio de rua.

A população feminina é assim, ao mesmo tempo, o principal motor da economia doméstica e um dos grupos mais vulneráveis ao fenómeno da pobreza. Os progressos conseguidos nos últimos anos pelas mulheres riboquinas podem resumir-se numa expressão: capacidades crescentes e oportunidades ainda limitadas.

Os Idosos

Se a população feminina do Riboque é muito vulnerável à crise económica, a situação assume contornos particularmente graves no caso das mulheres com mais de 50 anos que vivem sozinhas e, ou não têm família, ou não recebem qualquer tipo de

apoio da família. É neste grupo etário que a desprotecção social atinge valores máximos e a privação se torna mais preocupante. Para muitas destas mulheres idosas a principal estratégia de sobrevivência consiste na cedência de parte da sua casa a estranhos - geralmente famílias jovens, com as suas próprias dificuldades económicas - a troco de ajuda e segurança (explícita ou implícita) na velhice. Está-se assim perante uma "coabitação interessada", tanto mais que os inquilinos acabam muitas vezes por herdar a casa após a morte da proprietária. Também os homens, mesmo aqueles que possuíram durante a sua vida activa uma competência específica (uma arte), passam por grandes dificuldades na velhice.

As reformas - quando existem - são insignificantes, pelo que, para quem já não pode trabalhar, só resta um último recurso - depender da solidariedade dos filhos. É, porém, verdade que, nestas circunstâncias penosas, de desprotecção extrema, os laços de consanguinidade funcionam com mais eficácia em relação aos homens do que em relação às mulheres, sendo em menor número os casos de abandono familiar e exclusão social entre a população masculina do Riboque.

Impacto da pobreza na rede de relações sociais

A crise económica e o êxodo rural tiveram um duplo efeito - só aparentemente contraditório - sobre a intrincada rede de relações sociais existente no bairro: se é verdade que confirmaram a capacidade dos indivíduos para se manterem dentro da trama tradicional das relações de parentesco e de amizade, é igualmente verdade que deram origem a alterações significativas em alguns aspectos da interligação entre a estrutura social e a ordem simbólica. As relações pessoais, sendo ainda bastante determinadas pela tradição, estão sujeitas a um processo de permanente revisão e mudança, à luz das novas realidades.

Vejam, no concreto, como se desenrola este dialogo tenso e criativo entre tradição e mudança.

A família e o parentesco

O sistema de parentesco santomense - marcado por uma quase ausência de casa-

mento monogâmico, uma alta incidência de uniões de facto e relações de visita, um elevado índice de lares monoparentais liderados por mulheres e uma prevalência dos chamados "filhos ilegítimos" - deu através dos tempos origem a uma lógica cultural específica que determinou, segundo Seibert¹⁷, uma rede extensiva de solidariedade familiar e contribuiu para uma pressão social no sentido da entreajuda e da redistribuição.

No entanto, parece haver hoje em dia uma fractura de continuidade em certos aspectos dessa ordem simbólica, o que dá origem a um processo de revisão e mudança cultural, uma ruptura dos papéis sociais em torno de certas normas e valores ligados à família.

Importa, por tudo isto, identificar as características mais marcantes do sistema de parentesco tradicional em S. Tomé¹⁸, para depois nos debruçarmos sobre o caso específico do Riboque.

As "uniões de facto" em série (*serial customary unions*) são muito comuns em S. Tomé, especialmente entre os grupos de baixo rendimento. De acordo com a tradição, quando uma rapariga tem um primeiro pretendente, deve apresentá-lo aos seus pais. Para formalizar uma união de facto o rapaz tem que fazer uma proposta nesse sentido aos pais da moça. No caso de uma segunda união já não é mais necessário pedir a aprovação dos pais, podendo os dois parceiros fazer o acordo entre eles. Uma mulher que tem a sua primeira ligação sexual deve, em princípio, abandonar o lar dos pais. Se o seu companheiro ainda for jovem, sem recursos, ela deve ir viver para a casa dos pais dele. Se o futuro parceiro já viver em união de facto (ou união co-residencial) com uma mulher, deve arranjar uma outra casa para a nova mulher. Inicia-se então entre os dois uma relação de visita (*visiting union*).

Grande parte das mulheres que lideram lares monoparentais (35% em 1991; a percentagem sobe para 85% se considerarmos os agregados sem rendimentos próprios) mantêm relações de visita com homens que têm este tipo de relacionamento em adição à sua união co-residencial.

As relações de visita são particularmente comuns entre as mulheres de baixo rendimento. Uma mulher pobre a viver sozinha pode estabelecer uma relação de visita com um homem, tornando-se a sua segunda ou terceira mulher e concedendo-lhe os seus favores sexuais em troca de uma contribuição em bens ou em dinheiro. Normalmente o homem só suporta materialmente essa mulher e os seus filhos enquanto a relação durar.

Ter filhos é o maior motivo de orgulho para as mulheres santomenses. A vida é, segundo esta concepção natalista, um acto de procriação contínua. Fecundidade é igual a feminilidade e viver é igual a dar à vida. Uma mulher que renuncie à procriação rompe esta corrente vital e torna-se suspeita de esterilidade; se pretender planear a sua fecundidade perde o mais importante atributo de feminilidade. Para os homens, ter filhos é sobretudo um acto de potência, uma afirmação de masculinidade. Se um homem não tiver filhos torna-se suspeito de impotência, se tiver poucos filhos diz-se que tem

falta de vigor sexual¹⁹.

Neste sistema de parentesco, marcado pela poliginia e pelo culto da fecundidade, em que as uniões domésticas não são estáticas e a composição das famílias muda com frequência ao longo do tempo, as mulheres tendem a ser muito mais mães do que esposas. São elas, de facto, quem deve assumir a principal responsabilidade pelos filhos.

Contudo não é raro entregar-se esse encargo a outros elementos femininos da família - as mulheres jovens, que não têm meios de subsistência ou que iniciam uma nova relação, podem pedir à mãe do seu "pai de filhos" ou à sua própria mãe para tomar conta de uma ou mais crianças; no entanto, as crianças mais novas ficam quase sempre com a mãe. Quando a criança cresce, se o seu pai está numa outra união co-residencial, pode leva-la para a nova casa, mas essa não é a regra. Um homem, ao iniciar uma relação com uma mulher que já tem filhos, deve garantir a subsistência dos seus "enteados", desde que a mulher os não consiga colocar em casa de parentes. Identificadas as principais características do sistema de parentesco tradicional santomense, vejamos agora o que se passa no Riboque.

As entrevistas e observações feitas no decorrer deste trabalho sugerem que:

- a rede extensiva de solidariedade familiar baseada nos laços tradicionais de parentesco (irmãos e meios irmãos, sobrinhos e tios em vários graus, pais, mães e avós, enteadas e enteados) contribui, de forma complexa e criativa, para amortecer as consequências do processo de ajustamento estrutural e fazer face às dificuldades económicas;
- há em simultâneo, como resultado desse mesmo processo de mudança, uma ruptura na relação papéis sociais/consensos simbólicos em torno de algumas normas e valores ligados à família.

De uma forma geral, o sistema de parentesco e de alianças consanguíneas existente no Riboque parece, de facto, continuar a reproduzir as características mais importantes do sistema de parentesco tradicional santomense: poliginia, alta incidência de

Vidas que se cruzam e descruzam

Telmo, de 27 anos, tem a seu encargo quatro menores: um filho da mulher com quem hoje em dia vive e outras três crianças, fruto de uma relação anterior da sua companheira. "O pai deles não ajuda, mas a minha mulher é uma pessoa que desenrasca um pouco", afirma. Antes disso Telmo viveu em relação co-residencial com outra mulher, de quem também teve um filho, que "vive longe", com a mãe e o seu novo companheiro. "Comecei a ser pai aos 22 anos. A princípio eu era responsável por essa família, mas depois de seis meses a moça mulher que eu tive não estava a dar, era um pouco teimosa, então eu preferi dizer a ela, vamos acabar com a história e cada um vai para a sua vida. Daí eu fiquei um ano e tal sem mulher, depois eu tive essa mulher que agora tenho".

Camila, de 39 anos, tem nove filhos que são o resultado, quer de algumas relações de visita, quer de algumas uniões co-residenciais; quatro deles ainda estão a seu cargo. O seu actual companheiro mantém uma relação de visita com outra mulher; mas a relação entre os três é difícil: "Ele não ajuda nem um pouco, estamos juntos há 5 anos e ele não ajuda em quase nada. Eu vou deixar esse homem porque parece que a outra mulher dele está fazendo coisas de mal para mim".

Juca, de 26 anos, tem duas mulheres ("uma em casa e outra fora") e de cada uma tem um filho. "Vivo bem com elas, sem conflitos, o que se põe às vezes são problemas financeiros".

Tomé, de 43 anos, também vive entre duas casas e duas mulheres. Da sua companheira tem seis filhos e da outra - a mais nova, que visita regularmente - tem apenas um filho, "mas ela tem outros três, por isso com o meu faz quatro". Além disso, há que contar com "mais dois filhos fora, numa miúda com quem já não vivo".

uniões de facto e relações de visita, número significativo de lares monoparentais liderados por mulheres, grande fluidez nas uniões domésticas e na composição dos agregados familiares, elevadas taxas de natalidade.

Para muitas dos riboquinos o alastramento da crise económica contribuiu para reforçar, ou pelo menos manter, a lógica cultural específica destas relações de parentesco - os indivíduos sabem que, através dos seus laços de consanguinidade e de aliança, estão inseridos numa rede extensiva de solidariedade familiar que actua no sentido da ajuda (quem ajuda é por sua vez ajudado amanhã) e da redistribuição (o que se tem deve ser partilhado dentro do círculo alargado da família). Muitos dos inquiridos continuam, assim, a achar que conseguem fazer face às dificuldades quotidianas com tanto mais eficácia quanto melhor estiverem inseridos numa rede de relações de parentesco.

De uma forma geral os pais continuam a ser apoiados na velhice pelos filhos; noutros casos são os filhos que, passando eles próprios por dificuldades, são apoiados pelos pais. Alguma assistência em dinheiro, produtos agrícolas e outro tipo de bens, além de apoio na doença e trocas de serviços de diversa ordem (educação das crianças, partilha de informações sobre empregos e biscates), acontecem assim com frequência entre os membros de uma família, por mais dispersa e fragmentada que esta aparente estar.

Existe, além disso, quase sempre uma relação privilegiada, de maior proximidade, com pelo menos alguns dos familiares - a mãe, o pai, um tio, os irmãos (as relações de solidariedade entre irmãos parecem assumir especial importância no contexto dos lares monoparentais: de facto, à medida que a imagem do pai ausente se torna cada vez menos nítida, a autoridade e a protecção do irmão mais velho tende a surgir como uma nova referência, capaz de contribuir para a unidade do agregado familiar).

Mas apesar de, no Riboque, as redes de parentesco continuarem a cumprir um importante papel social e económico, os dados reco-lhidos parecem indicar a exis-

Ter família é ter um apoio

Fabiano é pintor da construção civil, mas tem estado parado por falta de trabalho. Vive, com a mulher e os três filhos, "em casa da velhota". A mãe, reformada, não o pode ajudar com dinheiro, mas "tem os seus meios, que vêm de fora", e além disso ajuda com géneros alimentícios. "Quando ela tiver eu recebo, quando eu tiver ela recebe", afirma. Mas que apoios são esses? Fabiano tem dois irmãos a viverem em Portugal. Além disso outra irmã, que é polícia, "também dá um bocado de apoio". Herculano reconhece: "Eu não ligava muito à família, mas depois de um certo tempo comecei a crescer e a saber que "sa lumon n'guê" (irmãos são parentes) e então comecei a me relacionar com a família".

Apesar de ainda não ter constituído família, Xavier já tem um encargo: criar os três filhos de uma irmã que viajou para Libreville: "Eles estavam com a minha mãe, mas ela faleceu e eu não posso abandoná-los", explica. Mas a mãe dos miúdos também ajuda: "Manda-me às vezes alimentos, dinheiro, roupa, materiais de escola... por acaso ela dá apoio". Ele conta, além disso, com a ajuda de um irmão que está em Portugal: "Uma vez ou outra envia-me algum dinheiro. Além disso, quando volta traz sempre alguma coisa para nós - roupa, sapato... Ele veio para aqui agora, eu não tinha um televisor, mas ele comprou para mim".

Homens que não "assumem as suas responsabilidades"

Chama-se Betina, tem 22 anos e é Príncipe. Há dois anos que está em S. Tomé. Quando chegou à cidade foi viver no Riboque, "em casa de uma senhora". Nesse entretanto começou uma relação com um homem. Passaram a viver os dois na casa onde Betina já antes morava, mas a relação durou pouco tempo: "Depois que eu engravidei ele deixou-me", explica, "e até agora não dá nada para a criança". Conheceu outro homem e tornou a engravidar. Passaram a viver juntos, de novo na residência de Betina: "Vivemos juntos depois que eu engravidei, mas esse segundo homem que eu tomei também me deixou e agora não dá nada para o filho".

Vicência, de 36 anos, viúva, prefere viver sozinha, mesmo passando por grandes dificuldades, a manter uma relação de visita com alguém. Ela é da opinião que os homens já não assumem as suas responsabilidades: "hoje em dia não existe homem, porque homem só vem nos dois dias dele, mais nada²⁴".

Controlar a fecundidade

Lúcia, 26 anos e cinco filhos de pais diferentes, lamenta-se: "nestes últimos anos só tenho estado a parir e parir".

Adália, de 23 anos, estudante de enfermagem, mantém uma relação de visita há quatro anos. O companheiro, de quem tem um filho, vive com outra mulher, "que é a esposa dele", mas Adália não tem razões de queixa: "apoia no que é preciso". Ela sabe que para terminar os estudos não pode, de momento, ter mais filhos. Está decidida a consegui-lo: "por nada desse mundo, nem por homem algum, vou deixar de fazer esse curso".

tência, no plano simbólico, de uma fractura de continuidade entre alguns aspectos deste sistema e os seus actores. Se é verdade que a cultura é um sistema de símbolos que constrói significação - ou, na definição de Talcott Parsons, "um sistema complexo e relativamente coerente de normas e valores que orientam a acção social"²⁰ - também não é menos verdade

Uma mulher independente

"Chamo-me Rosário e tenho quarenta anos:. Eu fiz um curso de educadora de infância. Foi em 81. Tudo para mim era mais fácil porque eu só tinha uma criança. Depois que eu comecei a ter mais filhos, dinheiro era pouco e eu desisti do jardim de infância. Fui trabalhar no jardim da escola francesa, ganhava um pouco mais. Depois comecei a fazer viagem para Luanda. Levava azeite de palma, essas coisas assim, vendia, fazia compra de fardos lá, depois trazia e dava a uma minha comadre para vender. Conseguia assim dinheiro para as crianças. Naquela altura do jardim de infância eu tinha um filho, mas quando falo de ir para Luanda eu já tinha quatro. Saltei directamente de um para quatro. Quando eu multipliquei para quatro a vida já foi um bocado mais difícil.

Eu tive-os com pais diferentes. Tive-os com pais diferentes porque naquela altura eu tinha minha maneira de ser, não gostava de ser presa por homem. Se homem dizia ou fazia qualquer coisa que eu não gostava, eu retirava só. Não dizia nada, não dava muita satisfação, não rogava muito. Os homens nunca me deixaram. Não foi assim, os meus pais de filho nunca me abandonaram. Pelo contrário, eu é que os abandonava, eu é que tinha essa mania de os deixar por isto ou por aquilo. Agora continuo com o mesmo homem que arranjei em 95. Eu arranjei esse homem, mas como não gosto de pedir para dar meus filhos de comer, não quis arranjar mais filhos com ele. Decidi fazer planeamento para não ter mais, manter apenas esses quatro. Eu evitei fazer cinco, repetir a mesma coisa outra vez, com cinco e com pai diferente, com medo de um dia vir a acontecer a mesma coisa: ter assim um aborrecimento.

Depois que eu deixei de fazer viagem para Luanda, era um bocado pesado para mim. Aí eu consegui arranjar este marido. Não é bem directamente um marido que eu viva com ele, eu sou como uma segunda pessoa, mas trata-me bem, trata os filhos como se fossem dele. Dá-me um pouquinho de dinheiro e eu também faço pequenas coisas: gelado, vendo uma roupas, umas coisas.

O que eu quero mesmo, o que gostaria era de ter dois ou três negócios meus, para me sentir livre, livre, livre mesmo. Às vezes queria viajar de novo para fazer mais negócio, homem é que não deixa. Mas se eu tiver a minha oportunidade eu vou, se ele não me deixar ele fica por cá. Eu vivo bem, mesmo só. De 96 para cá é que comecei a depender mais um bocado dele, muito não, um bocado. Mas eu giro sozinha. Se o deixar consigo sobreviver porque sou lutadora. Mas torna-se outra vez pesado para mim e eu queria acabar com isso...De certo modo sou um bocado independente, mas ao mesmo tempo já não. Às vezes aturo meu homem por causa de dinheiro. Só. Com a idade que eu tenho eu sinto-me bem sozinha. Eu tive problemas graves mas não é como agora, ter de aturar homem por causa de dinheiro. Se não fosse pelo dinheiro eu me afastaria. É o maior problema que eu tenho."

que, quando uma sociedade se encontra em pleno processo de mudança, se torna necessário um contínuo reajustamento das formas culturais à nova realidade económica e social. É a chamada "função integradora da cultura"²¹. Tanto a ordem simbólica como as estruturas sociais se encontram assim, numa situação deste género, em constante trans-formação, sendo estes processos de mudança interdependentes. "Umhas vezes são as transformações das expressões culturais que precedem as do contexto social, outras vezes são estas a provocar uma readaptação das primeiras, enquanto noutros casos ambos os níveis atravessam fases de mudança, que podem actuar segundo direcções convergentes ou divergentes, dando lugar a dinâmicas sociais muito diversas"²².

Uma dada cultura pode assim compreender elementos contraditórios ou dar lugar a interpretações diferenciadas por parte dos membros de uma sociedade, pelo que o problema da relação entre cultura e integração é bastante complexo. Bourdieu fala mesmo da "relativa autonomia da lógica das representações simbólicas relativamente às determinantes materiais da condição social"²³.

Os dados recolhidos no Riboque indicam que - não obstante a importância da rede tradicional de relações familiares enquanto estratégia adaptativa face à pobreza e à crise económica - tanto a ordem simbólica como as estruturas sociais ligadas ao parentesco se encontram num processo dinâmico, e por vezes contraditório, de mudança e renovação.

Alguns sinais disso:

- a maior complexidade e frequência das relações de intimidade sexual fora do âmbito codificado pela tradição (entre os jovens parecem ser mais frequentes os relacionamentos esporádicos, que não podem ser considerados nem relações de visita, nem de co-habitação; parece também haver mais mulheres a romperem com os padrões de monogamia feminina e a assumirem envolvimento amorosos extraconjugais);
- o esbater de alguns códigos de conduta inerentes às relações uniões de facto (a tradição espera que o homem estabeleça

uma residência para o casal, mas esta regra tem vindo a ser constrangida pelas dificuldades económicas - na prática, a co-residência quer dizer muitas vezes que é o homem quem se desloca para a casa de uma mulher já estabelecida);

- o esbater de alguns códigos de conduta inerentes às relações de visita (um número crescente de homens envolvidos numa relação deste tipo não quer ou não pode participar nos encargos com o agregado familiar da sua companheira);
- uma maior autonomia pessoal e económica de algumas mulheres em relação à dominância masculina (para uma mulher sem recursos, a sua sexualidade pode ser um trunfo que ela usa com algum calculismo; nesses casos, o dinheiro torna-se um agente para regular uma relação social - se o homem já não está em condições de contribuir para a subsistência do seu agregado familiar, a mulher poderá procurar um parceiro melhor);
- uma tendência crescente para um maior domínio das mulheres sobre a sua fecundidade (este desinvestimento simbólico no vínculo entre fertilidade e feminilidade tem sido lento, mas é, ainda assim, notório - sobretudo entre as jovens - uma maior preocupação em controlar o número de filhos e os intervalos entre os nascimentos).

Em resumo - o padrão de relações conjugais e familiares existente no Riboque parece reproduzir, no essencial as características mais marcantes do sistema tradicional de parentesco santomense: poligamia masculina, monogamia feminina, relações de visita e uniões co-residenciais. O conjunto destas relações de aliança e de consanguinidade traduz-se num sistema social com algumas características específicas: redes familiares extensivas, grande fluidez nas uniões domésticas, grande mobilidade na composição dos agregados familiares e número elevado de lares monoparentais, muitos dos quais chefiados por mulheres. A esta realidade social corresponde, no plano simbólico, um sistema de significações assente, entre outros, nos seguintes conceitos:

- solidariedade familiar (entrajuda e redistribuição no interior da família);
- valorização das relações de parentesco extensivas (tios, primos, meios-irmãos,

Viver do alheio

Francisca diz que não cria animais "porque as pessoas roubam e matam"; Firmina já fez criação, mas chegou à conclusão que "não dá, porque há muito roubo e confusão no Riboque"; Benvinda não tem espaço para criar, mas mesmo que tivesse não o fazia, porque "já se sabe, as pessoas roubam".

"Sabe", diz Xavier, "aqui no Riboque quando nós pomos uma coisa no chão, há pessoa que vem e tira como se fosse dela". Ele conta como assaltaram a sua capoeira com pombos: "Arreventaram a porta, mas eu não soube quem fez isso, se é pessoa que vive aqui ou se é pessoa de fora. Por toda a parte aqui no bairro isso acontece, mas nunca apanhamos ninguém. Eu não sei como eles vão saber o momento para fazerem isso. Eu acho que não é gente de muito longe, mas eu não vi ninguém, eu não posso falar".

- enteados, etc);
- associação fertilidade/feminilidade;
- predomínio do papel de mãe sobre o papel de esposa;
- associação poligamia/masculinidade.

A pressão económica e social no sentido da mudança parece estar a submeter algum destes valores a um processo de reorganização simbólica:

- a solidariedade familiar torna-se mais difusa, sobretudo no que diz respeito ao papel dos homens no interior das redes de parentesco tradicionais;
- um número crescente de mulheres tenta obter algum controlo sobre a sua sexualidade, separando-a da natalidade; ao fazerem-no estão a promover uma ruptura simbólica entre feminilidade e fecundidade.

Amigos e vizinhos

Um dos resultados mais evidentes da crise

Vizinhos? Bom dia, boa tarde

"Com vizinho, é cada um em sua casa", afirma Vicência, "Se eu não tenho sal hoje e vou pedir, amanhã já não posso ir, eu tenho que desenrascar. Cada um desenrasca".

"Cada pessoa no seu sítio, bom dia, boa tarde, sem arranjar contradição", defende também Sandrina. Quanto a recorrer aos vizinhos para pedir qualquer coisa, ela confessa que prefere o contrário - "que sejam eles a virem me pedir". Conflitos? Até que tem alguns: "há pessoas que jogam lixo onde calha, e depois há o caso desse esgoto que está aqui em frente à minha casa - quando fizeram a estrada fizeram essa vala da chuva, mas vizinho pôs esgoto e agora há muito mosquito".

"No Riboque, mesmo evitando conflitos com as pessoas, parece que elas nascem para o conflito", diz Adália. Por isso ela prefere estar no seu canto.

Os amigos são para as ocasiões

Orlando tem alguns amigos do peito, com quem pode contar em caso de necessidade - arranjam-lhe trabalho, emprestam-lhe dinheiro, pagam-lhe cervejas etc. Em contrapartida, ele não ignora que tem o dever de os ajudar sempre que for preciso. Dá um exemplo: "Se eu tenho um amigo que tem trabalho no quintal, uma semana antes ele avisa-me, marca dia e eu vou. Trabalhamos a conversar e a rir, depois quando acabamos ele põe mesa, a gente senta, come, bebe. Eu não peço ele nada porque é um amigo que atende minhas necessidades. Quando ele pergunta quanto custa todo esse trabalho que eu fiz, eu falo que não é preciso pagar".

Mas, porque nem todos os amigos são iguais, cada amizade implica um tipo diferente de ajuda. Veja-se o caso de Xavier: "O amigo que me arranja biscates é meu colega na obra, mas o amigo a quem eu peço dinheiro é outro, é meu compadre" (...) "Eu conto com o apoio de certos amigos quando tenho algum trabalho - meter umas plantas de bananeira no chão, capinar minha horta... Todos não, mas uns dois, até três, me dão apoio".

económica é, na opinião da maioria dos inquiridos, a deterioração progressiva da atmosfera de boa vizinhança no Riboque. Multiplícam-se as brigas de rua, os conflitos públicos, as discussões provocadas por dívidas não saldadas, aumentam os casos de pequeno furto (o roubo de animais, por exemplo, tornou-se tão frequente que a maioria das pessoas desistiu de fazer criação de gado) - generaliza-se

A importância de se ter um bom padrinho

Vicência, desde que enviuvou há oito meses, passa por grandes dificuldades para conseguir criar os seus seis filhos. O seu marido trabalhava como canalizador para um dos empresários mais importantes de S. Tomé. O empresário, que também é padrinho de uma das filhas, tem desde então prestado alguma ajuda à família de Vicência: "Dá cem mil dobras, cento e cinquenta mil... consoante". Uma das grandes dificuldades de Vicência é conseguir manter quatro crianças na escola: "Dificuldade de bata, caderno, lapiseira, mochilas, tudo. Às vezes eu mando elas sair onde o pai trabalhava para ir pedir apoio que é para comprar material de escola, porque eu não consigo". O padrinho cumpre as suas obrigações e ajuda.

Pagar, quanto mais tarde melhor

"Quando eu trago pão há vizinhos que pagam no dia seguinte e há outros que demoram dois ou três dias, mas nunca ficam a dever muito tempo porque eu estou sempre a bater à porta" (Firmina, vendedora de pão).

"Há pessoas que não pagam, entrego roupa lavada e eles ficam a me dar voltas. Por isso às vezes eu lavo roupa e deixo aqui; se dinheiro não vier, roupa também não.

assim um sentimento de desconfiança e alguma insegurança antes desconhecido no bairro.

A sobrelotação deste bairro, agravada pelos problemas sociais e económicos, provoca assim constantes conflitos na gestão do espaço e no controlo dos recursos comuns, corroendo lentamente as anteriores relações de vizinhança - assentes na solidariedade e na ajuda - ao ponto de as transformar com frequência em relações de desconfiança, ou pelo menos de distanciamento. Nos tempos que correm cada um trata da sua vida. Vizinhos? Claro que se pode contar com eles em caso de doença ou de alguma pequena falta - sal, fósforos, essas coisas assim. Mas, na opinião de grande parte dos entrevistados, só mantendo alguma distância se conseguem evitar abusos e intromissões.

Os recintos de baile, sociedades recreativas e grupos culturais têm vindo também a perder grande parte da sua importância enquanto locais de convivialidade, reprodução social e reforço da coesão comunitária.

No entanto, se a pobreza tem um evidente impacto negativo sobre as relações de vizinhança, a verdade é que as relações de amizade continuam a desempenhar um papel muito importante no quotidiano da maioria dos riboquinos. As redes e laços de cumplicidade entre um indivíduo e os seus conhecidos continuam a ser determinantes, e um número muito significativo de inquiridos reconhece que recorre com frequência a ajudas deste tipo na sua vida diária.

O apoio dos amigos nem sempre assume a forma de assistência monetária ou prestação de serviços - pode consistir, por exemplo, em informação sobre algum emprego, biscate ou negócio. Com efeito, muitos dos entrevistados sentem que a sua rede de relações e contactos pessoais constitui, nos tempos que correm, a forma mais segura de arranjar um trabalho ou de realizar um proveitoso negócio de ocasião.

Em muitos casos torna-se difícil estabelecer uma distinção nítida, dentro das redes de solidariedade, entre parentesco e ami-

zade. Com efeito, as características difusas e extensivas do parentesco fazem com que as relações de amizade sejam frequentemente um prolongamento de laços de sangue ou de aliança - é sempre possível, fazendo apelo a uma ligação em segundo ou terceiro grau, pelo lado do pai ou pelo lado da mãe, encontrar raízes comuns que cimentem uma conjunção de interesses ou dêem origem a uma relação de assistência mútua. "Somos todos primos", diz-se com frequência em S. Tomé - e o Riboque não foge a esta regra.

Por outro lado, os laços entre indivíduos de famílias diferentes estão muitas vezes na origem de alianças, que podendo ser de clientelismo, reproduzem no essencial o discurso do parentesco e dão origem a um relacionamento afectivo que pode assumir contornos práticos de relacionamento familiar. É o caso das ligações entre compadres ou entre padrinhos e afilhados.

Estratégias adaptativas e modos de vida

Os gastos com a alimentação consomem uma parte importante do orçamento familiar da maioria dos riboquinos - é preciso "esticar" todos os dias o dinheiro de modo a que chegue pelo menos para duas refeições diárias. Quando não há outra solução, tem que se contar com a solidariedade familiar, pedir emprestado a alguém, ou então "tomar fiado" na loja mais próxima.

Praticando, nos limites do possível, esta complicada ginástica orçamental, consegue-se ainda poupar algum para a electricidade, o material escolar das crianças, o vestuário. Mas é difícil. Chega sempre o dia em que é preciso tomar a difícil decisão de cortar despesas nalgum lado. Normalmente começa-se pela electricidade.

Algumas pessoas fazem, assim, esta difícil gestão diária dos seus recursos, priorizando certos pagamentos e eliminando determinadas despesas (a roupa, por exemplo, passa a ser adquirida em segunda mão na "feira do fardo"); outras pessoas optam por fazer ao mesmo tempo pequenos pagamentos em várias dívidas e "contas fiadas"; outras fazem apelo às obrigações de assistência mútua decorrentes dos laços de solidariedade extensiva;

Pedir a quem tem

Vicência não tinha dinheiro para mandar fazer pelo menos um uniforme para cada um dos seus quatro filhos em idade escolar. Resolveu o problema através do padrinho de uma das filhas: "Eu mandei minha filha ir pedir dinheiro ao padrinho, que tem posses. Ele entregou-lhe cem mil dobras. Com esse dinheiro eu comprei pano para as quatro batas. Pus na costura e pediram quinze mil dobras por cada uma. Então eu falei com outra pessoa que me deu quarenta mil. Com isso eu paguei três batas, o que faltava eu desenrasquei. Mas agora está a faltar dinheiro para mais uma bata".

outras pedem emprestado num lado para pagar no outro; e outras ainda acumulam dívidas, mantendo os credores na esperança de um negócio ou de um trabalho bem remunerado que lhes permitirá saldar todas as contas em atraso.

A esmagadora maioria dos inquiridos acha que, devido ao elevado custo de vida, necessita agora de trabalhar bastante mais do que há dez anos atrás para conseguir assegurar a sua sobrevivência económica diária.

De facto, com a crise económica e o colapso das empresas agrícolas estatais, o desemprego disparou e o mercado de trabalho na capital não conseguiu corresponder às necessidades de uma população suburbana em crescimento. Como resultado o emprego - pelo menos no sentido de emprego estável, com uma relação formal empregador/empregado - tornou-se raro. Um número cada vez maior de pessoas tentou adaptar-se a esta nova realidade através de uma grande variedade de estratégias informais, tais como:

- prestando serviços aos vizinhos;
 - fazendo limpezas e outros trabalhos para fora;
 - comprando, vendendo e trocando todo o tipo de coisas;
 - vendendo excedentes (sobretudo aqueles que têm glebas noutras áreas, longe do Riboque);
 - fazendo pequenos serviços de reparação e outros biscates remunerados;
 - "desenrascando" uma arte nova (ou, de preferência, mais do que uma);
 - alugando uma parte da casa (ou cedendo-a a troco de ajuda);
 - confeccionando alimentos para vender.
- A maioria das pessoas tenta, assim, sobreviver através de um conjunto muito hete-

Um trabalho só não chega

Ilione é pedreiro, mas tem cada vez mais dificuldade em assegurar trabalho regular - enquanto há dois anos teve seis ou sete obras, no ano passado só encontrou duas; por isso faz também diversos pequenos serviços como carpinteiro ou pintor. Além disso dedica-se ao negócio dos búzios, confeccionando-os à noite para a mulher vender no dia seguinte no mercado - "quando não tenho trabalho desenrasco desse jeito", afirma.

Caustrino vende ferragens num mercado de rua, à sociedade com um amigo: "essas coisas de dobradiça, fechadura, cadeado...;mas cada um tem a sua parte, se ele ganhar é dele, se eu ganhar é meu dinheiro". Dia em que as ferragens não dão rendimento, um deles tem que "sair mão seca" à procura de negócio noutra local. "Vender a andar, procurar produto de ocasião - caldo, esparguete, margarina, leite em pó, pasta de dentes, o que calhar" - a regra é comprar barato nas lojas para revender na rua com uma pequena margem de lucro. Caustrino é insistente: "se o freguês está na preguiça eu chamo-o, vou ter com ele". Por isso a mercadoria vende-se: "da forma que eu ando a puxar freguês, tem que vender sim".

Há pessoas, como Orlando, que estão sempre aptas a fazer tudo. Ele nunca recusa qualquer serviço - é marceneiro, mas dá um jeito como carpinteiro, pintor, pedreiro, electricista; além disso cose sapatos, abre caboucos, capina...Orlando sabe que "trabalho certo é coisa de outros tempos".

Xavier é da mesma opinião: "hoje em dia nós não podemos parar à espera só de um trabalho, temos de saltar de um lado par o outro a ver no que dá".

rogéneo de actividades informais, negócios de ocasião, ajudas várias e pequenos biscates. A estratégia parece ser encontrar tantos trabalhos quanto possível, para assim suprir a falta de trabalho certo. É importante ser-se um "habilidoso" no máximo número de áreas - reparar qualquer coisa, realizar qualquer tarefa para não perder nenhuma hipótese de ganhar dinheiro.

Terras longe de porta não alimentam ninguém

Ilione tem algumas pequenas glebas, mas estão demasiado longe para lhe serem de alguma utilidade. "Podemos ir de carro até lá, sair com fome e chegar lá, não encontrar nada, e depois voltar com mais fome ainda", afirma. "Quando morava em Angolares eu plantava batata, mandioca, matabala, mas na cidade já não tenho esse espaço, e por isso tenho apostado mais nas obras", conclui.

Velcy tem um terreno em Cova Barro que pouco lhe serve porque "as coisas não param: fruta, banana, é tudo roubado". Também tem uma parcela em Melhorada, mas não compensa ir até lá: "às vezes eu vou e a senhora que está a tomar conta diz que não tem nada, ou então dá-me um litro de azeite de palma; assim não vale a pena pagar o carro e deslocar-me".

Estes biscates e pequenos negócios de rua, na sua grande maioria ocasionais e irregulares, são quase sempre encontrados através da informação boca-a-boca, pelo que é fundamental que cada indivíduo esteja integrado numa malha apertada e eficiente de relações sociais. As redes extensivas de parentesco, amizade e compadrio são, mais uma vez, determinantes.

O desenvolvimento destas actividades informais no Riboque e zonas envolventes é um bom exemplo das estratégias das populações suburbanas para atenuarem os efeitos da pobreza e diversificarem ao máximo os seus rendimentos - o sector informal é, neste bairro, composto por muitas dezenas de micro e pequenas "empresas", a maior parte das quais no sector da produção de bens e serviços, com especial incidência para a construção e o pequeno comércio de rua. As profissões mais comuns entre os homens (muitas vezes em acumulação) são: pedreiro, pintor, marceneiro, carpinteiro, alfaiate, sapatiteiro, "candongueiro", mecânico. As mulheres são sobretudo vendedoras de rua, vendedoras no mercado (palaiês), lavadeiras, modistas, cabeleireiras.

As vantagens deste sector informal são óbvias: rapidez de adaptação às contingências impostas pelo mercado local, oferecendo pequenas oportunidades de emprego e de negócio aos sectores mais desfavorecidos da população; grande enraizamento na economia local, utilizando mão de obra local e produzindo para o mercado local.

A maioria dos riboquinos - apesar de produzir um discurso pessimista em relação à sua situação económica - revela-se assim capaz de formular estratégias complexas e recorrer a um conjunto dinâmico e diversificado de meios para fazer face à pobreza e à adversidade. Uma família que perde um emprego, por exemplo, pode tentar recuperar esse rendimento através de um série de meios alternativos: alugar um quarto da sua casa, apanhar lenha para vender, realizar pequenos trabalhos remunerados, tratar de uma senhora idosa, recorrer à ajuda de familiares e amigos, etc. Estas actividades envolvem todos os membros do agregado familiar, cada um procurando, de diversos modos e em

diversos lugares, diferentes fontes de alimentação, combustível, dinheiro e ajuda.

O conceito de modo de vida (livelihood)²⁵, muito mais que o de emprego, parece ser o que melhor se ajusta ao carácter plural desta realidade económica. Na prática, "os conceitos de emprego e de desemprego pertencem apenas aos países industrializados, nos quais um trabalhador, sustentado pelos benefícios da segurança social, se pode dar ao luxo de passar algum tempo desempregado. Muitos trabalhadores nos países mais pobres não têm essa opção. Têm de trabalhar em qualquer coisa, não importa quão improdutivo ou mal pago seja o seu trabalho"²⁶.

Os modos de vida cobrem todas as actividades que asseguram a sobrevivência e as condições de vida das famílias. O emprego pode, por si só, assegurar um modo de vida, mas na maior parte dos casos as estratégias adaptativas dos riboquinos envolvem uma variedade grande de actividades dos diversos membros do agregado familiar e baseiam-se em múltiplas formas de acesso a bens, alimentos, rendimentos e segurança. Não faria, por exemplo, sentido valorizar apenas o trabalho remunerado quando a contribuição da produção doméstica não remunerada (sobretudo das mulheres) é de extrema importância para o consumo privado das famílias no Riboque.

O número de pessoas que combinam os seus diversos trabalhos informais com o cultivo de pequenas parcelas de terreno ou a criação de alguns animais, sendo apreciável, não é tão significativo como em outros bairros suburbanos da capital santomense. Para isso concorrem principalmente três factores: a elevada densidade populacional e habitacional do bairro, que deixa pouco terreno livre para as práticas agrícolas; o êxodo rural que, afastou muitos dos novos habitantes do Riboque das suas glebas ou roças de origem; e, finalmente, o roubo cada vez mais frequente e sistemático de géneros agrícolas e de gado.

As entrevistas demonstraram igualmente que um número cada vez maior de famílias complementa as suas economias domésticas com as remessas ocasionais - em dinheiro ou em géneros - de algum parente a

Família lá fora

O irmão de Lucindo vive em Portugal. Este ano, quando veio de férias, deixou-lhe algum dinheiro: "vai que não vai, com esse dinheiro é que a gente fez um bocadinho de coisa".

Zé Rocha também tem um irmão em Portugal que o ajuda: "apoio que eu tenho mais é que ele às vezes me manda algum dinheiro; se eu estou a necessitar de uma coisa que sei que não posso comprar, esse dinheiro vem, eu compro".

Vitória tem vários irmãos em Portugal que a apoiam regularmente: "ajudas materiais, alguma coisa que necessito, caso de material [de cabeleireiro] que mando pedir - quando tiver ao alcance deles, eles mandam; por acaso é uma grande ajuda".

Adelino tem alguns familiares em Lisboa: "sabe, no caso de roupa e sapato é difícil a gente comprar aqui, porque fica muito caro; são esses apoios que nós pedimos e eles mandam".

trabalhar no estrangeiro. Gabão e Angola e, sobretudo, Portugal, são os países para onde o fluxo migratório de habitantes do Riboque foi mais intenso nos últimos anos.

As aspirações dos riboquinos

Os riboquinos dão valor a muitas outras coisas para além de um rendimento elevado - quase todos eles desejam ter uma habitação adequada, alimentação variada, acesso a água e electricidade, melhores serviços médicos, escolas mais eficientes, subsistência segura, empregos satisfatórios.

O rendimento parece ser, para a maioria dos inquiridos, um meio para atingir os seus fins, não um fim em si mesmo (a prova disso é que uma parte substancial das mais valias realizadas é redistribuída em actividades que tornam a vida digna de ser vivida mas não têm preço - o fomento das relações com os amigos ou a solidariedade familiar, por exemplo). Nem todas as actividades social e culturalmente valorizadas possuem, assim, um preço de mercado. Além disso, se gerar rendimentos ajuda a resolver algumas das necessidades básicas, não garante, por si só, a saúde, a educação dos filhos, a estabilidade familiar ou a assistência social.

Ter medo do futuro

"Planos para futuro? Eu posso ter planos, mas não tenho dinheiro, o que é a mesma coisa que nada. Eu não tenho nenhum futuro. Qual futuro que eu tenho aqui? Para mim eu até podia morrer, se não fossem as crianças. Eu não quero ficar velha, não!" (Felicía, 46 anos).

Jovens com sonhos

Juca, de 26 anos, acumula o trabalho numa escola de condução com alguns outros biscates - reparação de bicicletas, pequenos serviços de pedreiro, etc. "Tenho de fazer muita coisa para conseguir chegar com algum a casa", afirma. Mas ele também tem o seu sonho: comprar um dia um televisor com leitor de vídeo e passar filmes nos terreiros." Estou a tentar viabilizar a ideia, mas não está a dar resultado", lamenta-se. O problema é que não há dinheiro.

Adália, de 23 anos, frequenta o 2º ano de um curso de obstetrícia. Não é fácil conciliar o papel de estudante com os seus outros papéis - companheira de um homem, dona de casa e mãe de um bebé de 4 meses - mas está decidida a conseguí-lo. "Nada deste mundo, nem homem algum", a irá impedir de ter o seu diploma de parteira. Depois, os seus planos são ambiciosos: "Do jeito que as coisas estão na área da saúde, eu não pretendo trabalhar sempre para o Estado. Daqui por cinco, seis anos, espero ter tudo o que preciso para montar uma clínica".

Eduardo tem 27 anos. É jardineiro, mas como o salário não chega faz também alguns biscates como ajudante de pedreiro. No entanto ele sabe que tem um trunfo: a carta de condução. Necessita apenas de "apanhar mais prática de conduzir antes de procurar emprego". No futuro espera conseguir um lugar na praça como taxista ou um emprego como motorista.

"Futuro..., eu para mim queria uma vida melhor: ter a minha própria casa, o meu próprio salão de cabeleireiro...", diz Vitória, de 29 anos. Mas acrescenta: "nessa terra é melhor não sonhar muito porque esse sonho fica aqui mesmo, nunca se torna realidade". Hesita: "bem..., se houvesse um sítio para a gente dizer: vou explorar naquele sítio para ver se consigo um financiamento, um apoio ou quê, eu ia".

Para Juvenal (26 anos) os projectos quanto ao futuro passam pelo sector formal: ele quer abrir a sua própria oficina de sapateiro, "com alvará e tudo oficializado". De momento trabalha como jardineiro e às vezes conserta calçado em casa, mas falta-lhe tudo para "apostar no sapato" - materiais, ferramentas, um pequeno espaço de trabalho. "O que ganho é para o dia a dia, não chega para resolver o problema do futuro", afirma, "mas se tiver uma oficina eu sei que a situação normaliza".

Castrino (24 anos) era um ajudante de alfaiate na oficina do seu primo Fernando até ao dia em que este decidiu partir para Portugal. Aos 20 anos, herdou o pequeno atelier, com todas as ferramentas do ofício e alguns clientes certos. Agora, a sua ambição é expandir o negócio, criar postos de trabalho, ampliar a alfaiataria. "Só que, para isso, o meu poder económico é um pouco fraco", lamenta-se. "Gostaria que houvesse mais apoio, instituições que pudessem financiar jovens com iniciativas sérias", desabafa.

A verdade, porém, é que, quando interrogados sobre as suas aspirações concretas em relação ao futuro, a maioria dos riboquinos com mais de 35 anos tem um discurso pessimista. Eles acham que a falta de rendimentos constitui uma barreira poderosa à concretização dos seus sonhos e, neste sentido, as suas limitações económicas são também encaradas como limita-

ções de oportunidade. Preferem por isso não fazer muitos planos a prazo nem gastar demasiada energia com o que está para além do dia a dia. As expectativas são, de uma forma geral, baixas. A desilusão, o conformismo, o cepticismo, são sentimentos comuns a grande parte das pessoas que passaram pela experiência da transição para uma economia de mercado.

Sente-se, contudo, à medida que descemos na faixa etária dos inquiridos, que o inconformismo, a insatisfação, e - ao mesmo tempo - o desejo de estabelecer metas, de ter ambições, aumentam na razão inversa da idade. Há uma determinada altura (que podemos situar entre os 20 e os 30/35 anos) em que quase todos os riboquinos têm ideias bem definidas e ambicionam o seu "lugar ao sol".

A maioria dos jovens tenta então desenvolver iniciativas que lhes permitam concretizar os seus sonhos (quase sempre de natureza profissional). Para isso precisam sobretudo de oportunidades adequadas às suas capacidades e de capacidades adaptadas às oportunidades existentes. As expectativas em relação ao futuro tornam-se, obviamente, tanto menores quanto mais tempo passar sem que - por ausência de capacidades ou de oportunidades essas aspirações se concretizem.

Capacidades Versus Oportunidade

A época actual é universalizante e globalizadora. A difusão de uma cultura internacional através da globalização é tão importante como a difusão de processos económicos ou políticos. Por muitos meios - música, televisão, moda, comércio - ideias e valores exógenos misturam-se por todo o lado com ideias e valores locais. Por outro lado, "a sociedade de hoje é de mudança, risco e incerteza. "Tudo aquilo que até há pouco parecia imutável é agora motivo de reflexão crítica, desde os avanços tecnológicos e científicos até às práticas culturais mais tradicionais"²⁷. Assistimos àquilo que Touraine designa por "ruptura entre os actores e os sistemas estabelecidos"²⁸. Estas transformações globais afectam de forma íntima as pessoas, transformando a subjectividade e produzindo novas subjectividades. Existe uma interconexão cres-

cente entre as influências universalizantes da sociedade e as disposições pessoais. Uma das consequências disso é a expansão de mecanismos que extraem as relações sociais e os sistemas simbólicos das suas circunstâncias locais para os rearticular em contextos mais vastos (ou vice-versa)²⁹.

No Riboque, as novas dinâmicas impostas pelo reajustamento estrutural e pela transição para a economia de mercado, fornecem alguma matéria de reflexão sobre o que acima ficou exposto. Com efeito, a necessidade de adaptação dos jovens riboquinos a esta conjuntura de mudança parece ser a principal responsável pela emergência de formas de interacção social, baseadas na valorização de conceitos excêntricos à cultura tradicional santomense: as virtudes da poupança, o espírito de risco, a iniciativa empresarial, o trabalho como um fim em si mesmo.

As entrevistas realizadas permitiram detectar alguns destes padrões de comportamento num número significativo (embora minoritário) de entrevistados. Trata-se sobretudo de jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos, quase sempre com um percurso bastante atribulado e uma personalidade moldada nessa luta diária contra as adversidades. Tendo conseguido "subir a pulso" na vida, atingiram níveis de desempenho económico desconhecidos da maioria da população e têm uma história de sucesso para contar. São, aos olhos dos outros riboquinos, pequenos empresários bem sucedidos.

Estas pessoas souberam interpretar o sentido das mudanças sociais e económicas dos últimos anos, traduzindo-as em alterações efectivas de comportamento. Adaptando os seus hábitos e atitudes às características voláteis de uma sociedade em transição, conseguiram gerir tensões e conflitos, amortecer choques culturais e psicológicos e criar as suas próprias oportunidades. A sua capacidade de concretizar aspirações e produzir mudanças reais na qualidade de vida continua, apesar disso, a estar intimamente ligada à capacidade de convocar solidariedades no interior das redes extensivas de parentesco e de amizade. É certo que, em paralelo à lógica familiar de acumulação e redistribuição³⁰, passa a existir uma lógica mercantilista de acumulação e investimento, mas a ajuda dos familiares e dos amigos continua a ser o melhor e mais rápido meio para se conseguirem os apoios necessários à viabilização de um determinado empreendimento ou negócio.

Agarrar as oportunidades

Da primeira vez que o entrevistámos, Lucindo (25 anos) apresentou-se assim: "Sou pedreiro, pintor, canalizador.., entendo um pouco de cada coisa. Agora estou a lutar para a abertura de uma loja, com a ajuda de um irmão que está em Portugal". Cinco meses depois a loja já estava aberta e o negócio corria mais ou menos. "Eu padeci muito", desabafa, "minha mãe me abandonou e eu tive de lutar demais. Entrei costura, saí costura; a seguir entrei bate-chapa, mas não aprendi nada; depois entrei numa obra, dediquei pedreiro e aprendi qualquer coisa, mas trabalho era muito duro. Agora esse irmão deixou-me um bocadinho de dinheiro e com esse apoio é que eu abri loja". Os seus planos para o futuro: "subir na vida trabalhando".

Cesário (30 anos) tem uma história de sucesso para contar: "Minha vida de comércio surgiu porque o meu pai arranhou mulheres fora e abandonou a casa. Era altura que eu estive a terminar 11º classe, minha mãe fazia bolos e punha aqui na porta e as minhas irmãs vendiam. A vida tornou-se mais difícil e eu também fui forçado a negociar: ir buscar latas de sumos e cerveja nos bares e depois lavar para fazer iogurte³¹. Então tive a ideia de fazer esse negócio: comecei a comprar algumas tábuas e ripas e instalei esse quiosque; tinha um amigo que na altura me emprestou dinheiro, o meu tio também me deu algum material e eu consegui arranjar. Comprei alguns produtos, arranjei um frigorífico através do mesmo amigo, e o negócio foi evoluindo. Consegui me casar, mandar fazer mobília e outras coisas mais. Mais tarde fiz um quiosque ao pé de casa, depois arranjei outro mais longe e depois instalei mais outro ainda".

A vida de Salvador (29 anos) tem sido atribulada: "Para os meus pais eu tinha que ter uma carreira profissional, já que perdi a escolar, por isso em 85 fui para uma marcenaria. Em 86 saí de lá e fui para outra marcenaria. Em 87 era um miúdo em via de aprendizagem. Em 88 fui trabalhar com outro marceneiro, tinha imensas dificuldades mas já sabia fazer alguma coisa para ganhar dinheiro. Até que tive um acidente e fiquei desempregado. Fui trabalhar no mato, a fazer pulverização das plantas. Uma vez saí sem matabichar, trabalhei com um produto muito tóxico, apanhei uma fraqueza e fui acolhido por pessoas conhecidas. Daí abandonei esse trabalho. Depois fui ajudar a fazer aguardente. Em final de 89 trabalhei de marceneiro. Passei a nova situação de desemprego. Em 90, tinha eu 19 anos, comecei a trabalhar sozinho. Queria sobreviver e tinha uma profissão, por isso comecei a trabalhar para algumas pessoas e quando tinha dificuldade fazia biscate. Em 92 aparece situação militar. Quando saí da tropa fui trabalhar de marceneiro para um senhor, mas ele viajou para longe e eu tive um bocado de vida difícil. Trabalhei como segurança e depois fui forçado a ser ajudante de motoserra. Nessa altura eu já tinha mulher e filhos. Então vi que este terreno estava abandonado, pedi dono que me desse espaço para fazer oficina [de marcenaria] e, graças a isso, desde então tenho vivido mais ou menos equilibrado".

buição³⁰, passa a existir uma lógica mercantilista de acumulação e investimento, mas a ajuda dos familiares e dos amigos continua a ser o melhor e mais rápido meio para se conseguirem os apoios necessários à viabilização de um determinado empreendimento ou negócio.

É também significativo o facto de estes jovens estabelecerem um vínculo casual entre capacidades e oportunidades, reconhecendo assim que a possibilidade de explorar um leque mais variado de opções nos diversos domínios da sua vida está ligada ao desenvolvimento das suas aptidões nesses mesmos domínios.

As entrevistas realizadas demonstram igualmente que a resposta das mulheres aos novos dinamismos, tensões e conflitos impostos pela liberalização da economia continua a ser condicionada por fortes mecanismos discriminatórios - em grande medida de origem cultural - que criam uma desigualdade de oportunidades e de capacidades em relação aos homens.

Cumprindo papéis tradicionais numa sociedade em mudança, sujeitas a diversos tipos de abandono, discriminação e carências materiais, inseridas nos escalões mais baixos da estratificação social e económi-

ca, nelas se reflectem de forma marcante todas as tensões, todos os conflitos entre tradição e modernidade.

No Riboque, são elas quem controla o pequeno comércio informal (e, neste sentido, são também elas o principal cimento de ligação entre as dinâmicas microeconómicas e macroeconómicas), mas o peso dos mecanismos de reprodução social e cultural ligados à família e à maternidade impedem-nas muitas vezes de se assumirem como agentes mais activos de mudança.

Para a maioria destas mulheres a economia informal é sobretudo uma extensão da economia doméstica e, à racionalidade produtiva do mercado, opõem um outro tipo de racionalidade, assente na entreeajuda familiar e na redistribuição das mais valias.

A alteração, entre as mulheres riboquinas, dos códigos de conduta e dos comportamentos associados ao fenómeno da pobreza parece assim ser um problema de ordem cultural, tanto quanto uma questão social ou económica. A capacidade de controlo simbólico sobre a sua sexualidade e fecundidade é certamente decisiva, mas outro factor, não menos fundamental, é a capacidade de controlo e gestão dos rendimentos gerados.

Com efeito, à medida que a solidariedade masculina no interior das redes de parentesco se torna mais difusa, cresce a importância económica das redes de entreeajuda assentes no trabalho feminino - o dinheiro ganho é obrigatoriamente redistribuído no círculo alargado das relações familiares. É difícil, nestas circunstâncias em que os rendimentos são quase todos canalizados para a subsistência das famílias, gerar poupanças que se possam depois traduzir em mais desenvolvimento humano.

Para as mulheres riboquinas de baixo rendimento a dificuldade em fazer poupanças é, deste modo, uma barreira que as impede de alcançar a sua independência económica e aumentar as suas oportunidades e capacidades.

A solução parece passar pelo crédito popular, mas as experiências neste domínio nem

Desenvolver as capacidades

Com o crescimento do negócio dos quiosques Cesário começou a ter alguns problemas gestão: "Eu não tinha contabilidade organizada e, como consequência, estavam a surgir roubos que eu não dava conta", afirma, "quem deu conta disso foi o fornecedor, porque eu entregava muito dinheiro e depois as entregas foram diminuindo. Ele chamou-me e perguntou o que se passava. Então eu decidi alugar duas das minhas quatro lojas; assim recebo pagamento por grosso, sem problemas". Cesário sente que, para progredir no negócio, precisa de ampliar as suas capacidades: "Gostava de fazer uma formação na área que estou a desenvolver, que é gestão de hotelaria ou gestão comercial, para que possa gerir melhor e tornar mais lucrativa a minha actividade".

Salvador está satisfeito com a sua marcenaria. "Desde que tenho a oficina tenho vivido mais ou menos equilibrado e tenho feito com que os outros vivam mais ou menos equilibrados", afirma. "Porque eu aqui tenho um indivíduo que trabalha comigo que é chefe de família, e tenho dois mais novos que não são chefes de família mas em curto espaço de tempo o serão, porque já têm 18 anos. Quer dizer que eu emprego três pessoas e, quem sabe, com financiamento que há-de vir para o meu projecto, um dia poderei ter possibilidades de empregar mais quatro". O projecto de que Salvador fala surgiu na sequência da sua participação num curso de gestão para pequenas e médias empresas: "Aproveitei tudo de bom que podia durante esses três meses, mas o maior proveito, aquele que mais precisamos - que é o financiamento - não surgiu ainda. A formação terminou na elaboração desses projectos e ficou a promessa de procurar financiamento. Não sei qual a conclusão final, mas dizem-nos que as coisas estão a andar no bom caminho".

sempre têm sido bem sucedidas - há alguma desconfiança em relação aos apoios institucionais, considerados demasiado complicados e exigentes.

Apesar disso, a experiência de muitas mulheres em iniciativas de crédito de grupo parece estar a deixar sementes muito importantes. Nota-se que existe uma crescente capacidade de auto organização e entreajuda, uma maior facilidade em criar - sem quaisquer apoios exteriores - esquemas originais de autofinanciamento que se baseiam em princípios de coesão corporativa e de responsabilização colectiva.

Conclusão

O Riboque é um aglomerado suburbano às portas da capital santomense habitado maioritariamente por gente pobre ou muito pobre, sem fonte de rendimentos certa ou trabalho regular no sector formal da economia.

O bairro tem enormes carências de diversa ordem: habitação, infraestruturas básicas, saúde, assistência social. Neste sentido, podemos afirmar que possui características idênticas às dos outros bairros periféricos da cidade. No entanto, o facto de ser a mais antiga das localidades periurbanas confere-lhe uma certa especificidade, que se traduz num conjunto de traços urbanos muito acentuados, por oposição ao carácter semi-rural das outras zonas circunvizinhas da capital.

O Riboque tem, de facto, uma maior densidade populacional e uma maior concentração de casas num espaço relativamente reduzido - o que, além de ter provocado o desaparecimento de alguns sinais de ruralidade (os pequenos quintais, a criação de animais), tornou mais complexa, quer a gestão das formas tradicionais de sociabilidade, quer a distinção clara entre os domínios público e privado.

Há um afrouxamento dos laços comunitários, visível no relacionamento mais tenso e distante entre vizinhos ou na progressiva perda de importância de alguns *locus* tradicionais de reprodução cultural e de convivialidade - as sociedades recreativas, os terreiros de baile, os grupos de *tragédia*³² ou de *socopé*³³, etc.

É difícil poupar

Cacilda, vendedora de rua no Riboque, esteve ligada a um "projecto que emprestava dinheiro a palaiês". O programa tinha duas componentes distintas: uma formação socio-económica e um sistema de microcrédito. Cacilda estava integrada, com outras oito mulheres, num "grupo de actividade económica" - todas elas mantinham os seus pequenos negócios de rua, mas o acesso ao crédito estava dependente de um princípio de responsabilização colectiva.

As coisas funcionavam assim: suponhamos que Cacilda pedia emprestadas 200.000 dobras; passados quinze dias começava a amortizar a sua dívida, repondo 20.000 dobras por semana. Se falhasse um dos pagamentos, na semana seguinte teria que entregar 40.000 dobras, mais os respectivos juros de mora. A concessão de um novo crédito estava dependente de dois factores: a liquidação total do anterior empréstimo e a inexistência de dívidas no interior do grupo - com efeito, se alguma das mulheres tivesse dívidas acumuladas, isso inviabilizava a concessão de crédito a todas as outras. Além da quantia estipulada para a amortização da dívida, cada uma das mulheres devia também depositar semanalmente 3.000 dobras numa "caixa de poupança"; quem não tivesse dívidas podia, quando assim o pretendesse, levantar as suas poupanças.

Cacilda acha que era difícil pôr de lado o dinheiro necessário para amortizar a dívida: "essa quantia que tomávamos emprestado, tínhamos que fazer sacrifício para pagar; ora a gente vive segundo o negócio - se o negócio não dá, a gente não tem dinheiro para pagar". Ela desabafo: "Toda a semana eu andava com a cabeça a ferver por causa do dinheiro. Eu ainda estou com medo do dinheiro!"

Cacilda conclui: "prefiro não tomar dinheiro e viver consoante o que ganho - de manhã faço compra de mercadoria no valor de 50.000; se vender pelo menos 10.000/15.000 compro banana e peixe para comer; se vender mais 2.000 compro azeite; se vender mais 3.000 compro petróleo. Depois, o que vender já é para, no dia seguinte, comprar mais mercadoria".

Apesar disso, o Riboque continua a ser algo mais do que um mero dormitório às portas da cidade: a sua movimentada rua principal é um centro bastante activo de pequenos negócios informais e os seus habitantes partilham uma vida social intensa, assente numa rede alargada de relações de parentesco e de amizade.

Os riboquinos têm muitas vezes um discurso pessimista em relação ao presente. Atribuem com frequência a fonte dos seus problemas a questões políticas e económicas, externas ao seu círculo de decisões e responsabilidades (e, por isso, virtualmente incontroláveis por eles) - como a incompetência e corrupção dos governos, o desemprego ou os salários baixos.

É possível poupar

Sami e Alda vendem roupa em segunda mão no "mercado do fardo", situado num dos acessos ao Riboque. Elas acham que é difícil fazer poupanças, porque há sempre obrigações morais e deveres familiares que as pressionam no sentido da partilha dos rendimentos. "O dinheiro que levamos para casa não funciona, gasta-se todo", explica Sami. Já estiveram as duas integradas num projecto de microcrédito para mulheres, mas não gostaram, porque "tinha muita confusão, muito director". Uma destas semanas Alda propôs que se organizasse um "xiquilá" entre as vendedoras do mercado. O "xiquilá" é uma forma tradicional de autofinanciamento e autopoupança de novo muito popular entre palaiês e vendedoras de rua. "A diferença em relação aos projectos é que xiquilá é assunto nosso", afirma Alda.

Sami, Alda, e outras dezasseis vendedoras chegaram a acordo sobre o montante a entregar diariamente para o xiquilá: 25.000 dobras. "Fazemos rifas e sorteamos todos os dias essas 450.000 dobras", explica Sami: "Em cada vez uma de nós recebe o dinheiro. Se alguém não consegue pôr quantia nesse dia, gente pára e espera; espera tempo que for preciso até ela pôr o dinheiro, só então é que xiquilá avança". Ao fim de dezoito dias úteis, se tudo correr bem (isto é, se ninguém se atrasar), o esquema recomeça.

Segundo Sami, "o dinheiro é para cada uma comprar o que quiser: roupa para negócio, tacho, colchão, rádio, mochila de escola...; só comida e bebida não". Para Alda, a vantagem do xiquilá "é que gente assim tem esse dinheiro que não leva para casa".

Quando interrogados sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos, a maioria afirma que a sua situação é actualmente mais difícil que há dez ou doze anos atrás. Existe o sentimento generalizado de que o processo de reajustamento estrutural agravou as injustiças sociais e provocou uma degradação do nível de vida. A abertura ao exterior (sobretudo através dos audiovisuais) reforçou a consciência da sua pobreza. A confiança nas instituições é muito fraca, as queixas em relação ao Estado frequentes.

Importa, no entanto, estabelecer uma distinção entre o discurso que os actores sociais produzem sobre si próprios e a realidade efectivamente observável.

Os dados recolhidos indicam que os indivíduos formulam, nos mais diversos domínios - saúde, alimentação, educação, emprego - estratégias complexas e criativas para fazerem face à adversidade e tornarem as dificuldades. Estas estratégias assentam em redes extensivas de solidariedade familiar e de compadrio que actuam no sentido da entreaajuda e da redistribuição.

Os riboquinos sabem que conseguem fazer face às dificuldades quotidianas com tanto mais eficácia quanto melhor estiverem inseridos numa trama complexa de obrigações e deveres mútuos.

O sistema de parentesco, caracterizado pela transitoriedade das uniões domesticas e pela grande mobilidade na composição dos agregados familiares, dá assim origem a comportamentos codificados que valorizam a redistribuição no interior de redes alargadas, assentes na consanguinidade e na aliança.

As relações de amizade, compadrio e apadrinhamento criam também redes e laços de cumplicidade que assumem formas diversas de entreaajuda. A importância económica das solidariedades convocadas no interior das redes relacionais é particularmente evidente no caso das estratégias informais de subsistência (*ou modos de vida*): a maioria dos riboquinos - na ausência de trabalho certo - subsiste através de um conjunto heterogéneo e irregular de actividades informais, negócios de rua e serviços vários; sendo as informações sobre esses biscates quase sempre passadas através do sistema "*boca a boca*", é vital que cada indivíduo esteja inserido numa malha apertada e eficiente de relações sociais.

Por outro lado, estas actividades de subsistência envolvem praticamente todos os membros do agregado familiar, cada um procurando diferentes fontes de alimentação, combustível, rendimentos e ajuda.

O modo de vida riboquino, ao cobrir todas as actividades que asseguram a subsistência de uma unidade doméstica, depende assim em grande medida do bom funcionamento das redes extensivas de entreaajuda e redistribuição familiar. Mas apesar da importância dos códigos tradicionais de comportamento, a verdade é que algumas sociabilidades se tornaram mais frouxas e deixaram de funcionar como rede amortecedora para a crise económica; grupos anteriormente protegidos pelas malhas apertadas das atitudes codificadas - os doentes, os idosos, as mulheres - contam-se mesmo, hoje em dia, entre os mais vulneráveis e expostos à pobreza.

O caso das mulheres é particularmente significativo: no Riboque, os problemas sociais e económicos têm um efeito multiplicador quando recaem sobre elas, dado que continuam a existir poderosos mecanismos discriminatórios em relação ao género.

O fardo das políticas de ajustamento estrutural é mais pesado para as mulheres do que para os homens, uma vez que são afectadas como mães, chefes de família (os lares monoparentais são maioritariamente chefiados por elas), trabalhadoras domésticas (estas tarefas são subvalorizadas, dado o seu carácter não mercantil) e produtoras de bens e serviços (apesar da desigualdade de oportunidades, são elas quem controla a maior parte do comércio informal). A ruptura dos consensos simbólicos e dos papéis masculinos em torno de algumas normas e valores ligados à família é um dos factores responsáveis pela maior vulnerabilidade das mulheres face à crise económica: se é verdade que as redes extensivas de solidariedade familiar cumprem uma importante função social e económica, não é menos verdade que o sistema de parentesco tradicional revela sinais de fractura em relação aos seus actores masculinos - o que é particularmente visível no esbater dos códigos de conduta inerentes às relações co-residência e às relações de visita.

Tal facto, num contexto familiar marcado por altas taxas de natalidade e grande número de lares monoparentais, representa um significativo acréscimo de tarefas para as mulheres. A isto elas respondem aumentando a quantidade do seu trabalho, diversificando as estratégias de subsistência e reforçando as cadeias de solidariedade feminina no interior das redes de parentesco extensivo. Apesar disso, a sua vulnerabilidade social e económica aumenta significativamente.

Por outro lado, esta multiplicação de responsabilidades tem também uma outra vertente: ela promove uma maior autonomia pessoal e económica das mulheres em relação à dominância masculina e dá origem a uma recomposição cognitiva de alguns comportamentos femininos. É notório, por exemplo, que a crescente

capacidade de controlo das mulheres riboquinas mais jovens sobre a sua sexualidade está a provocar um desinvestimento simbólico no vínculo entre fertilidade e feminilidade.

Há o reconhecimento de que o número excessivo de filhos é um factor que agrava as condições de vida e potencia a miséria. Um número crescente de jovens tenta assim obter um maior controlo sobre o seu corpo. Ao fazerem-no, estão a promover uma ruptura de papéis sociais e consensos simbólicos no interior do sistema de parentesco tradicional.

Todos os riboquinos têm as suas aspirações, os seus sonhos (que passam por muitas outras coisas além de um rendimento elevado - condições de habitabilidade, saúde, estabilidade familiar, etc), mas essas expectativas são mais elevadas entre os jovens. A capacidade de estabelecer metas específicas e perseguir objectivos definidos aumenta na razão inversa da idade.

São de facto aqueles, entre os 20 e os 35 anos, que desconhecem os impactos psicológicos dos dois grandes acontecimentos estruturantes da actual sociedade santomense - a independência e a transição para a II República - que estão em melhores condições para interpretar os sinais de mudança, codificando-os em aspirações e comportamentos concretos. Entre os mais velhos, o sentimento de orfandade em relação ao Estado traduz-se frequentemente em atitudes de conformismo, falta de iniciativa e cepticismo em relação ao futuro.

A gradual alteração de hábitos e mentalidades entre os jovens riboquinos é assim uma resposta às mudanças políticas e económicas locais, um esforço de adaptação dos seus códigos valorativos às características de uma sociedade em pleno processo de transição. Mas é também uma reacção aos estímulos e influências que vêm do exterior.

Numa época crescentemente globalizadora, em que se assiste à difusão de uma cultura mundial e à relativização das diferenças, produzem-se transformações que afectam os indivíduos e as comunidades. Uma das consequências disso é a co-existência, num mesmo sistema simbólico, de práticas cul-

turais tradicionais e influências culturais exógenas. Existe, além disso, uma conexão crescente entre as tendências universalizantes da sociedade e as disposições pessoais: aos indivíduos é dada mais liberdade mas é exigido um esforço constante de subjectivação e de reinterpretação simbólica dos seus papéis sociais.

No Riboque, a necessidade de adaptação dos jovens a uma conjuntura de mudança e progressiva abertura ao exterior, está a provocar a emergência de novas formas de interacção social baseadas na valorização de conceitos excêntricos à cultura tradicional: capacidade de poupança, espírito de risco, ambição empresarial. A aptidão destes jovens para concretizarem as suas aspirações parece estar dependente da forma como conseguem, em simultâneo, gerir solidariedades redistributivas no interior das redes tradicionais de entajuda e pôr em pratica uma nova lógica mercantilista de acumulação e investimento.

Nas mulheres, essa capacidade de reinvestir os rendimentos acumulados é bastante menor. A causa principal para esta dificuldade em fazer poupanças parece ser a crescente importância económica das redes femininas de redistribuição e entajuda.

Com efeito, a contribuição do trabalho feminino para a subsistência das famílias aumenta à medida que a solidariedade masculina no interior das estruturas de parentesco tradicionais se fragiliza; torna-se, nestas circunstâncias, cada vez mais difícil para as mulheres gerar mais valias que depois se possam traduzir em investimentos produtivos ou num acréscimo de bem estar.

Apesar disso, algo está a mudar - as jovens riboquinas que se dedicam ao comércio informal revelam uma crescente capacidade de organização e tentam, pelos seus próprios meios, criar esquemas de auto financiamento que lhe permitam ampliar as suas opções de vida.

A pobreza manifesta-se através da privação da vida que as pessoas poderiam ter. Pode implicar não só a falta de bens necessários ao bem estar material, mas também a negação de oportunidades e de capacidades para

viver uma vida tolerável. Assim sendo, o Desenvolvimento Humano - entendido como um processo destinado a ampliar as possibilidades reais de os indivíduos realizarem as suas aspirações - adquire especial significado em articulação com outro conceito - o de modo de vida sustentável.

Modo de vida sustentável (sustainable livelihood)³⁴ designa todas as formas de vida que:

- não comprometem a segurança pessoal;
- são razoavelmente estáveis durante um período significativo de tempo (sem, é claro, qualquer garantia);
- são benéficas para os indivíduos, as comunidades e os consumidores dos produtos/serviços;
- não são incompatíveis com o meio ambiente.

No Riboque o modo de vida da maior parte das famílias, embora adaptado às circunstâncias, é claramente instável - e, por isso, não sustentável. Existem, como vimos, excepções significativas entre as camadas mais jovens da população, mas a maioria das pessoas continua a estar privada de oportunidades e capacidades fundamentais.

O que fazer então para promover, neste bairro suburbano, as condições necessárias ao desenvolvimento humano? Sendo a pobreza em grande medida uma questão cultural, a resposta a esta questão depende, entre outras coisas, da articulação entre a subjectividade dos indivíduos e a racionalidade simbólica dos sistemas sociais e económicos. O ponto de encontro entre sujeito e cultura é indicado, segundo Bourdieu, pelo conceito de habitus³⁵.

A noção de habitus abrange todas as disposições duradouras que são interiorizadas pelo indivíduo no decurso da sua vida e que determinam a sua forma de pensar e actuar.

O habitus gera sentido individual, porque está incorporado em cada pessoa, mas é ao mesmo tempo um produto social e colectivo, porque reproduz práticas compartilhadas entre os membros de uma comunidade.

Ele é em certa medida um mecanismo defensivo, dado que tende a iludir a

mudança e rejeitar a diferença, mas não pode ser entendido num sentido determinista e imutável - "as disposições colectivas que gera são perduráveis, de larga duração e lenta transformação, mas não imutáveis"³⁶.

É possível modificar o habitus se as percepções estruturadas e os sistemas simbólicos de uma comunidade mudarem de forma reflexiva, tornando consciente ou inconsciente e alterando as representações do mundo real. Isso significa converter os sujeitos em actores, afirmando, por um esforço de subjectivação, cada indivíduo como artífice das transformações na vida da comunidade.

O habitus pode, nestas condições, constituir um modo de afirmação da identidade através de uma acção dotada de sentido individual e colectivo; as fracturas de continuidade nas ordens simbólicas estabelecidas provocam então verdadeiras revoluções culturais, que interessam à maioria dos membros da sociedade³⁷

Quando, pelo contrário, o habitus actua defensivamente, dá-se um corte entre instrumentalidade e identidade, uma dissociação entre as condições objectivas de mudança social e económica e o sistema valorativo estruturado historicamente pela comunidade³⁸. Duas coisas podem então acontecer: ou a vida da maioria das pessoas passa a ser um conjunto descontínuo de respostas a estímulos externos, ou a fractura de continuidade na ordem simbólica dá lugar a comportamentos desviantes por parte de grupos especí-

ficos, sem que a maioria da população seja envolvida³⁹.

Espaço de tensões dinâmicas e pulsões diversas, palco de conflitualidades e diálogos, o habitus riboquino é o ponto de confluência entre tradição e inovação, entre sentido individual e sentido colectivo.

Nele se cruzam continuidades culturais fundamentais (as redes extensivas de parentesco e de compadrio, a pressão social no sentido da entreatajuda e da redistribuição) e fenómenos complexos de mudança (o afrouxamento dos laços de convivialidade e de vizinhança, a ruptura de alguns papéis relacionados com o parentesco ou a sexualidade, a valorização simbólica de conceitos e atitudes exteriores ao círculo dos comportamentos herdados).

Nestas condições, o desenvolvimento humano joga-se tanto no interior do sistema económico e social, como no interior do sistema cultural e simbólico: é possível - desde que o habitus não actue defensivamente - alterar determinados aspectos culturais, da mesma forma que se modificam determinadas variantes económicas e políticas. Isto passa pela promoção das capacidades autoreflexivas (individuais e colectivas) da sociedade riboquina para pensar as condicionantes da sua prática presente e futura.

Canalizando a subjectividade dos actores sociais no sentido da liberdade individual e da responsabilidade colectiva, produzir-se-ão certamente mudanças favoráveis ao desenvolvimento humano.

Notas

- 1 Relatório D.H. 97, cap I
- 2 Principal grupo étnico santomense
- 3 Antigos contratados das roças, originários de Angola e Moçambique
- 4 Grupo étnico do sul da ilha
- 5 Pequenas lojas, construídas em madeira
- 6 Aguardente de cana
- 7 Tubérculo comestível, com sabor e consistência semelhantes à batata
- 8 Pequeno vale ou depressão no terreno
- 9 Valverde, 2000
- 10 Relatório Desenvolvimento Humano S.T.P. - 1008, pags 72/74
- 11 Frutos vulgares em S. Tomé
- 12 Sobre o tema, ver capítulo V deste trabalho
- 13 Expressão de espanto, incredulidade
- 14 Sobre o tema, ver cap VII deste trabalho
- 15 Mudança estrutural básica da economia
- 16 Relatório do D.H. 95: cap IV
- 17 Seibert, 1999: 371
- 18 Utilizaremos como principal referência a já citada obra de Seibert (em especial o capítulo IX)
- 19 Sobre a questão da feminilidade e da masculinidade no contexto mais vasto das sociedades de raiz Banto, ver Altuna, 1993: 66-68 e Mulago, 1979: 287-289
- 20 Parsons, 1951
- 21 idem
- 22 Archer, 1979: cap III, 3.8
- 23 Bourdiou, 1972: 477-479
- 24 Ou seja: divide a semana entre várias mulheres
- 25 Chambers, 1995
- 26 Relatório D.H. 97, cap II
- 27 Loayza, 1999: 13
- 28 Touraine, 1965
- 29 Loaysa, 1999: 17
- 30 A acumulação serve para criar status e para promover a redistribuição, que por sua vez mantém o status e reforça a coesão da comunidade
- 31 As latas de sumo e de cerveja, abertas ao meio, são utilizadas como recipientes para os iogurtes caseiros (bastante populares em S. Tomé)
- 32 A "tragédia" (ou Tchilolí) é uma forma sincrética de teatro popular com origem num texto medieval europeu
- 33 Os grupos de Socopé são sociedades musicais organizadas segundo uma rigorosa estrutura hierárquica. Os textos das músicas servem quase sempre para expor os principais problemas da comunidade ou para fazer crítica social ou de costumes
- 34 Chambers, 1995; Lawrence e Singh, 1997
- 35 Bourdieu, 1972: 178
- 36 Loayza, 1999: 25
- 37 Heinrich, 1976: 38
- 38 Loayza, 1999: 25
- 39 Heinrich, 1976: 38

CAPÍTULO VI

Migrantes são-tomenses em Portugal: uma contribuição ao desenvolvimento humano

Introdução

A hipótese central que orienta a investigação é que existem lógicas culturais que dificultam poderosamente não só as mudanças sociais desejadas mas também a materialização, a práxis, das mudanças políticas e económicas supostamente realizadas para o DH.

Dentro deste marco geral, o estudo de caso dos são-tomenses em Portugal pressupõe um esforço adicional por situar os emigrantes no centro do DH já que, transcendendo pontualmente o caso são-tomense, quando se trata de analisar o DH várias razões deveriam obrigar a tê-los em conta:

Primeiro, porque a ubiquidade no exterior não é um óbice para continuar a fazer parte de um país e ignorá-los pressuporia excluir de facto a uma parte das populações. O desenvolvimento humano é de e para as pessoas, independentemente do seu lugar de residência. Num mundo com cada vez maiores movimentos de população não se pode continuar a apresentar o grau de desenvolvimento de cada país como se os seus emigrantes não fizessem parte dele.

Segundo, porque os emigrantes apresentam com frequência níveis de desenvolvimento humano muito diferentes dos que permanecem no país e ignorá-los pode pressupor distorcer a realidade de alguma das suas partes e, por conseguinte, do conjunto. Isto é particularmente relevante quando se tratam de países com índices de emigração elevados de população muito marginal ou muito qualificada. No primeiro pressuposto os índices de desenvolvimento humano vão parecer maiores do

que na realidade são, ao não contar com os sectores que o reduziram mais; no segundo, vai ocorrer o contrário, ao não figurarem os de maior índice.

Terceiro e relacionado com o ponto anterior, porque se os níveis de desenvolvimento humano são muito diferentes entre a população no país de origem e os emigrantes, pode ser de vital importância intervir com prioridade sobre estes últimos. Se esses emigrantes são os que apresentam os níveis mais baixos, essa intervenção é necessária porque por si mesmos dificilmente vão poder gerar capacidades para o desenvolvimento, pois os estados de extrema necessidade não o permitem normalmente. Se o desvio face à população do seu país se produz num nível muito superior devem ocupar o centro de atenção por razões de efectividade e eficiência. A denominada "transferência inversa de tecnologia" não pode ser ignorada quando se refere a países com uma mão limitada de obra qualificada e com escassos meios para capacitar outra nova.

Se, de maneira muito sucinta, os argumentos anteriores podem permitir considerar de modo geral a pertinência de incluir os emigrantes nos RDH, no caso particular são-tomense as migrações são parte substancial da sua história, por se ter constituído num lugar de passagem, como veremos em seguida.

Desde a sua descoberta no ano de 1471 até ao presente, São Tomé e Príncipe tem sido terra de migrantes. Durante cinco séculos foi-o como receptor e lugar de passagem; muito recentemente como emi-

sor. Uma breve resenha histórica pode permitir uma sucinta abordagem dos períodos mais significativos do fenómeno migratório nestas terras.

No século XV chegaram da Europa os portugueses em plena expansão ultramarina, convertendo as ilhas em centro de concentração de escravos e de uma agricultura de exportação baseada na cana de açúcar.

Se bem que ao longo do século XVI se observe a chegada de outros comerciantes europeus, segundo relata o cronista conhecido como "o piloto anónimo", são os escravos procedentes da costa ocidental africana quem constitui o grosso da população que permanece nas ilhas. Os imigrantes europeus, incluindo os da metrópole portuguesa, sempre constituíram uma minoria. No início do século XVI crê-se que não ascendiam a mil, descendo permanente e progressivamente desde então (Caldeira, 1999:45).

Uma segunda chegada notável de imigrantes produz-se ligada à exploração do café e do cacau nos séculos XIX e XX. Para além dos escravos procedentes do Golfo de Benim inicialmente, com a abolição da escravatura chegam os trabalhadores denominados serviçais, provenientes da Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e, por último, de Cabo Verde.

Esse carácter de receptor de migrantes é modificado de maneira substancial com a Independência. Com a saída de uma grande parte da colónia portuguesa agrega-se, de forma contínua até ao presente, uma parte considerável dos são-tomenses. Gabão, Angola e Portugal constituem os principais destinos até hoje.

A existência recente de uma apreciável população emigrante depois de séculos de imigração deveria justificar por si mesma a sua inclusão em qualquer estudo sobre os são-tomenses, pois pode constituir um indicador de mudança muito significativo.

Ao mesmo tempo deveria permitir realizar uma leitura de STP e da mudança rumo ao DH a partir de uma situação de controlo social hipoteticamente muito menor que a existente nas ilhas e numa conjuntura eco-

nómica e política também distinta. Esta distância pode facilitar o aprofundamento da lógica cultural são-tomense, pois os contextos de emigração -sobretudo na primeira geração - são com frequência privilegiados para representar, reproduzir e reflectir sobre a própria cultura.

Também pode abrir um espaço de diálogo entre residentes e emigrantes são-tomenses e facilitar a análise da possível participação dos profissionais qualificados actuais e futuros nessa mudança.

Realizar um estudo de alguma profundidade com os profissionais qualificados são-tomenses em Portugal é facilitado pelo seu reduzido número e a sua ubiquidade nas áreas concretas mencionadas.

Considerando esta vantagem e o facto de ter por tema a mudança foi decidido incluir-se os estudantes universitários, possíveis peças chave no futuro de STP e primeira referência de comparação no tempo. Ao contrário dos adultos estes estudantes cresceram num STP independente e o regime de partido único desenvolveu-se sendo eles ainda meninas/os. A sua formação universitária desenvolve-se num contexto democrático no seu país de origem e em Portugal e numa economia livre de mercado generalizada, o que os distingue claramente da geração anterior, o grosso dos actuais profissionais qualificados.

O peso do estudo sobre profissionais qualificados presentes e futuros tem-se centrado em três questões fundamentais:

Primeira, conhecer a sua visão sobre o futuro de STP, tentando compreender os actores e os factores mais relevantes para a mudança e o DH.

Segunda, tentar entender a sua relação com outros são-tomenses e com STP e a sua possível participação no seu futuro.

Terceiro, compreender melhor STP e os são-tomenses, sobretudo a sua cultura e a relação desta com a mudança.

O início das pesquisas baseou-se em escassos estudos prévios sobre imigrantes em Portugal. A explicação encontra-se no

capítulo I. O capítulo II começa por abordar o perfil dos são-tomenses qualificados - tanto os actuais como os futuros - e, sempre desagregando homens e mulheres, continua tentando sempre reflectir sobre as duas primeiras questões centrais já mencionadas, isto é, a visão sobre o futuro e as relações actuais e possíveis entre si e com STP.

O capítulo III tenta compreender melhor a relação entre cultura e mudança para os são-tomenses, deixando aberta a reflexão para a aprofundar no conjunto do Relatório de Desenvolvimento Humano.

O desconhecimento dos são-tomenses em Portugal

No caso de STP as reflexões sobre a exclusão, distorção, necessidade e efectividade-eficiência referentes aos emigrantes ocupam o nosso ponto de partida num STP emergente quase não estudado .

Sobre a exclusão e a distorção há que sublinhar que se bem que o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 1998 tenha permitido apresentar em traços gerais uma boa descrição de STP, a população emigrante não foi incluída nem como dado geral nem como referência específica para a sua caracterização e possível comparação com os residentes.

Relativamente à efectividade-eficiência para melhorar o DH, parte-se da hipótese de que a interacção contínua na Europa e a qualificação deveriam facilitar visões mais propensas à mudança que o isolamento e a limitada formação académica do comum dos são-tomenses . Se esta hipótese é correcta alguns elementos essenciais dos obstáculos para a mudança rumo ao desenvolvimento humano poderiam ser abordados com maiores garantias com a participação dos profissionais qualificados residentes no exterior e dos futuros profissionais qualificados, hoje estudantes universitários.

Há que mencionar que a importância dos profissionais qualificados no estrangeiro tem sido posta em causa em várias ocasiões.

Primeiro, por parte deles mesmos ressaltando o seu possível papel e contributo no

recente encontro de profissionais qualificados em São Tomé .

Nessa reunião em STP o Grupo de Trabalho de Saúde expressa:

Quanto ao regresso dos quadros, o grupo conclui que não existe uma política de aproveitamento dos recursos humanos qualificados que trabalham no exterior

E introduz como sugestão:

Aproveitar da melhor forma os recursos humanos na diáspora, negociando a sua integração nas missões técnicas no exterior

O Grupo de Educação refere-se aos profissionais qualificados tanto nas recomendações específicas para o seu sector como nas propostas genéricas:

Diligências devem ser encetadas junto de entidades de países de acolhimento de quadros são-tomenses com os quais São Tomé e Príncipe mantém relações de cooperação no domínio da educação, designadamente Portugal, no sentido de serem implementados no país projectos de formação contínua, isto é, de formação de formadores com a colaboração de quadros residentes no exterior. (...)

1. Criação de um banco de dados sobre os recursos humanos são-tomenses espalhados pelo mundo, com especificação dos seus interesses para que o país possa, em caso de necessidade, recorrer aos seus préstimos, designadamente no que se refere a opiniões técnicas de apoio à tomada de decisão no âmbito das relações com parceiros de desenvolvimento.

2. Quando haja missões técnicas ao exterior, que essa prática se estenda aos quadros aí residentes (no exterior), nomeadamente quanto à sua participação nas missões ou ao acompanhamento das mesmas.

Por último o Grupo de Economia recomenda:

O Estado são-tomense deve encarar os quadros residentes no país e no exterior como um factor fundamental do processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe. (...)

A Organização Internacional para as

Migrações (OIM) tem realçado igualmente a importância de contar com os profissionais qualificados no exterior para o desenvolvimento dos seus países de origem.

Entendendo que é um ponto chave conseguir a sua participação *in situ*, através do Programa de Retorno e Reintegração de Nacionais Africanos Qualificados 1995-1999 (RNAQ) reincorporou em STP, 17 destes profissionais qualificados, encontrando-se a grande maioria (94, 1%) no sector público (B. Rocha, 2000:44) .

Terceiro, ainda que de forma mais ambígua, mencionam-se os profissionais no exterior no documento Estudo Nacional de Perspectivas a Longo Prazo (NLSTP), mas só pontualmente numa das suas aspirações: Integração dos emigrantes no esforço de desenvolvimento nacional (NLSTP, 1997:19).

No entanto a vontade de incluir os profissionais qualificados no exterior ou o conjunto dos emigrantes são-tomenses enfrenta um grave problema de falta de informação.

Não existe uma base de dados com o devido rigor que nos permita conhecer o número e o perfil, pelo menos demográfico, dessa população. Esta afirmação não se limita apenas aos países africanos receptores, mas também à velha metrópole. Portugal dispõe de um registo dos são-tomenses com residência legal - 4795 -, mas não utiliza a informação sobre os ilegais que, segundo a informação oral recolhida, poderia duplicar e inclusive triplicar face aos legais.

O Registo da Embaixada de STP em Portugal mantém inscritos 14.251, mas não tem excluídos os que já adquiriram nacionalidade portuguesa (não existe tratado de dupla nacionalidade entre os dois países; ao obter a portuguesa perde-se a são-tomense) nem os que somente estiveram temporariamente no país e já o abandonaram. Por outro lado não se pode esperar que o comum dos ilegais esteja inscrito no Registo da Embaixada.

Sobre a base dos residentes legais só se

conhece o seu ano de registo (desde 1980), ubiquidade, profissão e ocupação (até 1998).

No ano de 1980 residiam legalmente 715 são-tomenses. Desde esse ano até 1991 o incremento é quase constante e limitado a 100-150 pessoas ano. A queda do regime de partido único coincide com uma subida muito mais pronunciada e entre 1991 e 1995 passa-se de 2183 a 4082. Depois continua outra vez o ritmo inicial até 1998 e parece subir de novo nos dois últimos anos, 407 legalizados em 1999 (situando em 4795 a cifra oficial) e outros 410 com pedidos de legalização até Agosto de 2000.

Os são-tomenses encontram-se desde 1999 no quarto lugar em número de imigrantes entre os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), sendo Cabo Verde (43.797) o mais numeroso, seguido de Angola (17.695) e Guiné Bissau (14.140). Moçambique fecha a lista (4.503).

O grosso dos residentes legais são-tomenses encontra-se registado em Lisboa (75,3 %) e Setúbal (15,4 %). O resto está muito disperso por todo o país.

Os profissionais qualificados constituem 10,3 % do pessoal são-tomense classificado por profissão pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o que em números absolutos equivale a 199 pessoas. O maior número de são-tomenses em idade de trabalhar (58,2 %) está qualificado nas áreas da produção das indústrias extractivas e transformadoras e condutores de máquinas fixas e de transporte e depois de pessoal dos serviços de protecção e segurança, serviços pessoais e domésticos e similares (22,9 %). Há que destacar que somente 0,3 % trabalha por conta própria e 6,7 % são empresários.

A ocupação do resto dos residentes legais e de acordo com o SEF é a seguinte: domésticos 35 %, estudantes 61,7 %, reformados 0,9 % e outros o 2,2 %. Destaca-se claramente o contraste entre o número de reformados e o de estudantes.

Como se pode verificar a informação oficial anterior é escassíssima não só para os

dos) - 17 homens e 11 mulheres -.

Com o objetivo de valorizar as possíveis diferenças segundo o sexo, toda a informação foi desagregada a partir deste critério, estabelecendo-se mais quatro subgrupos que servem de referência comparativa no tempo, entendendo-se que uns representam o presente e outros o futuro: profissionais qualificados homens (PH), profissionais qualificadas mulheres (PM), estudantes universitários homens (EUH) e estudantes universitárias mulheres (EUM).

Perfil básico dos são-tomenses

Para determinar o perfil destes são-tomenses, como totalidade, consideraram-se seis variáveis : sexo, idade, formação, tempo de residência em Portugal, estado civil e nacionalidade do cônjuge, que serão expostos de seguida graficamente .

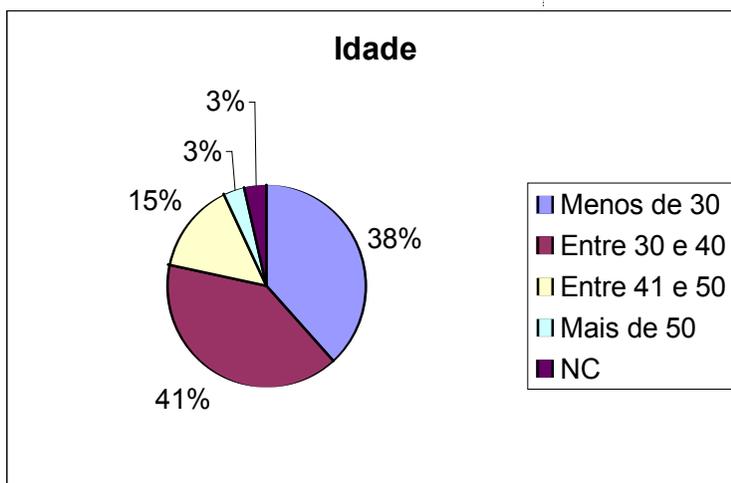
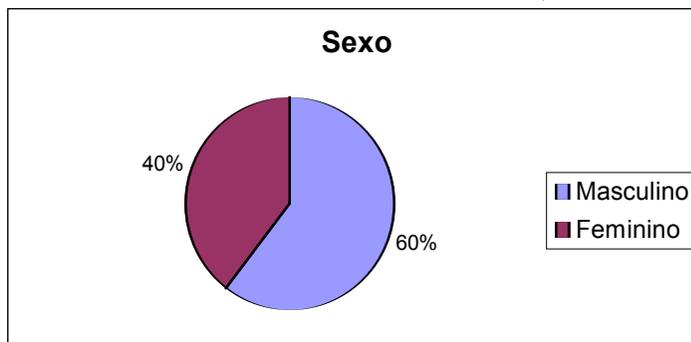
A amostra recolheu um maior número de mulheres que a representada no próprio universo de estudo partindo-se do interesse específico que este colectivo tem para a investigação.

Como se pode verificar na ilustração somente uma baixíssima percentagem supera os 50 anos, o que se explica pela escassez de são-tomenses que antes da Independência possuía formação universitária.

A desagregação da informação permite obter outros dados significativos:

- A população masculina qualificada é consideravelmente mais velha que a feminina. Perto do 60 % dos PH têm mais de 40 anos enquanto que nenhum PM supera essa idade.
- No caso dos estudantes confirma-se que a idade das mulheres estudantes é menor que a dos homens. Todas elas têm menos de 30 anos, enquanto que nos EUH essa franja situa-se em 64, 7 %.

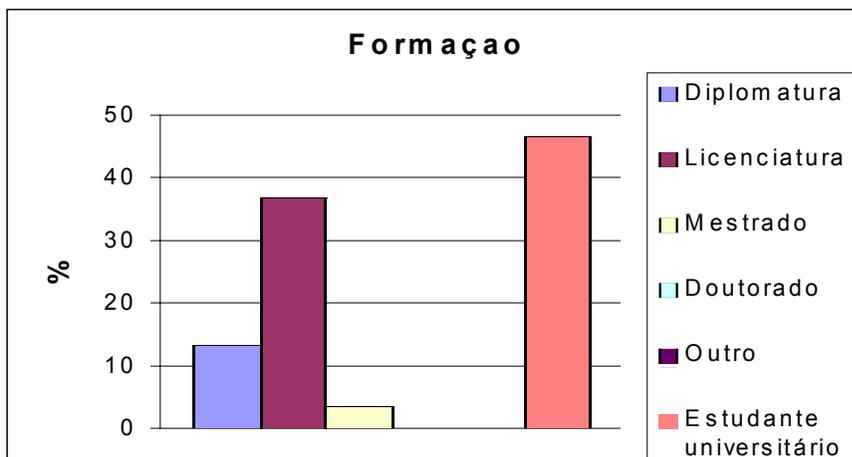
Estas diferenças levam-nos a retirar duas conclusões iniciais: primeiro, que a mulher são-tomense incorporou-se mais tarde na universidade e em nenhum caso antes da Independência; segundo, que o homem são-tomense demora mais anos para acabar os estudos que a mulher, pois sabemos que os EUH acima dos 30 não têm essa idade

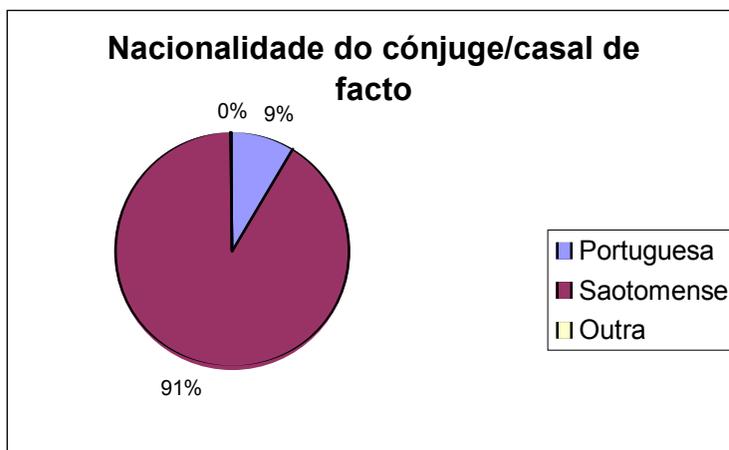
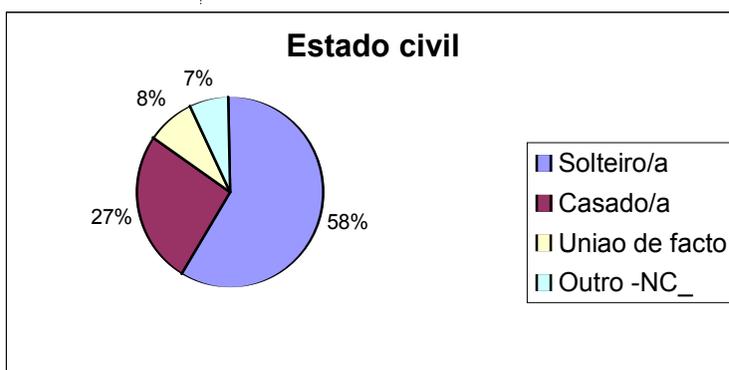
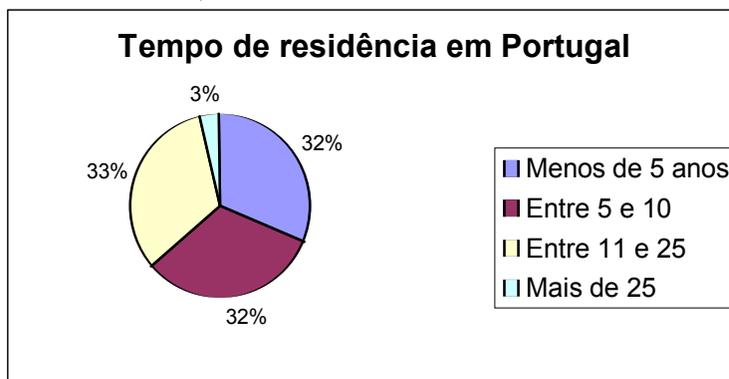
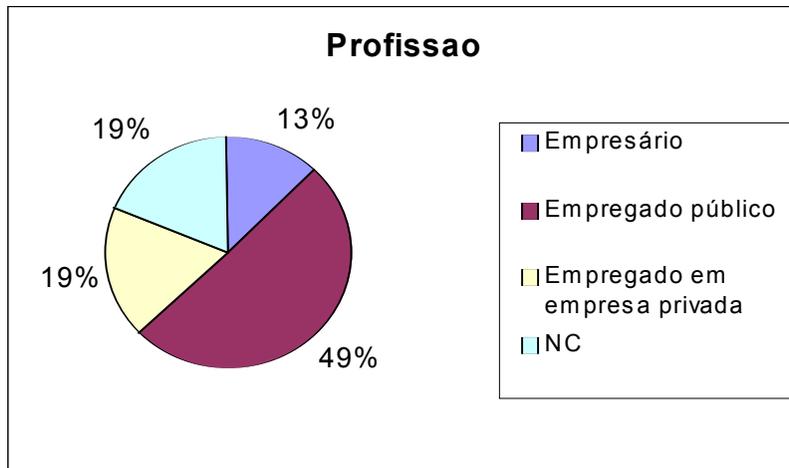


investigadores mas também para os próprios políticos e a tal acrescenta-se a carência de estudos qualitativos sobre os são-tomenses em Portugal.

Os profissionais qualificados são-tomenses actuais e futuros

As pesquisas começaram com um inquérito realizado durante o primeiro trimestre de 2001 com 60 são-tomenses, sendo 32 profissionais qualificados (sobre 199 existentes) - dos quais 19 são homens e 13 mulheres - e 28 estudantes universitários (dos 207 registra-





por ter começado os estudos mais tarde . A diferença de duração dos estudos pode indiciar que a necessidade de gerar receitas em Portugal seja assumida pelos homens, mas não existe sobre esta questão nenhum estudo esclarecedor.

Deixando à margem os estudantes há que destacar que 68,7 % dos profissionais qualificados está licenciado, tendo somente 6,2 % mestrado . Os PH são mais qualificados no conjunto do que os PM. Entre os que têm estudos universitários concluídos há mais mulheres que homens com carreiras de três anos (38,4 e 15,7 % respectivamente) e nenhuma tem o grau de mestre.

Relativamente à profissão o interesse centrou-se em conhecer quantos destes profissionais qualificados formam parte do empresariado e se os empregados estão inseridos laboralmente no âmbito público ou no privado.

A preocupação de se obter informação básica sobre a existência do empresariado está ligada à debilidade deste sector em STP e à hipótese de uma relação futura com STP em termos económicos.

O desenvolvimento do sector privado exige empresários e também deve ser favorecido por trabalhadores que tenham desempenhado o seu trabalho numa empresa privada. Este facto, tão habitual nos países capitalistas, não o tem sido nos antigos países da órbita socialista - caso de STP -, sendo uma lacuna para ajustar-se à economia livre de mercado e concorrer nas melhores condições possíveis.

A percentagem de empresários em relação aos profissionais qualificados existentes é notável e deve destacar-se que todos são homens. Por outro lado metade das mulheres não o manifesta, o que talvez signifique que não trabalhem em profissões relacionadas com a sua formação académica.

Significativo é que a metade destes são-tomenses trabalhem no sector público, quiçá pela falta de experiência no sector privado, como já foi indicado.

Somente um reduzido número de são-to-

menses reside em Portugal desde antes da Independência. Desde então tem havido um notável incremento.

Pode-se observar que o estabelecimento da residência em Portugal foi afectada pela mudança do regime de partido único à democracia. Quase um terço dos são-tomenses estabelece a residência entre 1990-95. Nos últimos cinco anos concentrou-se outro terço, mas neste caso os estudantes marcam a diferença, sem que se possa afirmar que permanecerão em Portugal terminados os estudos. Neste intervalo encontramos 63,8 % das EUM.

É difícil verificar se os residentes em Portugal apresentam diferenças notáveis face aos que vivem em STP relativamente ao matrimónio, pois as cifras em STP não estão suficientemente desagregadas. Sabemos que em STP o matrimónio é a excepção se se tomar o conjunto da população, mas também que é muito mais comum entre os forros e, sobre tudo, entre os acomodados.

Os profissionais qualificados homens casam-se muito mais que as mulheres (52,7 e 30,7 % respectivamente). Porém, nenhuma PM indica tampouco as uniões de facto, a diferença dos PH, um quarto dos quais assinala esta opção. É provável que, neste caso, o inquérito não recolha a realidade em relação às PM, talvez porque em Portugal não é tão aceitável como em STP.

Os EUH e as EUM compartilham a elevada percentagem de solteiros, ambos acima de 80 %. Neste caso são os EUH os que não assinalam a união de facto, enquanto que uma pequena percentagem de EUM, similar ao de casadas, especificam-no (9 %). Muito poucos EUH são casados, apenas 5,8 %, o que contrasta muito com os 52,7 % dos PH. Esta diferença não pode atribuir-se de forma exclusiva à idade, já que ambos os subgrupos compartilham percentagens elevadas numa mesma franja de idade (de 31 a 40 anos) sem correspondência na prática matrimonial, nem numa estratégia de nacionalização ou obtenção de permissão de residência por matrimónios com portuguesas, considerando o quadro seguinte. Talvez a causa

principal seja o grau de fragilidade dos EUH, consequência de ainda não terem terminado os estudos e, por conseguinte, não estarem estabelecidos social e laboralmente.

Esta representação pode ter uma importância chave em todo o estudo sobre os são-tomenses e a mudança, máxima se se considerar que, no caso de todas as mulheres - profissionais qualificadas e estudantes - e no dos estudantes homens, 100 % dos/as inquiridos/as estariam com um cônjuge ou em união de facto com pessoas de origem são-tomense. Nos PH são 86 %, uma percentagem também muito elevada. Entre os que rompem esta regra as suas mulheres têm nacionalidade portuguesa e metade delas outra nacionalidade. Isto significa provavelmente que são de algum dos PALOP que mantêm tratados de dupla nacionalidade com Portugal.

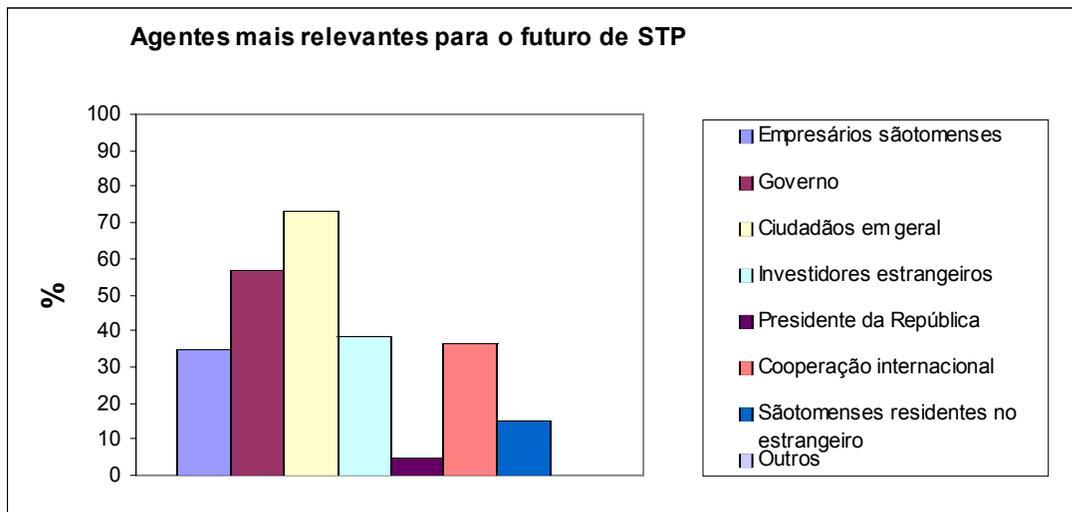
Estamos perante um caso extremo de endogamia e com uma população imigrante bastante reduzida. Este facto e as relações sociais deste grupo serão analisados com profundidade pela sua provável relevância na lógica cultural são-tomense.

A visão sobre o futuro de STP: agentes e factores para a mudança

O modo de pensar sobre o futuro pode trazer pistas fundamentais para diagnosticar a situação presente, conhecer os desejos da população e analisar as possibilidades de mudança considerando a subjectividade. Por conseguinte, a formulação de uma hipótese futura implica uma dupla reflexão: a do porvir e a do presente, ambas relevantes para entender a mudança.

No caso concreto do inquérito interessamos saber em que agentes depositam as suas expectativas estes são-tomenses, como percebem a virtualidade da mudança, que factores económicos e políticos consideram mais significativos para o futuro e que outros factores sociais e culturais valorizam mais para a melhoria da qualidade de vida.

Também tem especial importância saber se existem diferenças sobre tudo isto entre profissionais qualificados e estudantes e



entre homens e mulheres, o que poderia ajudar-nos não só a compreender melhor as visões distintas como colectivos mas também a estabelecer a hipótese de mudança segundo o papel desempenhado por cada um destes sub-grupos.

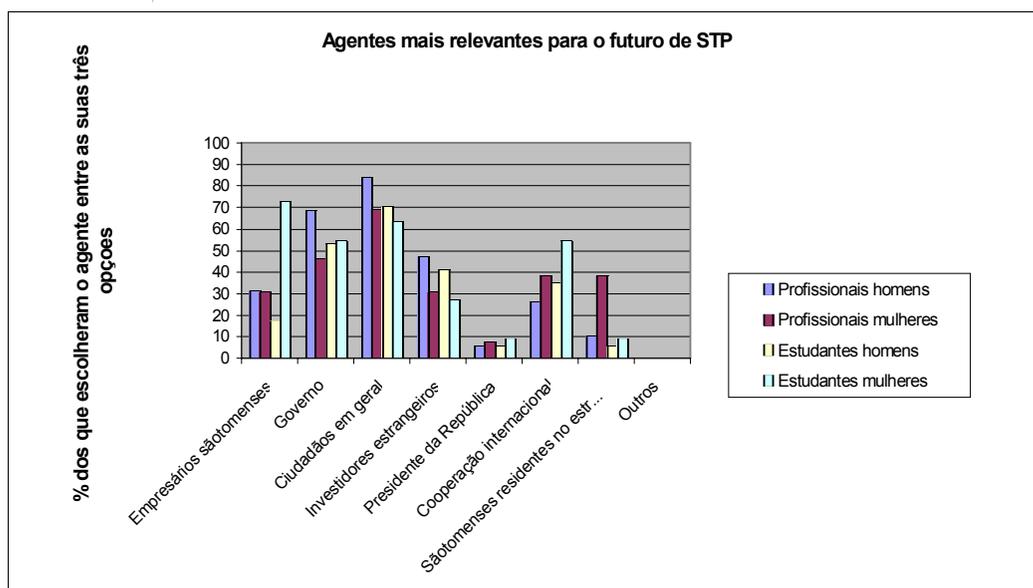
Tendo em conta o anterior serão representados os totais e os quatro subgrupos explicando-se separadamente, quando for significativo, de forma a facilitar a leitura diferenciada.

O quadro seguinte permite a visualização da valorização dos agentes no futuro de STP: Destaca-se claramente a identificação dos cidadãos em geral como o agente mais relevante, seguido do Governo. Também sobressai, pelo seu baixíssimo peso, o Presidente da República.

Ocupam um lugar intermédio empresários são-tomenses, investidores estrangeiros e cooperação internacional.

Esta hierarquização permite entender vários pontos muito importantes para a mudança:

- Segundo os inquiridos o futuro depende, sobretudo, dos são-tomenses e não tanto dos agentes externos, a pesar de se viver num contexto de globalização e de São Tomé manter uma fortíssima dependência da cooperação internacional (com mais do 90 % do PIB gerado pela cooperação e com uma dívida exorbitante)
- O papel principal é concedido à cidadania e ao Governo e não aos agentes económicos, apesar de existir uma percepção generalizada de deterioração económica.



- A menção quase nula da Presidência da República parece restar validade às hipóteses de mudança recolhidas em STP baseadas no reforço dos poderes presidenciais. De facto, inclusivé para o presente, pode-se salientar que não figura como agente de peso para o futuro.

Esta leitura geral deve ser matizada ao desagregar-se a informação por sexo e entre cada sub-grupo.

Ao compararem-se homens e mulheres pode-se observar que:

- Os primeiros dão maior peso a cidadãos e Governo.
- Somente um quarto dos homens escolhe os empresários enquanto que são seleccionados por metade das mulheres (ver infra).
- Quanto aos agentes procedentes do exterior os homens inclinam-se para os investidores estrangeiros enquanto que as mulheres optam pela cooperação internacional e é muito marcada a diferença face aos são-tomenses no estrangeiro, quase ignorados pelos homens e que são contudo identificados pela quarta parte das mulheres.

Se se efectuar a comparação entre profissionais qualificados e estudantes não se observam as diferenças anteriores.

Pode mencionar-se que os profissionais qualificados dão mais peso a si mesmos do que os estudantes e que a cooperação internacional é vista com maior importância entre os estudantes que entre os profissionais qualificados.

A leitura obtida cruzando os dois critérios é mais significativa pois entre os quatro subgrupos produzem-se dois desvios claros e dois menores:

- A valorização dos empresários são-tomenses, agentes escolhidos por 72,7 % dos EUM e só por 17,6 % dos EUH, distorcendo as diferenças homem-mulher globais, pois PH e PM compartilham o critério.
- O peso dado pelas PM aos são-tomenses no exterior em comparação com o resto dos subgrupos.
- O alto papel outorgado pelas EUM à cooperação internacional e o concedido

ao Governo pelos PH

As diferentes leituras dos agentes suscitam as primeiras reflexões sobre o que é comum e a diversidade interna destes são-tomenses em Portugal.

O situar os cidadãos como o agente principal é o ponto de encontro e, portanto, de partida para pensar sobre o futuro de STP. Parece indicar um caminho distinto do empreendido até agora, caracterizado por uma participação omnipresente dos agentes externos, como já foi indicado.

O valor do Governo como agente também é uma referência comum. Contudo, é muito mais para os PH que para o resto, o que pode estar muito ligado à elevada participação política deste subgrupo em comparação com os outros três.

Liberato destaca a importância do Governo e a cidadania:

O futuro de ST pode ser risonho... se os governantes assim quiserem. Tudo depende dos governos, do governo que for eleito para ST. Agora dá-me a impressão que este ano há eleições, não sei... em ST. Depende. Porque ST tem possibilidades de ter uma vida próspera, folgada. E dar, proporcionar um bom ambiente aos filhos do país. Mas é preciso que de ipso o governo queira fazer qualquer coisa por ST. Tá a ver? É uma ilha pequenina com cento e tal mil habitantes. Eu estive em Angola muitos anos. Só uma populaçãozita pequenina dentro de Luanda tem mais de cento e tal mil habitantes.

Um bairro por exemplo, o bairro de Golfe ou outros bairros ligados a Luanda têm muito mais gente que o país, em ST. Até, diga-se de passagem, podia ser governado até por duas ou três meia dúzia de pessoas. O que são cento e vinte mil pessoas? Ou mesmo 130 ou 150, como dizem que não tem, eu não acredito que ST tenha 150 mil habitantes. Mas mesmo que tenha, o que é isso? Para governar 150 mil pessoas... Portanto, 'tá a ver?.

Tudo depende do governo de ST. E é por isso que se costuma dizer "O povo tem o governo que merece". Se o povo quiser colaborar eu acho que o governo também

colabora. E quando o governo não colabora o povo ... é soberano e pode muito bem resolver esses problemas.

As mulheres, salvo algumas excepções, têm sido excluídas da tomada de decisões políticas nos sucessivos governos e não é de estranhar que uma parte delas, sobretudo as já profissionais, não vislumbre mudanças significativas neste campo.

Diz a este respeito Candelaria:
Considera que a mulher é... não um tapete, mas é quase um tapete, percebes (ligeiro riso). Alguns homens em ST pensam assim. Mesmo os que estudaram fora. Pensam que o lugar da mulher não é na política, por exemplo. Porque é que há tão poucas mulheres na política são-tomense, não sei se já reparou? Moçambique não, tem n mulheres na política. Tem umas cinco ou seis ministras ou secretárias de estado ou assessoras. Mas St não. Pelo menos em relação às mulheres eles pensam de uma maneira muito... inferiorizada. Não pensam que as mulheres atingem o topo onde eles podem atingir. Eles vêem a mulher como um objecto, vá lá, alguns homens. E há algumas mulheres que também apoiam esses homens. Isso é que é pior ainda. Tá a ver? Eu não vivo lá mas vou para lá de vez em quando e eu, quando estou assim nesses meios políticos, por exemplo, eu sento isso

Os estudantes actuais, na sua maioria, nem se têm implicado nas contínuas lutas políticas nem dão sinais de estar dispostos a

fazê-lo.

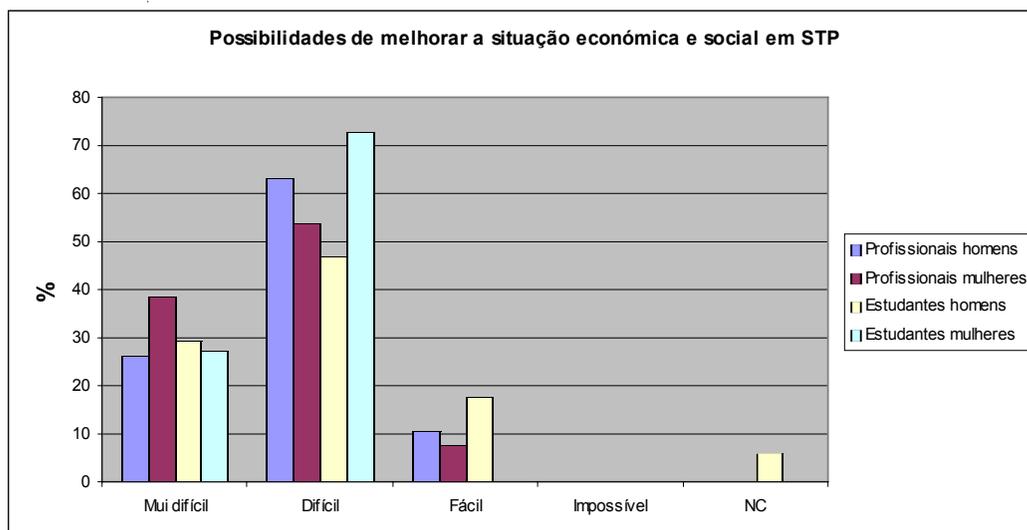
A relevância que as EUM reconhecem no empresariado são-tomense pode estar manifestando uma dupla situação:

Primeiro, contemplam o crescente papel do empresariado no futuro porque visualizam a perda relativa de poder do sector público frente ao sector privado.

Segundo, vêem-se a elas mesmas como potenciais empresárias, o que tem correspondência com as carreiras escolhidas (Direito e Administração de Empresas) e as perspectivas de intervenção em STP. A diferença em relação ao resto dos subgrupos parece, relativamente à participação própria, bastante clara e pode-se verificar nas relações estabelecidas com STP e nas expectativas de regresso. Os EUH são os menos inclinados a actividades em STP e apresentam sérias dúvidas de regresso ao acabar os seus estudos (ver II. 3.).

As PM também não se incluem nem entre as potenciais empresárias nem entre as crentes no papel do empresariado de sexo feminino. De facto nem uma só mulher inquirida é empresária como já foi assinalado.

Os PH parecem confiar pouco nas possibilidades dos empresários são-tomenses, sendo para além disso muito críticos com a atitude dos seus concidadãos e, em especial dos grupos de poder, para as iniciativas dirigidas à criação de empresas.



Conta, por exemplo, Juvenal:

Quem quer ir a São Tomé, seja ele quadros, seja pessoas que têm capitais enquanto não colaborar com aquela elite não há possibilidade para nada.

Eu vou-lhe dar um exemplo: eu, em 1900 e... 93, conheci cá um amigo português que queria investir em São Tomé e Príncipe, para nós fazermos uma promoção de camarão de água doce. Porque os estudos que oe tinha feito de São Tomé e Príncipe, em termos climatéricos óptimo e em termos, pronto, da natureza era óptimo, e esse tipo de produto podia-se desenvolver muito bem em São Tomé e Príncipe. Entrou em contacto comigo... eu responsabilizei da parte de São Tomé, fazer os "demarches" e o estudo. E, fomos lá. Numa semana conseguimos ir ver a zona e abrir o capital da empresa, e tudo o mais. Mas, entretanto, eu vim a saber, como não estava incluído nenhum desses grupos de elite nesse projecto, o projecto foi, acabou-se... pronto, não havia nada a fazer.

Como percebem estes são-tomenses a possibilidade de melhorar a situação económica e social?

Existe consenso na existência da possibilidade de melhoria, se bem que algumas observações devam ser tomadas em conta ao desagregar a informação. Vejamos primeiro o gráfico.

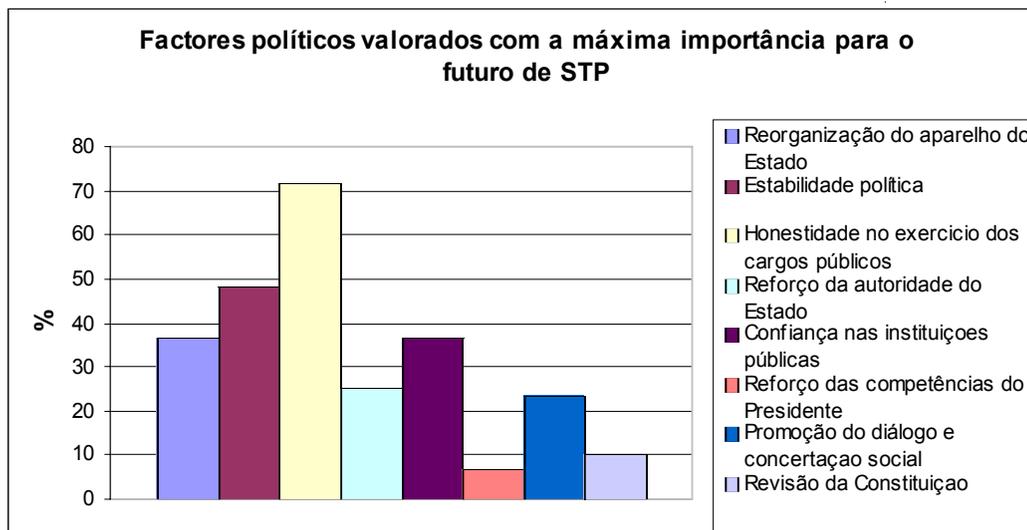
- A visão das mulheres é menos esperançada que a dos homens. Um terço das

mulheres pensa que a melhoria é muito difícil assim como mais da quarta parte dos homens e a facilidade da mudança é percebida por mais do triplo de homens que de mulheres (13,8 % versus 4,1 %).

- Ao opor profissionais qualificados e estudantes sem considerar o sexo não se verificam diferenças notáveis, o que é salientado dada a geração predominante num e outro caso.
- Dos quatro subgrupos cabe ressaltar que nem uma só EUM considera fácil a melhoria. Porquê essa unanimidade?

A forma de contemplar a situação económica e social futura em STP está muito marcada tanto pela posição relativa de homens e mulheres no passado como na virtual participação no futuro, associada por sua vez ao contacto com a realidade são-tomense.

A mulher são-tomense dispõe de uma perspectiva pessoal no tempo que não facilita tanto optimismo como o de alguns homens. Têm verificado algumas melhorias pontuais na sua consideração social, mas sem que se traduza num apoio dos homens às mudanças dirigidas a criar uma melhor posição para elas. Ao mesmo tempo estão conscientes da sua preparação, umas como profissionais e outras como estudantes universitárias que o deixarão de ser em pouco tempo, de que têm mais formação que os seus próprios pais. O futuro apresenta-se difícil ou muito difícil para a grande maioria, sobretudo no caso das mulheres, mas percebem possi-



bilidades de mudança se lutarem para que tal se produza.

As EUM são o caso mais extremo pois sabem que vão enfrentar uma sociedade com regras de comportamento muito diferenciadas por sexo e elas, pelo menos uma parte significativa, pensam participar activamente no futuro de STP.

Sobre esta problemática é interessante recolher as palavras de Victoria:

E como mulher acho que também tenho que enfrentar muitas coisas. Porque ainda a mulher é vista como ... um indivíduo passivo na sociedade. Já está a melhorar. Já melhorou muito. Eu acho que depois da independência isso já melhorou bastante. A mulher já não é vista só ... pronto, da forma como a mulher é vista nos países africanos. Os homens já se 'tão a habituar que as mulheres tenham algum contributo para dar, mas ainda isto está a ir muito lentamente. E eu sei que isto vai ser um dos factores que vão tornar, a minha e a das outras mulheres, numa situação mais difícil. E conciliar a profissão, conciliar a casa ... porque ainda não se admite mulheres totalmente viradas para a vida profissional, como na Europa já se admite. Não se admite. E em São Tomé, pelo menos com um marido são-tomense, isso não é possível. Neste momento eu acho que não é possível. O marido não consegue ver a mulher fora de casa durante muito tempo. A mulher tem que dar assistência em casa e ao mesmo tempo na profissão. Para eles preferível mais em casa, Por tanto, vou tentar conciliar. Estar presente em casa, porque também quer viver em casa um ambiente estável, e ao mesmo tempo tentar dar o máximo na minha profissão, e eu sei que isso vai exigir muito da minha pessoa, mas mesmo assim vou aceitar o desafio, vou tentar.

Quais são os factores de maior importância para o futuro de STP? Existem discrepâncias apreciáveis entre o conjunto destes são-tomenses? Hierarquizam-nos de forma diferente homens e mulheres? E profissionais qualificados e estudantes?

De seguida expõem-se, por factores agrupados (políticos, económicos e outros

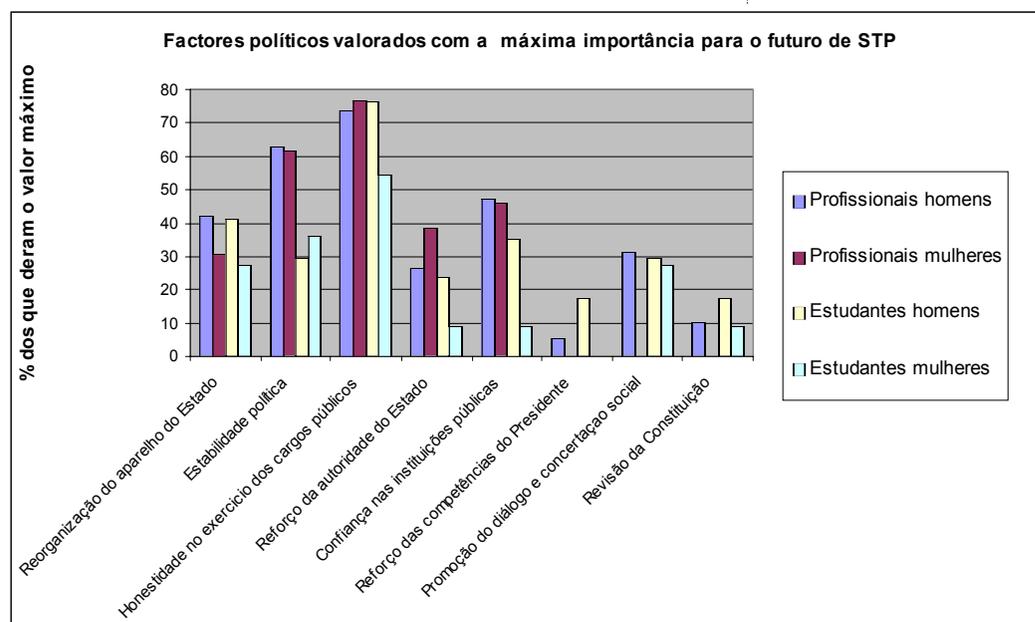
diversos), os gráficos resultantes dos valores máximos outorgados pelo conjunto dos são-tomenses. Depois introduzem-se os gráficos que reflectem os valores máximos dos quatro subgrupos, facilitando a leitura desagregada segundo os critérios estabelecidos. Porém, para dispor de uma visão muito mais completa e contrastar a interpretação de todo o material é recomendável ver aos anexos e rever as tábuas. Se somente se observarem os gráficos deve ter-se em conta que ao opor homens e mulheres as percentagens consideram os profissionais e estudantes de um mesmo sexo inquiridos. Do mesmo modo ao situar profissionais frente a estudantes estão-se a obter as percentagens a partir da soma dos homens e mulheres inquiridos nessas categorias.

Várias são as questões destacáveis numa primeira abordagem:

- A honestidade no exercício dos cargos públicos constitui a máxima preocupação, superando a de qualquer reforma institucional. Se se acrescentarem os são-tomenses que dão um valor 5 aos que dão um valor 4 aproximam-se 90 % dos inqueridos.
- Quase metade dos inquiridos identificam a estabilidade política como um factor chave e cerca de dois terços, se se somarem máxima e alta importância, assinalam a confiança nas instituições públicas.
- Parece claro a rejeição a modelos autoritários e especialmente a dar mais poderes ao Presidente da República, o que parece confirmar o mencionado a este respeito quando se valorizam os agentes (ver supra).
- Menos de um quarto destes são-tomenses concede a máxima importância à promoção do diálogo e concertação social para o futuro de STP

Porque é que uma rejeição ao autoritarismo não tem correspondência com uma valorização consequente do diálogo e a concertação?

Os discursos dos actores sociais sobre a honestidade no exercício dos cargos públicos, valorizada de máxima importância, expressam-se a partir de diferentes perspectivas mas ao mesmo tempo convergentes.



Honestidade e confiança nas instituições estão a formar parte de um mesmo discurso, no qual as pessoas ocupam o lugar central e as relações entre as mesmas configuram o perfil do problema. As manifestações mais claras deste produzem-se no âmbito da justiça, mas podem-se observar não só nos tribunais mas também no comum das decisões quotidianas, como ilustra Nelma:

Eu quando falo de injustiça eu falo de coisas tão simples quando isso: é justiça em relação aos processos que estão no tribunal e justiça no quotidiano. No quotidiano. Eu tenho, tenho, tenho situações perfeitamente aberrantes de injustiça no quotidiano que toda a gente diz: "Pois é... aqui é assim". Mas não tem que ser assim. É um país injusto. É injusto. Comentam todo o dia injustiças e acham que isso é "Ah, em todo o lado é assim". Não. Em todo o lado não é assim não. Não, não, não é assim. Por muito má que eu ache que a justiça portuguesa funcione, a justiça portuguesa funciona. Eu meto, por muito mal que eu ache, e funciona mal, mas há, existe. Uma margem de funcionamento existe. Que eu não tenho que recorrer a ninguém para que o meu caso seja ouvido, que o meu caso vá para os tribunais. Este é outro aspecto. Se nós quisermos a moralização da justiça. E essa moralização da justiça passa por uma coisa tão simples quanto isso: é que as

peçoas sabem ... sabem, têm dados e não sabem o que fazer com ese saber. As peçoas sabem do que se pasa, não sabem o que fazer com esse saber. Precisamente porque existe uma teia tão... tão esclavagista de relações em STP que impede que qualquer pessoa sancione, que qualquer pessoa exerça com isenção o seu cargo. E não é possível. Porque a pessoa é prima de não sei quem, que deve favores a não sei quem, que por sua vez fez favores a não sei quem. Fica uma teia tão, tão, tão difícil, tão difícil. (...)

Não existe nunca transparência. E a não existência de transparência nos processos de nomeação em STP é das coisas mais atroztes para a construção da ideia de nação... da ideia de patriotismo. As peçoas não são patriotas em STP. Não podem ser patriotas em STP (riso suave), porque STP é um país que trata mal os seus filhos. Trata mal os seus filhos. Trata mal os seus filhos precisamente por causa desas redes. As peçoas não são patriotas. Não existe transparência em processos, em processos que, de alguma forma, se pensa que são vaotajosos para peçoas que lá trabalham. O que existe é um imenso de interesses para pôr em determinados postos peçoas... peçoas que são da minha igreja. Quando eu digo igreja, portanto, é uma metáfora: que são do meu grupo. E isso é lamentável quando se está a falar de país.

Ao ler a informação repartida por homens e mulheres confirmam-se as observações gerais, mas verificam-se algumas matizes que devem ser assinaladas:

- Mais homens concedem maior importância à honestidade no exercício dos cargos públicos que mulheres e o mesmo ocorre com a confiança nas instituições públicas. Mas em ambos os casos existe uma distorção pelas EUM, o que é explicado na desagregação por subgrupos.
- Só 12,5 % das mulheres (frente a 30,5 % dos homens) crê que é da máxima importância promover o diálogo e a concertação social.
- Somente alguns homens entendem como prioritário o reforço dos poderes do Presidente, opção não compartilhada por nenhuma mulher.
- À luz da valorização dada à reorganização do aparelho de Estado e à revisão da constituição pode-se dizer que os homens são mais partidários das reformas políticas que as mulheres.

O facto de que o diálogo e a concertação social no inquérito estejam menos valorizados nas mulheres do que nos homens e sem ser referido por uma só profissional não significa que as mulheres menosprezem a importância deste factor. Pelo contrário, o tratamento em profundidade do problema deixa muito claro que o diálogo deve ser criado, como expressa Ana:

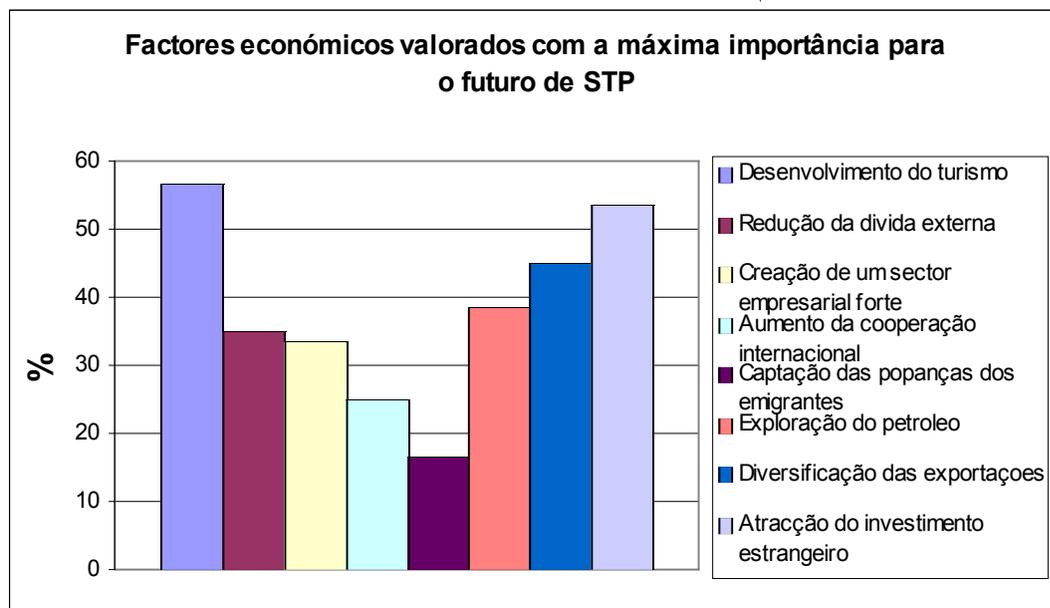
Em STP não existe a mentalidade de que o político deve explicações ao povo. O político deve explicações ao povo! . Ele está lá porque existe o povo. Se não existisse o povo ele não estava lá. O político são-tomense acha que ele não deve explicações a ninguém! Ele só dá explicações ... e quando ele dá ele dá com uma arrogância terrível. Chama nomes às pessoas. Que é isso?! Que raio de país democrático é esse que eu não posso criticar um político sem receber um insulto na volta? É uma coisa impressionante aquele país!. É arrogância porque ele acha que ele não tem... E isso, esse problema não é de agora. Esse problema vem do tempo do partido único. Porque no tempo do partido único o Pinto da Costa não dava explicações a ninguém. E como se faz uma democracia sem demócratas o resultado é esse. Claro que eu estou a falar de questões genéricas

mas eu acho muito importante nós discutirmos primeiro princípios. E são os princípios que não são discutidos em STP. (...)

Resumindo tudo isso: eu acho que STP é uma sociedade em que falta o diálogo. (...)

E vou-lhe dar um exemplo tão simples quanto isso: eu quando oiço aquelas greves contínuas de professores...eu fico triste. Primeiro...não é que eu ache que os professores não devam fazer greve. É que as reivindicações deles...não são exequíveis. Por muito que o governo queira, o governo não pode satisfazer aquelas reivindicações. Quem diz profesoress, diz função pública. Eles fazem reivindicações perfeitamente que não se pod... só se um Bill Gates resolve-se injectar o seu excedente de dinheiro em STP. Governo nenhum consegue satisfazer aquelas reivindicações. E o que é que acontece? É verdade que neste caso das greves, eu posso não estar muito certa porque eu acompanho através da rádio e da televisão. E que é que eu vejo? Eu vejo, é que não existe diálogo entre as partes em conflito. E as partes em conflito são: os trabalhadores que estão em greve e o governo. Não existe diálogo. O que se passa, me parece que se passa, é que cada um vem à comunicação social dizer aquilo que pensa. Eles não dialogam. Eles não dialogam. Cada um vem à comunicação social dizer o que pensa, não é. Porque o diálogo é uma coisa muito tensa em STP, as pessoas não sabem debater ideias. As pessoas não conseguem ficar uma hora a debater ideias. As pessoas vão para o insulto, as pessoas vão para o fulanização, para a personalização e eu penso que é essa mentalidade de diálogo que é preciso criar em STP.

Se o diálogo é tão necessário mas não é assinalado como opção prioritária, quiçá se deva ao cepticismo que provoca falar do mesmo sobretudo na vida política. Para as mulheres profissionais o diálogo em STP pode ser tão inexistente na lógica das relações pessoais e como colectivo, que carece de sentido de realidade dar a máxima valorização a este factor num âmbito, o político, que para além disso ocupam muito marginalmente. Esta incredulidade pode estender-se às reformas políticas formais e daí o limitado valor que lhes destinam.



Maiores diferenças se verificam ao opor profissionais qualificados e estudantes, sobretudo ao considerar os valores alto e máximo nas tábuas.

- Quase o dobro dos profissionais qualificados comparativamente aos estudantes dão o máximo valor à estabilidade política e à confiança nas instituições.
- Os profissionais qualificados concedem muito mais peso ao reforço da autoridade do Estado que os estudantes.
- A promoção do diálogo e a concertação social é mais importante para os estudantes que para os profissionais qualificados, mas fundamentalmente pela visão das PM já antecipado.

A experiência desempenha um papel chave para entender a diferente relevância outorgada à estabilidade política e às instituições. STP tem-se caracterizado por uma volubilidade na vida política muito marcada, o que parece encontrar-se em estreita relação com a pessoalização dos vínculos políticos.

Os governos desfazem-se e reconstróem-se com extraordinária rapidez, sobretudo comparativamente aos europeus ou norte-americanos. Parece lógico que os profissionais estabelecidos num país muito mais estável e que têm contemplado ou padecido das contínuas mudanças em STP valorizem mais os efeitos positivos da estabilidade, ainda que alguns destes são-tomenses acabem por não ver com clareza como

encaixa o sistema democrático em STP.

Assim explica este problema João, um dos profissionais:

Mas também com essas mudanças políticas também... Depois é uma das coisas importantes em São Tomé: estabilidade, estabilidade política. Porque aquilo que eu vi, depois da mudança, que houve muitos partidos, quer dizer, não se consegue num país. Primeiro, é que é uma coisa que nós importamos os modelos democráticos, que universalmente se diz que é da Europa, que muitas das vezes não é muito adaptado a nós, por nós termos ... O que é bom nessa coisa é que há os direitos humanos que é uma coisa fundamental para a humana. Então quando houve essa mudança que houve um partido que ganhou eleições, não fazia sentido falar seis meses para um partido acabar a sua legislatura, o Presidente da República pura e simplesmente a seu bel prazer, sem ver o interesse do país, fez cair o governo. Quer dizer caiu sucessivamente governos que o que é que acarreta ao país em termos económicos, em termos de confiança internacional, isso caiu num descrédito que realmente, que muitas das vezes se culpa sobre todos nós, sobretudo pessoas que são representantes. Quer dizer, seis meses para um governo acabar a sua legislatura faz derrubar o governo. Depois é outra vez eleições, é outra vez esses conflitos. Por isso é que São Tomé e Príncipe está assim. Mas que há possibilidade para tal,

eu penso que há. É preciso realmente que os homens mudem de mentalidade e que pessoas que está lá querem mesmo trabalhar a bem de São Tomé e Príncipe.

Mais uma vez os sub-grupos apresentam singularidades destacáveis:

- En termos gerais as EUM dão valores mais baixos que o resto dos subgrupos, o que talvez contribua para explicar o porquê da tão alta valorização dos empresários como agentes chave no futuro de STP (ver supra); quiçá confiem mais neles que nos actores políticos.
- Seguindo a linha anterior destaca-se o baixo peso relativo que as EUM outorgam à honestidade no exercício dos cargos públicos e muito baixo na confiança nas instituições públicas e autoridade do Estado.
- Uma quantidade nada depreciável de 17,6 % dos EUH entende da máxima importância reforçar os poderes do Presidente, o que parece consequente com que seja este subgrupo o mais partidário da reforma constitucional.
- Nenhum PM se inclina por valorizar muito a promoção do diálogo e a concertação social, o que já se tentou explicar.
- As PM são as que mais importância para o futuro de STP vêem na honestidade no exercício dos cargos públicos, contrastando significativamente com as EUM. Quanto aos factores económicos e tomando o conjunto destes são-tomenses, esta é a representação gráfica à qual se concede o máximo valor na sua importância para o futuro de STP:
- O desenvolvimento do turismo e a atracção de investimentos estrangeiros são identificados como os factores mais importantes, seguidos pela diversificação das exportações.
- A captação das remessas dos emigrantes, que poderiam ser utilizadas para investimentos - incluindo no sector turístico - ocupa o último lugar.
- Surpreendente, do ponto de vista económico, é que somente um terço considere da máxima importância reduzir a dívida externa, dado o volume da mesma e o peso da frágil economia são-tomense.
- A exploração do petróleo também ocupa um lugar muito baixo se se pensar a par-

tir da perspectiva da riqueza que poderia gerar.

- Seguindo as reflexões realizadas em relação aos juízos sobre os agentes e o futuro de STP confirma-se o pouco peso relativo que se atribui ao sector empresarial.

O desenvolvimento do turismo é um factor de menção recorrente entre estes são-tomenses e as principais condições para que seja possível, são identificadas por uma grande maioria: transportes, infra-estruturas, erradicação do paludismo, higiene-saneamento público, etc. Contudo, o conhecimento destas circunstâncias não se traduz em resolução dos problemas e o discurso das implicações que teria o desenvolvimento deste sector acaba eclipsado pela realidade que, até ao presente, o impossibilita.

Explica Liberato:

Para já o turismo está de rastos, quando devia ser uma das principais riquezas de ST, podia ser muito bem o turismo. Tem condições excepcionais como o senhor certamente já verificou. Durante a sua permanência em ST certamente já viu isso. E o turismo não está a ser explorado. E porquê?

Uns dizem que é por falta de hotéis, mas mesmo assim, já há lá uns hoteizitos, não há muitos, mas se estivessem apetrechados e com pessoal à altura, talvez para as primeiras impressões, resolve-se o problema dos turistas.

Um dos entraves é a malária, o paludismo. E também porque é que isso não está erradicado? Isso já podia estar erradicado em ST, mas é claro, principiou-se um trabalho de combate e erradicação do paludismo mas não se concluiu.

E depois também é a falta de limpeza. Não se acabam com os pântanos que ainda existem em ST na própria cidade, aqueles tufos), aquilo é um foco propício para a proliferação dos mosquitos. Não há limpezas, não há nada. O lixo também contribui para um aumento dos mosquitos.

O valor concedido à atracção do investimento estrangeiro e à diversificação das

exportações provoca dúvidas se se associar o pouco valor concedido à criação de um sector empresarial forte, à captação da poupança dos emigrantes e à exploração do petróleo.

A primeira dúvida que suscita esta escala é em que medida se tem modificado a mentalidade económica do regime de partido único. Pensar-se-á que o desenvolvimento turístico, assinalado como primeiro factor económico, corresponde ao Estado?. Quem supõe que vai gerar riqueza se se conseguir aumentar o investimento estrangeiro? Como se espera diversificar as exportações sem desenvolvimento empresarial?.

Poder-se-ia formular a hipótese de que não é tanto um problema de diferenças entre uma economia centralizada e uma economia livre de mercado como a forma como estes são-tomenses depositam o desenvolvimento do país nos estrangeiros, incluindo a do seu sector empresarial. Contudo, esta interpretação é pouco consequente com a identificação dos agentes mais relevantes para o futuro de STP, onde ficou explícito que são os são-tomenses quem devem ser os principais actores do seu próprio futuro.

As respostas são um pouco mais complexas e devem dar-se a partir de novas perguntas que podem facilitar uma interpretação mais holística.

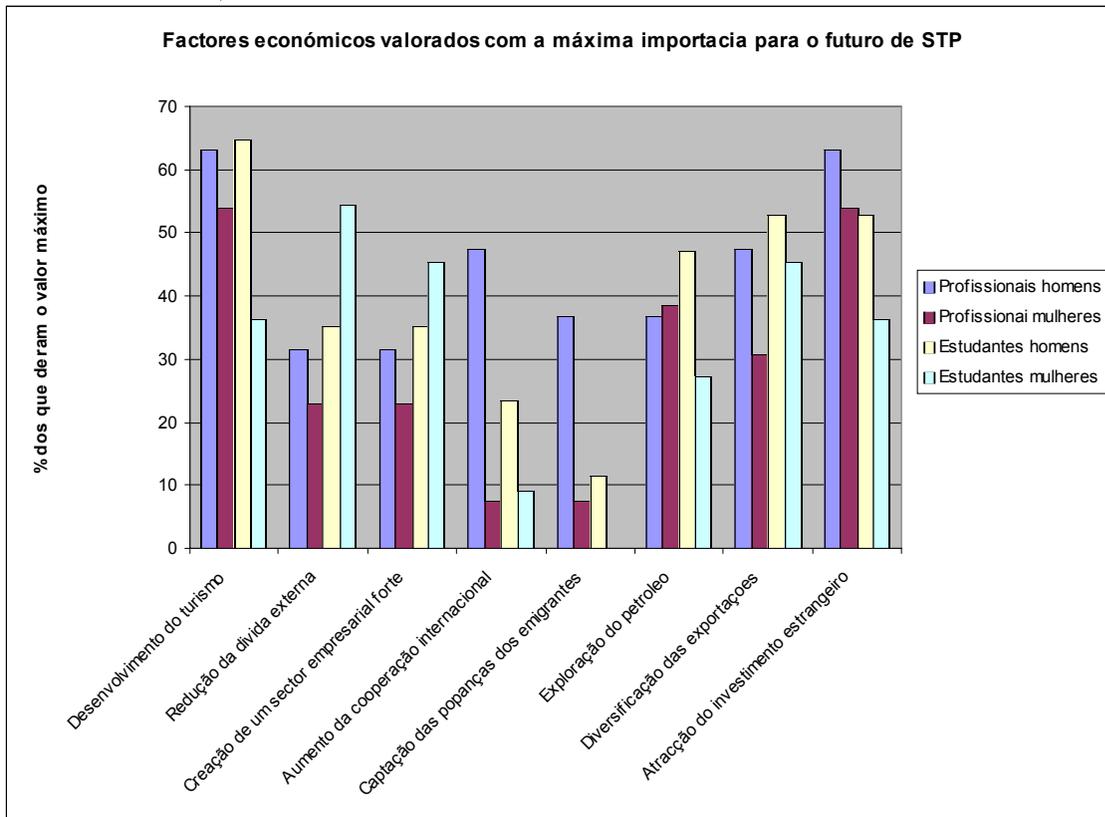
Há que tentar clarificar primeiro porque é que num país com tanta falta de capital próprio não se valoriza a potencialidade da poupança dos seus emigrantes e sim o capital procedente do investimento estrangeiro e porque é que a exploração do petróleo, que poderia atrair muito capital externo e gerar um altíssimo capital próprio, ocupa um peso tão baixo em comparação com os restantes factores anteriores.

Vejam os que dizem os são-tomenses sobre isto, começando pelas reflexões de Sofia sobre o petróleo:

Eu acho que não se está a investir nas alternativas. Claro que me vai dizer "mas estão a investir no petróleo". Para mim, quanto a mim, pessoalmente, é outra desgraça que vai entrar em STP. Os meus

amigos de quem gosto muito, não é isso que está em causa, estão todos muito felizes por causa do petróleo. Ora, país ... Nós temos em África exemplos de países produtores de petróleo em que os povos desses países vivem abaixo do limiar de pobreza. O petróleo em si, a riqueza natural em si, não resolve o problema de ninguém. Não resolve o problema de ninguém! Eu já não vou para a Suíça, que não tem riqueza natural nenhuma. Eu já não vou para a Suíça; isso é invejar, é aspirar no topo. Vamos a Cabo Verde. Em Cabo Verde as pessoas não vivem tão mal como em São Tomé. Em ST as pessoas vivem muito mal. Isso faz mal ao espírito das pessoas. E não tem riqueza. Bem, voltando ao petróleo, eu não acho que o petróleo vá resolver o nosso problema. O petróleo vai resolver o seguinte: o petróleo vai resultar num número reduzido de gente mais rica em STP, porque em STP há gente rica já. Rica! Gente rica. Essas pessoas vão ficar mais ricas e o resto do povo vai continuar assim, vai continuar pobre. Obviamente que isto não é tão linear assim, quer dizer, não é tão... Claro que se os são-tomenses quiserem, se os são-tomenses quiserem não vai ser assim. O dinheiro vai reverter para, ou pode reverter para coisas, para bens mais colectivizantes como estradas, escolas, hospitais. É óbvio. Obras de saneamento. Claro! Mas à partida por aquilo que eu tenho visto nesses 25 anos, isto não me parece que seja um futuro. Quer dizer, por aquilo que eu tenho visto nos últimos 25 anos, eu sou obrigada a dizer eu vi o futuro e não gostei. Porque é verdade que pode ser diferente. Há países, sobretudo países árabes em que o petróleo tem sido aproveitado, claro, muito pela oligarquia, seja essa oligarquia presidencial ou dinástica. Muito pela oligarquia mas que reverte em coisas concretas: obras de saneamento, estradas, escolas, saúde. Eu sei porque STP é dos países mais endividados do mundo. Aonde é que está o dinheiro dessa dívida? Investido, esse dinheiro está investido em quê? Não se vê. Porque repare, que se se visse. Pronto, foi investido em hospitais. Não se vê isso.

Esta interpretação da apropriação dos benefícios do petróleo por parte de uma minoria sem se repercutir em melhorias



para o conjunto da população pode ajudar a explicar o cepticismo das expectativas geradas face à futura exploração do petróleo. Destaque-se, além disso, como se está a pensar na repercussão da actividade económica no desenvolvimento humano, não se limitando a uma mera crítica ao enriquecimento ilícito ou à riqueza em si.

Sobre as remessas e a sua relevância como factor económico os são-tomenses não ignoram o seu potencial e contam com o caso caboverdiano como uma referência clara de sucesso. Conta Idalecio:

Costumo dizer como é possível que os cabo-verdianos, por exemplo, independentemente de ter muito ou pouco, pensem sempre em Cabo Verde, querem voltar para Cabo Verde. Ganham bem, escolhem cinco em Cabo Verde.

Em ST não. O homem são-tomense continua, continua ainda hoje, que se ele tem dez quer dez para ele, se eu tenho dez quero mais cinco, vem cinco para mim. Não pensa sequer em dizer assim "Eu tenho cinco,mas eu vou ajudar o meu país com mais cinco, posso" Ou seja, pensar

um pouco mais no seu povo no seu país em vez dele próprio. E isso vê-se muito nos dirigentes. (...)

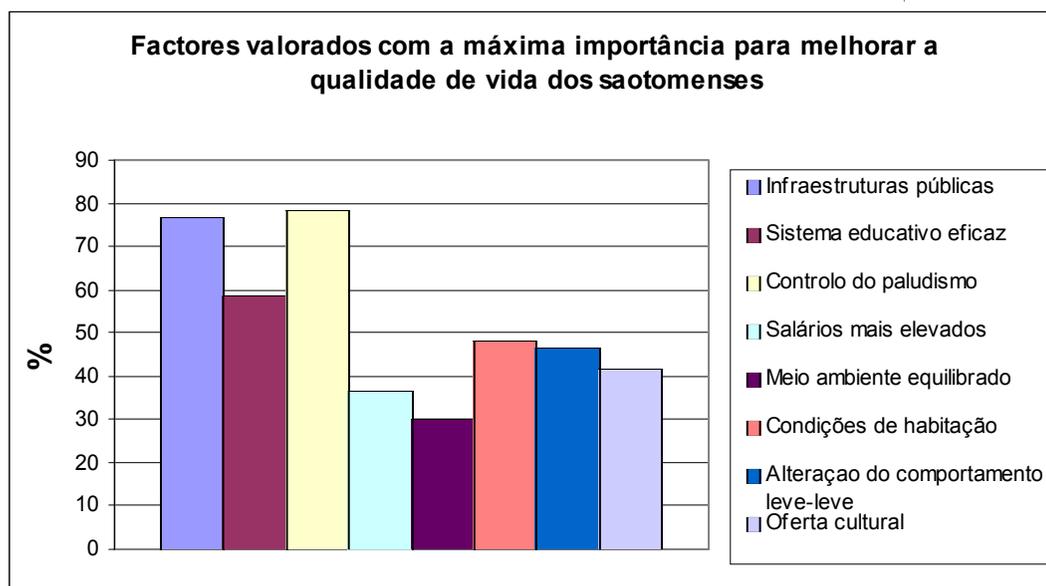
E depois é uma coisa que eu acho que acontece em Cabo Verde.Cabo Verde não tem agua, é um país extremamente pobre em que as pessoas ganharam um amor à família porque saíram do país à procura do melhor, e souberam que deixaram em Cabo Verde outras pessoas. E então estão sucessivamente preocupadas com as pessoas que ficaram lá. Ou seja, eles entendem que aquilo que arranjam cá, hoje, pode ajudar sobremaneira para o desenvolvimento de Cabo Verde e isso tem acontecido, o país tem estado a desenvolver. (...)

Tenho colegas cabo-verdianos, falo com muitos, por aí fora e conheço alguns, é uma maneira totalmente diferente. Eu vejo a ir para o banco, a fazer transferências para ST, para Cabo Verde, a mandar os seus contentores para Cabo Verde, a fazerem as suas casas em Cabo Verde, a arranjam um terreno em Cabo Verde, o estar sempre no terreno. Em ST é quase impensável, um terreno em ST e ter esse terreno. Dão simplesmente às pessoas que

eles acham que faz falta. Ou seja, aos seus amigos pura e simplesmente. E não fazem os políticos porque é assim: esse homem é descomhecido mas é um quadro são-tomense, que regressa, vai fazer uma casa, é uma mais valia para o próprio país, não é? E deixa de ser um problema para o próprio governo. É que não vêem iso. Ou seja, quanto mais nós dependermos da cooperação em ST para eles melhor. Isso é uma forma errada de ver a política,

Todas estas reflexões permitem, quiçá, considerar que compreender a valorização dos factores económicos em STP exige um esforço de inserir o discurso económico na lógica de outros discursos, pois em termos economicistas não parece possível responder a bastantes interrogações importantes.

Vejamos o que pode trazer a desagregação na clarificação destas interrogações.



quanto a mim, na minha opinião muito particular. Mas olhe, neste momento ainda não se conseguiu fazer melhor ...

Pensar no interesse próprio acima do colectivo, em relações pessoais acima de interesses gerais e numa afirmação sobre o benefício que supõem ter os dirigentes na alta dependência da cooperação internacional são problemas percebidos por alguns destes são-tomenses.

Na mesma linha parece situar-se a valorização tão limitada que se dá à redução da dívida, sabendo-se que como factor económico objectivo é um problema de primeira magnitude para o futuro de STP. E não só se situa em níveis de prioridade mais baixos mas também parece não haver a preocupação de que continue a aumentar, pois continua-se a pôr a ênfase no investimento estrangeiro (grande parte do qual se tem produzido e se produzirá através de créditos) e não no sector empresarial.

Seguindo a divisão por homens e mulheres podem observar-se alguns pontos interessantes:

- Os homens assinalam a máxima importância a muitos mais factores económicos que as mulheres.
- É especialmente alta a diferença relativamente ao aumento da cooperação internacional (36,1 % homens e 8,3 % mulheres) e na captação da poupança dos emigrantes (25 % homens e 4,1 % mulheres).
- Somente na redução da dívida externa se encontra maior percentagem entre as mulheres, mas não muita (37,5 versus 33,5).

As diferenças entre profissionais qualificados e estudantes são também apreciáveis:

- Os profissionais qualificados dão menor importância a reduzir a dependência externa (28,1 versus 42,8 % dos estudantes) e muita mais ao aumento da cooperação internacional (31,2 e 17,8 %), à poupança dos emigrantes (25 e 7,1

%) e ao investimento de capital estrangeiro (59,3 e 46,4 %).

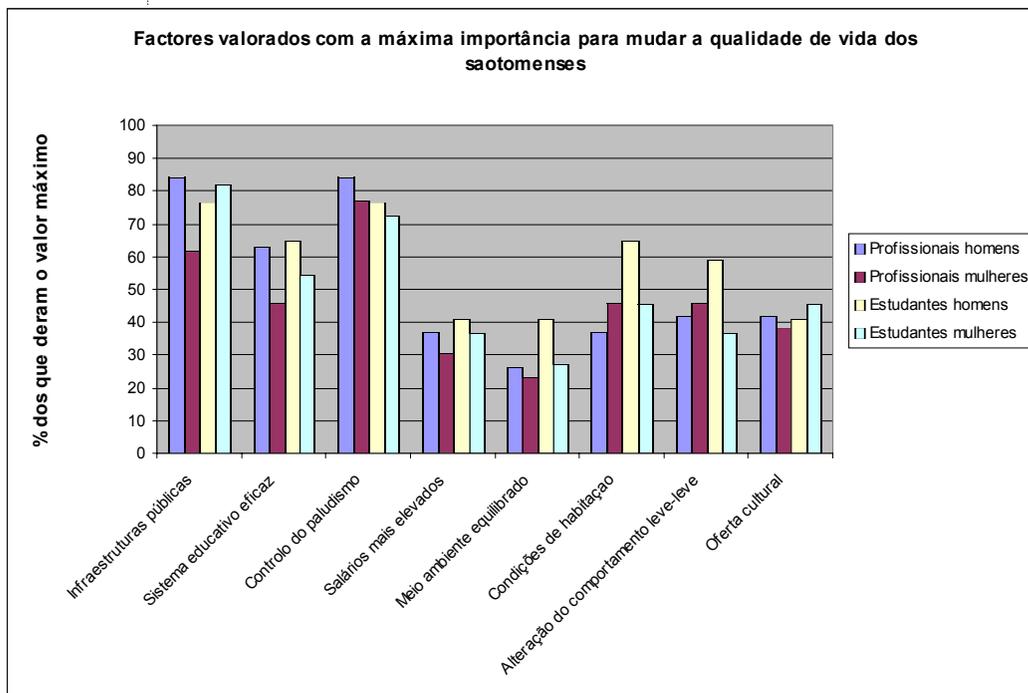
- Os estudantes concedem maior protagonismo aos próprios são-tomenses, reduzindo o procedente do exterior e potenciando o que se deve desenvolver no interior (através do empresariado e da diversificação das exportações)

A leitura diferenciada por subgrupos permite destacar a singularidade nesta matéria das EUM:

- Situam em primeiro lugar a redução da dívida externa, com clara diferença face ao resto.

apropriação dos benefícios derivados do petróleo ou de outros investimentos estrangeiros.

As EUM parecem representar um modelo muito mais orientado para o desenvolvimento das próprias capacidades, que precisa fazer-se a partir do saneamento económico mas também social. Apostam em alternativas ao sector público e ao papel económico que desempenha hoje o Estado, depositando a ênfase no empresariado, mas também no próprio papel que elas devem desempenhar no futuro STP.



- Valorizam muito pouco o aumento da cooperação internacional e ainda menos a atracção do investimento estrangeiro e a exploração do petróleo.
- São o sub-grupo que mais valoriza a criação de um sector empresarial forte.

As sucessivas desagregações abrem um espaço para a mudança ao contrapor as EUM e os PH.

Os PH parecem ser os que mais estão a reproduzir um modelo claramente apoiado no procedente do exterior, à custa de um endividamento crescente, um baixo desenvolvimento endógeno e um provável acentuar das diferenças sociais pela

Para além dos factores políticos e económicos expostos questionaram-se os são-tomenses acerca de outros factores vinculados à mudança da qualidade de vida e o desenvolvimento humano.

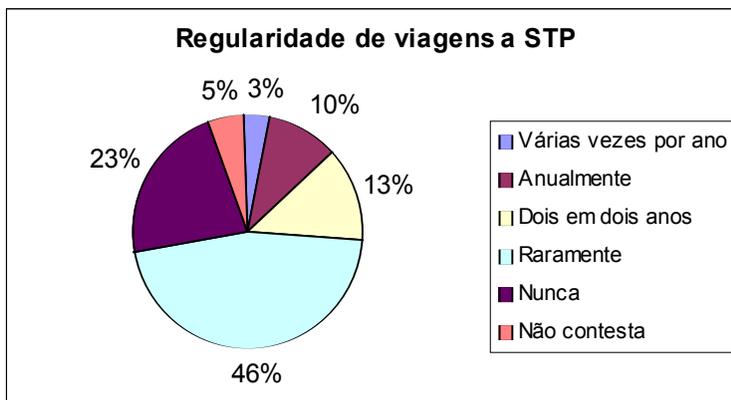
Expõe-se a seguir a representação gráfica dos valores máximos para o conjunto destes são-tomenses.

Não há dúvida de que estes factores suscitam uma notável coincidência ao serem muito mais valorizados que os económicos ou políticos já expostos. Seis deles estão valorizados com a máxima importância, acima dos 40 % (só dois entre os políticos e três entre os económicos) e

somente a honestidade no exercício dos cargos públicos se aproxima às percentagens mais elevadas destes factores.

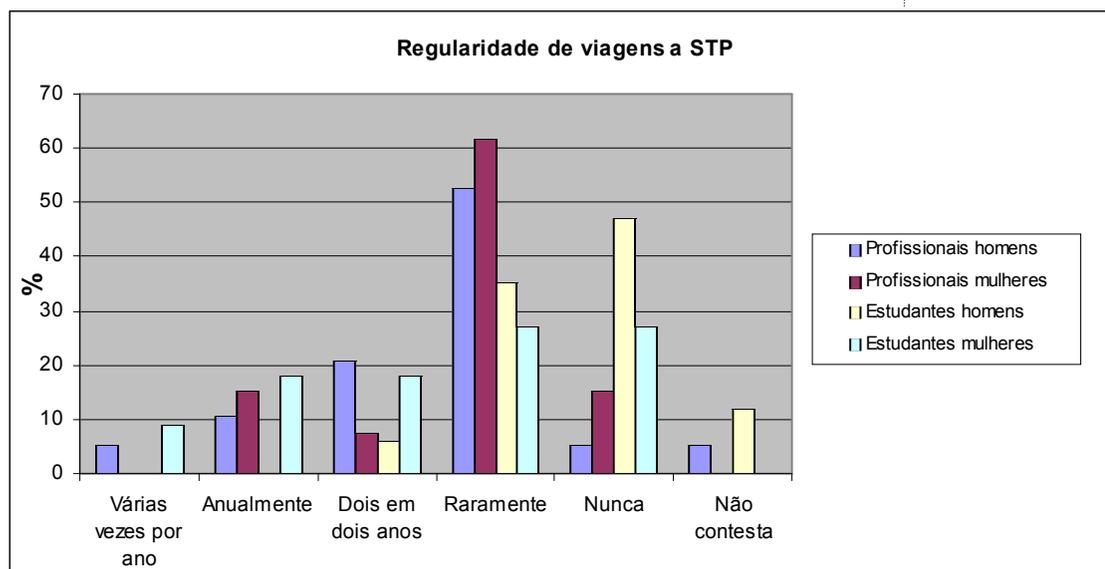
- O controlo do paludismo e as infra-estruturas destacam-se claramente sobre o resto e se se somar a valorização máxima à alta situamo-nos em níveis na ordem dos 90%. No caso educativo também se aproximam a esse grau, mas com uma percentagem de máxima importância bastante inferior.
- 70 % dos inqueridos valoriza como muito importante a alteração do comportamento leve-levé (46,7 % com a máxima e 23,3 % com o seguinte valor).
- Se se pensar que o rendimento per capita é o componente mais baixo do Índice de Desenvolvimento Humano em STP parece surpreendente o lugar ocupado pelos salários como factor de melhoria da qualidade de vida. Somente o meio ambiente é situado abaixo e é superado pela oferta cultural.

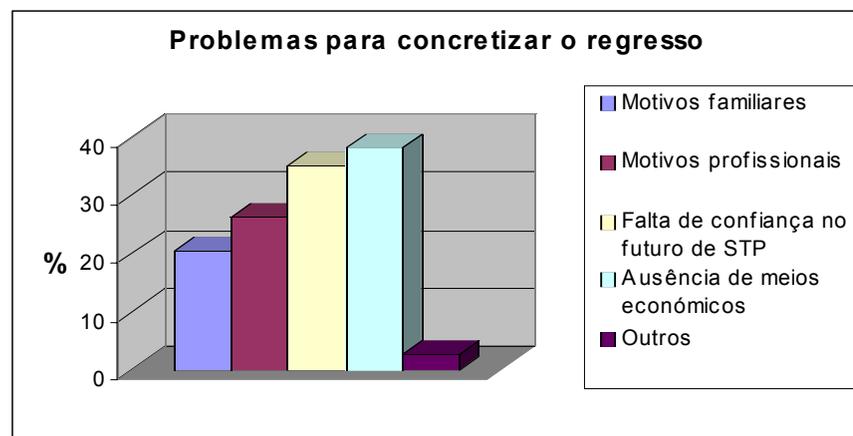
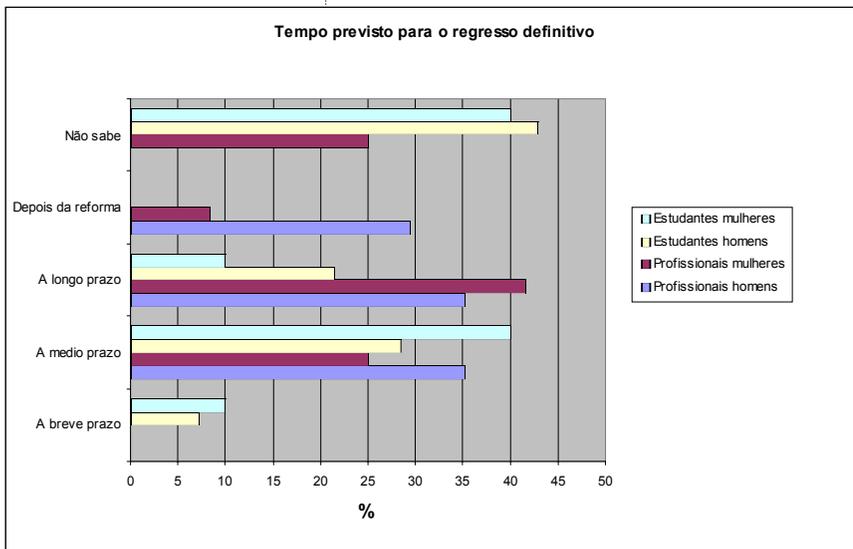
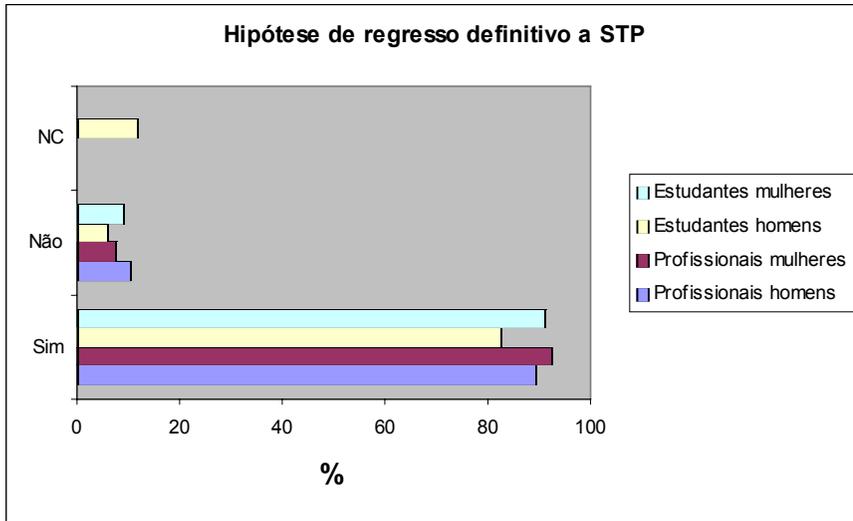
Contudo, a valorização do factor salários nesta parte do inquérito não supõe que ao aprofundar o tema os são-tomenses menosprezem a sua importância. As diferenças salariais entre STP e Portugal são muito altas e o custo de vida em STP, mantendo umas condições mínimas segundo os parâmetros seguidos em Portugal, é também muito elevado. Para que um profissional possa satisfazer essas condições mínimas necessita que os salários em STP aumentem consideravelmente.



Mas, quiçá, estes são-tomenses preferam mostrar a relevância de factores que, de um ponto de vista social, são contemplados como imprescindíveis e sobre os quais se espera uma sensibilidade por parte de todos. Não pareceria muito correcto que, de forma explícita, os profissionais em melhores condições situassem os salários em níveis de importância superior à saúde ou educação. E, além disso, a maior parte destes são-tomenses não vai regressar para viver em STP a curto prazo, pelo que tampouco vão padecer dos salários actuais que ali se pagam. Muito diferente seria analisar o factor salários a partir da perspectiva dos que recebem na realidade, como ocorre ao identificar os problemas para concretizar o regresso a STP. Nesse caso todos os PH situam a carência de meios económicos no valor máximo²

Em relação ao denominado leve-leve a sua importância é reconhecida, sem dúvida,





por estes são-tomenses e se se abordassem os residentes que nunca estiveram em STP, é muito provável que os valores resultantes fossem ainda mais altos. O leve-leve associa-se com a mentalidade são-tomense e requer uma reflexão mais pormenorizada na análise global.

Antecipamos umas referências de Mari e Joao:

Também um bocadinho do noso leve-leve, e um bocadinho... quer dizer, não sei se já esteve em ST? Porque nós muitas vezes falamos de leve-leve: a vida vai devagarinho, deixa passar, deixa andar e as pessoas também não contribuem grande coisa, porque estão sempre à espera que os outros façam. Estão sempre à espera que os outros façam e também não contribuem grande coisa.

É preciso inculcar nas pessoas um espírito de cidadania mais forte, um espírito de amor à terra mesmo e passa por muita cultura, muita educação. As pessoas têm que saber que o país é delas. É delas, e elas também podem fazer o pouco mesmo, pouco podem ir fazendo pelo país. E passa muito por isso.

E ST vive um ... para mim é grave, vive num estado que é grave. Porque as pessoas estão acomodadas com o status quo, com o que existe. As pessoas não se esforçam por alterar a mentalidade são-tomense. O São-tomense vive naquela mentalidade leve-leve, eu não sei se conheces a expressão leve-leve, mole mole? Vamos levando a vida ... E isto não dá. Isto não dá. Eu já vi ST melhor do que é hoje. De forma diferente ao observado sobre os factores políticos e económicos, assim como a respeito dos agentes e das expectativas de mudança, nas valorizações destes últimos factores ligados à qualidade de vida a desagregação não apresenta variações notáveis, nem entre mulheres e homens, nem entre profissionais qualificados e estudantes nem entre os quatro subgrupos.

Há somente que mencionar que os homens apresentam valores máximos um pouco mais altos que as mulheres e que os EUH parecem mais exigentes globalmente que o resto dos subgrupos, sendo os que mais concedem a máxima importância ao meio ambiente, às condições da habitação, à alteração do comportamento leve-leve e aos salários mais elevados.

O gráfico seguinte reflecte a desagregação:

Relações entre são-tomenses

A distância permite obter uma perspectiva distinta de abordar os fenómenos, as pessoas e as instituições, em especial quando

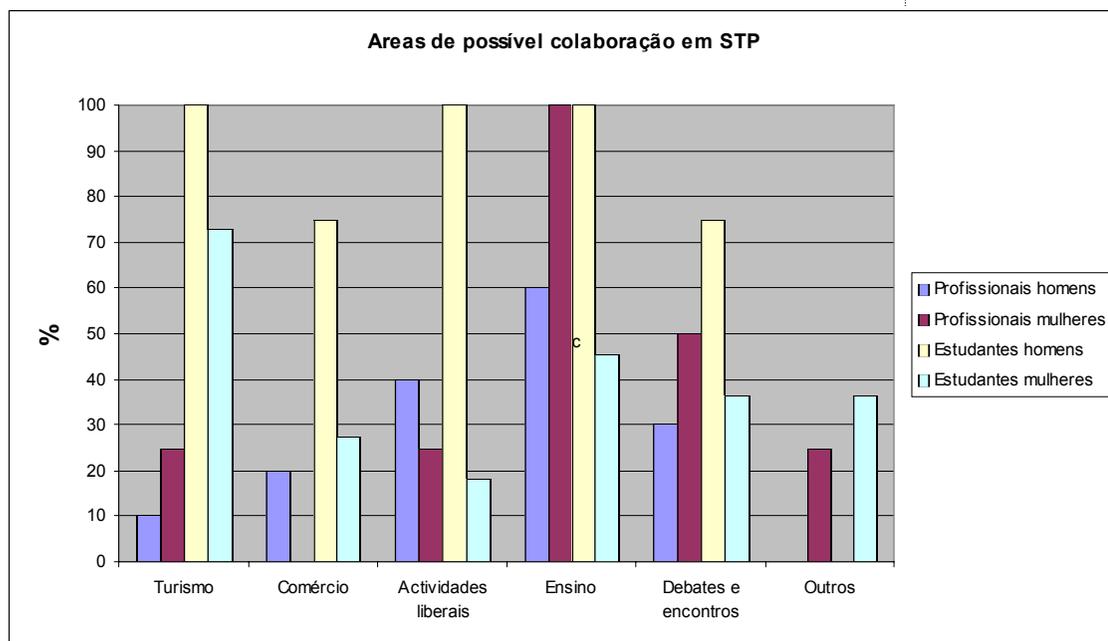
se trata dos que afectam o indivíduo directamente por formar parte da própria biografia.

Entender as relações dos são-tomenses emigrantes entre si e destes com STP pode facilitar uma melhor compreensão de todos. A partir deste conhecimento podem abrir-se formas de diálogo e de colabora-

em cada quatro não o faz nunca ou quase nunca.

Mas algumas diferenças internas podem verificar-se ao desagregar a informação.

- Um quinto das mulheres vai com frequência a STP (várias vezes por ano ou



ção ligadas à mudança e ao desenvolvimento humano em STP.

O inquérito enfatizou três aspectos: conhecer a atitude dos emigrantes perante a hipótese de regressar ao seu país de origem, verificar os contactos entre são-tomenses em Portugal e indagar sobre a sua possível implicação em actividades concretas.

Estes são os resultados das pesquisas aproveitando mais uma vez as representações gráficas como primeira imagem para a reflexão e mantendo as formas de desagregação anteriores.

Comprovar a frequência de viagens a STP é um primeiro passo para se entender as relações com o país de origem e com os seus concidadãos.

O gráfico permite verificar que somente um reduzido número destes são-tomenses viaja com regularidade a STP e que três

anualmente) enquanto que só 8,2 % dos homens o faz.

- São muito mais os estudantes que não vão nunca a STP que os profissionais qualificados, o que provavelmente se deva ao alto custo da viagem.³
- Os PH vão mais que os PM e também são mais os PM as que vão raramente ou nunca.
- As EUM vão muito mais que os EUH e também são muitas menos as EUM que não viajam nunca ou raramente.

Os são-tomenses interrogam-se acerca do regresso definitivo? Aparentemente sim, pelo menos ao responder de forma directa e sem que exista diferença apreciável nem por sexo, nem por idade.

A minoria que declara não questionar-se acerca do regresso definitivo expressa como argumento central a ausência de qualidade de vida em STP.

O propósito de concretizar um tempo para a volta definitiva apresenta maior diferen-

ciação interna, mas são poucos os são-tomenses que situam uma data próxima (3,8%), o que supõe abrir sérias dúvidas sobre a questão central inicial. Talvez a resposta obrigada socialmente entre eles seja declarar a vontade de regressar, sem que tenha a ver com a realidade.

A desagregação não facilita muito as respostas relativas às tendências de concretização do regresso, mas permite uma orientação acerca dos subgrupos e o tempo breve e a incerteza:

- Somente os estudantes se propõem a voltar a breve prazo, o que parece indicar que a sua permanência em Portugal é consequência dos estudos. As EUM vislumbram prazos mais curtos que os EUH.
- É muito alto o grau de incerteza entre os estudantes e o contrário ocorre entre os PH.

Que exista uma maior incerteza entre os estudantes que nos profissionais está de acordo com o esperado dado o diferente grau de integração social e as diferentes margens de manobra. Se a idade, o trabalho e os filhos não permitem demasiadas alternativas numa sociedade tão competitiva como a europeia, menos predisposto ainda se está para fazer experiências em STP. Mas continuemos com as perguntas básicas sobre este assunto para esclarecer melhor as dúvidas.

Quais são os problemas para não concretizar o regresso?

A ausência de meios económicos e a falta de confiança no futuro de STP figuram como os problemas mais citados, sendo menos os que alegam motivos profissionais e familiares, se bem que com frequência estejam relacionados.

Diz Manuel:

Mas há muito trabalho para fazer. É claro que um segundo aspecto que é o aspecto sócio-financeiro, portanto, isto é um dos aspectos muito difíceis, que dificulta-me o regresso. Eu tenho muitos interesses de trabalhar com ST, trabalhar para ST, mas, por enquanto não encontrei condições para regressar.. Eu não falo somente

do básico que é ter um alojamento; alojamento não é problema. O maior problema é encontrar uma estrutura que dá para começar uma carreira profissional no nível que eu tenho cá em Portugal. Portanto o nível em ST está muito caro e posso contar com uma despesa mensal que ronda os 150 mil escudos. Portanto é nesta base que certamente vou pensar para ST. O aspecto fundamental é o aspecto financeiro.

Para além dos problemas explícitos assinalados, em alguns são-tomenses produz-se uma mudança de hábitos de consumo e exigências muito pronunciada, esperando receber do Governo condições que nem sequer se oferecem nos países onde agora residem. O nível de algumas exigências leva, por exemplo, a exigir uma habitação por uns anos e a equiparar a utilidade e suposta necessidade do telefone em Portugal e em STP, chegando a convertê-lo num "bem primário". Veja-se por exemplo, as exigências de Jacinta referentes a estes temas:

Eu quis muito voltar para o meu país, quer dizer... Eu eu estou cá a viver em Portugal e não gosto de estar aqui. Todos os dias penso em pegar as malas e arrumar e ir-me embora. Mas eu cada vez que vou de férias e vejo as coisas como estão... não me apetece ficar. Isto porquê? Porque não tenho lá uma casa. Se o governo são-tomense fizesse como o governo cabo-verdiano, quando os jovens acabam o curso, arranjam casas. Nem são aquelas casas pré-fabricadas. Ficam durante algum tempo, dois, três anos e depois cada um constrói a sua casa e vai para sua casa. Muitos quadros aqui iam. (...)

Portanto, se houvesse condições de habitação, melhores condições salariais, maiores apoios os jovens regressariam quase todos, os quadros.

E quando sai para fora para estudar você adquire outros hábitos. Qualidade de vida para mim é importante. Eu acho que já não nunca vou pensar em 'tar numa casa sem casa de banho. Estar numa casa sem luz para mim só se tiver mesmo com um problema de saúde bastante grave de não poder trabalhar. Aí, olhe que remédio. Mas enquanto tiver pés e mãos para tra-

balhar acho que vou ... tenho que esforçar para ter melhores condições de vida. Qualidade de vida para mim é fundamental. E ter um telefone, por exemplo. Eu quando vou para ST as pessoas não me contactam porque não tenho telefone em casa. Telemóvel não dá lá em ST, por exemplo. Isso não é uma coisa muito cara, mas a maior parte das pessoas não tem telefone em ST. Pelo menos em minha casa não temos. Isso é um bem primário. As pessoas precisam de comunicar, considera-se entre aspas, não é. Para mim entre aspas é um bem primário.

Mas na desagregação observam-se alguns desvios que convém destacar, sobretudo pela distorção que provoca o problema económico nos PH.

- Não se verificam diferenças notáveis no conjunto entre homens e mulheres
- Os estudantes desconfiam mais do futuro de STP que os profissionais qualificados
- Todos os PH consideram o problema económico, enquanto que nenhum dos restantes subgrupos chega aos 40 %.
- As EUM são distintamente as que indicam motivos profissionais como problema para o regresso e os EUH falta de confiança no futuro de STP

Já se tem comentado o problema da incerteza nos estudantes e ajusta-se a esta maior falta de confiança no futuro de STP.

Muito significativo e coerente é que as EUM aasinalem motivos profissionais como problema que dificulta o regresso pois, se é difícil a reincorporação e a inserção profissional para o comum dos são-tomenses, muito mais o é para as mulheres que chegam com uma formação universitária.

Candelária pode explicar melhor problemas previsíveis, considerando a sua experiência recente e sem se ter instalado em STP:

Por exemplo, eu falei hoje com uma amiga minha (...) que me dizia "Olha sabes que é que um homem me disse? Que o lugar da mulher é na cama. Não é ela estar a ocupar um espaço num gabinete",

'tá a ver?. E a pessoa 'tá em Portugal. Quer dizer que não mudou, 'tá com aquela mentalidade tapada, fechada, como eu costumo a dizer. É isso que é preciso mudar. Porque a mentalidade do povo são-tomense dalgumas pessoas é uma mentalidade muito, muito, muito ... deixa muito a desejar. É preciso conhecê-los. É um povo muito hospitaleiro, muito simpático mas tem algumas minhoquices na cabeça que é preciso dar a volta.

Como são as relações dos são-tomenses em Portugal?

Em primeiro lugar há que destacar que é altíssimo o número dos que mantêm contactos regulares, superior ao 90 % . Ao comparar homens e mulheres verifica-se uma pequena diferença sendo a percentagem de homens de 88, 8 % e das mulheres de 95,8 %. Ambos os dados são coerentes com o alto grau de endogamia observado no perfil dos são-tomenses e com as mínimas diferenças entre homens e mulheres já assinaladas (ver supra).

Os tipos de contacto apresentados em seguida reflectem claramente que:

- A amizade e a família marcam a pauta geral de relação 4
- Os contactos de vizinhança são muito baixos, o que permite afirmar que não se produz agrupamento físico por bairros ao contrário do que normalmente ocorre com os são-tomenses imigrantes menos qualificados.

Desagregando a informação podem-se observar algumas particularidades:

- Os estudantes apresentam índices um pouco mais altos que os profissionais qualificados em relações de amizade e de vizinhança.
- Os homens relacionam-se mais através de associações do que as mulheres 5.
- As diferenças mais notáveis nos contactos de amizade produz-se entre as EUM (100 %) e as PM (menos de 60 %).
- É notável a diferença de percentagem de contactos via familiar entre as EUM (superior ao 90 %) e o resto, sobre todo os EUH (dois terços).

Mas independentemente destas matizes o que ressalta é o mencionado grau de endo-

gamia e a altíssima interacção entre são-tomenses. As razões de fundo têm estreita relação com a cultura são-tomense. Assim começa Celia a expressar este problema central⁶:

(...) a maioria dos são-tomenses eu penso que lida com são-tomenses ... Porque o são-tomense tem muita dificuldade em lidar com outras culturas ... alguma, não muita, alguma.

Eu penso que embora possa não parecer a cultura são-tomense é muito forte. Ocupa grande parte da maneira de ser dos são-tomenses. O ser são-tomense é uma coisa muito forte. E os são-tomenses não abrem mão da sua maneira de estar, da sua maneira de viver e a maneira de não abrir mão disso é casarem-se também com são-tomenses. (...)

Se a existência de contacto é uma condição básica para projectos colectivos com são-tomenses é também necessário começar a colocar as possibilidades de colaboração específicas, primeiro a partir da predisposição geral e depois a partir da preferência de lugar e de actividade.

Mais de 90 % destes são-tomenses dizem colocar a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os seus concidadãos, sem variações apreciáveis nem por sexo nem por idade.

Onde começam as diferenças é no referente ao lugar de interacção, o que pode visualizar-se nos seguintes gráficos:

Se a coincidência é geral ao colocar-se a possibilidade de colaborar em Portugal somente metade está disposto a fazê-lo em STP. A desagregação neste caso é importante:

- A ruptura clara representam-na as EUM com 100 % dispostas a colaborar em iniciativas que se produzam em STP, posição distintiva do resto e muito especialmente dos EUH.
- Os EUH apresentam uma posição extrema, ao declarar-se 100 % dispostos a colaborar em Portugal e menos de 30 % em STP.
- Embora eclipsado pelas diferenças anteriores é também notável a distância de cerca de 20 % entre PH e PM sobre a

opção em STP.

As hipóteses de colaboração podem-se ver a seguir, se bem que seja importante esclarecer que os são-tomenses têm-se inclinado de forma generalizada pelas opções apresentadas explicitamente (distintas para Portugal e para STP), concedendo muito escassa atenção a outras possibilidades abertas à sua formulação e que não podem ficar descartadas⁷.

As actividades para colaborar circunscrevem-se quase exclusivamente às que se produzem na actualidade através das associações, pois habitualmente são estas as que apoiam as manifestações culturais são-tomenses e as que organizam os debates e encontros.

Chama a atenção o pouco interesse que desperta o apoio jurídico, sendo um serviço básico e necessário para os emigrantes africanos na União Europeia e, não menos, a quase ausência de menção a qualquer actividade económica ou política.

Vejamos as matizes a que conduz a desagregação:

- As mulheres estão mais dispostas que os homens a colaborar no apoio jurídico aos são-tomenses (25 e 6,8 % respectivamente).
- Os profissionais qualificados mostram-se muito mais predispostos à organização de debates e encontros que os estudantes
- Somente as EUM identificam a área económica como de possível colaboração, ainda que só 10 %

Sobre as áreas de colaboração em STP estes são os resultados obtidos:

O ensino e a organização de debates e encontros situam-se como principais actividades, o que parece confirmar as possibilidades nas áreas socio-culturais já avançadas para a colaboração em Portugal⁸.

Em STP, no entanto, abrem-se opções muito mais ligadas à economia, ao exercício profissional e à assistência social. As três actividades marcam uma diferença substancial com as escolhidas em Portugal.

Quicá o são-tomense não contemple vanta-

gens comparativas em colaborar entre si em Portugal e sim em STP, onde as relações podem ser fundamentais para atingir o sucesso profissional ou empresarial.

Sobre a assistência social parece reproduzir-se a habitual situação de maior disposição a apoiar às populações "necessitadas" que vivem nos países "subdesenvolvidos" que aos residentes nos países "desenvolvidos". Talvez seja resultado da repercussão negativa, em termos de integração, que os imigrantes melhor situados percebem ao manter uma relação muito estreita com os sectores de imigrantes pior colocados social e simbolicamente. Pelo contrário, em STP podem ser percebidos de forma diferenciada e positiva, pois o prestar assistência reproduz uma imagem de sensibilidade e boa vontade para o seu país de origem, não questionando além disso o estatuto alcançado em Portugal.

A desagregação mostra diferenças muito apreciáveis entre as divisões utilizadas para a análise e não contribui, em princípio, para esclarecer as principais incógnitas, como veremos. Observemos primeiro o gráfico:

Homens e mulheres apresentam as seguintes diferenças:

- O comércio e as actividades liberais são muito mais escolhidas pelos homens que pelas mulheres.
- Somente as mulheres escolhem outras opções às apresentadas explicitamente e mostram um interesse em actividades de assistência social e lúdicas ignoradas pelos homens.

Profissionais qualificados e estudantes distinguem-se sobretudo em:

- As valorizações sobre a área turística - muitíssimo mais indicada pelos estudantes que pelos profissionais (85 versus 14,2 %) - e o comércio (42,8 % dos estudantes e 14,2 % dos profissionais qualificados).
- A maior disposição dos estudantes para as actividades liberais e a organização de debates e encontros, se bem como distorções por subgrupos que veremos em seguida.

Os resultados por subgrupo destacam:

- As altíssimas percentagens entre os EUH

abertos a colaborar em STP, chegando aos 100 % em turismo, actividades liberais e ensino e com valores muito superiores ao resto em comércio e organização de debates e encontros. Quer dizer que estão muito menos os dispostos a colaborar em STP (menos do 30 % como se tem indicado), mas muito mais abertos que os do resto dos subgrupos.

- Somente uma pequeníssima parte dos profissionais qualificados masculinos está disposta a colaborar em actividades turísticas, apesar da alta percentagem (acima do 63 %) coincidente em outorgar a máxima importância ao desenvolvimento turístico.
- As EUM, pelo contrário, davam a este factor muita menos relevância, mas elas sim estão muito mais dispostas a colaborar (ver factores económicos para o futuro de STP).
- 100 % dos PM dispostas a apoiar iniciativas que se desenvolvam em STP abre a possibilidade de colaborar no ensino.
- As EUM são as únicas que declaram abertamente opções de assistência social, em concreto na área de saúde e na da infância.
- As PM abrem alternativas lúdicas: passeios e excursões

A Lógica cultural e a mudança rumo ao desenvolvimento humano

Desvelar os agentes e os factores que os são-tomenses consideram que terão um papel central no futuro de STP e conhecer as relações existentes e prováveis entre eles permite identificar os cenários onde se estão a representar os processos geradores das possíveis mudanças.

Cada um destes processos, sejam políticos, económicos ou sociais, pode ser analisado como um discurso em si mesmo e em relação a cada um dos sub-grupos seleccionados, mas para compreender o seu significado profundo é preciso conhecer a cultura da qual todos formam parte. Partimos da hipótese de que os são-tomenses, residam no seu país ou em Portugal, sejam homens ou mulheres, profissionais ou estudantes, compartilham essa cultura e é a partir e através dela que se produz o intercâmbio das palavras e das acções que os vão definindo. Este intercâmbio inclui

divergências e conflitos que, além de manifestar a diversidade interna existente em toda população, podem produzir por si mesmos ou com outros factores exógenos mudanças na própria cultura.

A partir da perspectiva da diáspora em Portugal, STP parece estar submetido a uma cultura questionada, pelo menos, nas seguintes lógicas:

- Uma lógica das relações de solidariedade que, através do intercâmbio desigual de favores, reproduz as relações sociais de poder.
- Uma lógica de acumulação e redistribuição que, através da apropriação do que é público, do Estado, reproduz as relações políticas de poder.
- Uma lógica de relações com o investidor estrangeiro que, baseado na negação de um empresariado próprio, reproduz as relações económicas de poder.
- Uma lógica de afirmação da singularidade forra que, a partir da negação do trabalho agrícola e por extensão dos africanos de origem moçambicana, angolana ou cabo-verdiana, reproduz as relações inter-étnicas de poder.
- Uma lógica da afirmação da masculinidade que, apoiada na poliginia e no papel reproductor da mulher, reproduz as relações sexuais de poder.

Todas estas lógicas podem ser também interpretadas como representações simbólicas das relações identitárias que os são-tomenses de Portugal mantêm com os de STP, através da cultura.

Isto é, o são-tomense solidário é questionado não só pela sua reprodução de relações sociais desiguais, mas também pela representação simbólica de um são-tomense colectivo submetido - o de STP - por um modelo de relação obrigada que nega a possibilidade de incluir um são-tomense individual - o de Portugal - subtraído a essa dinâmica.

Assim explica Enrique a tentativa de se diferenciar e a oposição que suscita, apoiando-se no caso dos emigrantes:

Mas aqui, os quadros que estão aqui, podem dar um grande contributo, mas é preciso que em São Tomé criem um espaço para tal. Tem ... quer dizer, nós quere-

mos, mas como? O grande problema é este. E quer dizer, e é por isso com criação de ... com a sociedade civil organizada, que é uma das coisas que nós pensamos que é possível, seja das associações ou grupo de pessoas organizadas que é para fazer valer também a sua voz, porque nós também somos parte daquele país. Porque quando uma pessoa sai de São Tomé e Príncipe para Portugal, seja quadro ou não só, é visto por muita gente que aquela pessoa é desertora, que veio embora, não quer saber de nós. Quando um estudante vem também e termina a sua formação, que não regressa, aí também é visto como um desertor, percebe?. E essa mentalidade prevalece na cabeça de muitos dirigentes, com responsabilidade em São Tomé. E temos que os tocar e eu ainda não vi nenhum sinal do governo são-tomense de dizer "Sim senhor, vocês estão aqui, vocês são quadros, nós queremos dialogar abertamente convosco e num enquadramento institucional o que é que vocês realmente podem dar do vosso contributo naquele país". Pelo contrário, você se vai para São Tomé passar férias muita gente fica preocupado "Quando é que você volta? Quando é que você volta?. Eu muitas das vezes interrogo-me "Eu estou na minha terra São Tomé e Príncipe, porque é que vocês têm assim tanta pressa de perguntar quando é que eu volto? Vocês não me querem aqui?". Porque há sempre algum receio, percebe? E eles muitas vezes quando a gente chega lá, dizem "Fulano já chegou e tal, mas eles perguntam mas seria para ficar?". Quer dizer, eu considero uma pergunta dessas quase hipócrita, porque para ficar, ficar, ficar mesmo eles não gosta, porque parece que a pessoa irá lá fazer-lhe alguma sombra, não é?. E é por isso, eu penso que a sociedade civil organizada, por via das associações ou grupos ou quê, fazer o governo de São Tomé, sobretudo a instância que nós não somos contra nada. Pelo contrário, nós queremos um espaço, claro, que diz "Vossa participação pode ser aqui, pode ser aqui, pode ser aqui, não é?", alguns incentivos e alguns hostilizados, quer dizer, quase que "Ouve, vocês estão lá, estão lá".

O são-tomense patriarca redistribuidor é posto em causa não só pela negação do

Estado de Direito e o sentido das instituições a ele ligadas, mas também porque representa simbolicamente a reprodução de um são-tomense submetido às relações clientelistas, negando a opção de uma diferenciação baseada noutros critérios alheios à lógica patrão-cliente, como são os da igualdade.

Vários são-tomenses salientam estes aspectos ligados a factores associados como a mentalidade.

Rui:

Agora depois destes quinze anos que estivemos sob um poder único, que é o MLSTP, toda a mudança para serem mais partidos o que é que acontece? O que a gente vê as pessoas que estão (...) -de São Tomé e Príncipe foram as mesmas pessoas que estiveram quinze anos no poder. E, para mim, eu acho que é um bocado difícil de um dia para o outro mudar de mentalidade. E isso realmente, possibilidade para a gente melhorar mesmo São Tomé e Príncipe, primeira coisa é a mudança de mentalidade dos homens são-tomenses. Ahaaa, porque criou-se nessa sociedade grupos que têm acesso a tudo e estes grupos mandam e desmandam. E (...) em São Tomé e Príncipe quem vai ao poder. Porque em São Tomé e Príncipe é assim: para se viver lá mais ou menos melhor tem que se estar na política. E para esse mesmo grupo é que sai um, entra outro, é um ciclo. Enquanto não se quebrar com esse ciclo, a possibilidade de São Tomé e Príncipe para mudar é um bocado difícil. Mas, como eu continuo a dizer, a possibilidade que São Tomé e Príncipe tem para mudar, mas tudo depende dos homens, esses homens, que, eu digo recursos humanos, e que esses homens de formação ... Porque, pronto, a maior riqueza que um país pode ter são os homens formados, que consegue transformar. Mas, e abstraindo realmente desses grupos, porque são grupos que estão instalados na sociedade que eles é que têm possibilidade para tudo: é o poder económico, é o poder político, com essa liberalização que houve.

João:

Não, são sempre as mesmas pessoas. Ou seja, o que é que acontece? Em ST há

famílias, não é? como há em todos os sítios. Os que ocuparam os cargos de dirigente em ST em 75, foram rodando. Mas foram rodando como? Entre família e amigos. Se reparar bem, veio o (...) e os que têm (...) como nome hereditário e hoje está o (...) que é (...) também; ou seja que são, que é o mesmo gueto que auto-protege. O (...) também é do mesmo grupo. E eles protegem entre eles, até hoje. E não, não abrem para que possa haver outras alternativas no país, cancelam. Eu acho que isso é grave. As pessoas devem ... a política deve ser aberta.

Manuel:

Não, quando eu digo os quadros são aqueles com quem nós mais falamos. Não são todos os quadros. Porque, como disse inicialmente, os quadros por exemplo nossos colegas que estão em ST, que por uma razão ou outra ocupam os cargos políticos em ST a visão continua a ser a de 75, que é aquela visão fechada. É separar para reinar o mais tempo possível... E essa visão é que é mau. O que nós temos que fazer e eu ... já, já, já, agora, o que nós temos que fazer é tentar ao máximo que os quadros com bons princípios não se percam, não entrem, não façam parte desse mesmo grupo. Porque é assim, mas eles entram naquele grupo e já não querem sair mais. Então a solução é puxá-lo ao máximo possível dessa visão fechada da política em ST, tirá-los desse grupo e deixá-los com uma visão aberta. Ou seja, e essas pessoas como eu dizia, existem em ST, são quadros que estão em ST. Também existem no estrangeiro e é preciso darmos condições mínimas, não é? e orientá-los para que as coisas possam ser feitas. Porque de resto não. De resto é a visão total, total como em 75 (risos). E é muito complicado.

O são-tomense dependente do capitalista estrangeiro é discutido não só por impossibilitar a iniciativa privada mas porque representa no plano simbólico a reprodução da associação do poder local com o estrangeiro, negando a possibilidade de uma tensão endógena pelo modelo económico.

Diz João:

Se alguém tentar fazer alguma coisa, tra-

balhar, trabalhar a sério terá grandes dificuldades em fazê-lo porque eles ... Tudo passa pelo primeiro-ministro, pela presidência, e isso cria grandes dificuldades. A pessoa tem iniciativa de querer, por exemplo, desenvolver a área em que... Se eu sou Ministro da Saúde, eu tenho um projecto que eu quero levar a cabo. Tenho grandes dificuldades em fazê-lo porque quando os projectos que estiverem em determinada fase eu terei dificuldade em continuá-los. Porque essas pessoas não deixam que as coisas continuem. Quer dizer, são coisas como essas é que... E eu acho que as Nações Unidas ou as instituições internacionais que queiram ajudar ST, na minha maneira de ver, deviam apostar em pessoas. Por exemplo, imaginemos que haja um indivíduo em França ou Inglaterra, que seja um indivíduo, um são-tomense que tivesse um projecto viável, que fosse, que ele apresentasse o projecto e que eles vissem que o projecto fosse um projecto que tivesse pernas para andar, apostassem nessas pessoas. E porquê? Porque se tu chegas a ST com um projecto, se não tiveres dinheiro mesmo que o projecto seja mais bonito o melhor do mundo, que até traz, até leva para o país benefícios grandes em termos de desenvolvimento do país, eles não... Primeiro eles pensam neles, dizem assim "Esse projecto é bom... mas eu também tenho que pertencer, o meu nome tem que constar nesse projecto". Os dirigentes dizem "Olha, o projecto é ótimo e tal, mas se esse, se vocês querem que esse projecto ande, eu tenho que... eu tenho que fazer parte do projecto. Obrigatoriamente, senão o projecto não terá perna para andar". Isso é uma das coisas que limita o desenvolvimento da situação de STP. Ah! O que eu acho é que alguém, se tiver um projecto bom, apresenta aqui na Comunidade Europeia ou onde quer que seja... As pessoas fazem uma avaliação do projecto e vêm que o projecto é viável, através mesmo da Comunidade Europeia, com alguém da CE ou das Nações Unidas ou de quem quer que seja, acompanhasse directamente isto mas pessoalmente ou um grupo de pessoas que quisesse fazer coisas dessas. Isto era um mecanismo para o desenvolvimento. Porque, eu tenho exemplo de um colega. Quis colocar no país uma empre-

sa lá, no meu país. Mas ele simplesmente foi criado dificuldades mas grandes dificuldades em colocar essas empresas em esse projecto em coiso. E não conseguiu colocar até hoje e já vai mais de cinco, seis ou sete anos que ele anda a tentar ver se consegue levar o projecto a coiso. Mas não consegue porque os dirigentes não estão dispostos, eles não estão dispostos que apareça alguém.

Observe-se a associação do investidor com a cooperação nesta declaração de Ismael:

E depois há um ponto que eu acho fulcral é tentar levar a mensagem aos investidores em ST, investidores, aos doadores, aos cooperantes em ST: que cooperar com ST não é cooperar com a, b ou c, não é cooperar com o ministro. Porque o que acontece hoje é que a cooperação é mais de ... para resolver problemas de pessoas que estão em ST, de uma ou outra pessoa. Não. Nós temos que levar a mensagem, temos que conseguir o contacto que for possível, desde o exterior. Todo e qualquer apoio que não seja em benefício concreto do povo de STP. Porque é assim a dívida fica, não é? a dívida fica para STP e o benefício fica com uma ou duas pessoas e isso é o que tem acontecido. E nós próprios em ST temos feito com que isso aconteça. E isso não pode ser. Então também é assim: nós temos que saber negociar para o bem de STP. E nós cá podemos contribuir, cá em Portugal, Europa, nos EU, em França e isso tudo, não é?. Temos que começar a exercer influência suficiente junto a instituições para que a cooperação seja feita com base no desenvolvimento de STP e não no desenvolvimento de uma ou outra pessoa. O projecto é para ser cumprido e não para ser alterado em função de a, b, c que eventualmente esteja em ST.

O são-tomense forro, urbano e burocrata, é interdito não só por reproduzir as velhas relações interétnicas impedindo o desenvolvimento mas por representar simbolicamente a negação de uma identidade colectiva baseada no "melting pot" , que supere o conflito escravagista.

Estas são duas declarações que expressam bem este ponto, a primeira de António e a segunda de Rosa:

Eu quando tinha aí os meus 7, 10 anos falava com muita gente, e diziam-me sempre que os são-tomenses não são escravos. E se reparar bem hoje em ST o forro, o homem são-tomense, forro, continua em guerra... em guerra entre aspás, com o trabalho agrícola. Eles não querem fazer o trabalho agrícola. Porque eles acham que o trabalho agrícola é feito por cabo-verdianos, por angolanos, por aí fora. São as pessoas que vieram e que (...) para ST, para fazer esse tipo de trabalho, como escravos. Ao passo que os são-tomenses viviam nas cidades, nas ruas e chegavam ao fim de semana e vestiam o seu fato e iam para as festas e dançavam e por aí fora, não é? E realmente como rentabilizar esse homem, 'tá a ver. Ou seja, onde é que eles realmente podem valer mais? Ou seja, ou mesmo como levá-los a fazer trabalho agrícola através de outra forma? Ou seja, que tipo de trabalho, como organizar? E preciso conhecer bem o homem são-tomense para que se consigam fazer. O grande problema da independência, por exemplo, foi que nós em 75 saíram de lá quase todos, cabo-verdianos, angolanos e por aí fora. O que é que acontece? A agricultura baixou automaticamente! Porque os homens são-tomenses não foram trabalhar. Eles continuaram nos escritórios, na administração, não é?, que não gera riqueza quase nenhum.

Rosa:

É muito geral em África e em ST é muito mais característico. Porque nós ...

Mas isso explica-se pela História, por que é assim: nós antigamente, época colonial nós éramos uns escravos, digamos aqueles escravos privilegiados. Porquê? Porque nas nossas terras só trabalharam basicamente moçambicanos, angolanos e cabo-verdianos. Nós não trabalhávamos. Nós éramos mais aqueles trabalhos leves, tomar conta dos colonos e não sei quê e 'tar ali sentadinhos e tal, e mandávamos escravos de outros outras terras. E então isso continuou anos e anos, décadas e décadas e milhares e milhares não, são quinhentos anos. E então deu nisso. Hoje ninguém quer trabalhar. Nós temos uma terra extremamente fértil e na agricultura aquilo é péssimo. A produção do cacau que é a matéria-prima que nós temos,

mais em quantidade, digamos. E o nosso cacau é muito bom. Ninguém quer produzir, ninguém quer trabalhar nas roças, ninguém quer trabalhar na agricultura. O café que é excepcional, o nosso café, ninguém quer também trabalhar. Toda a gente quer é trabalhar nos escritórios ou então 'tar na função pública, estar em cargos, digamos, que se possa fazer o menos possível.

O são-tomense masculino, polígínico e procriador, é avaliado não só pela reivindicação de uma sexualidade igualitária mas pela representação simbólica da negação da independência e participação das mulheres em todos os âmbitos.

Vejam as duas referências, a primeira de Candelaria, mais directa e simples, e a segunda de Ana, que expõe como o homem são-tomense expressa através das letras da música como deseja que a mulher seja e como a mulher são-tomense vê o homem :

Uma vez participei em 98, houve um fórum da reconstrução nacional, fui convidada como diáspora para ir para ST. O governo pagou-me tudo para ir, pagou-me as passagens, deu-me dinheiro para viver lá e pagou-me o hotel só para 'tar com a minha família. E, então, quando me deram palavra para eu falar houve um colega que disse-me assim: "Ah, mas tu aqui não tens hipóteses, porque tu o teu lugar é em casa, ter filhos e cuidar do marido e não sei quê". E era uma pessoa licenciada.

Diz Ana:

As músicas dizem que confiaram nela e ela não soube, não soube aproveitar essa confiança, que abandonaram, depois abandonaram, não é? As músicas dizem mais. As músicas dizem que tiveram pouca sorte porque foram casar ... inocentemente casaram com uma mulher que não sabia cozinhar, que não sabia lavar, que não sabia fazer nada, não sabia nada e ele também teve que abandonar. As músicas falam de muita coisa. Já não sei bem. Falam da mulher, o que é que a mulher pensa da outra mulher. Falam muito nisso, na outra mulher. Que a mulher a lamentar-se porque a outra mulher está a ganhar espaço, está a ganhar terreno em

relação a ela. Agora as músicas falam muito que as mulheres que não vale a pena as mulheres aborrecerem os maridos, só têm que tratar bem é a única. As músicas dizem que a única maneira de uma mulher conseguir o marido, não é a lhe chatear, é a tratar-lhe bem. Se ele chega tarde põe a gravata, vai por a comida na mesa, se ele traz os amigos, levanta-te vai cozinhar, se ele vier cansado faz-lhe uma festinha. Não é guerreando que tu vais conseguir nada. No fundo os homens querem que as mulheres posicionem dessa maneira, é a melhor maneira que eles ficam melhores. Mas nem por isso quer dizer que eles fiquem só com esta mulher. O homem são-tomense gosta de ter mais do que uma mulher. E eles tentam chamar a atenção que a mulher moderna não tem... a mulher moderna não consegue fazer um lar de filhos convém ser a mulher tradicional. É isso.

E eles também não falam muito na nova geração de mulheres que vai havendo em ST. Eles nunca referem isso, nunca ... Já começam a falar nas mulheres que vêm de fora, já começam. Há uma música ou outra: que vem com o cabelo liso, as unhas pintadas, que a mulher que eles conheceram antes de para o exterior já não é a mesma da mulher que regressou. Já começa a haver esse tipo de ...(...)

As mulheres criticam... as mulheres criticam mas gostam dos homens de ST. As mulheres criticam, as mulheres já não estão muito dispostas a ter homens passivos. As mulheres também já ambicionam um certo status na sociedade. As mulheres querem um homem que seja activo, que seja presente na sociedade, um homem que não esteja agarrado à bebida. Esse tipo de homem as mulheres já não querem. As mulheres já não querem esse tipo de homens. As mulheres querem homens finos, finos (risos). As mulheres criticam, começam um pouco a criticar mas no fundo não conseguem combater. Mesmo as mulheres mais sobressaídas na sociedade são-tomense ainda não conseguiram fazer o que elas querem dos homens. Até agora não conheço nenhuma que consiga que o homem esteja bastante presente em casa, que não tenha uma amante, que a trate bem. Muito pelo contrário, por vezes

eu acho que são as mulheres, às vezes, com o maior status que às vezes são um pouco mal tratadas pelos homens. Os homens sentem uma certa rivalidade com uma mulher que tenha um curso, tem uma certa rivalidade. E é isso que as mulheres criticam. Porque as mulheres já estão a querer homens que sejam um pouco mais parecidos com os homens europeus, um pouco mais. Já não querem aquele homem de que as mães tiveram. Já não querem isso. Querem homens que responsabilizem-se pela casa ...

Todas as anteriores tensões simbólicas representam o conflito existente dos são-tomenses que continuam a sentir-se parte de STP, mas que percebem que só lhes é permitido participar se aceitarem todas as relações desiguais de poder e o modelo de cultura associada.

A mudança rumo ao desenvolvimento humano de STP parece exigir um exercício de modificação, pelo menos parcial, em direcção a uma lógica cultural mais aberta à diversidade interna e dirigida para a integração.

A emigração de são-tomenses não é propriamente uma novidade dos nossos tempos. A sociedade foi sempre marcada por familiares que se deslocam para o exterior para estudar ou para buscar melhoria das suas condições de vida. STP tem no exterior do país uma parte significativa dos seus filhos sem que haja até ao presente uma clara percepção desta realidade. Aqueles que por diversas razões se vêm forçados a emigrar, estão completamente entregues à sua sorte. Não houve até ao presente um levantamento detalhado que permita definir em que países estão concentradas as maiores comunidades são-tomenses no exterior, assim como a caracterização de quem emigra e porquê.

Constatações

O estudo anteriormente exposto assenta numa amostra que se espera representativa da comunidade são-tomense em Portugal, composta por dois grupos a saber: o dos profissionais qualificados e o dos estudantes, que são posteriormente desagregados por sexo. A definição da amostra obedeceu à preocupação de se

identificar agentes e factores que pudessem contribuir para facilitar a realização das mudanças sociais que se preconizam no âmbito do desenvolvimento humano do país. Na falta de estudos ou dados estatísticos que indiquem de forma precisa quantos e que emigrantes existem, foi feito o necessário para definir o perfil dos inquiridos constatando-se que:

- Os profissionais qualificados homens são mais velhos do que os profissionais mulheres e que cerca de 60% dos PH têm mais de 40 anos, enquanto que nenhuma PM supera essa idade;
- No caso dos estudantes confirma-se que a idade das mulheres estudantes é menor que a dos homens. Todas elas têm menos de 30 anos, enquanto que nos EUH essa franja cobre 64,7% dos inquiridos.

Isto terá por certo que ver com o facto de ser muito mais fácil à mulher emigrar enquanto não constituir a sua própria família. Na falta de estudos mais exaustivos deve-se entender tais resultados como reflectindo uma tendência que se enquadra perfeitamente nos hábitos culturais são-tomenses, que deixa às mulheres muito menos liberdade e iniciativa após assumirem compromissos familiares. Do inquérito constata-se que mais de 80% das EUM são solteiras, embora 9% assinalem estarem unidas por união de facto. Há que salientar que as EUM constituem o único subgrupo disponível a 100% para colaborar na realização de actividades em STP e a 90% em Portugal.

Outros resultados permitem caracterizar melhor o subgrupo:

- Sendo 72,7% das EUM que consideram os empresários nacionais como os agentes mais relevantes para o futuro de STP e destacam, por outro lado e em primeiro lugar, a redução da dívida externa, como sendo o facto económico de máxima importância para o futuro, apreciação na qual não são acompanhadas por nenhum outro subgrupo;
- Relativamente aos factores sociais de máxima importância para mudar a qualidade de vida dos são-tomenses o subgrupo à semelhança dos outros apontam as infraestruturas públicas, o controlo do paludismo e um sistema educativo

eficaz. Na lógica das respostas anteriores as EUM responderam positivamente ao regresso definitivo, sendo o subgrupo que apresenta os prazos mais curtos para a concretização do regresso, mostrando claramente que a sua permanência em Portugal se deve aos estudos que desenvolvem. Apresentam, no entanto, muitas dúvidas sobre o futuro de STP e como principal problema para o regresso motivos profissionais. Constata-se para além disso, que EUM vão mais vezes de visita à STP que os seus colegas masculinos e que os seus contactos em Portugal são essencialmente na base da amizade e das relações familiares, sendo diminuta a sua participação em associações;

Prosseguindo a análise das respostas dos estudantes, constatamos que os EUH estão a 100% disponíveis para participar em actividades com são-tomenses em Portugal. Quando a actividade se desenvolve em STP tal disponibilidade cai para menos de 30%. Também este subgrupo tem mais de 80% de solteiros sendo apenas de 5,8% os casados. Há que assinalar que 100% dos inquiridos têm cônjuges de origem são-tomense:

- Ao serem analisados os agentes mais relevantes para o futuro de STP, os EUH dão maior peso aos cidadãos e ao Governo. Do mesmo modo, dentre os factores políticos valorizados com a máxima importância, o subgrupo coloca, em primeiro lugar, a honestidade no exercício dos cargos públicos e em segundo lugar a reorganização do aparelho de Estado. No que respeita aos factores económicos de máxima importância este subgrupo aponta, em primeiro lugar, o desenvolvimento do turismo e em seguida a diversificação das exportações e a atracção do investimento estrangeiro.
- Quando a questão é determinar os factores de máxima importância para a melhoria das condições de vida dos são-tomenses, os EUH, à semelhança das suas colegas, destacam a melhoria das infraestruturas públicas, o controlo do paludismo e um sistema educativo eficaz.
- No que respeita aos contactos com o país os EUH nunca ou raramente viajam

para STP. Responderam positivamente a um possível regresso definitivo, mas têm muitas dúvidas em relação ao futuro do país e encaram o regresso, mais a médio e longo prazos. Como problema fundamental que dificulta o seu regresso levantam a falta de confiança no futuro de STP, seguindo-se a falta de meios económicos. Relativamente aos contactos com são-tomenses eles são essencialmente na base da amizade e das relações familiares, sendo diminuta tanto a participação nas relações de vizinhança, como em associações.

Passando à análise das respostas dos profissionais qualificados necessário se torna caracterizarmos um pouco melhor o grupo lembrando-nos que 68,7% dos profissionais qualificados são licenciados e que só 6,2% têm mestrado. Os PH são mais qualificados no conjunto do que as PM. Entre os que têm estudos universitários concluídos há mais mulheres que homens com carreira de três anos (38,4% e 15,7% respectivamente) e nenhuma tem o grau de mestre. Para além disso, entre os profissionais qualificados os homens casam-se muito mais do que as mulheres. Em qualquer dos casos os cônjuges são em 100% e em 86% de nacionalidade são-tomense, para as PM e PH respectivamente:

- Interpelados sobre os agentes mais relevantes para o futuro de STP os PH identificaram, em primeiro lugar, os cidadãos em geral, seguindo-se-lhes o Governo e os investidores estrangeiros. A visão que tanto as PM, como PH têm do futuro é de pouca esperança quanto às possibilidades de melhorar a situação económica e social que eles classificam de difícil ou muito difícil. Quanto aos factores políticos considerados de máxima importância para o futuro de STP, tanto os PH, como as PM colocam, em primeiro lugar, a honestidade no exercício de cargos públicos, apontando a seguir a estabilidade política e a confiança nas instituições públicas. A reorganização do aparelho do Estado vem a seguir.
- Quando se passa aos factores económicos com a máxima importância para o futuro os PH identificam dois factores com peso relativo semelhante, o desenvolvimento do turismo e a atracção do

investimento estrangeiro, seguindo-se-lhe outros dois factores com peso relativo equiparado, a diversificação das exportações e o aumento da cooperação internacional. Só depois disso é que vem a captação das poupanças dos emigrantes. A postura das PM é diferente. Se é verdade que atribuem o primeiro lugar com peso equiparado ao desenvolvimento do turismo e à atracção do investimento estrangeiro, os factores seguintes são a exploração do petróleo e a diversificação das exportações. Seguem-se com peso relativo equiparado a criação de um sector empresarial forte e a redução da dívida externa.

Ao apreciarmos os factores sociais que podem determinar uma melhor qualidade de vida dos são-tomenses constatamos que:

- As posições dos PH e PM são coincidentes ao identificarem o controlo do paludismo, as infraestruturas públicas e um sistema educativo eficaz. Há, no entanto, a assinalar que o peso da expressão feminina é inferior em qualquer dos resultados;
- Os dois factores seguintes diferem em função do sexo. Enquanto que as PM identificam com peso equiparado as condições de habitação e o comportamento leve-leve, os seus colegas apontam a oferta cultural, para além do comportamento leve-leve;

Quando o tema é o regresso definitivo há alguma diferença de posicionamento entre os sexos:

- Os PH apontam com peso relativo equivalente a opção de regresso a médio e longo prazos, vindo a seguir, com menor peso a possibilidade de regresso após a reforma. As PM optam claramente pelo regresso a longo prazo e deixam para segundo plano a possibilidade de médio prazo, com o mesmo peso relativo que as imensas incertezas associadas ao regresso. Ainda no quadro dos problemas ligados ao regresso todos os PH apontam a ausência de meios económicos seguindo-se-lhes a falta de confiança no futuro de STP. As PM indicam duas outras causas com peso equiparado à falta de confiança no futuro de STP, ou seja a ausência de meios económicos e motivos familiares. Ao

analisarmos o tipo de contacto entre os são-tomenses também se notam diferenças. Os PH optam em mais de 80% pelos contactos de amizade relegando para segundo e terceiros planos respectivamente, o relacionamento familiar e a participação em associações. Pelo seu lado, as PM apontam em mais de 70% e em primeiro lugar razões familiares, seguindo-se-lhe a amizade, ficando em terceiro lugar e sendo de peso quase negligenciável a participação em associações;

- Quando se analisa a possibilidade de colaboração em Portugal e em STP surgem pequenas diferenças, embora a tendência seja a mesma ou seja mais de 90% para as actividades em Portugal, mas um pouco mais de 50% e de 30%, respectivamente para os PH e PM em STP. Por fim, três temas, embora com pesos relativos diferentes retêm a atenção dos profissionais qualificados, para possível participação em STP: o ensino, os debates e os encontros e actividades liberais.

Conclusões:

Ao apreciarmos os agentes e os factos que os são-tomenses da diáspora consideram importantes para as mudanças sociais visando o DH, somos tentados a fazer uma análise comparativa no seio do mesmo grupo e entre os grupos (Estudantes e Profissionais) em função do sexo.

Começando pelos estudantes somos levados a concluir que:

- Há um maior empenho, sentido profissional e mais rápido fim do curso da parte das EUM que os seus colegas masculinos;
- As EUM contactam de forma mais regular o país e estão mais sensíveis à realidade que aí se vive, predispondo-se mais facilmente a contribuir para o processo de mudanças;
- Os EUH têm uma visão política mais profunda da realidade que as suas colegas mulheres e identificaram os cidadãos em geral e o Governo como agentes cujo contributo poderá determinar as mudanças sociais de que o país necessita;
- A maior lucidez na análise política levá-lhes a estabelecerem, de forma largamente maioritária (mais de 70%), como

factor político prioritário para as mudanças sociais a honestidade no exercício de cargos públicos, seguindo-se-lhe a necessidade de se empreender a reorganização do aparelho do Estado e a restauração da confiança dos cidadãos nas instituições públicas. As EUM dão menos peso à honestidade no exercício de cargos públicos, embora continue a ser a primeira opção e apontam a estabilidade política, seguida da reorganização do aparelho de Estado.

Pode-se dizer que os homens são mais propensos a que se realizem reformas estruturais do que as suas colegas mulheres;

- Quando se passa às questões económicas nota-se que as escolhas anteriormente indicadas, estão coerentes com as opções neste domínio. Com efeito, os EUH têm como factores económicos da máxima importância para o futuro, o desenvolvimento do turismo, a diversificação das exportações e a atracção ao investimento estrangeiro, o que implica reformas estruturais de modo a criar o ambiente favorável a tais iniciativas. As EUM optam pela redução da dívida externa, a criação de um empresariado nacional forte e a diversificação das exportações, o que se articula com o esforço tendente ao saneamento da economia, a criação da estabilidade interna e o reforço da iniciativa e intervenção dos nacionais;
- Quando se passa à discussão das condições de regresso definitivo, qualquer dos grupos se exprime positivamente, mas os EUH exprimem uma grande falta de confiança no futuro de STP. As EUM indicam razões profissionais como obstáculo maior, enquanto que os seus colegas homens apontam como segunda razão, a falta de meios económicos para assegurar o regresso;
- Não surpreende pois, que as EUM estejam 90% disponíveis para participar em actividades que se desenvolvam em Portugal, mas 100% para as que realizem em STP, enquanto que os EUH têm inversamente 100% de disponibilidade para as actividades em Portugal, mas apenas 30% para em STP. Estas opções traçam uma diferença de fundo nas opções de cada um dos subgrupos, num dos casos (EUM) há uma aposta em

contribuir para o processo de mudança e tudo o que isso implica, no outro (EUH) há uma atitude mais cautelosa de esperar para ver.

De notar que só os estudantes se propõem voltar a curto prazo e neste aspecto os prazos que as EUM vislumbram são mais curtos que os dos seus colegas.

- Sendo os contactos entre são-tomenses, para qualquer dos subgrupos feitos na base da amizade e do relacionamento familiar, fica em aberto a possibilidade de se aproveitar a disponibilidade dos estudantes para participarem tanto em STP, como em Portugal em áreas específicas como: manifestações culturais e associações são-tomenses, assim como em STP no turismo, ensino, sendo os debates e os encontros opção tanto em STP, como em Portugal.

Se pretendermos fazer uma análise semelhante em relação aos profissionais qualificados devemos antes de mais caracterizar melhor o grupo, ou seja referir que 68,7% são licenciados e só 6,2% têm mestrado, mais concretamente e por sexo temos que:

- Os PH são no conjunto mais qualificados que as PM e também se casam mais que as suas colegas (52,7% e 30,7%) respectivamente. Em qualquer dos casos os cônjuges são de nacionalidade são-tomense (100% para as PM e 86% para PH, respectivamente); A visão que tanto os PM, como os PH têm do futuro do país é de pouca esperança quanto a possibilidade de melhorar a situação económica e social que eles classificam de difícil ou muito difícil;
- Interpelados sobre os agentes mais relevantes para o futuro de STP os PH acham que cabe em primeiro lugar aos cidadãos em geral, em seguida ao Governo e aos investidores estrangeiros contribuam para as mudanças sociais de que o país necessita.

Isto mostra até que ponto foi interiorizado pelos inquiridos que as mudanças sociais se devem fazer enriquecendo cada vez mais o processo democrático, por um lado e por outro, preservando a livre iniciativa;

- Quanto aos factores políticos considerados de máxima importância para o futu-

ro de STP, tanto os PH, como as PM colocam em primeiro lugar a honestidade no exercício dos cargos públicos, apontando a seguir a estabilidade política e a confiança nas instituições públicas. A reorganização do aparelho do Estado vem a seguir com maior peso atribuído pelos PH.

Mais uma vez, as possibilidades de mudanças que assegurem o DH só podem ocorrer em condições políticas muito claramente definidas pelos inquiridos, como sejam a honestidade no exercício dos cargos públicos, a estabilidade política, a confiança nas instituições públicas e a coragem necessária para levar a cabo a reorganização do aparelho de Estado;

- Os PH vêem as questões económicas de forma diferente das suas colegas. Eles identificam o desenvolvimento do turismo e a atracção do investimento estrangeiro, como os factores de máxima importância para o futuro de STP, seguindo-se-lhes a diversificação das exportações e o aumento da cooperação internacional.

Mostram assim que a recuperação económica deve contar essencialmente com apoio e actividades viradas para o exterior. As PM têm uma visão um pouco diferente, embora identifiquem as mesmas acções como prioritárias, acabam por dar relevo à criação de um empresariado nacional forte e à redução da dívida externa, o que mostra uma grande preocupação com o saneamento da economia e a aposta nas forças internas como forma de vencer as dificuldades;

- Na área social os dois subgrupos atribuem a máxima importância ao controlo do paludismo, às infraestruturas públicas e um sistema educativo eficaz, como forma de assegurar melhorias nas condições de vida dos são-tomenses. Prosseguindo com a identificação de outros factos sociais que podem contribuir para o bem estar dos são-tomenses, tanto os PH, como as PM apontam a necessidade de mudança do comportamento leve-leve. As PM dão mais importância às condições de habitação, enquanto que os PH atribuem maior peso à oferta cultural;
- Quando o tema é o regresso definitivo,

tanto as PM como os PH apostam no regresso numa perspectiva de médio e longo prazos agravado, no caso das PM, pelas enormes incertezas associadas ao regresso;

- Quando se trate de problemas associados ao regresso os PH apontam a ausência de meios económicos, seguindo-se-lhe a falta de confiança no futuro de STP, coincidindo neste aspecto com o principal problema identificado pelas PM a que se seguem os motivos familiares;
- Analisando a possibilidade de participa-

ção em Portugal ou STP nota-se a tendência para a diminuição da disponibilidade quando a actividade se desenvolve em STP. De uma disponibilidade superior a 90% para colaborar em Portugal passa-se a pouco mais de 50% e 30%, respectivamente para os PH e para as PM em STP. Por fim, três temas, embora com peso relativo diferente retêm a atenção dos profissionais qualificados, como possíveis actividades em STP: o ensino, os debates e os encontros e as actividades liberais.

CAPÍTULO VII

Em jeito de reflexão: propostas de mudanças rumo ao desenvolvimento

S. Tomé e Príncipe (STP) é um país jovem, emergente, independente apenas a um quarto de século em condições de precariedade política e económica. A relativa acalmia de centenas de anos vê-se alterada de forma irremediável por factores fundamentalmente exógenos. Não só o passado português afecta a sua evolução, mas também o processo de globalização em curso que se vai intercalando independentemente da sua vontade. Se difícil resultaria para qualquer país abstrair-se desse processo, muito mais seria para um país tão frágil e dependente do exterior, em especial pela sua economia.

É evidente que STP terá que enfrentar aos desafios gerados pelas incessantes sucessões de mudanças que condicionam a sua participação na esfera internacional e a dinâmica da sua própria sociedade. O desafio central é assumir que o destino de grande parte dos acontecimentos é da responsabilidade dos actores implicados. Em definitivo é aos santomenses que corresponde decidir para onde dirigir os seus esforços. A comunidade internacional em geral e o PNUD em particular podem proporcionar opções, apoiar iniciativas, sugerir os melhores caminhos, mitigar a fragilidade de um pequeno Estado incipiente, proporcionar a visibilidade das vantagens comparativas. Mas, sempre a palavra deve ser dada em primeiro lugar aos potenciais beneficiários e ninguém pode substituir a sua vontade nem as suas aspirações. Desta convicção surge o desenvolvimento humano e, por conseguinte, deveriam estar sempre presente nas intervenções relativas a mudanças.

O êxito das aspirações guarda estreita

relação com as condições de partida e com os meios disponíveis para alcança-las.

No que respeito as condições temos que destacar que STP é um país com um alto grau de segurança, de paz e, portanto, é um lugar onde é factível reflectir em voz alta sobre os problemas e as possibilidades de escolha.

O seu nível de DH em comparação com o resto dos países do mundo, situa-o no nível médio, com índices de educação e esperança de vida consideravelmente altos, sobre tudo se se estabelecer a relação com outros países sub-saharianos. Entretanto a sua posição económica, começando pelo PIB é muito pior e a sua vulnerabilidade é muito alta, dependendo quase exclusivamente da cooperação internacional. Em pior situação estaria nos principais indicadores se a comparação é feita com países insulares de população similar. Esta deficiência é fruto de uma fragilidade institucional visível e com apreciáveis inquietudes em género e regionais, que desvirtuam os níveis de DH globais. Para além disso, enquanto a extrema pobreza é mitigada com a ajuda da cooperação internacional, aumenta a pobreza no seu conjunto agravada pela crise económica. O frisado anteriormente parece que está afectado consideravelmente por uma cultura baseada num padrão histórico de longa duração ligado ao sistema das roças, que não facilita mudanças favoráveis para o santomense comum e, em especial, para os sectores mais desfavorecidos. Mas este modelo cada vez está mais contestado pelo desejo de pelo menos uma parte dos santomenses

e pela tendência internacional que afectam o país, abrindo-se serias opções para uma revisão de fundo e uma posterior reconfiguração.

Considerando a situação actual, as aspirações e as mudanças em curso, mas com a perspectiva de um desenvolvimento humano equilibrado e sustentável, isto é, em grandes traços, a nossa referência inicial sobre a foram construídas as propostas que se apresentam a continuação:

1. Os fossos do desenvolvimento humano sustentável ligado à mulheres e as regiões podem reduzir-se se actuarmos prioritariamente sobre as capacidades e oportunidades das mulheres. Para isto, é fundamental reforçar as redes e as associações de mulheres ou aquelas vocacionadas para seu apoio, facilitar o acesso das mulheres aos serviços financeiros e a criação de empresas, e elevar a sua educação escolar até aos limites atingidos já pelos homens.
2. Os recursos humanos são essenciais para o desenvolvimento de qualquer país. STP não é uma excepção e precisa de realizar um investimento considerável para melhorar a sua formação e adaptá-la as necessidades do país. Criar um fundo de competitividade para o desenvolvimento dos recursos humanos e um programa de educação tecnológica e humanista são os objectivos mínimos para o início desta caminhada, oferecendo desta forma alternativas sugestivas aos jovens, as mulheres e aos empresários.
3. O futuro de STP não deveria limitar-se as realizações dos actuais residentes. Muitos santomenses encontram-se longe do seu país, mas desejariam e poderiam contribuir para o desenvolvimento do país se o mesmo estivesse dotado de condições mínimas de confiança. É necessário criar espaços de dialogo para que isto seja possível, tanto pela via política oficial, como pela via da sociedade civil. Uma boa estratégia de participação nos projectos de desenvolvimento humano conjunto, independentemente da sua residência, seria muito vantajoso tanto para os objectivos ad hoc como para fortalecer o sentido colectivo e reconstruir uma identidade integradora e respeitadora da diversidade

de interna.

4. A cooperação internacional desempenha um papel chave no presente e futuro de STP. Talvez não se tenha dado a devida atenção a importância de se profundar a cultura santomense e facilitar que esta seja impregnada na filosofia do desenvolvimento humano. Algumas pautas culturais ajustam-se mais ao DH e, embora sejam os próprios santomenses os que devem decidir em última instância a criação de condições de reflexão para facilitar o desenvolvimento de determinadas sensibilidades. Têm que ser criados espaços de comunicação física e simbólica, ambientes de discussão, de pensamento, de crítica.
5. O aspecto institucional é necessário e o seu reforço é urgente se se quer dispor das condições mínimas para enfrentar às mudanças em curso e aquelas que ainda estão por vir. Competir internacionalmente, qualquer que seja o âmbito - económico, político ou intelectual - sem instituições que apoiem os actores santomenses será situá-los numa posição desvantajosa partida. Desenvolver o país com critérios de equidade mas sem um sistema ordenado e sustentado pelas instituições parece uma utopia.

Ajustar-se ao que as populações desejam é um bom começo para orientar as mudanças na direcção correcta. Mas para cumprir tais desejos é preciso criar, reforçar e desenvolver todas as capacidades individuais e colectivas. Isto requer desenvolvimento humano, que por sua vez, retroalimenta as capacidades. O sentido da oportunidade também é importante. Uma espera muito prolongada num mundo de mudanças tão rápidas poderá provocar o descontrolo dos recursos próprios. Talvez tenha chegado o momento de reagir com determinação e, unindo todos os esforços possíveis, evitar que isto aconteça.

Sinopsis S.Tomé e Príncipe (STP) é um país jovem, emergente, independente apenas a um quarto de século em condições de precariedade política e económica. A relativa acalmia de centenas de anos vê-se alterada de forma irremediável, tendo que enfrentar os desafios gerados pela incessante sucessão de mudanças que condicionaram a sua participação na esfera inter-

nacional e pela dinâmica da sua própria sociedade.

O desafio central é assumir que o rumo de grande parte dos acontecimentos e da responsabilidade dos santomenses, a quem corresponde decidir para onde dirigir os seus esforços, mas também do resto dos actores implicados na medida em que podem facilitar a STP o cumprimento das suas aspirações.

O presente Relatório de Desenvolvimento Humano pretende abarcar a reflexão sobre o problema das Mudanças num país como STP, partido não só da sua conjuntura política, económica e social, mas também da sua identidade cultural e as opções abertas de reconfiguração para ajustar-se a um mundo globalizado. Parte-se da hipóteses de que a identidade cultural pode desempenhar um valor fundamental de medição para o desenvolvimento humano.

Partindo dos pressupostos anteriores o Relatório tenta:

- 1) Facilitar uma visão da situação do desenvolvimento humano no país, tanto do ponto de vista sincrónico como diacrónico. Isto obriga a uma actualização dos dados e uma análise de como se chegou ao perfil que é apresentado.
- 2) Conhecer e compreender melhor a cultura santomense e as possíveis identidades adequadas a mesma e ao desenvolvimento humano.
- 3) Contribuir com a reflexão sobre a Mudança, a Cultura e o Desenvolvimento Humano, de forma que a sua utilidade teórica possa servir para posteriores investigações em outros países.
- 4) Realizar propostas que unam consensos, tanto no interior de STP como no exterior, em especial dos emigrantes saotomenses.

Anexos Primeira parte: Metodologia

Para realizar o estudo sobre os saotomenses em Portugal considerou-se conveniente chegar a um acordo de colaboração com a principal associação de saotomenses nesse país, Associação da Comunidade de S. Tomé e Príncipe (ACOSP), e operar com o seu apoio. Esta opção foi adoptada por três razões: facilitar o contacto e a

confiança dos saotomenses em Portugal, poder realizar o trabalho de campo num tempo razoavelmente curto - ao dispor dos seus recursos humanos - e abrir o mais breve possível o diálogo para futuras acções conjuntas com saotomenses em STP ou em Portugal.

A população alvo deste trabalho foi estabelecida em STP em função da sua potencialidade para contribuir para a mudança rumo ao desenvolvimento humano, que era o tema principal do Relatório de Desenvolvimento Humano 2000-2001. Essa população foi definida em função da qualificação académica adquirida - um mínimo de uma carreira universitária média ou em vias de obtê-la - e a sua residência em Portugal, país que alberga o grosso da mão de obra qualificada que vive no estrangeiro e que mantém um sistema de bolsas que possibilita a continuidade da realização de estudos universitários a alguns saotomenses. Aos que já finalizaram a sua carreira foram denominados profissionais e aos que estudam para a concluir e chegar a sê-lo, estudantes universitários ou futuros profissionais. Para manter a perspectiva de género tentou-se que todas as pesquisas e dados obtidos estivessem desagregados por sexo. Profissionais e estudantes, homens e mulheres foram assim subgrupos de referência obrigatória em todo o ensaio e objecto de comparações entre si para tentar apreciar correlações positivas ou negativas face aos temas de reflexão. Independentemente do grupo alvo ou de qualquer dos subgrupos anteriores, note-se que o título do trabalho utiliza o conceito "migrantes" e não, "emigrantes" ou "imigrantes".

Metodologicamente é muito importante ressaltar que a visão de uma população é afectada pela perspectiva a partir da qual é observada. É muito distinto contemplá-la desde a terra da qual partiu, isto é, como emigrante, que abordá-la a partir do lugar que a recebeu, quer dizer conceptualizada como imigrante. O migrante é o resultado de ambas as perspectivas e corresponde aos actores sociais reflectir e actuar em função de um ou outro olhar. A primeira etapa do trabalho centrou-se em recompilar a informação disponível sobre os saotomenses em geral residentes em Portugal

e, no suposto de que existisse, sobre os seus estudantes universitários e profissionais em particular. Perante a prática inexistência de bibliografia publicada, a base desta primeira aproximação ao grupo alvo foram os documentos proporcionados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e pela Embaixada de STP em Portugal, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas o Ministério da Administração Interna - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)-e a ACOSP.

Foi evidente desde o primeiro momento a deficiência das poucas estatísticas disponíveis, sem poder assegurar nem o número de estudantes actuais na universidade portuguesa nem os profissionais são-tomenses existentes em Portugal. Conhecida a informação disponível passou-se à fase da implementação do trabalho de campo, tendo por base, principalmente, três técnicas: o inquérito, a entrevista em profundidade e a observação participante. O inquérito foi preparado e submetido a uma prova com são-tomenses que viajaram para STP em Dezembro de 2000. Posteriormente realizou-se em Portugal, fundamentalmente em Lisboa, Coimbra e Porto, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2001. Contou-se com o apoio de ACOSP a partir da sua implantação nestas cidades, sobretudo na universidade. Realizaram-se 60 inquéritos, o que constitui 14,7 % dos 406 são-tomenses do grupo alvo. Por ser objectivo prioritário do estudo, e querer conhecer o melhor possível a sua diversidade interna, foram mais as mulheres inquiridas (40 %) das que corresponderia estatisticamente. Quanto às percentagens de profissionais e estudantes inquiridos são de 54,4 e 46,6 % respectivamente, o que supõe um ligeiro desvio estatístico sem efeitos sobre os resultados. O inquérito, semiaberto, contém três secções:

A **primeira parte** pretende obter alguns dados básicos do perfil destes são-tomenses, sempre em relação com as hipóteses do estudo geral. Assim, os intervalos de idade e a antiguidade na residência em Portugal estão estabelecidos considerando os períodos mais significativos da recente história são-tomense, permitindo a comparação dos efeitos de cada conjuntura histó-

rica nas migrações em relação a Portugal. A profissão dos inquiridos tem em conta as oposições, o público versus o privado e empresário versus empregado, porque interessa conhecer a sua potencialidade para a mudança numa conjuntura são-tomense que parece precisar de um sector privado forte. As pautas de parentesco induzidas do estado civil e a nacionalidade do cônjuge podem permitir uma primeira apreciação sobre se o envolvente português produz diferenças neste campo com STP e orientam a reflexão sobre as relações intra e inter-étnicas. A **segunda parte** está delineada para começar a compreender a sua visão sobre o futuro de STP. Sob o título genérico de "Aspirações para STP" inclui-se uma primeira aproximação das suas expectativas sobre diversos agentes, a partir de uma selecção de três entre sete pré-determinados e um aberto. A selecção dos sete agentes foi efectuada para permitir, pelo menos, duas leituras.

Uma relativa à área das categorias seleccionadas, tendo em conta que duas categorias são económicas (empresários e investidores), duas são político-institucionais (governo e Presidente da República), duas sociais (cidadãos e são-tomenses residentes no estrangeiro) e uma tem uma pretensão mais extensa, abrangendo áreas das três anteriores (cooperação internacional). E outra de categorias associadas com o que está em STP e o que vem do exterior: empresários são-tomenses versus investidores estrangeiros, cidadãos em geral versus são-tomenses residentes no estrangeiro e governo-Presidente da República versus cooperação internacional.

De seguida avalia-se de forma simples e directa a sua percepção sobre as possibilidades de melhorar a situação sócio-económica.

Os três pontos seguintes tentam desvendar que factores identificam os são-tomenses para atingir o STP aspirado e que importância relativa lhes concedem face ao resto dos avaliados. Partindo do trabalho de campo prévio em STP e do documento NLSTP, que recolhe as aspirações do conjunto dos são-tomenses, foram seleccionados vinte e quatro factores divididos em

três tabelas. Cada uma delas tenta abranger os factores mais associados a um enfoque e, se bem que os limites entre um e outro possam ser difusos, estão muito relacionados e um mesmo factor poderia ser incluído também noutra (caso da cooperação internacional), o conjunto de cada tabela permite apreciar com clareza se se refere ao enfoque económico, político ou social, ainda que não exista uma epígrafe no inquérito que o indique. Espera-se desta forma visualizar a ênfase depositada a partir de cada uma dessas leituras e contrastá-la com as expectativas sobre os agentes. A **terceira parte** do inquérito está concebida para conhecer um pouco mais as suas relações com STP e os são-tomenses e as primeiras opções de possível cooperação. Parte-se de uma pergunta objectiva - frequência de viagens a STP - para entrar posteriormente em questões subjectivas - hipótese de um regresso, os seus motivos para não concretizá-lo e o prazo previsto. Em seguida pretende-se apreciar se existe relação e de que características com outros são-tomenses em Portugal, partindo de tipos de contacto comuns (familiares, amizade, vizinhança, etc.). Por último tenta-se conhecer a predisposição para colaborar em actividades com são-tomenses em Portugal e em STP e em que áreas. A eleição das propostas tenta ajustar-se a interesses já conhecidos, esperando que os inquiridos agreguem outras, o que só se produziu de forma muito pontual.

As primeiras conclusões do inquérito permitiram orientar melhor as **25 entrevistas em profundidade**, semi-estruturadas e abertas. O número foi decidido no decurso da investigação em função das necessidades de informação para compreender o

melhor possível a diversidade interna destes são-tomenses em relação aos temas colocados e sempre considerando a perspectiva de género.

Aos são-tomenses com os quais se trabalhou foi-lhes assegurado o anonimato pelo que os seus nomes foram mudados nas citações extraídas das entrevistas. As entrevistas foram transcritas literalmente e analisadas como textos com técnicas semióticas, em especial da semiótica greimasiana e o denominado "*Grupo de Entrevernes*". Nas transcrições para o ensaio foram introduzidas, só muito pontualmente, correcções de forma a facilitar a leitura, mas a prioridade tem sido manter a sua linguagem e o seu estilo discursivo para permitir ao leitor a sua própria análise com os textos originais e uma percepção o mais directa possível.

Simultaneamente à realização das entrevistas formais esteve-se a conviver com são-tomenses para poder observar e aprofundar as principais interrogantes da investigação, sobretudo as referidas às relações intra-étnicas e inter-étnicas e a determinadas mudanças nas pautas de comportamento em comparação com as observadas em STP.

As análises dos inquéritos e as entrevistas foram discutidas, em primeiro lugar, com profissionais das ciências sociais e, posteriormente, foram remetidos a uma selecção dos são-tomenses em Portugal para recolher os seus comentários, reflectir sobre os mesmos e introduzir as modificações subseqüentes antes de discutir o ensaio com a equipa das Nações Unidas em STP.

Sinopse

S. Tomé e Príncipe (STP) é um país jovem, emergente, independente apenas a um quarto de século em condições de precariedade política e económica. A relativa acalmia de centenas de anos vê-se alterada de forma irremediável, tendo que enfrentar os desafios gerados pela incessante sucessão de mudanças que condicionaram a sua participação na esfera internacional e pela dinâmica da sua própria sociedade.

O desafio central é assumir que o rumo de grande parte dos acontecimentos e da responsabilidade dos santomenses, a quem corresponde decidir para onde dirigir os seus esforços, mas também do resto dos actores implicados na medida em que podem facilitar a STP o cumprimento das suas aspirações.

O presente Relatório de Desenvolvimento Humano pretende abarcar a reflexão sobre o problema das Mudanças num país como STP, partido não só da sua conjuntura política, económica e social, mas também da sua identidade cultural e as opções abertas de reconfiguração para ajustar-se a um mundo globalizado. Parte-se da hipótese de que a identidade cultural pode desempenhar um valor fundamental de medição para o desenvolvimento humano.

Partindo dos pressupostos anteriores o Relatório tenta:

- 1) Facilitar uma visão da situação do desenvolvimento humano no país, tanto do ponto de vista sincrónico como diacrónico. Isto obriga a uma actualização dos dados e uma análise de como se chegou ao perfil que é apresentado.
- 2) Conhecer e compreender melhor a cultura são-tomense e as possíveis identidades adequadas a mesma e ao desenvolvimento humano.
- 3) Contribuir com a reflexão sobre a Mudança, a Cultura e o Desenvolvimento Humano, de forma que a sua utilidade teórica possa servir para posteriores investigações em outros países.
- 4) Realizar propostas que unam consensos, tanto no interior de STP como no exterior, em especial dos emigrantes são-tomenses.

Bibliografia

ALTUNA, R

1993 Cultura Tradicional Banto, Ed do Secretariado Diocesano de Pastoral, Luanda

ARCHER, M

1979 Social Origins of Educational Systems, SAGE, London

BLAKE, John W.

1942 "The organisation of portuguese trade with West Africa during the sixteenth century", in Congresso do Mundo Português, vol. V, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1942.

BOURDIEU, Pierre

1972 Esquisse d'une Theorie de la Pratique, Droz. Paris- Gwénéve

CALDEIRA, Arlindo M.

1999 Mulheres, sexualidade e casamento no arquipélago de S. Tomé e Príncipe (séculos XV a XVIII), Edições Cosmos, Lisboa.

CHAMBERS, Robert

1995 "Poverty and Livelihoods; Whose Reality Counts?" Brochura editada para Copenhagen World Summit on Social Development.

COELHO BARRAS, Heitor

1997 São Tomé e Príncipe. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades, ISCSP, Lisboa.

CRESPI, F

1997 Manual de Sociologia da Cultura, Editorial Estampa, Lisboa.

EMBAIXADA DA REPUBLICA DEMOCRATICA DE STP EM PORTUGAL

2001 "Residentes são-tomenses com formação universitária em Portugal. Estudantes universitários são-tomenses em Portugal.", Embaixada de STP em Portugal, Lisboa.

ESPIRITO SANTO, Carlos

1998 A coroa do mar, Caminho, Lisboa.

GREIMAS, Algirdas J.

1980 Semiótica y Ciencias Sociales, Fragua, Madrid.

GREIMAS, A.J. e COURTES, J.

1982 Semiótica. Dicionario razonado de la teoría del lenguaje, "Biblioteca Románica Hispánica", 10, Gredos, Madrid.

HEINRICH, E

1976 Cultural Breakthroughs, Peterson, R. A. ed.

LAWRENCE, J e SINGH, N

1997 "Sustainable Livelihoods and Employment", in: International Journal of Technical Cooperation, vol 3, Frank Cass & Co. Ltd. , London.

■ Bibliografia

LOAYSA, N

1999 "Subjectividade: una Mirada Desde el Desarrollo Humano", em: Cuaderno de Futuro 4, PNUD, La Paz.

MULAGO, V

1979 *Symbolismo Religioso Africano*, Madrid, BAC, Madrid.

NLSTP

1997 Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo, Projecto STP/95/004, Ministerio de Planificação e Finanças, São Tomé.

PARSONS, Talcott

1951 *Toward a General Theory of Action*, Harvard University Press Cambridge.

PILOTO

1989 [1540] *Navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé* escrita por um piloto português, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Commemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

1996 *Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano 1996*, PNUD.

1997 *Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano 1997*, PNUD.

1998 *Relatório de Desenvolvimento Humano, São Tomé e Príncipe 1998*, PNUD, São Tomé.

1998b *Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano 1998*, PNUD.

ROCHA BRITO, Brígida

1999 *Programa de Retorno e Reintegração de Nacionais Africanos Qualificados 1995-1999*, Organização Internacional para as Migrações- Universidade Autónoma de Lisboa (Observatório de Relações Exteriores), Lisboa.

S.a.

2000 "Encontro de quadros são-tomenses em STP, 8-15 de Agosto de 2000", s.e., São Tomé.

SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

1998 "Estrangeiros com a residência legalizada", Ministério de Administração Interna, SEF, Lisboa.

SEIBERT, Gerhard

1999 *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tome e Principe*, Research School CNWS, Leiden University, The Netherlands.

SEN, Amartya

2000 "A Decade of Human Development", in: *Journal of Human Development - vol 1, nº 1*, PNUD, New York.

STREETEN, P

2000 "Looking Ahead: Areas of Future Research in Human Development", In: *Journal of Human Development - vol 1, nº 1*, PNUD, New York.

TOURAINE, Alain

1965 *Sociologie de l'Action*, Ed. du Seuil, Paris.

VALVERDE, P

2000 *Máscara, Mato e Morte em S. Tomé*, Celta Editores, Oeiras.

Metodologia

Para realizar o estudo sobre os são-tomenses em Portugal considerou-se conveniente chegar a um acordo de colaboração com a principal associação de são-tomenses nesse país, Associação da Comunidade de S.Tomé e Príncipe (ACOSP), e operar com o seu apoio. Esta opção foi adoptada por três razões: facilitar o contacto e a confiança dos são-tomenses em Portugal, poder realizar o trabalho de campo num tempo razoavelmente curto - ao dispor dos seus recursos humanos - e abrir o mais breve possível o diálogo para futuras acções conjuntas com são-tomenses em STP ou em Portugal.

A população alvo deste trabalho foi estabelecida em STP em função da sua potencialidade para contribuir para a mudança rumo ao desenvolvimento humano, que era o tema principal do Relatório de Desenvolvimento Humano 2000-2001. Essa população foi definida em função da qualificação académica adquirida - um mínimo de uma carreira universitária média ou em vias de obtê-la - e a sua residência em Portugal, país que alberga o grosso da mão de obra qualificada que vive no estrangeiro e que mantém um sistema de bolsas que possibilita a continuidade da realização de estudos universitários a alguns são-tomenses .

Aos que já finalizaram a sua carreira foram denominados profissionais e aos que estudam para a concluir e chegar a sê-lo, estudantes universitários ou futuros profissionais.

Para manter a perspectiva de género tentou-se que todas as pesquisas e dados obti-

dos estivessem desagregados por sexo. Profissionais e estudantes, homens e mulheres foram assim subgrupos de referência obrigatória em todo o ensaio e objecto de comparações entre si para tentar apreciar correlações positivas ou negativas face aos temas de reflexão.

Independentemente do grupo alvo ou de qualquer dos subgrupos anteriores, note-se que o título do trabalho utiliza o conceito "migrantes" e não, "emigrantes" ou "imigrantes".

Metodologicamente é muito importante ressaltar que a visão de uma população é afectada pela perspectiva a partir da qual é observada. É muito distinto contemplá-la desde a terra da qual partiu, isto é, como emigrante, que abordá-la a partir do lugar que a recebeu, quer dizer conceptualizada como imigrante. O migrante é o resultado de ambas as perspectivas e corresponde aos actores sociais reflectir e actuar em função de um ou outro olhar.

A primeira etapa do trabalho centrou-se em recompilar a informação disponível sobre os são-tomenses em geral residentes em Portugal e, no suposto de que existisse, sobre os seus estudantes universitários e profissionais em particular.

Perante a prática inexistência de bibliografia publicada, a base desta primeira aproximação ao grupo alvo foram os documentos proporcionados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e pela Embaixada de STP em Portugal, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias

Étnicas, o Ministério da Administração Interna - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)-e a ACOSP.

Foi evidente desde o primeiro momento a deficiência das poucas estatísticas disponíveis, sem poder assegurar nem o número de estudantes actuais na universidade portuguesa nem os profissionais sãotomenses existentes em Portugal.

Conhecida a informação disponível passou-se à fase da implementação do trabalho de campo, tendo por base, principalmente, três técnicas: o inquérito, a entrevista em profundidade e a observação participante.

O inquérito foi preparado e submetido a uma prova com sãotomenses que viajaram para STP em Dezembro de 2000. Posteriormente realizou-se em Portugal, fundamentalmente em Lisboa, Coimbra e Porto, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2001. Contou-se com o apoio de ACOSP a partir da sua implantação nestas cidades, sobretudo na universidade. Realizaram-se 60 inquéritos, o que constitui 14,7 % dos 406 sãotomenses do grupo alvo. Por ser objectivo prioritário do estudo, e querer conhecer o melhor possível a sua diversidade interna, foram mais as mulheres inquiridas (40 %) das que corresponderia estatisticamente. Quanto às percentagens de profissionais e estudantes inquiridos são de 54,4 e 46,6 % respectivamente, o que supõe um ligeiro desvio estatístico sem efeitos sobre os resultados

O inquérito, semiaberto, contém três secções:

A primeira parte pretende obter alguns dados básicos do perfil destes sãotomenses, sempre em relação com as hipóteses do estudo geral. Assim, os intervalos de idade e a antiguidade na residência em Portugal estão estabelecidos considerando os períodos mais significativos da recente história sãotomense, permitindo a comparação dos efeitos de cada conjuntura histórica nas migrações em relação a Portugal. A profissão dos inquiridos tem em conta as oposições, o público versus o privado e empresário versus empregado, porque interessa conhecer a sua potencialidade para a mudança numa conjuntura sãoto-

mense que parece precisar de um sector privado forte. As pautas de parentesco induzidas do estado civil e a nacionalidade do cônjuge podem permitir uma primeira apreciação sobre se o envolvente português produz diferenças neste campo com STP e orientam a reflexão sobre as relações intra e inter-étnicas.

A segunda parte está delineada para começar a compreender a sua visão sobre o futuro de STP. Sob o título genérico de "Aspirações para STP" inclui-se uma primeira aproximação das suas expectativas sobre diversos agentes, a partir de uma selecção de três entre sete pré-determinados e um aberto. A selecção dos sete agentes foi efectuada para permitir, pelo menos, duas leituras.

Uma relativa à área das categorias seleccionadas, tendo em conta que duas categorias são económicas (empresários e investidores), duas são político-institucionais (governo e Presidente da República), duas sociais (cidadãos e sãotomenses residentes no estrangeiro) e uma tem uma pretensão mais extensa, abrangendo áreas das três anteriores (cooperação internacional).

E outra de categorias associadas com o que está em STP e o que vem do exterior: empresários sãotomenses versus investidores estrangeiros, cidadãos em geral versus sãotomenses residentes no estrangeiro e governo-Presidente da República versus cooperação internacional.

De seguida avalia-se de forma simples e directa a sua percepção sobre as possibilidades de melhorar a situação sócio-económica.

Os três pontos seguintes tentam desvendar que factores identificam os sãotomenses para atingir o STP aspirado e que importância relativa lhes concedem face ao resto dos avaliados. Partindo do trabalho de campo prévio em STP e do documento NLSTP, que recolhe as aspirações do conjunto dos sãotomenses, foram seleccionados vinte e quatro factores divididos em três tabelas. Cada uma delas tenta abranger os factores mais associados a um enfoque e, se bem que os limites entre um e outro possam ser difusos, estão muito relaciona-

dos e um mesmo factor poderia ser incluído também noutra (caso da cooperação internacional), o conjunto de cada tabela permite apreciar com clareza se se refere ao enfoque económico, político ou social, ainda que não exista uma epígrafe no inquérito que o indique. Espera-se desta forma visualizar a ênfase depositada a partir de cada uma dessas leituras e contrastá-la com as expectativas sobre os agentes.

A terceira parte do inquérito está concebida para conhecer um pouco mais as suas relações com STP e os são-tomenses e as primeiras opções de possível cooperação.

Parte-se de uma pergunta objectiva - frequência de viagens a STP - para entrar posteriormente em questões subjectivas - hipótese de um regresso, os seus motivos para não concretizá-lo e o prazo previsto. Em seguida pretende-se apreciar se existe relação e de que características com outros são-tomenses em Portugal, partindo de tipos de contacto comuns (familiares, amizade, vizinhança, etc.). Por último tenta-se conhecer a predisposição para colaborar em actividades com são-tomenses em Portugal e em STP e em que áreas. A eleição das propostas tenta ajustar-se a interesses já conhecidos, esperando que os inquiridos agreguem outras, o que só se produziu de forma muito pontual.

As primeiras conclusões do inquérito permitiram orientar melhor as 25 entrevistas em profundidade, semi-estruturadas e abertas. O número foi decidido no decurso da investigação em função das necessidades de informação para compreender o melhor possível a diversidade interna destes são-tomenses em relação aos temas

colocados e sempre considerando a perspectiva de género.

Aos são-tomenses com os quais se trabalhou foi-lhes assegurado o anonimato pelo que os seus nomes foram mudados nas citações extraídas das entrevistas.

As entrevistas foram transcritas literalmente e analisadas como textos com técnicas semióticas, em especial da semiótica greimasiana e o denominado "Grupo de Entrevernes".

Nas transcrições para o ensaio foram introduzidas, só muito pontualmente, correcções de forma a facilitar a leitura, mas a prioridade tem sido manter a sua linguagem e o seu estilo discursivo para permitir ao leitor a sua própria análise com os textos originais e uma percepção o mais directa possível.

Simultaneamente à realização das entrevistas formais esteve-se a conviver com são-tomenses para poder observar e aprofundar as principais interrogantes da investigação, sobretudo as referidas às relações intra-étnicas e inter-étnicas e a determinadas mudanças nas pautas de comportamento em comparação com as observadas em STP.

As análises dos inquéritos e as entrevistas foram discutidas, em primeiro lugar, com profissionais das ciências sociais e, posteriormente, foram remetidos a uma selecção dos são-tomenses em Portugal para recolher os seus comentários, reflectir sobre os mesmos e introduzir as modificações subsequentes antes de discutir o ensaio com a equipa das Nações Unidas em STP.

Inquéritos

Anexo 1: Inquérito com 60 são-tomenses

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – Dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*

A.	Masculino	60	
B.	Feminino	40	

2. *Idade*

A.	Menos de 30 anos	38,3	
B.	Entre 31 e 40 anos	40	
C.	Entre 41 e 50 anos	15	
D.	Mais de 50 anos	3,3	

3. *Habilitações*

A	bacharelato	13,3	
B.	Licenciatura	36,6	
C	mestrado	3,3	
D.	Doutoramento		
E.	Outro (especificar)	46,6	estudantes

4. *Profissão principal*

A.	Empresário (especificar)		
B.	Empregado público (especificar)		
C.	Empregado em empresa privada (especificar)		

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*

A.	Menos de 5 anos	31,6	
B.	Entre 5 e 10 anos	31,6	
C.	Entre 11 e 25 anos	33,3	
D.	Mais de 25 anos	3,3	

6. *Estado civil*

A.	Solteiro	58,3	
B.	Casado	26,6	
C.	União de facto	8,3	
D.	Outro (especificar)	6,6	não contesta (nc)

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu cônjuge*

A.	Portuguesa	8,6	
B.	São-tomense	91,3	c. Outra

II. Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de stp? (assinale três opções)*

A.	Empresários são-tomenses	35
B.	Governo	56,6
C.	Cidadãos em geral	73,3
D.	Investidores estrangeiros	38,3
E.	Presidente da república	5
F.	Cooperação internacional	36,6

- G. São-tomenses residentes no estrangeiro **15**
 H. Outros (especificar)

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de São Tomé e príncipe é uma tarefa ... (assinalar apenas uma resposta)*

- A. Muito difícil **30**
 B. Difícil **58,3**
 C. Fácil **10**
 D. Impossível

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Reorganização do aparelho do estado	1,6	8,3	28,3	20	36,6	5
B	Estabilidade política	1,6	1,6	18,3	25	48,3	5
C	Honestidade no exercício dos cargos públicos	3,3			18,3	71,6	6,6
D	Reforço da autoridade do estado	3,3	18,3	30	15	25	8,3
E	Confiança nas instituições públicas	5	3,3	13,3	36,6	36,6	5
F	Reforço dos poderes do presidente	40	18,3	20	3,3	6,6	11,6
G	Promoção do diálogo e concertação social	1,6	3,3	25	38,3	23,3	8,3
H	Revisão da constituição	16,6	21,6	30	15	10	6,6

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Desenvolvimento do turismo	1,6		11,6	26,6	56,6	3,3
B	Redução da dívida externa	5	5	26,6	20	35	8,3
C	Criação de um sector empresarial forte	1,6		20	35	33,3	8,3
D	Aumento da cooperação internacional	1,6	3,3	28,3	36,6	25	5
E	Poupanças dos emigrantes	1,6	6,6	28,3	38,3	16,6	8,3
F	Exploração do petróleo		11,6	16,6	28,3	38,3	5
G	Diversificação das exportações	3,3	5	13,3	30	45	3,3
H	Atracção do investimento estrangeiro			18,3	20	53,3	8,3

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomenses, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Infra estruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)	1,6		3,3	15	76,6	3,3
B	Sistema educativo eficaz	3,3		1,6	30	58,3	6,6
C	Controlo do paludismo	1,6	3,3		11,6	78,3	5
D	Salários mais elevados		1,6	23,3	33,3	36,6	5
E	Meio ambiente equilibrado	1,6	5	18,3	36,6	30	10
F	Condições de habitação	1,6		13,3	31,6	48,3	5
G	Alteração do comportamento leve-leve	1,6	6,6	11,6	23,3	46,6	10
H	Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)	1,6	1,6	13,3	31,6	41,6	10

III. Relações com STP

13. *Com que regularidade vai a STP?*

- A. Várias vezes por ano **3,3**
 B. Anualmente **10**
 C. Dois em dois anos **13,3**
 D. Raramente **45**
 E. Nunca **23,3**
 Nc **5**

14. *Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?*
- | | | | |
|----|-----|-------------|--|
| A. | Sim | 86,6 | |
| B. | Não | 10 | |
| | Nc | 3,3 | |
15. *Se respondeu **b** na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):*
- | | | |
|--------------------------------------|-----------|-------------------|
| Motivos profissionais | 10 | |
| Motivos familiares | 10 | |
| Ausência de qualidade de vida em STP | 50 | |
| Desilusão | 10 | |
| Desinteresse | | |
| Outro (especifique) | 10 | falta de dinheiro |
16. *Se respondeu **a** na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:*
- | | | |
|----|-------------------|-------------|
| A. | A breve prazo | 3,8 |
| B. | A médio prazo | 32,6 |
| C. | A longo prazo | 28,8 |
| D. | Depois da reforma | 11,5 |
| E. | Não sabe | 23 |
17. *No caso de ter respondido **a**, **b**, ou **c** na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:*
- | | | | |
|----|--|-------------|-----------------|
| A. | Motivos familiares | 20,5 | |
| B. | Motivos profissionais | 26,4 | |
| C. | Falta de confiança no futuro de <u>STP</u> | 35 | |
| D. | Ausência de meios económicos | 38,2 | |
| E. | Outro (especificar) | 2,9 | fim de formação |
18. *Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?*
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 91,6 |
| B. | Não | 5 |
| | Nc | 3,3 |
19. *Se respondeu **a**, especifique que tipos de contacto:*
- | | | |
|----|---------------------|-------------|
| A. | Familiares | 76,3 |
| B. | De vizinhança | 16,3 |
| C. | De amizade | 81,8 |
| D. | Associações | 32,7 |
| E. | Outro (especifique) | 3,6 |
20. *Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?*
- | | | |
|----|---------|-------------|
| A. | Sim | 91,6 |
| B. | Não | 1,6 |
| C. | Não sei | 1,6 |
| | Nc | 3,6 |
- (se respondeu **a** passar à pergunta 21; se respondeu **b** passar à pergunta 24)
21. *Se respondeu **a** na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)*
- | | | |
|----|------------------------------------|-------------|
| A. | Comunidade são-tomense em Portugal | 96,3 |
| B. | Iniciativas que decorram em STP | 50,9 |
22. *Se respondeu **a** na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma ou várias hipóteses)*
- | | | |
|----|--------------------------------------|-------------|
| A. | Manifestações culturais são-tomenses | 58,4 |
| B. | Associações são-tomenses | 64,1 |
| C. | Organizações de debates e encontros | 71,6 |
| D. | Apoio jurídico | 16,9 |
| E. | Outro (especifique) | 7,5 |
| F. | | |

23. Se respondeu **b** na pergunta 21, indique a área:
- | | | |
|----|-------------------------------------|------|
| A. | Turismo | 50 |
| B. | Comércio | 28,5 |
| C. | Actividades liberais | 39,2 |
| D. | Ensino | 67,8 |
| E. | Organizações de debates e encontros | 60,7 |
| F. | Outro (especifique) | 17,8 |
24. Se respondeu **b** na questão 20, explique porquê:

Anexo 2: Inquérito com as profissionais mulheres

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*
 - A. Masculino
 - B. Feminino

2. *Idade*

A.	Menos de 30 anos	7,6
B.	Entre 31 e 40 anos	91,3
C.	Entre 41 e 50 anos	
D.	Mais de 50 anos	

3. *Habilitações*

A.	Bacharelato	38,4
B.	Licenciatura	61,5
C.	mestrado	
D.	Doutoramento	
E.	Outro (especificar)	

4. *Profissão principal*

A.	Empresário (especificar)	
B.	Empregado público (especificar)	46,1
C.	Empregado em empresa privada (especificar)	15,3
	Nc	53,8

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*

A.	Menos de 5 anos	15,3
B.	Entre 5 e 10 anos	38,4
C.	Entre 11 e 25 anos	46,1
D.	Mais de 25 anos	

6. *Estado civil*

A.	Solteiro	61,5
B.	Casado	30,7
C.	União de facto	
D.	Outro – nc -	7,6

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu cônjuge*

A.	Portuguesa	
B.	São-tomense	100
	c. Outra	

II. Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de stp? (assinale três opções)*

A.	Empresários são-tomenses	30,7
B.	Governo	46,1
C.	Cidadãos em geral	69,2
D.	Investidores estrangeiros	30,7
E.	Presidente da república	7,6
F.	Cooperação internacional	38,4

- G. São-tomenses residentes no estrangeiro **38,4**
 H. Outros (especificar)

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de São Tomé e príncipe é uma tarefa ... (assinalar apenas uma resposta)*

- A. Muito difícil **38,4**
 B. Difícil **53,8**
 C. Fácil **7,6**
 D. Impossível

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Reorganização do aparelho do estado		15,3	30,7	15,3	30,8	7,6
B	Estabilidade política			23,0	15,3	61,5	
C	Honestidade no exercício dos cargos públicos	7,6			15,3	76,9	
D	Reforço da autoridade do estado		30,7	15,3	7,6	38,4	7,6
E	Confiança nas instituições públicas		7,6	15,3	30,7	46,1	
F	Reforço dos poderes do presidente	46,1	23,0	15,3	7,6		7,6
G	Promoção do diálogo e concertação social			38,4	53,8		7,6
H	Revisão da constituição	7,6	15,3	46,1	23,0		7,6

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Desenvolvimento do turismo			15,3	23,0	53,8	7,6
B	Redução da dívida externa	15,3		38,4	23,0	23,0	
C	Criação de um sector empresarial forte		7,6	23,0	46,1	23,0	
D	Aumento da cooperação internacional			46,1	38,4	7,6	7,6
E	Poupanças dos emigrantes			23,0	61,5	7,6	7,6
F	Exploração do petróleo		15,3	15,3	30,7	38,4	
G	Diversificação das exportações		7,6	30,7	30,7	30,7	
H	Atracção do investimento estrangeiro			23,0	23,0	53,8	

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomense, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Infra estruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)			7,6	30,7	61,5	
B	Sistema educativo eficaz	7,6			46,1	46,1	
C	Controlo do paludismo		7,6		7,6	76,9	7,6
D	Salários mais elevados			38,4	30,7	30,7	
E	Meio ambiente equilibrado			30,7	38,4	23,0	7,6
F	Condições de habitação			15,3	30,7	46,1	7,6
G	Alteração do comportamento leve-leve			15,3	30,7	46,1	7,6
H	Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)			15,3	38,4	38,4	7,6

III. Relações com STP

13. *Com que regularidade vai a STP?*

- A. Várias vezes por ano
 B. Anualmente **15,3**
 C. Dois em dois anos **7,6**
 D. Raramente **61,5**
 E. Nunca **15,3**

14. *Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?*

- A. Sim **92,3**
 B. Não **7,6**

15. *Se respondeu **b** na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):*
- | | |
|--------------------------------------|------------|
| Motivos profissionais | |
| Motivos familiares | |
| Ausência de qualidade de vida em STP | 100 |
| Desilusão | |
| Desinteresse | |
| Outro (especifique) | |
16. *Se respondeu **a** na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:*
- | | |
|----------------------|-------------|
| A. A breve prazo | |
| B. A médio prazo | 25,0 |
| C. A longo prazo | 41,6 |
| D. Depois da reforma | 8,3 |
| E. Não sabe | 25,0 |
17. *No caso de ter respondido **a**, **b**, ou **c** na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:*
- | | |
|--|-------------|
| A. Motivos familiares | 25,0 |
| B. Motivos profissionais | 12,5 |
| C. Falta de confiança no futuro de STP | 25,0 |
| D. Ausência de meios económicos | 25,0 |
| E. Outro (especificar) | |
18. *Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?*
- | | |
|--------|-------------|
| A. Sim | 92,3 |
| B. Não | 7,6 |
19. *Se respondeu **a**, especifique que tipos de contacto:*
- | | |
|------------------------|-------------|
| A. Familiares | 75,0 |
| B. De vizinhança | 8,3 |
| C. De amizade | 58,3 |
| D. Associações | 16,6 |
| E. Outro (especifique) | |
20. *Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?*
- | | |
|------------|-------------|
| A. Sim | 92,3 |
| B. Não | 7,6 |
| C. Não sei | |
- (se respondeu **a** passar à pergunta 21; se respondeu **b** passar à pergunta 24)
21. *Se respondeu **a** na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)*
- | | |
|---------------------------------------|-------------|
| A. Comunidade são-tomense em Portugal | 91,6 |
| B. Iniciativas que decorram em STP | 33,3 |
22. *Se respondeu **a** na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma ou várias hipóteses)*
- | | |
|---|-------------|
| A. Manifestações culturais são-tomenses | 63,6 |
| B. Associações são-tomenses | 54,5 |
| C. Organizações de debates e encontros | 90,9 |
| D. Apoio jurídico | 9,0 |
| E. Outro (especifique) | |
23. *Se respondeu **b** na pergunta 21, indique a área:*
- | | |
|--|---------------------------------|
| A. Turismo | 25,0 |
| B. Comércio | |
| C. Actividades liberais | 25,0 |
| D. Ensino | 100 |
| E. Organizações de debates e encontros | 50,0 |
| F. Outro (especifique) | 25 (passeios, excursões) |
24. *Se respondeu **b** na questão 20, explique porquê:*

Anexo 3: Inquérito com os profissionais homens

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*
 - A. Masculino
 - B. Feminino

2. *Idade*
 - A. Menos de 30 anos
 - B. Entre 31 e 40 anos **42,1**
 - C. Entre 41 e 50 anos **47,3**
 - D. Mais de 50 anos **10,5**

3. *Habilitações*
 - A. Bacharelato **15,7**
 - b. Licenciatura **73,6**
 - C. mestrado **10,5**
 - D. Doutoramento
 - E. Outro (especificar)

4. *Profissão principal*
 - A. Empresário (especificar) **21,0**
 - B. Empregado público (especificar) **52,6**
 - C. Empregado em empresa privada (especificar) **21,0**
 - Nc **5,2**

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*
 - A. Menos de 5 anos **10,5**
 - B. Entre 5 e 10 anos **42,1**
 - C. Entre 11 e 25 anos **36,8**
 - D. Mais de 25 anos **10,5**

6. *Estado civil*
 - A. Solteiro **21,0**
 - B. Casado **52,6**
 - C. União de facto **26,3**
 - D. Outro (especificar)

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu cônjuge*
 - A. Portuguesa **13,3**
 - B. São-tomense **86,0**
 - c. Outra **6,6**

II. Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de STP? (assinale três opções)*
 - A. Empresários são-tomenses **31,5**
 - B. Governo **68,4**
 - C. Cidadãos em geral **84,2**
 - D. Investidores estrangeiros **47,3**
 - E. Presidente da república **5,8**
 - F. Cooperação internacional **26,3**

- G. São-tomenses residentes no estrangeiro **10,5**
 H. Outros (especificar)

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de São Tomé e príncipe é uma tarefa ... (assinalar apenas uma resposta)*

- A. Muito difícil **26,3**
 B. Difícil **63,1**
 C. Fácil **10,5**
 D. Impossível

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Reorganização do aparelho do estado			26,3	26,3	42,1	5,2
B	Estabilidade política			15,7	21,0	63,1	
C	Honestidade no exercício dos cargos públicos				21,0	73,6	5,2
D	Reforço da autoridade do estado		10,5	26,3	31,5	26,3	5,2
E	Confiança nas instituições públicas				47,3	47,3	5,2
F	Reforço dos poderes do presidente	47,3	15,7	21,0		5,2	10,5
G	Promoção do diálogo e concertação social		10,5	31,5	21,0	31,5	5,2
H	Revisão da constituição	15,7	31,5	15,7	15,7	10,5	10,5

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Desenvolvimento do turismo			5,2	31,5	63,1	
B	Redução da dívida externa	5,2	5,2	26,3	21,0	31,5	10,5
C	Criação de um sector empresarial forte			15,7	36,8	31,5	15,7
D	Aumento da cooperação internacional		10,5	10,5	26,3	47,3	5,2
E	Captação das poupanças dos emigrantes		5,2	21,0	31,5	36,8	5,2
F	Exploração do petróleo		5,2	15,7	31,5	36,8	10,5
G	Diversificação das exportações	5,2		5,2	42,1	47,3	
H	Atracção do investimento estrangeiro			15,7	10,5	63,1	10,5

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomense, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Infra estruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)				15,7	84,2	
B	Sistema educativo eficaz			5,2	15,7	63,1	15,7
C	Controlo do paludismo				15,7	84,2	
D	Salários mais elevados			21,0	36,8	36,8	5,2
E	Meio ambiente equilibrado			26,3	36,8	26,3	10,5
F	Condições de habitação			21,0	36,8	36,8	5,2
G	Alteração do comportamento leve-leve		15,7	21,0	21,0	42,1	
H	Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)		5,2	5,2	36,8	42,1	10,5

III. Relações com STP

13. *Com que regularidade vai a STP?*

- A. Várias vezes por ano **5,2**
 B. Anualmente **10,5**
 C. Dois em dois anos **21,0**
 D. Raramente **52,6**
 E. Nunca **5,2**
 Nc **5,2**

14. *Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?*

- A. Sim **89,4**
 B. Não **10,5**

15. *Se respondeu **b** na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):*
- | | |
|--------------------------------------|------------|
| Motivos profissionais | |
| Motivos familiares | 100 |
| Ausência de qualidade de vida em STP | |
| Desilusão | |
| Desinteresse | |
| Outro (especifique) | |
16. *Se respondeu **a** na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:*
- | | |
|----------------------|-------------|
| A. A breve prazo | |
| B. A medio prazo | 35,2 |
| C. A longo prazo | 35,2 |
| D. Depois da reforma | 29,4 |
| E. Não sabe | |
17. *No caso de ter respondido **a**, **b**, ou **c** na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:*
- | | |
|--|-------------|
| A. Motivos familiares | 25,0 |
| B. Motivos profissionais | 25,0 |
| C. Falta de confiança no futuro de STP | 33,3 |
| D. Ausência de meios económicos | 100 |
| E. Outro (especificar) | |
18. *Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?*
- | | |
|--------|-------------|
| A. Sim | 89,4 |
| B. Não | 10,5 |
19. *Se respondeu **a**, especifique que tipos de contacto:*
- | | |
|------------------------|-------------|
| A. Familiares | 76,4 |
| B. De vizinhança | 11,7 |
| C. De amizade | 82,3 |
| D. Associações | 52,9 |
| E. Outro (especifique) | |
20. *Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?*
- | | |
|------------|------------|
| A. Sim | 100 |
| B. Não | |
| C. Não sei | |
- (se respondeu **a** passar à pergunta 21; se respondeu **b** passar à pergunta 24)
21. *Se respondeu **a** na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)*
- | | |
|---------------------------------------|-------------|
| A. Comunidade são-tomense em Portugal | 94,7 |
| B. Iniciativas que decorram em STP | 52,6 |
22. *Se respondeu **a** na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma ou várias hipóteses)*
- | | |
|---|-------------|
| A. Manifestações culturais são-tomenses | 50,0 |
| B. Associações são-tomenses | 83,3 |
| C. Organizações de debates e encontros | 88,8 |
| D. Apoio jurídico | 5,5 |
| E. Outro (especifique) | |
23. *Se respondeu **b** na pergunta 21, indique a área:*
- | | |
|--|-------------|
| A. Turismo | 10,0 |
| B. Comércio | 20,0 |
| C. Actividades liberais | 40,0 |
| D. Ensino | 60,0 |
| E. Organizações de debates e encontros | 30,0 |
| F. Outro (especifique) | |
24. *Se respondeu **b** na questão 20, explique porquê:*

Anexo 4: Inquérito com as estudantes universitárias mulheres

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*
 - A. Masculino
 - B. Feminino

2. *Idade*

A. Menos de 30 anos	100
B. Entre 31 e 40 anos	
C. entre 41 e 50 anos	
D. Mais de 50 anos	

3. *Habilitações*
 - A. Bacharelato
 - B. Licenciatura
 - C. Mestrado
 - D. Doutoramento
 - E. Outro (especificar)

4. *Profissão principal*
 - A. Empresário (especificar)
 - B. Empregado público (especificar)
 - C. Empregado em empresa privada (especificar)

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*

A. Menos de 5 anos	63,6
B. Entre 5 e 10 anos	27,2
C. Entre 11 e 25 anos	9,0
D. Mais de 25 anos	

6. *Estado civil*

A. Solteiro	81,8
B. Casado	9,0
C. União de facto	9,0
D. Outro (especificar)	

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu cônjuge*

A. Portuguesa		
B. São-tomense	100	c. Outra

II. Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de STP? (assinale três opções)*

A. Empresários são-tomenses	72,7
B. Governo	54,5
C. Cidadãos em geral	63,6
D. Investidores estrangeiros	27,2
E. Presidente da república	9,0
F. Cooperação internacional	54,5
G. São-tomenses residentes no estrangeiro	9,0
H. Outros (especificar)	

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de são tomé e príncipe é uma tarefa ... (assinalar apenas uma resposta)*

- A. Muito difícil 27,2
 B. Difícil 72,7
 C. Fácil
 D. Impossível

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de stp, os seguintes factores:*

	1	2	3	4	5	Nc
A Reorganização do aparelho do estado	9,0	18,1	27,2	18,1	27,2	0
B Estabilidade política	9,0		36,3	9,0	36,3	9,0
C Honestidade no exercício dos cargos públicos	9,0			27,2	54,5	9,0
D Reforço da autoridade do estado	9,0	27,2	36,3		9,0	18,1
E Confiança nas instituições públicas	27,2		18,1	36,3	9,0	9,0
F Reforço dos poderes do presidente	27,2	27,2	27,2	9,0		9,0
G Promoção do diálogo e concertação social	9,0		9,0	36,3	27,2	18,1
H Revisão da constituição	27,2	18,1	27,2	18,1	9,0	0

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de stp, os seguintes factores:*

	1	2	3	4	5	Nc
A Desenvolvimento do turismo	9,0		18,1	36,3	36,3	
B Redução da dívida externa		9,0	9,0	18,1	54,5	9,0
C Criação de um sector empresarial forte	9,0		27,2	18,1	45,4	
D Aumento da cooperação internacional	9,0		36,3	45,4	9,0	
E Poupanças dos emigrantes	9,0	9,0	36,3	45,4		
F Exploração do petróleo		27,2	27,2	9,0	27,2	9,0
G Diversificação das exportações	9,0	9,0	9,0	27,2	45,4	
H Atração do investimento estrangeiro			36,3	18,1	36,3	9,0

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomense, os seguintes factores:*

	1	2	3	4	5	Nc
A Infra estruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)	9,0		9,0		81,8	
B Sistema educativo eficaz	9,0			36,3	54,5	
C Controlo do paludismo	9,0	9,0		9,0	72,7	
D Salários mais elevados			18,1	36,3	36,3	9,0
E Meio ambiente equilibrado		9,0	9,0	45,4	27,2	9,0
F Condições de habitação	9,0		9,0	36,3	45,4	
G Alteração do comportamento leve-leve	9,0	9,0	9,0	27,2	36,3	9,0
H Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)			9,0	27,2	45,4	18,1

III. Relações com stp

13. *Com que regularidade vai a STP?*

- A. Várias vezes por ano 9,0
 B. Anualmente 18,1
 C. Dois em dois anos 18,1
 D. Raramente 27,2
 E. Nunca 27,2

14. *Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?*

- A. Sim 90,9
 B. Não 9,0

15. *Se respondeu b na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):*

2 Relatório do Desenvolvimento Humano STP

- | | |
|--------------------------------------|------------|
| Motivos profissionais | 100 |
| Motivos familiares | |
| Ausência de qualidade de vida em STP | |
| Desilusão | 100 |
| Desinteresse | |
| Outro (especifique) ... | |
- 16.** *Se respondeu a na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:*
- | | | |
|----|-------------------|-------------|
| A. | A breve prazo | 10,0 |
| B. | A medio prazo | 40,0 |
| C. | A longo prazo | 10,0 |
| D. | Depois da reforma | |
| E. | Não sabe | 40,0 |
- 17.** *No caso de ter respondido a, b, ou c na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:*
- | | | |
|----|-------------------------------------|-------------|
| A. | Motivos familiares | 16,6 |
| B. | Motivos profissionais | 50,0 |
| C. | Falta de confiança no futuro de STP | 33,3 |
| D. | Ausência de meios económicos | 33,3 |
| E. | Outro (especificar) | |
- 18.** *Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?*
- | | | |
|----|-----|------------|
| A. | Sim | 100 |
| B. | Não | |
- 19.** *Se respondeu a, especifique que tipos de contacto:*
- | | | |
|----|---------------------|-------------|
| A. | Familiares | 90,9 |
| B. | De vizinhança | 18,1 |
| C. | De amizade | 100 |
| D. | Associações | 27,2 |
| E. | Outro (especifique) | |
- 20.** *Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?*
- | | | |
|----|---------|------------|
| A. | Sim | 100 |
| B. | Não | |
| C. | Não sei | |
- (se respondeu a passar à pergunta 21; se respondeu b passar à pergunta 24)
- 21.** *Se respondeu a na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)*
- | | | |
|----|------------------------------------|-------------|
| A. | Comunidade são-tomense em Portugal | 90,9 |
| B. | Iniciativas que decorram em STP | 100 |
- 22.** *Se respondeu a na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma o várias hipóteses)*
- | | | |
|----|--------------------------------------|-------------------------|
| A. | Manifestações culturais são-tomenses | 70,0 |
| B. | Associações são-tomenses | 60,0 |
| C. | Organizações de debates e encontros | 40,0 |
| D. | Apoio jurídico | 40,0 |
| E. | Outro (especifique) | 10,0 (económico) |
- 23.** *Se respondeu b na pergunta 21, indique a área:*
- | | | |
|----|-------------------------------------|---|
| A. | Turismo | 72,7 |
| B. | Comércio | 27,2 |
| C. | Actividades liberais | 18,1 |
| D. | Ensino | 45,4 |
| E. | Organizações de debates e encontros | 36,3 |
| F. | Outro (especifique) | 36,3 (saúde, crianças carenciadas, melhoria de vida) |
- 24.** *Se respondeu b na questão 20, explique porquê:*

Anexo 5: Inquérito com os estudantes universitários homens

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*
 - A. Masculino
 - B. Feminino

2. *Idade*

A.	Menos de 30 anos	64,7
B.	Entre 31 e 40 anos	23,5
C.	Entre 41 e 50 anos	
D.	Mais de 50 anos	
	nc	11,7

3. *Habilitações*
 - A. Bacharelato
 - B. Licenciatura
 - C. mestrado
 - D. Doutoramento
 - E. Outro (especificar)

4. *Profissão principal*
 - A. Empresário (especificar)
 - B. Empregado público (especificar)
 - C. Empregado em empresa privada (especificar)

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*

A.	Menos de 5 anos	47,0
B.	Entre 5 e 10 anos	17,6
C.	Entre 11 e 25 anos	35,2
D.	Mais de 25 anos	

6. *Estado civil*

A.	Solteiro	82,3
B.	Casado	5,8
C.	União de facto	
D.	Outro – nc -	11,7

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu cônjuge*

A.	Portuguesa	
B.	São-tomense	100
	c. Outra	

II. Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de stp? (assinale três opções)*

A.	Empresários são-tomenses	17,6
B.	Governo	52,9
C.	Cidadãos em geral	70,5
D.	Investidores estrangeiros	41,1
E.	Presidente da república	5,8
F.	Cooperação internacional	35,2
G.	São-tomenses residentes no estrangeiro	5,8

H. Outros (especificar)

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de são tomé e príncipe é uma tarefa ... (assinalar apenas uma resposta)*

- A. Muito difícil **29,4**
- B. Difícil **47,0**
- C. Fácil **17,6**
- D. Impossível
- Nc **5,8**

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Reorganização do aparelho do estado		5,8	29,4	17,6	41,1	5,8
B	Estabilidade política		5,8	5,8	47,0	29,4	11,7
C	Honestidade no exercício dos cargos públicos				11,7	76,4	11,7
D	Reforço da autoridade do estado	5,8	11,7	41,1	11,7	23,5	5,8
E	Confiança nas instituições públicas		5,8	23,5	29,4	35,2	5,8
F	Reforço dos poderes do presidente	35,2	11,7	17,6		17,6	17,6
G	Promoção do diálogo e concertação social			17,6	47,0	29,4	5,8
H	Revisão da constituição	17,6	17,6	35,2	5,8	17,6	5,8

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Desenvolvimento do turismo			11,7	17,6	64,7	5,8
B	Redução da dívida externa		5,8	29,4	17,6	35,2	11,7
C	Criação de um sector empresarial forte			17,6	35,2	35,2	11,7
D	Aumento da cooperação internacional			29,4	41,1	23,5	5,8
E	Poupanças dos emigrantes		11,7	35,2	23,5	11,7	17,6
F	Exploração do petróleo		5,8	11,7	35,2	47,0	0
G	Diversificação das exportações		5,8	11,7	17,6	52,9	11,7
H	Atracção do investimento estrangeiro			5,8	29,4	52,9	11,7

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomense, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Infra estruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)				11,7	76,4	11,7
B	Sistema educativo eficaz				29,4	64,7	5,8
C	Controlo do paludismo				11,7	76,4	11,7
D	Salários mais elevados			17,6	29,4	41,1	11,7
E	Meio ambiente equilibrado		11,7	5,8	29,4	41,1	11,7
F	Condições de habitação			5,8	23,5	64,7	5,8
G	Alteração do comportamento leve-leve				17,6	58,8	23,5
H	Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)	5,8		23,5	23,5	41,1	5,8

III. Relações com STP

13. *Com que regularidade vai a stp?*

- A. Várias vezes por ano
- B. Anualmente
- C. Dois em dois anos **5,8**
- D. Raramente **35,2**
- E. Nunca **47,0**
- Nc **11,7**

14. Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 82,3 |
| B. | Não | 5,8 |
| | Nc | 11,7 |
15. Se respondeu **b** na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):
 Motivos profissionais
 Motivos familiares
 Ausência de qualidade de vida em STP
 Desilusão
 Desinteresse
 Outro (especifique) ... **falta de dinheiro**
16. Se respondeu **a** na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:
- | | | |
|----|-------------------|-------------|
| A. | A breve prazo | 7,1 |
| B. | A médio prazo | 28,5 |
| C. | A longo prazo | 21,4 |
| D. | Depois da reforma | |
| E. | Não sabe | 42,8 |
17. No caso de ter respondido **a**, **b**, ou **c** na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:
- | | | |
|----|-------------------------------------|-------------|
| A. | Motivos familiares | 12,5 |
| B. | Motivos profissionais | 25,0 |
| C. | Falta de confiança no futuro de STP | 50,0 |
| D. | Ausência de meios económicos | 37,5 |
| E. | Outro (especificar) | |
18. Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 88,2 |
| B. | Não | |
| | Nc | 11,7 |
19. Se respondeu **a**, especifique que tipos de contacto:
- | | | |
|----|---------------------|-------------|
| A. | Familiares | 66,6 |
| B. | De vizinhança | 26,6 |
| C. | De amizade | 86,6 |
| D. | Associações | 26,6 |
| E. | Outro (especifique) | 13,3 |
20. Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?
- | | | |
|----|---------|-------------|
| A. | Sim | 82,3 |
| B. | Não | 5,8 |
| C. | Não sei | |
| | Nc | 11,7 |
- (se respondeu **a** passar à pergunta 21; se respondeu **b** passar à pergunta 24)
21. Se respondeu **a** na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)
- | | | |
|----|------------------------------------|-------------|
| A. | Comunidade são-tomense em Portugal | 100 |
| B. | Iniciativas que decorram em STP | 28,5 |
22. Se respondeu **a** na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma ou várias hipóteses)
- | | | |
|----|--------------------------------------|-------------|
| A. | Manifestações culturais são-tomenses | 57,1 |
| B. | Associações são-tomenses | 64,2 |
| C. | Organizações de debates e encontros | 57,1 |
| D. | Apoio jurídico | 14,2 |
| E. | Outro (especifique) | |

23. Se respondeu **b** na pergunta 21, indique a área:
- | | | |
|----|-------------------------------------|------------|
| A. | Turismo | 100 |
| B. | Comércio | 75 |
| C. | Actividades liberais | 100 |
| D. | Ensino | 100 |
| E. | Organizações de debates e encontros | 75 |
| F. | Outro (especifique) | |
24. Se respondeu **b** na questão 20, explique porquê:

Anexo 6: Inquérito com os homens são-tomenses

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*
 - A. Masculino
 - B. Feminino

2. *Idade*

A.	Menos de 30 anos	30,5
B.	Entre 31 e 40 anos	33,3
C.	Entre 41 e 50 anos	25
D.	Mais de 50 anos	5,5
	Não contesta (nc)	5,5

3. *Habilitações*

A	Bacharelato	8,3
b.	Licenciatura	38,8
C	mestrado	5,5
D.	Doutoramento	
E.	Outro (especificar) ...	47,2estudantes

4. *Profissão principal*
 - A. Empresário (especificar)
 - B. Empregado público (especificar)
 - C. Empregado em empresa privada (especificar)

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*

A.	Menos de 5 anos	27,7
B.	Entre 5 e 10 anos	30,5
C.	Entre 11 e 25 anos	36,1
D.	Mais de 25 anos	5,5

6. *Estado civil*

A.	Solteiro	50
B.	Casado	30,5
C.	União de facto	13,8
D.	Outro – nc -	5,5

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu conjugue*

A.	Portuguesa	12,5
B.	São-tomense	87,5
C.	Outra	6,2

II - Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de STP? (assinale três opções)*

A.	Empresários são-tomenses	25
B.	Governo	61,1
C.	Cidadãos em geral	77,7
D.	Investidores estrangeiros	44,4

E.	Presidente da república	2,7
F.	Cooperação internacional	30,5
G.	São-tomenses residentes no estrangeiro	8,3
H.	Outros (especificar)	

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de São Tomé e príncipe é uma tarefa ... (assinalar apenas uma resposta)*

A.	Muito difícil	27,7
B.	Difícil	55,5
C.	Fácil	13,8
D.	Impossível	
Nc		2,7

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Reorganização do aparelho do estado		2,7	27,7	22,2	41,6	5,5
B	Estabilidade política		2,7	11,1	33,3	47,2	5,5
C	Honestidade no exercício dos cargos públicos				16,6	75	8,3
D	Reforço da autoridade do estado	2,7	11,1	33,3	22,2	25	5,5
E	Confiança nas instituições públicas		2,7	11,1	38,8	41,6	5,5
F	Reforço dos poderes do presidente	41,6	13,8	19,4		11,1	13,8
G	Promoção do diálogo e concertação social		5,5	25	33,3	30,5	5,5
H	Revisão da constituição	16,6	25	25	11,1	13,8	8,3

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Desenvolvimento do turismo			8,3	25	63,8	2,7
B	Redução da dívida externa	2,7	5,5	27,7	19,4	33,3	11,1
C	Criação de um sector empresarial forte			16,6	38,8	33,3	11,1
D	Aumento da cooperação internacional		5,5	19,4	33,3	36,1	5,5
E	Poupanças dos emigrantes		8,3	27,7	27,7	25	11,1
F	Exploração do petróleo		5,5	13,8	33,3	41,6	8,3
G	Diversificação das exportações	2,7	2,7	8,3	30,5	50	5,5
H	Atracção do investimento estrangeiro			11,1	19,4	58,3	11,1

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomense, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Infraestruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)				13,8	80,5	5,5
B	Sistema educativo eficaz			2,7	22,2	63,8	11,1
C	Controlo do paludismo				13,8	80,5	5,5
D	Salários mais elevados			19,4	33,3	38,8	8,3
E	Meio ambiente equilibrado		5,5	16,6	33,3	33,3	11,1
F	Condições de habitação			13,8	30,5	50	5,5
G	Alteração do comportamento leve-leve		8,3	11,1	19,4	52,7	16,6
H	Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)	2,7	2,7	13,5	30,5	41,5	8,3

II. Relações com STP

2. *Com que regularidade vai a STP?*

A.	Várias vezes por ano	2,7
B.	Anualmente	5,5
C.	Dois em dois anos	13,8
D.	Raramente	44,4
E.	Nunca	25

3. *Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?*
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 86,1 |
| B. | Não | 8,3 |
| | Nc | 5,5 |
4. *Se respondeu **b** na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):*
- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| Motivos profissionais | |
| Motivos familiares | 33,3 |
| Ausência de qualidade de vida em STP | 33,3 |
| Desilusão | |
| Desinteresse | |
| Outro (especificar) | 33,3 falta de dinheiro |
5. *Se respondeu **a** na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:*
- | | | |
|----|-------------------|-------------|
| A. | A breve prazo | 3,2 |
| B. | A médio prazo | 32,2 |
| C. | A longo prazo | 29 |
| D. | Depois da reforma | 16,1 |
| E. | Não sabe | 19,3 |
6. *No caso de ter respondido **a**, **b**, ou **c** na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:*
- | | | |
|----|-------------------------------------|-----------|
| A. | Motivos familiares | 20 |
| B. | Motivos profissionais | 25 |
| C. | Falta de confiança no futuro de STP | 40 |
| D. | Ausência de meios económicos | 45 |
| E. | Outro (especificar) | |
7. *Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?*
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 88,8 |
| B. | Não | 5,5 |
| | Nc | 5,5 |
8. *Se respondeu **a**, especifique que tipos de contacto:*
- | | | |
|----|---------------------|-------------|
| A. | Familiares | 71,8 |
| B. | De vizinhança | 18,7 |
| C. | De amizade | 84,4 |
| D. | Associações | 40,6 |
| E. | Outro (especifique) | 6,2 |
9. *Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?*
- | | | |
|----|---------|-------------|
| A. | Sim | 88,8 |
| B. | Não | 2,7 |
| C. | Não sei | |
| D. | Nc | 8,3 |
- (se respondeu **a** passar à pergunta 21; se respondeu **b** passar à pergunta 24)
10. *Se respondeu **a** na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)*
- | | | |
|----|------------------------------------|-------------|
| A. | Comunidade são-tomense em Portugal | 100 |
| B. | Iniciativas que decorram em STP | 40,6 |
11. *Se respondeu **a** na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma o várias hipóteses)*
- | | | |
|----|--------------------------------------|-------------|
| A. | Manifestações culturais são-tomenses | 53,1 |
| B. | Associações são-tomenses | 75 |
| C. | Organizações de debates e encontros | 75 |
| D. | Apoio jurídico | 9,3 |
| E. | Outro (especifique) | |

12. Se respondeu **b** na pergunta 21, indique a área:

A.	Turismo	38,4	
B.	Comércio	38,4	
C.	Actividades liberais		61,5
D.	Ensino		76,9
E.	Organizações de debates e encontros	46,1	
F.	Outro (especifique)		

13. Se respondeu **b** na questão 20, explique porquê:

Anexo 7: Inquérito com as mulheres são-tomenses

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*
 - A. Masculino
 - B. Feminino

2. *Idade*
 - A. Menos de 30 anos **50**
 - B. Entre 31 e 40 anos **50**
 - C. Entre 41 e 50 anos
 - D. Mais de 50 anos

3. *Habilitações*
 - A. Bacharelato **20,8**
 - B. Licenciatura **33,3**
 - C. Mestrado
 - D. Doutoramento
 - E. Outro (especificar) **45,8** estudantes

4. *Profissão principal*
 - A. Empresário (especificar)
 - B. Empregado público (especificar)
 - C. Empregado em empresa privada (especificar)

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*
 - A. Menos de 5 anos **37,5**
 - B. Entre 5 e 10 anos **33,3**
 - C. Entre 11 e 25 anos **29,1**
 - D. Mais de 25 anos

6. *Estado civil*
 - A. Solteiro **70,8**
 - B. Casado **20,8**
 - C. União de facto
 - D. Outro – nc - **8,3**

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu conjugue*
 - A. Portuguesa
 - B. São-tomense **100**
 - C. Outra

II. Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de STP? (assinale três opções)*
 - A. Empresários são-tomenses **50**
 - B. Governo **50**
 - C. Cidadãos em geral **66,6**
 - D. Investidores estrangeiros **29,1**
 - E. Presidente da república **8,3**

- F. Cooperação internacional **45,8**
 G. São-tomenses residentes no estrangeiro **25**
 H. Outros (especificar)

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de São Tomé e Príncipe é uma tarefa ... (assinalar apenas uma resposta)*

- A. Muito difícil **33,3**
 B. Difícil **62,5**
 C. Fácil **4,1**
 D. Impossível

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Reorganização do aparelho do estado	4,1	16,6	29,1	16,6	29,1	4,1
B	Estabilidade política	4,1		29,1	12,5	50	4,1
C	Honestidade no exercício dos cargos públicos	8,3			20,8	66,6	4,1
D	Reforço da autoridade do estado	4,1	29,1	25	4,1	25	12,5
E	Confiança nas instituições públicas	12,5	4,1	20,8	33,3	29,1	4,1
F	Reforço dos poderes do presidente	37,5	25	20,8	8,3		8,3
G	Promoção do diálogo e concertação social	4,1		25	45,8	12,5	12,5
H	Revisão da constituição	16,6	16,6	37,5	20,8	4,1	4,1

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Desenvolvimento do turismo	4,1		16,6	29,1	45,8	4,1
B	Redução da dívida externa	8,3	4,1	25	20,8	37,5	4,1
C	Criação de um sector empresarial forte	4,1	4,1	25	33,3	33,3	
D	Aumento da cooperação internacional	4,1		41,6	41,6	8,3	4,1
E	Poupanças dos emigrantes	4,1	4,1	29,1	54,1	4,1	4,1
F	Exploração do petróleo		20,8	20,8	20,8	33,3	4,1
G	Diversificação das exportações	4,1	8,3	20,8	29,1	37,5	
H	Atração do investimento estrangeiro			29,1	20,8	45,8	4,1

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomense, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Infraestruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)	4,1		8,3	16,6	70,8	
B	Sistema educativo eficaz	8,3			41,6	50	
C	Controlo do paludismo	4,1	8,3		8,3	75	4,1
D	Salários mais elevados			29,1	33,3	37,5	4,1
E	Meio ambiente equilibrado		4,1	20,8	41,6	25	8,3
F	Condições de habitação	4,1		12,5	33,3	45,8	4,1
G	Alteração do comportamento leve-leve	4,1	4,1	12,5	29,1	41,6	8,3
H	Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)			12,5	33,3	41,6	12,5

III. Relações com STP

2. *Com que regularidade vai a STP?*

- A. Várias vezes por ano **4,1**
 B. Anualmente **16,6**
 C. Dois em dois anos **12,5**
 D. Raramente **45,8**
 E. Nunca **20,8**

3. *Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?*

- A. Sim **87,5**
 B. Não **12,5**

4. Se respondeu **b** na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):
- | | |
|--------------------------------------|-------------|
| Motivos profissionais | 33,3 |
| Motivos familiares | |
| Ausência de qualidade de vida em STP | 66,6 |
| Desilusão | 33,3 |
| Desinteresse | |
| Outro (especifique) | |
5. Se respondeu **a** na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:
- | | |
|----------------------|-------------|
| A. A breve prazo | 4,7 |
| B. A medio prazo | 33,3 |
| C. A longo prazo | 28,5 |
| D. Depois da reforma | 4,7 |
| E. Não sabe | 28,5 |
6. No caso de ter respondido **a, b, ou c** na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:
- | | |
|--|----------------------------|
| A. Motivos familiares | 21,4 |
| B. Motivos profissionais | 28,5 |
| C. Falta de confiança no futuro de STP | 28,5 |
| D. Ausência de meios económicos | 28,5 |
| E. Outro (especificar) | 7,1 fim de formação |
7. Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?
- | | |
|--------|-------------|
| A. Sim | 95,8 |
| B. Não | 4,1 |
8. Se respondeu **a**, especifique que tipos de contacto:
- | | |
|----------------------------|-------------|
| A. Familiares | 82,6 |
| B. De vizinhança | 13 |
| C. De amizade | 78,2 |
| D. Associações | 21,7 |
| E. Outro (especifique) ... | |
9. Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?
- | | |
|------------|-------------|
| A. Sim | 95,8 |
| B. Não | 4,1 |
| C. Não sei | |
- (se respondeu **a** passar à pergunta 21; se respondeu **b** passar à pergunta 24)
10. Se respondeu **a** na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)
- | | |
|---------------------------------------|-------------|
| A. Comunidade são-tomense em Portugal | 91,3 |
| B. Iniciativas que decorram em STP | 65,2 |
11. Se respondeu **a** na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma o várias hipóteses)
- | | |
|---|-------------|
| A. Manifestações culturais são-tomenses | 66,6 |
| B. Associações são-tomenses | 57,1 |
| C. Organizações de debates e encontros | 66,6 |
| D. Apoio jurídico | 23,8 |
| E. Outro (especifique) | 4,7 |
12. Se respondeu **b** na pergunta 21, indique a área:
- | | |
|--|--|
| A. Turismo | 60 |
| B. Comércio | 20 |
| C. Actividades liberais | 20 |
| D. Ensino | 60 |
| E. Organizações de debates e encontros | 40 |
| F. Outro (especifique) | 33,3 crianças, saúde, qualidade de vida, passeios |
13. Se respondeu **b** na questão 20, explique porquê:

Anexo 8: Inquérito com os profissionais santamente

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*

A.	Masculino	59,3
B.	Feminino	40,6

2. *Idade*

A.	Menos de 30 anos	3,1
B.	Entre 31 e 40 anos	65,6
C.	Entre 41 e 50 anos	28,1
D.	Mais de 50 anos	6,2

3. *Habilitações*

A.	Bacharelato	25
B.	Licenciatura	68,7
C.	mestrado	6,2
D.	Doutoramento	
E.	Outro (especificar)	

4. *Profissão principal*

A.	Empresário (especificar)	12,5
B.	Empregado público (especificar)	50
C.	Empregado em empresa privada (especificar)	18,7
	Nc	18,7

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*

A.	Menos de 5 anos	12,5
B.	Entre 5 e 10 anos	40,6
C.	Entre 11 e 25 anos	40,6
D.	Mais de 25 anos	6,2

6. *Estado civil*

A.	Solteiro	37,5
B.	Casado	43,7
C.	União de facto	15,6
D.	Outro (especificar)	
	Nc	3,1

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu cônjuge*

A.	Portuguesa	10,5
B.	São-tomense	100
C.	Outra	5,2

II. Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de STP? (assinale três opções)*

A.	Empresários são-tomenses	31,2
B.	Governo	59,3
C.	Cidadãos em geral	78,1
D.	Investidores estrangeiros	40,6
E.	Presidente da república	3,1

- F. Cooperação internacional **31,2**
- G. São-tomenses residentes no estrangeiro **21,8**
- H. Outros (especificar)

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de São Tomé e Príncipe é uma tarefa (assinalar apenas uma resposta)*

- A. Muito difícil **31,2**
- B. Difícil **59,3**
- C. Fácil **9,3**
- D. Impossível

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Reorganização do aparelho do estado		6,2	28,1	21,8	37,5	6,2
B	Estabilidade política			18,7	18,7	62,5	
C	Honestidade no exercício dos cargos públicos	3,1			18,7	75	3,1
D	Reforço da autoridade do estado		18,7	21,8	21,8	31,2	6,2
E	Confiança nas instituições públicas		3,1	6,2	40,6	46,8	3,1
F	Reforço dos poderes do presidente	46,8	18,7	18,7	3,1	3,1	9,3
G	Promoção do diálogo e concertação social		6,2	34,3	34,3	18,7	6,2
H	Revisão da constituição	12,5	25	28,1	18,7	6,2	9,3

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Desenvolvimento do turismo			9,3	28,1	59,3	3,1
B	Redução da dívida externa	9,3	3,1	31,2	21,8	28,1	6,2
C	Criação de um sector empresarial forte		3,1	18,7	43,7	28,1	6,2
D	Aumento da cooperação internacional		6,2	25	31,2	31,2	6,2
E	Poupanças dos emigrantes		3,1	21,8	43,7	25	6,2
F	Exploração do petróleo		9,3	15,6	31,2	37,5	3,1
G	Diversificação das exportações	3,1	3,1	15,6	37,5	40,6	
H	Atracção do investimento estrangeiro			18,7	15,6	59,3	6,2

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomense, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Infra estruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)			3,1	21,8	75	
B	Sistema educativo eficaz	3,1		3,1	28,1	56,2	9,3
C	Controlo do paludismo		3,1		12,5	81,2	3,1
D	Salários mais elevados			28,1	34,3	34,3	9,3
E	Meio ambiente equilibrado			28,1	37,5	31,2	6,2
F	Condições de habitação			18,7	34,3	40,6	6,2
G	Alteração do comportamento leve-leve		9,3	18,7	25	43,7	3,1
H	Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)		3,1	9,3	37,5	40,6	9,3

III. Relações com STP

2. *Com que regularidade vai a STP?*

- A. Várias vezes por ano **3,1**
- B. Anualmente **12,5**
- C. Dois em dois anos **15,6**
- D. Raramente **56,2**
- E. Nunca **9,3**
- Nc **3,1**

3. *Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?*
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 87,5 |
| B. | Não | 12,5 |
4. *Se respondeu **b** na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):*
- | | |
|--------------------------------------|-----------|
| Motivos profissionais | |
| Motivos familiares | 25 |
| Ausência de qualidade de vida em STP | 50 |
| Desilusão | |
| Desinteresse | |
| Outro (especifique) | |
5. *Se respondeu **a** na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:*
- | | | |
|----|-------------------|-------------|
| A. | A breve prazo | |
| B. | A médio prazo | 32,1 |
| C. | A longo prazo | 39,2 |
| D. | Depois da reforma | 21,4 |
| E. | Não sabe | 10,7 |
6. *No caso de ter respondido **a**, **b**, ou **c** na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:*
- | | | |
|----|-------------------------------------|-----------|
| A. | Motivos familiares | 25 |
| B. | Motivos profissionais | 20 |
| C. | Falta de confiança no futuro de STP | 30 |
| D. | Ausência de meios económicos | 40 |
| E. | Outro (especificar) | |
7. *Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?*
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 90,6 |
| B. | Não | 9,3 |
8. *Se respondeu **a**, especifique que tipos de contacto:*
- | | | |
|----|-------------------------|-------------|
| A. | Familiares | 75,8 |
| B. | De vizinhança | 10,3 |
| C. | De amizade | 72,4 |
| D. | Associações | 37,9 |
| E. | Outro (especifique) ... | |
9. *Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?*
- | | | |
|----|---------|-------------|
| A. | Sim | 96,8 |
| B. | Não | 3,1 |
| C. | Não sei | |
- (se respondeu **a** passar à pergunta 21; se respondeu **b** passar à pergunta 24)
10. *Se respondeu **a** na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)*
- | | | |
|----|------------------------------------|-------------|
| A. | Comunidade são-tomense em Portugal | 93,5 |
| B. | Iniciativas que decorram em STP | 45,1 |
11. *Se respondeu **a** na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma o várias hipóteses)*
- | | | |
|----|--------------------------------------|-------------|
| A. | Manifestações culturais são-tomenses | 55,1 |
| B. | Associações são-tomenses | 72,4 |
| C. | Organizações de debates e encontros | 89,6 |
| D. | Apoio jurídico | 6,8 |
| E. | Outro (especifique) | |

12. Se respondeu **b** na pergunta 21, indique a área:

A.	Turismo	14,2	
B.	Comércio	14,2	
C.	Actividades liberais	35,7	
D.	Ensino	71,4	
E.	Organizações de debates e encontros	35,7	
F.	Outro (especifique)		7,1 passeios

13. Se respondeu **b** na questão 20, explique porquê:

Anexo 9: Inquérito com os estudantes são-tomenses

Realizados em Janeiro - Fevereiro, 2001, em Portugal. Resultados em percentagens.

Desenvolvimento humano de São Tomé e Príncipe: Participação dos quadros e estudantes residentes em Portugal

I – dados do entrevistado

1. *Sexo (assinalar com um x)*

A.	Masculino	60,7
B.	Feminino	39,2

2. *Idade*

A.	Menos de 30 anos	78,5
B.	Entre 31 e 40 anos	14,2
C.	Entre 41 e 50 anos	
D.	Mais de 50 anos	
	Nc	7,1

3. *Habilitações*

A	Bacharelato	
b.	Licenciatura	
C	Mestrado	
D.	Doutoramento	
E.	Outro (especificar)	

4. *Profissão principal*

A.	Empresário (especificar)	
B.	Empregado público (especificar)	
C.	Empregado em empresa privada (especificar)	

5. *Há quanto tempo reside em Portugal?*

A.	Menos de 5 anos	53,5
B.	Entre 5 e 10 anos	21,4
C.	Entre 11 e 25 anos	25
D.	Mais de 25 anos	

6. *Estado civil*

A.	Solteiro	82,1
B.	Casado	7,1
C.	União de facto	
D.	Outro – nc -	10,7

7. *Se respondeu b, c ou d na questão anterior, especifique a nacionalidade de seu cônjuge*

A.	Portuguesa	
B.	São-tomense	100
C.	C. Outra	

II. Aspirações para STP

8. *Quais destes agentes pensa que terão um papel mais relevante no futuro de STP? (assinale três opções)*

A.	Empresários são-tomenses	39,2
B.	Governo	53,5
C.	Cidadãos em geral	67,8
D.	Investidores estrangeiros	35,7
E.	Presidente da república	7,1
F.	Cooperação internacional	42,8

- G. São-tomenses residentes no estrangeiro **7,1**
 H. Outros (especificar)

9. *Considera que melhorar a actual situação económica e social de São Tomé e príncipe é uma tarefa (assinalar apenas uma resposta)*

- A. Muito difícil **28,5**
 B. Difícil **57,1**
 C. Fácil **10,7**
 D. Impossível
 Nc **3,5**

10. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Reorganização do aparelho do estado	3,5	10,7	28,5	17,8	35,7	3,5
B	Estabilidade política	3,5	3,5	17,8	32,1	32,1	10,7
C	Honestidade no exercício dos cargos públicos	3,5			17,8	67,8	10,7
D	Reforço da autoridade do estado	7,1	17,8	39,2	7,1	17,8	10,7
E	Confiança nas instituições públicas	10,7	3,5	21,4	32,1	25	7,1
F	Reforço dos poderes do presidente	32,1	17,8	21,4	3,5	10,7	14,2
G	Promoção do diálogo e concertação social	3,5		14,2	42,8	28,5	10,7
H	Revisão da constituição	21,4	17,8	32,1	10,7	14,2	3,5

11. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto à sua importância para o futuro de STP, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Desenvolvimento do turismo	3,5		14,2	25	53,5	3,5
B	Redução da dívida externa		7,1	21,4	17,8	42,8	10,7
C	Criação de um sector empresarial forte	3,5		21,4	28,5	39,2	14,2
D	Aumento da cooperação internacional	3,5		32,1	42,8	17,8	10,7
E	Poupanças dos emigrantes	3,5	10,7	35,7	32,1	7,1	10,7
F	Exploração do petróleo		14,2	17,8	25	39,2	10,7
G	Diversificação das exportações	3,5	7,1	10,7	21,4	50	7,1
H	Atracção do investimento estrangeiro			17,8	25	46,4	10,7

12. *Numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde ao mínimo e 5 ao máximo) classifique, quanto a sua importância para uma mudança da qualidade de vida da população são-tomense, os seguintes factores:*

		1	2	3	4	5	Nc
A	Infraestruturas públicas (água, luz, hospitais, etc.)	3,5		3,5	7,1	78,5	7,1
B	Sistema educativo eficaz	3,5			32,1	60,7	3,5
C	Controlo do paludismo	3,5	3,5	3,5	35,7	75	7,1
D	Salários mais elevados			17,8	32,1	39,2	10,7
E	Meio ambiente equilibrado		10,7	7,1	35,7	35,7	10,7
F	Condições de habitação	3,5		7,1	28,5	57,1	10,7
G	Alteração do comportamento leve-leve	3,5	3,5	3,5	21,4	50	17,8
H	Oferta cultural (bibliotecas, cinemas, salas exposição, etc.)	3,5		17,8	25	42,8	7,1

III. Relações com STP

2. *Com que regularidade vai a STP?*

- A. Várias vezes por ano **3,5**
 B. Anualmente **7,1**
 C. Dois em dois anos **10,7**
 D. Raramente **32,1**
 E. Nunca **39,2**

3. *Encara hipótese de um dia regressar definitivamente a STP?*
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 85,7 |
| B. | Não | 7,1 |
| | Nc | 7,1 |
4. *Se respondeu **b** na pergunta 14, indique porque razão (assinale 1 ou 2 respostas):*
- | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|
| Motivos profissionais | 50 |
| Motivos familiares | 50 |
| Ausência de qualidade de vida em STP | 50 |
| Desilusão | 50 |
| Desinteresse | |
| Outro (especifique) | 50 falta de dinheiro |
5. *Se respondeu **a** na pergunta 14, indique quando pensa poder regressar:*
- | | | |
|----|-------------------|-------------|
| A. | A breve prazo | 8,3 |
| B. | A medio prazo | 33,3 |
| C. | A longo prazo | 16,6 |
| D. | Depois da reforma | |
| E. | Não sabe | 37,5 |
6. *No caso de ter respondido **a**, **b**, ou **c** na pergunta 16 indique se enfrenta alguns destes problemas para concretizar esse regresso:*
- | | | |
|----|-------------------------------------|----------------------------|
| A. | Motivos familiares | 14,2 |
| B. | Motivos profissionais | 35,7 |
| C. | Falta de confiança no futuro de STP | 42,8 |
| D. | Ausência de meios económicos | 35,7 |
| E. | Outro (especificar) | 7,1 fim de formação |
7. *Costuma contactar regularmente com outros são-tomenses a residir em Portugal?*
- | | | |
|----|-----|-------------|
| A. | Sim | 92,8 |
| B. | Não | |
| | Nc | 7,1 |
8. *Se respondeu **a**, especifique que tipos de contacto:*
- | | | |
|----|---------------------|-------------|
| A. | Familiares | 76,9 |
| B. | De vizinhança | 23 |
| C. | De amizade | 92,3 |
| D. | Associações | 26,9 |
| E. | Outro (especifique) | 7,6 |
9. *Considera a hipótese de colaborar em actividades que envolvam os são-tomenses?*
- | | | |
|----|---------|-------------|
| A. | Sim | 85,7 |
| B. | Não | 3,5 |
| C. | Não sei | |
| | Nc | 10,7 |
- (se respondeu **a** passar à pergunta 21; se respondeu **b** passar à pergunta 24)
10. *Se respondeu **a** na questão anterior, especifique (pode assinalar uma ou as duas hipóteses)*
- | | | |
|----|------------------------------------|-------------|
| A. | Comunidade são-tomense em Portugal | 100 |
| B. | Iniciativas que decorram em STP | 58,3 |
11. *Se respondeu **a** na pergunta 21, especifique (pode assinalar uma o várias hipóteses)*
- | | | |
|----|--------------------------------------|---------------------|
| A. | Manifestações culturais são-tomenses | 62,5 |
| B. | Associações são-tomenses | 62,5 |
| C. | Organizações de debates e encontros | 50 |
| D. | Apoio jurídico | 25 |
| E. | Outro (especifique) | 4,1 economia |

12. *Se respondeu **b** na pergunta 21, indique a área:*

A.	Turismo	85,7
B.	Comércio	42,8
C.	Actividades liberais	42,8
D.	Ensino	64,2
E.	Organizações de debates e encontros	50
F.	Outro (especifique)	28,5

13. *Se respondeu **b** na questão 20, explique porquê:*

